

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE  
GUARAQUEÇABA – LITORAL NORTE DO PARANÁ**

**CLAUDIA PEREIRA DA SILVA SAMPAIO**

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2004

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE  
GUARAQUEÇABA – LITORAL NORTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Engenharia Agrícola, na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

**CLAUDIA PEREIRA DA SILVA SAMPAIO**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco**

CAMPINAS  
FEVEREIRO 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

Sa47e Sampaio, Cláudia Pereira da Silva  
Estratégias de reprodução da agricultura familiar na  
Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Litoral  
Norte do Paraná / Cláudia Pereira da Silva Sampaio.--  
Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador: Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.  
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento  
sustentável. 3. Proteção ambiental . I. Bergamasco,  
Sônia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III.  
Título.

Titulo em Inglês: Strategies of Family Farming Reproduction in the Protected Area of  
Guaraqueçaba - Coastal North of Paraná State

Palavras-chave em Inglês: Family farming, sustainable development, environmental  
protection areas

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutora em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Julieta Teresa Aier de Oliveira, Vera Mariza H. Miranda Costa,  
Nilce Penha M. Pazutti e Maria Helena Rocha Antuniassi

Data da defesa: 26/02/2004

## AGRADECIMENTOS

À Prof. Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, pela paciência e pelos ensinamentos que muito contribuíram para a concretização deste trabalho;

à Prof. Dr<sup>a</sup>. Maristela Simões do Carmo;

à Dr<sup>a</sup>. Julieta T. Aier de Oliveira, pelas sugestões dadas;

a Aninha e Cidinha, sempre prestativas e atenciosas;

ao Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade de participar, especialmente, do programa de pesquisa;

à Prof. Dr<sup>a</sup>. Ângela Duarte Damasceno Ferreira, pela paciência nos momentos difíceis, pela amizade, pelo respeito, pela disponibilidade e pelas sugestões;

às amigas e companheiras de trabalho de campo, Carolina Siqueira Gomes Alcover de Freitas, Patrícia Moreira Marques e Eliane Budel;

ao Prof. Joel Maurício Correa da Rosa, pela ajuda na estatística;

a Adriana Villar Túlio e José Eugênio Sampaio Barbosa, pela ajuda na etapa final ;

ao Armando, por ter estado sempre muito presente e nunca deixar que o cansaço ou o desânimo me abalassem.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que, anônimos ou presentes, mas de forma igualmente importante, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, e me desculpo por não citar a todos.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| LISTA DE FIGURAS .....   | v   |
| LISTA DE QUADROS .....   | vi  |
| LISTA DE TABELAS .....   | vii |
| RESUMO .....   | ix  |
| ABSTRACT .....   | x   |
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 1   |
| <b>2 CAMINHOS TEÓRICOS</b> .....   | 10  |
| 2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR: BLOQUEIOS E PRECARIIDADES .....                    | 10  |
| 2.1.1 Agricultura Camponesa e Agricultura Familiar .....                       | 10  |
| 2.1.2 A Situação Atual da Agricultura familiar .....                           | 16  |
| 2.2 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO .....  | 19  |
| 2.2.1 Os Domínios do Processo de Reprodução e Rentabilidade .....              | 19  |
| 2.2.2 Reprodução e Sustentabilidade .....                                      | 21  |
| 2.3 AS APAS E A VISÃO PRESERVACIONISTA DO MEIO .....                           | 24  |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....                                     | 28  |
| 3.1 DIGNÓSTICO PRELIMINAR E PESQUISA EXPLORATÓRIA .....                        | 31  |
| 3.1.1 Definição da Unidade Espacial de Análise .....                           | 32  |
| 3.1 CENSO NAS COMUNIDADES RURAIS .....   | 35  |
| 3.2.1 Organização do banco de Dados .....                                      | 36  |
| 3.2.2 Seleção de Indicadores e Elaboração de Cartas Temáticas .....            | 38  |
| 3.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS RURAIS AGRÍCOLAS .....                                 | 41  |
| 3.3.1 Obtenção dos Dados .....   | 42  |
| 3.3.2 Categorização dos Dados .....  | 42  |
| 3.3.3 Técnicas Estatísticas Utilizadas .....                                   | 44  |
| 3.4 COMUNIDADE RURAL DE POTINGA – METODOLOGIA DE ANÁLISE .....                 | 49  |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....   | 54  |
| 4.1 DINÂMICAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA .....                        | 61  |
| 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADAS .....                    | 61  |
| 4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL .....                               | 66  |
| 4.4 IMPACTO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL .....                            | 68  |
| <b>5 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA</b> .....                                  | 76  |
| 5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO .....                     | 78  |
| 5.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES .....                | 88  |
| <b>6 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COMUNIDADES RURAIS</b> .....           | 96  |
| 6.1 DADOS DEMOGRÁFICOS .....   | 98  |
| 6.2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELEC. RURAIS, PRODUTORES E MÃO-DE-OBRA .....      | 112 |
| 6.2.1 Classificação das Comunidades Rurais Segundo as Famílias Agrícolas ..... | 115 |
| 6.2.2 Seleção da comunidade rural para o estudo das estratégias .....          | 118 |
| <b>7 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES DE POTINGA</b> .....           | 120 |
| 7.1 A HISTÓRIA DE POTINGA, SEGUNDO SEUS MORADORES .....                        | 121 |
| 7.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE POTINGA .....                              | 136 |
| 7.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GRUPOS FAMILIARES .....                         | 144 |
| 7.3.1 Grupo Familiar 1 .....   | 145 |
| 7.3.2 Grupo Familiar 2 .....   | 146 |
| 7.3.3 Grupo Familiar 3 .....   | 148 |
| 7.3.4 Grupo Familiar 4 .....   | 149 |
| 7.3.5 Grupo Familiar 5 .....   | 151 |
| 7.3.6 Grupo Familiar 6 .....   | 153 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>7.3.7 Grupo Familiar 7</b> .....                                 | 155 |
| <b>7.4 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS ADOTADAS PELOS AGRICULTORES</b> ..... | 157 |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                 | 164 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....                             | 168 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR .....           | 28  |
| FIGURA 2 – REPRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS .....                    | 33  |
| FIGURA 3 – DENDOGRAMA – RESULTADO DOS <i>CLUSTERS</i> .....              | 47  |
| FIGURA 4 – ÁRVORE DE CLASSIFICAÇÃO .....                                 | 48  |
| FIGURA 5 – FOTO DA VISTA PARCIAL DO MUNICÍPIO .....                      | 55  |
| FIGURA 6 – FOTO BUBALINOCULTURA NO MUNICÍPIO .....                       | 64  |
| FIGURA 7 – FOTO DE ÁREA DESTINADA AO PLANTIO .....                       | 71  |
| FIGURA 8 – ESBOÇO DAS FAZENDAS DO MUNICÍPIO .....                        | 73  |
| FIGURA 9 – PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS SEGUNDO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA ... | 97  |
| FIGURA 10 – TAMANHO DAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS, ANO 2000 .....            | 98  |
| FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE .....          | 101 |
| FIGURA 12 – ESCOLARIDADE DOS FILHOS x PAIS .....                         | 108 |
| FIGURA 13 – NÍVEL DE VIDA .....  | 109 |
| FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR OCUPAÇÃO .....                 | 112 |
| FIGURA 15 – CLUSTERS SEGUNDO AS DIFERENTES COMUNIDADES RURAIS .....      | 116 |
| FIGURA 16 – COMUNIDADE DE POTINGA, DIVISAS E FAZENDAS .....              | 123 |
| FIGURA 17 – CROQUI DA COMUNIDADE DE POTINGA .....                        | 124 |
| FIGURA 18 – EXTRAÇÃO DE PALMITO .....                                    | 128 |
| FIGURA 19 – FOTO DA VISTA PARCIAL DE POTINGA .....                       | 130 |
| FIGURA 20 – ÁREA CULTIVADA COM INHAME .....                              | 132 |
| FIGURA 21 – ELABORAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA .....                      | 133 |
| FIGURA 22 – PROTESTO DE AGRICULTOR NA ESTRADA .....                      | 135 |
| FIGURA 23 – MORADORA DE POTINGA .....                                    | 138 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS COLETIVA E INDIVIDUAL ..... | 29 |
| QUADRO 2 – INDICADORES POR DOMÍNIOS DE REPRODUÇÃO .....     | 41 |
| QUADRO 3 – VARIÁVEIS DO PERFIL DAS COMUNIDADES .....        | 43 |
| QUADRO 4 – DEFINIÇÕES DE SISTEMAS NO MEIO RURAL .....       | 51 |
| QUADRO 5 – SÍNTESE DA METODOLOGIA ADOTADA .....             | 53 |
| QUADRO 5 – DEFINIÇÕES DE SISTEMAS NO MEIO RURAL .....       | 54 |
| QUADRO 6 – SÍNTESE DA METODOLOGIA APLICADA .....            | 57 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS .....                        | 37  |
| TABELA 2 – RESULTADOS DA ÁRVORE HIERÁRQUICA .....                           | 48  |
| TABELA 3 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA (valores) .....                             | 78  |
| TABELA 4 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA (taxa) .....                                | 78  |
| TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE .....              | 78  |
| TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE E SEXO.....        | 79  |
| TABELA 7 – POPULAÇÃO RESIDENTE x CHEFE DE FAMÍLIA .....                     | 80  |
| TABELA 8 – ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO .....                                  | 80  |
| TABELA 9 – LOCAL DE NASCIMENTO .....  | 81  |
| TABELA 10 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....                          | 82  |
| TABELA 11 – ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL .....                                 | 82  |
| TABELA 12 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO .....                                 | 83  |
| TABELA 13 – OCUPAÇÃO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO .....                           | 84  |
| TABELA 14 – OCUPAÇÃO ANTERIOR DOS APOSENTADOS .....                         | 84  |
| TABELA 15 – NÍVEL DE VIDA NOS DOMICÍLIOS RURAIS .....                       | 85  |
| TABELA 16 – DATA DE CHEGADA À COMUNIDADE RURAL.....                         | 85  |
| TABELA 17 – FAMÍLIAS COM MEMBROS NÃO RESIDENTES .....                       | 86  |
| TABELA 18 – RELAÇÃO COM O CHEFE DE DOMICÍLIO DOS NÃO RESIDENTES .....       | 86  |
| TABELA 19 – POPULAÇÃO NÃO-RESIDENTE POR GRUPO DE IDADE .....                | 86  |
| TABELA 20 – LOCAL DE NASCIMENTO DA POPULAÇÃO NÃO-RESIDENTE.....             | 87  |
| TABELA 21 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NÃO-RESIDENTE .....                   | 87  |
| TABELA 22 – OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO NÃO-RESIDENTE .....                       | 88  |
| TABELA 23 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS .....                    | 89  |
| TABELA 24 – CONDIÇÃO DE ACESSO À TERRA .....                                | 90  |
| TABELA 25 – ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS .....                 | 90  |
| TABELA 26 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS .....                                     | 91  |
| TABELA 27 – CARACTERIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA .....                             | 91  |
| TABELA 28 – UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DE VIZINHOS.....                      | 91  |
| TABELA 29 – ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS .....                                  | 92  |
| TABELA 30 – VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS .....                           | 93  |
| TABELA 31 – CONSUMO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS .....                         | 93  |
| TABELA 32 – CULTIVOS PARA SUBSISTÊNCIA .....                                | 93  |
| TABELA 33 – SISTEMAS DE CULTURA .....                                       | 94  |
| TABELA 34 – ESTABELECIMENTOS RURAIS x DIVERSIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA .....     | 94  |
| TABELA 35 – POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS POR GRUPOS DE IDADE .....      | 100 |
| TABELA 36 – POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS POR SEXO .....                 | 102 |
| TABELA 37 – LOCAL DE NASCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS COMUN. RURAIS (abs.) ..... | 103 |
| TABELA 38 – LOCAL DE NASCIMENTO DA POPULAÇÃO DAS COMUM. RURAIS (%) .....    | 103 |
| TABELA 39 – DATA DE CHEGADA DAS FAMÍLIAS .....                              | 105 |
| TABELA 40 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO (abs).....                            | 107 |
| TABELA 41 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO (%) .....                             | 107 |
| TABELA 42 – OCUPAÇÃO PRINCIPAL .....  | 111 |
| TABELA 43 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR (abs.) .....                               | 113 |
| TABELA 44 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR (%) .....                                  | 114 |
| TABELA 45 – CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA .....                                | 114 |
| TABELA 46 – POPULAÇÃO RESIDENTE, NÃO-RESIDENTE.....                         | 136 |
| TABELA 47 – OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM POTINGA .....                          | 137 |

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 48 – ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO CULTIVOS ..... | 140 |
| TABELA 49 – DIVERSIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA EM POTINGA.....    | 141 |
| TABELA 50 – CULTIVOS PARA SUBSISTÊNCIA EM POTINGA.....     | 141 |
| TABELA 51 – SISTEMAS DE CULTURAS .....                     | 141 |

## RESUMO

O município de Guaraqueçaba, localizado no Litoral Norte do Estado do Paraná, tornou-se Área de Proteção Ambiental no ano de 1985. Os agricultores locais que se dedicavam à agricultura de subsistência, à pesca e ao extrativismo, enfrentaram a limitação da legislação ambiental restritiva que se-impôs como uma situação de suspensão dos seus direitos. Além disso, a apropriação de terras, inicialmente por fazendeiros e, a partir do ano de 2000, por Organizações Não Governamentais Ambientalistas, para execução de projetos de seqüestro de carbono, reduziu a produção voltada para a subsistência. O objetivo do trabalho foi estudar as estratégias adotadas pelos agricultores frente a esta situação com a utilização de uma metodologia quantitativa e qualitativa. A redução da oferta de trabalho e a crise econômica, no período de 1994-2000, fizeram com que aumentasse o extrativismo do palmito, passando a ser a atividade principal em muitas comunidades rurais, nas quais ainda existia. Outros optaram pela clandestinidade através de roças escondidas no meio da mata, o que aumentou a dificuldade do trabalho e escondeu uma agricultura voltada para a subsistência, a qual é bastante intensa em algumas comunidades, especialmente as mais distantes. A lei ambiental e a redução das áreas disponíveis para o plantio tornou necessária a adoção de estratégias produtivas, sociais, econômicas e demográficas, observadas na comunidade de Potinga, as quais demonstram a capacidade de adaptação e de reprodução desses agricultores, evidenciando que a agricultura familiar é bastante resistente. A maior parte das estratégias adotadas significaram a intensificação das redes de parentela, de compadrio, e maior cumplicidade, principalmente nas ações clandestinas, sendo que tal fato causou uma “aparente” redução da agricultura de subsistência. No entanto, até o início do ano 2000, as políticas e propostas para o desenvolvimento rural não se direcionaram para a sustentabilidade, especialmente com um maior vínculo entre a dimensão econômica, a social, a fundiária e a ambiental. A realidade e a diversidade locais não foram consideradas nos programas propostos, freqüentemente excludentes e que apresentaram conseqüências que afetaram e reduziram as possibilidades de um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. A proposta de alternativas sustentáveis, voltadas para a sustentabilidade econômica, teve início no ano de 2000, porém ainda são iniciativas isoladas e que beneficiam poucos agricultores.

**Palavras-Chave:** agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, proteção ambiental

## ABSTRACT

The town of Guaraqueçaba, located in the northern coast of Parana State, became a environmental protection area in 1.985. The local farmers, who made their living out of fishing, minor agriculture and harvesting the natural grown trees, faced the limitations of tough environmental rules that restricted or canceled their rights. Nevertheless, the confiscation of land, initiated in the year of 2000, first by outside farmers, then by Non-Governmental Environmental Protection Agencies to execute projects of carbon oxide capture, reduced the area local farmers had available to plant. The decrease of job offers and the economy crisis, during the period between 1.994-2.000, made locals increase the extraction of the local plant life heart of palm ( palmito ) plant, which became the main economical activity in many communities, the ones that still had that plant around. Some locals chose the illegal agriculture inside the protected woods, hiding from inspectors, what made it very harsh, and hid an agriculture designed for survival, very common in many communities. The environmental laws and the reduction of available land for planting made primordial the adoption of economical and social strategies as seen in the community of Potinga. We have observed that family planting occurs more often than it was thought, as most of the main adopted strategies meant strengthen the relative's bonds, the god fatherhood and consequently, the social life. Although, until the beginning of the year 2.000, the policies and proposals for rural development didn't aim maintenance, specially with a greater attachment to economical, social, land ownership and environmental dimensions. The local reality and diversity were not considered in the proposed social programs, which frequently exclude some inhabitants and showed consequences which affected and reduced the possibility of a social development that could be environmentally correct. The proposal of alternative policies, that aim the maintenance of locals had a start in 2.000, but still they're not in great number and benefit only a few of the local farmers.

**Key-Words:** Family farming, sustainable development, environmental protection areas

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende estudar as estratégias de reprodução da agricultura familiar em uma Área de Proteção Ambiental (APA), no município de Guaraqueçaba, onde os agricultores deparam-se com as tradicionais limitações enfrentadas pela agricultura familiar e mais aquelas impostas pela legislação ambiental.

O município de Guaraqueçaba está localizado no litoral norte do Estado do Paraná, com área de 231.700 hectares e população de 8.288 habitantes (IBGE 2000), a maior parte vivendo em comunidades localizadas ao longo dos vales dos rios. Ele está totalmente inserido nos domínios da Floresta Atlântica e em ecossistemas a ela associados. Segundo MADE (2002), acredita-se que dos 1.000.000 km<sup>2</sup> dessa floresta, existentes na época do descobrimento do Brasil, restam cerca de 5% (KLEIN, citado por LEITE, 1994; DEAN, 2000); a parte situada no litoral do Paraná e no litoral sul de São Paulo constitui a maior porção contígua e conservada dessa área remanescente. Sua escolha como área de estudo deu-se em razão dos conflitos sócio-ambientais ali existentes, corriqueiros a partir de 1985, desde quando a priorização da preservação ambiental significou dificuldades crescentes para a sobrevivência da população local, usualmente dependente dos recursos naturais.

Para enfrentar esta proposta de estudo, parte-se do pressuposto de que os problemas enfrentados pelos agricultores familiares situam-se em um contexto mais amplo, que inclui as desigualdades enfrentadas pela sociedade, como um todo. Considera-se, também, que o Brasil rural, de forma geral, não apresenta uma tendência a reduzir-se, em termos populacionais, limitando-se a um setor moderno, mecanizado e internacionalmente competitivo. Tampouco considera-se – e isto é correto quanto ao segundo pressuposto – que a reforma agrária e outras políticas para os pequenos agricultores familiares se restrinjam a desempenhar um papel estratégico para assegurar a sobrevivência dos agricultores incapazes de se integrarem na economia moderna. Acredita-se, sim, no desenvolvimento rural sustentável, no qual a agricultura familiar desempenhe um papel central, tanto na gestão do espaço rural e dos recursos naturais, como no fornecimento de bens alimentares (MAZOYER e ROUDART, 1998).

A agricultura familiar apresenta uma importância histórica na produção de alimentos, no Brasil, na medida em que, por muito tempo, os grandes proprietários estiveram afastados desta atividade, pois o sistema de fixação de preços sempre a tornou pouco rentável e atraente. Neste tipo

de dinâmica de reprodução do capitalismo, permitiu-se, entre outras coisas, manter reduzidos os preços dos produtos de origem agrícola, especialmente daqueles destinados ao consumo de grande parte da população urbana que possui baixos níveis de renda.

A produção da agricultura familiar, em termos quantitativos, é representativa na economia agrícola brasileira. Em 1980, dos 5,1 milhões de estabelecimentos rurais então existentes, 3,6 milhões, ou seja, 70,5%, foram classificados como familiares (KAGEYAMA e BERGAMASCO, 1989). Aproximadamente 15 anos depois, os dados do Censo Agropecuário de 95/96 indicaram que os agricultores familiares representavam 85,2% do total dos estabelecimentos, ocupavam 30,5% da área total e eram responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção (GUANZIROLI et al., 2001).

A agricultura familiar, apesar desses índices, foi submetida a restrições econômicas estruturais e não foi beneficiada historicamente com o passar dos anos. Já a grande propriedade, ao longo do tempo dominante, se impôs como modelo socialmente aceito e recebeu estímulos através de uma política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar a sua reprodução (WANDERLEY, 1995). Dentro desta perspectiva, o processo de modernização ocorreu através de pacotes tecnológicos concentrados em determinados produtos e áreas geográficas que resultaram em maior articulação e interdependência entre as atividades agrícolas e os demais setores da economia. Nesse processo, a grande maioria dos agricultores foi excluída.

A agricultura familiar foi e é relevante no cenário nacional, uma vez que é geradora de ocupação e mão-de-obra, em todas as regiões do país, e sua importância já foi destacada por vários estudiosos do assunto. Esses autores<sup>1</sup>, com base na experiência dos países que puderam passar para uma fase mais desenvolvida da economia capitalista, apontam a necessidade de um conjunto de políticas públicas que permita a liberação do potencial dos agricultores familiares.

Apesar da agricultura familiar deparar-se atualmente com dificuldades em competir com a agricultura interna e globalizada, vislumbram-se novas tendências, devido à reestruturação de alguns paradigmas produtivos que viabilizam e criam novas possibilidades para essa forma de produção agrícola. A agricultura familiar pode adaptar-se às novas exigências em função da sua flexibilidade e da possibilidade de operar em menor escala e com maior diversidade, ou seja, ela integra-se ao padrão de desenvolvimento atual, definido pela sustentabilidade, segundo CARMO (1995). Além

---

<sup>1</sup> No Brasil, pode-se citar entre outros, KAGEYAMA e BERGAMASCO (1989), WANDERLEY (1995), CARMO (1995), ABRAMOVAY (1992), FERREIRA e BRANDEMBURG (1988), FERREIRA e ZANONI (1998).

disso, acredita-se que o Brasil possua um potencial ainda inexplorado de desenvolvimento rural, baseado na absorção da mão-de-obra disponível no setor da agricultura familiar e nas oportunidades de geração de empregos rurais não agrícolas, em pequenas empresas produtivas descentralizadas nos serviços técnicos, sociais e pessoais. Desta forma, o desenvolvimento rural sinaliza uma possibilidade de expansão da economia nacional, na medida em que um campo próspero gera um efeito multiplicador que amplia a demanda por produtos industriais e serviços urbanos (SACHS, 2003). MAZOYER e ROUDART (1998) afirmam ser importante uma política que permita à agricultura, historicamente menos favorecida, manter-se e desenvolver-se.

Face às limitações mencionadas, os agricultores familiares desenvolvem estratégias para garantir a sobrevivência. Segundo ANTUNIASSI (1993), as estratégias são respostas a situações limites que garantem a reprodução do grupo familiar e atendem às necessidades técnicas do processo produtivo, ou seja, o modo como os agricultores utilizam ou operacionalizam os recursos produtivos e as relações com os mercados, em concordância não apenas com as variáveis estruturais (terra, capital e trabalho), mas também com uma série de fatores sociais, econômicos e demográficos. Para BOURDIEU (1991), tais estratégias não são necessariamente um ato de livre escolha dos indivíduos, mas um exercício prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições em que vivem, ou seja, a estratégia resulta do senso prático do agricultor para garantir a reprodução da unidade produtiva e das suas diferentes dimensões.

A reprodução da agricultura familiar é, então, um processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva, sendo que esta ocorre através de transformações e adaptações no âmbito da sociedade, que deve ser considerada em toda a sua diversidade e complexidade. Para tanto, é fundamental considerar os vários níveis de atuação da reprodução, sejam eles sociais, demográficos, ecológicos ou produtivos (RAYNAUT, 1994; ZANONI e RAYNAUT, 1994). Neste sentido, a idéia da reprodução implica numa dimensão de vir dos projetos que eles próprios têm para o futuro, e que os demais atores sociais do desenvolvimento local constroem para o município onde atuam.

Nas estratégias adotadas pelos agricultores do município de Guaraqueçaba para garantir sua reprodução social, foi necessário levar em consideração as restrições impostas pela legislação ambiental no uso dos recursos naturais, pois o município encontra-se numa Área de Proteção Ambiental (APA), criada em 1985. As Áreas de Proteção Ambiental fazem parte do grupo de unidades de conservação de uso sustentável e direto, nas quais a proteção ocorre em propriedades

particulares, sem a desapropriação. Há, porém, uma orientação e regulação das atividades humanas a fim de evitar a degradação ambiental e permitir o uso racional e sustentado do patrimônio natural, através da supervisão do poder público. A APA pressupõe o envolvimento da comunidade na gestão da unidade. Esse pressuposto fez com que as APA fossem consideradas uma proposta avançada para aquele momento. Até então, as unidades de conservação eram criadas e administradas de uma maneira centralizada, unilateral, de acordo com um modelo que se afirmou durante o período militar, o qual fazia parte de uma política geral de controle ambiental.

Até o ano 2000, no entanto, a maior parte dos programas, oficiais ou não, realizados nas áreas de proteção ambiental, esteve relacionada à fiscalização e repressão e não se preocupava com aspectos como a qualidade de vida ou a sobrevivência produtiva e social das populações. Na APA de Guaraqueçaba, tais omissões não foram uma exceção. Decorrente do que foi mencionado anteriormente, torna-se evidente que as APAs foram efetivadas sem ter sido considerada, previamente(,) a sustentabilidade da população que se encontrava nas áreas.

Os conflitos existentes nas APAs decorrem, em grande parte, da restrição à realização de atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas, além de limites à agricultura. Tais restrições baseiam-se em uma visão mais centrada nos objetivos ambientais do que nas necessidades sócio-econômicas da população. Desta forma, a alternativa para esses agricultores é o êxodo rural(,) acompanhado de todas as implicações e desdobramentos que tal ato acarreta.

As APAs estão, de maneira geral, em áreas com grande carência de infra-estrutura e são estabelecimentos de tamanho normalmente inferior a 50 hectares. Os agricultores que as ocupam complementam a renda através de trabalho assalariado agrícola e não-agrícola e do auxílio de políticas públicas como aposentadorias ou doações realizadas por órgãos governamentais (BAIARDI, 1999).

A literatura existente sobre as APAs carece de embasamento empírico, segundo ADAMS (2000). Para ele, não há, por exemplo, um levantamento sobre as implicações da presença de populações no interior de unidades de conservação da Mata Atlântica. Nos estudos existentes há uma dominância da abordagem das ciências humanas e uma pequena influência das abordagens ecológicas. São poucos, porém, os estudos que discutem alternativas viáveis de sobrevivência para tal permanência, ou análises com informações sobre os impactos demográficos e sócio-econômicos nas APAs.

A legislação vigente, por sua vez, e as restrições e proibições próprias das Unidades de Conservação, embora apresentem inegável importância para o meio ambiente, trouxeram dificuldades de sobrevivência para a população local, a qual depende dos recursos florestais ou mesmo da retirada da vegetação nativa para a realização de atividades agrícolas. A conduta de técnicos e instituições, traduzindo a regulamentação, demonstrou, muitas vezes, uma percepção que, por um lado, mitificou a natureza e, por outro, considerou a presença e as ações dos homens nocivas à sua manutenção, ou seja, uma visão que não considerava possível a relação homem-natureza de forma sustentável.

A região litorânea do Paraná, contrariamente à maioria das regiões desse estado, as quais foram fortemente marcadas por uma colonização recente, apresenta uma sociedade agrária com raízes numa agricultura cujas origens remontam ao início do século XVII. Por outro lado, ela permaneceu, em larga medida, à margem da "revolução verde" que marcou profundamente a agricultura do interior. Apesar do isolamento causado em grande parte pela precariedade das vias de acesso, o município de Guaraqueçaba passou por um período de maior integração ao mercado com a produção e a comercialização da banana na (década de 30). Com a decadência dessa integração, os atrativos voltaram-se para a apropriação fundiária com fins especulativos e extrativistas. Posteriormente, parte de seu território foi submetida a diferentes tipos de mecanismos de proteção ambiental.

Em função desse histórico, modificações muito importantes ocorreram ali, no domínio das relações sociedade/natureza. Contudo, as riquezas ambientais que ainda hoje essa região apresenta fazem dela o maior campo para a aplicação das ações públicas e privadas empreendidas em nome da "proteção da natureza". Tal fato deve-se, em grande parte, aos trechos remanescentes de Floresta Atlântica que o município abriga. A maior área contínua ainda preservada dessa floresta encontra-se no município de Guaraqueçaba.

A Floresta Atlântica, por outro lado, foi designada por uma avaliação internacional como um dos ecossistemas mais críticos do mundo. Sua importância, em nível global, reflete-se na criação da Reserva da Biosfera Vale do Ribeira – Serra da Graciosa, pelo programa da UNESCO, em 1991 (SPVS, 1992).

O município passou também, desde 1985, a fazer parte da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba<sup>2</sup>. A preservação foi possível em função de diversos fatores, como a baixa ocupação territorial, o tipo de atividade econômica desenvolvida pela população local, e o isolamento da região, acentuado pela precariedade das vias de acesso. Apesar disso, a partir de atividades produtivas intensivas, voltadas para o mercado, os recursos naturais como, por exemplo, os pesqueiros e os florestais, especialmente o palmito, dão sinais de esgotamento.

As escolhas dos agricultores serão determinadas por tal situação, e estarão condicionadas às limitações estruturais e de recursos naturais, e àquelas previstas pela lei ambiental, ou seja, esses fatores estarão na base das estratégias adotadas para garantir a reprodução da família. Dessa forma, fica patente que as famílias que residem no município de Guaraqueçaba se defrontam com uma situação em que precisam adotar um sistema produtivo adequado à legislação ambiental e que, ao mesmo tempo, permita a reprodução familiar, levando em conta as limitações estruturais muito fortes, como a insuficiente dotação de recursos produtivos, a distância dos centros consumidores e as características naturais que limitam as possibilidades de desenvolver certas atividades produtivas.

A compreensão de como serão determinadas as estratégias escolhidas pelos agricultores evidencia que as pesquisas devem ir além do conhecimento dos processos naturais ou dos processos sociais isoladamente (RAYNAUT E ZANONI, 1993), pois a dimensão ambiental é parte integrante do desenvolvimento e não pode ser tratada sem conexão com os outros elementos. O desfecho dos problemas ambientais e do desenvolvimento passa pela busca de soluções endógenas e que se apoiem nas realidades sócio-econômica, cultural e regional (ZANONI et RAYNAUT, 1994), ou seja, o aspecto multidimensional da realidade, que deve ser contemplado quando da análise da mesma. Também deve ser evidenciada a reciprocidade da ligação homem-natureza, pois assim como a atividade humana pode limitar ou auxiliar o curso natural de desenvolvimento de um dado meio da natureza, o ambiente também pode determinar restrições ou liberações à sociedade humana.

A necessidade da integração entre os diversos fatores tornou evidente a importância dada aos estudos ambientais interdisciplinares. É importante registrar a iniciativa da UNESCO em outorgar uma Cátedra de Desenvolvimento Sustentável à Universidade Federal do Paraná, especialmente em função do programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, dessa instituição. Com

---

<sup>2</sup> A APA de Guaraqueçaba foi criada pelo decreto federal nº 90.883/85, possui uma extensão de 3.134 km e abrange uma pequena parte dos municípios de Antonina, Campina Grande do Sul e Paranaguá (IPARDES, 1997)

base nesses fatos houve um deslocamento da abordagem até então utilizada nos trabalhos de pesquisa, que passou da questão ambiental apenas para o destaque da importância das dimensões social e cultural.

A pesquisa realizada para viabilização do presente trabalho faz parte do projeto Preservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável: Estratégias dos Atores Rurais numa Área de Proteção Ambiental – Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná – Brasil<sup>3</sup>, com início em fins de 1999. Partiu-se do pressuposto de que, pelo tempo especialmente longo da relação que a sociedade local mantém com o meio que ocupa, pela amplitude das transformações que se puderam observar ali ao longo do século XX, e pela intensidade das tensões e dos conflitos que se observam hoje, no campo dos desafios ambientais, a região litorânea do Paraná, em especial o município em questão, tratava-se de um caso particularmente ilustrativo para se interrogar, numa perspectiva histórica, sobre a dinâmica das relações sociedades/natureza, e de reexaminar, a partir daí, a noção de desenvolvimento sustentável.

Torna-se necessário, no presente estudo, conhecer a dinâmica adotada pelas famílias para se adequarem à implantação da legislação ambiental e saber como ocorreu a adaptação por parte das pessoas envolvidas. Além disso, a agricultura de Guaraqueçaba não pode ser analisada segundo os parâmetros que regem os conceitos moderno x tradicional, pois sabe-se que a população agrícola e rural do município continua subsistindo mesmo estando, muitas vezes, fora das relações de mercado.

Além disso, outro objetivo da pesquisa foi estabelecer qual é a posição que a natureza ocupa nos sistemas produtivos agrícolas, através da análise das práticas e manifestações de agricultores. Isso permitirá entender como eles pensam e atuam em relação à questão ambiental, termo de muitos significados e que possui em cada situação uma conotação particular.

Neste sentido, considera-se que a sustentabilidade envolve o atendimento tanto das necessidades humanas, quanto o respeito ao meio ambiente, ambos considerados sob a perspectiva de garantir a continuidade de reprodução de uma dada população. Além disso, a sustentabilidade contempla uma visão e uma análise integradas de fatores sociais, econômicos e ambientais. Tal

---

<sup>3</sup> Este projeto se insere no Programa de Pesquisa Interdisciplinar do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná. Foi desenvolvido através de uma parceria entre este Doutorado e o CNRS - Universidade de Bordeaux II. Da parceria intelectual entre a orientadora deste trabalho e professores do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, foi possível inserir a realização da pesquisa desta tese no âmbito do mencionado projeto e de beneficiar-se do financiamento do mesmo para o trabalho de campo.

sustentabilidade associa-se diretamente a questões sobre a qualidade e os estilos de vida da população e pressupõe, inclusive, satisfações não materiais e a redefinição do que são necessidades.

Vale reforçar, portanto, que entre as questões que se colocam está o impacto das restrições ambientais enfrentadas pelos agricultores, os quais se confrontam com as exigências do ambiente e com as crescentes dificuldades econômicas, problemas reais e concretos que se apresentam com relação à gestão dos recursos, elementos e meios naturais.

O presente trabalho objetiva, ainda, compreender como os agricultores familiares, residentes na APA de Guaraqueçaba elegem as estratégias que irão garantir a reprodução da família. Considera-se que as características internas de cada família em si, bem como outras relacionadas à comunidade irão determinar a escolha de estratégias, inclusive as produtivas.

Outra questão se coloca: em uma situação de fortes limitações estruturais, de limitações nos usos dos recursos naturais e de dificuldade para escoar a produção por vias de acesso precárias e com restrições ambientais, como as famílias pensam e praticam a organização de seus sistemas produtivos? Pressupõe-se que famílias com características similares e disponibilidade de recursos produtivos (recursos naturais, capital e trabalho) podem alcançar distintos resultados sócio-econômicos segundo as estratégias que assumem.

Em síntese, pretende-se analisar como esses agricultores pensam e praticam sua organização familiar e seus sistemas produtivos, como escolhem as estratégias e como estas os influenciam na obtenção dos seus objetivos face às transformações e restrições impostas pela legislação ambiental. Pretende-se verificar o papel das restrições ambientais nas limitações a suas atividades e verificar como outros aspectos característicos desta população, dos recursos naturais e da localização do município intervêm na configuração atual da agricultura familiar.

Reitera-se, ainda, que os temas básicos deste trabalho são: a agricultura familiar e as estratégias de reprodução dessa agricultura, a particularidade da agricultura realizada em Áreas de Proteção Ambiental e a sustentabilidade, no sentido amplo do termo, ou seja, através de uma realidade local e concreta, de acordo com a totalidade das exigências da realidade com a qual a população se depara.

Pelo fato de tratar-se de um trabalho na área da economia agrícola, apresenta limitações para tratar da complexa problemática da reprodução. Neste sentido, a dimensão sócio-econômica será privilegiada(,) embora o programa interdisciplinar de pesquisa tenha proporcionado um acesso a olhares e dados referentes às outras dimensões do processo de reprodução.

Por fim, a estrutura da tese apresenta-se da seguinte forma: no segundo capítulo, realiza-se uma reflexão teórica sobre o tema incluindo a agricultura familiar e as estratégias de reprodução dessa agricultura, a particularidade da agricultura realizada em Áreas de Proteção Ambiental e sobre a sustentabilidade.

No terceiro capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados para realizar a investigação: elaboração e características dos instrumentos utilizados, entrevista, roteiro de perguntas, seleção dos casos. Mencionam-se também as dificuldades encontradas e como foram superadas.

A partir do quarto capítulo, são apresentados os resultados e a discussão. Inicialmente, realiza-se a caracterização e a descrição do município de Guaraqueçaba, observando-se o contexto da situação analisada, a trajetória dos agricultores e as principais características dos sistemas produtivos, como sua dotação de recursos, relação com os mercados, produção vegetal e animal, organização para o trabalho. É a partir desse perfil que as estratégias dos agricultores poderão ser analisadas e compreendidas.

O capítulo seguinte aprofunda a discussão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na APA de Guaraqueçaba a partir do estudo dos agricultores da comunidade de Potinga, uma das comunidades locais. Nele, procura-se identificar as estruturas dos estabelecimentos, as trajetórias sociais dos agricultores, suas práticas agrícolas, a organização do trabalho e os itinerários técnicos.

Por fim, o objetivo mais amplo deste trabalho é trazer novamente à discussão a questão das populações moradoras das unidades de conservação, as quais vivem numa estreita relação com a natureza, destinam parte da produção para o mercado e permanecem, muitas vezes, na periferia do capitalismo<sup>4</sup>, motivo pelo qual, freqüentemente, não são contemplados com políticas públicas adequadas. A importância do trabalho reside no fato de que este grupo faz parte de um grupo mais amplo cuja sobrevivência, algumas vezes, é garantida pelo regimes de trocas e pela reciprocidade; desta forma eles criam formas locais de realizar o processo econômico.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o esforço metodológico do trabalho no sentido de colaborar para a obtenção de dados mais completos e complexos, através da utilização conjunta de metodologias quantitativas e qualitativas.

---

<sup>4</sup> SANTOS (2002), CAVALCANTI (2003)

## **2 CAMINHOS TEÓRICOS**

### **2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR: BLOQUEIOS E PRECARIIDADES**

As produções agrícolas e alimentares mundiais cresceram mais que o aumento populacional durante a segunda metade do século XX, segundo MAZOYER (2001). Apesar disso, o número de pessoas que sofrem de subnutrição ou fome, ou seja, que passam fome quase todos os dias, girou, no ano de 2002, em torno de 840 milhões de indivíduos. A maioria, em torno de 75%, é constituída por camponeses pobres ou ex-camponeses, grupo este recentemente condenado ao êxodo rural, ou ainda os que foram excluídos do processo de modernização, responsável em grande parte pelos pobres no meio rural hoje.

Nos itens seguintes serão discutidos os conceitos de camponês e agricultura familiar e os fatores limitantes ao seu desenvolvimento.

#### **2.1.1 Agricultura Camponesa e Agricultura Familiar**

A agricultura familiar pode ser considerada como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, ou seja, onde fatores e meios de produção dispõem-se de forma diferenciada em relação a uma organização econômica patronal. Esta definição, no entanto, é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Para LAMARCHE (1993, 1994), a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade. Em linhas gerais isto significa que

... independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por estabelecimentos familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações (...). Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócio-econômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a agricultura familiar. Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes (LAMARCHE, 1993, p. 13).

O conceito de agricultura familiar utilizado atualmente não invalida conceitos anteriores<sup>5</sup> mas acaba por absorvê-los. Para WANDERLEY (1995), *agricultura familiar* engloba características, traços predominantes da agricultura camponesa, em seu sentido típico clássico e em suas transformações. Assim, reestruturam-se conceitos anteriores, de forma mais abrangente, quanto se afirma a permanência de algumas dimensões importantes, como: a organização do trabalho predominantemente familiar e a relação com a terra como meio de trabalho e de constituição do patrimônio, ou seja, a agricultura camponesa torna-se uma das formas sociais da agricultura familiar.

Desta forma, torna-se importante discutir alguns estudos clássicos sobre a agricultura camponesa, considerando a ausência de rupturas entre esta e a agricultura familiar, aspecto confirmado pela semelhança que estudiosos do campesinato, tanto na literatura brasileira quanto na internacional<sup>6</sup>, encontraram.

Também serão discutidas, ainda que brevemente, duas correntes básicas sobre as formas de reprodução e de transformação dos estabelecimentos camponeses. A primeira focaliza a dinâmica do capitalismo, a qual bloqueia, subordina e rompe a agricultura camponesa, evidenciando, portanto, a sua tendência ao desaparecimento. A segunda corrente tem como foco a dinâmica interna da agricultura camponesa e das comunidades na qual ela se insere, no sentido de perceber os mecanismos fundamentais da reprodução e preservação do grupo.

A primeira corrente, representada, entre outras, pelos marxistas, baseia-se na idéia de que o desenvolvimento capitalista e as relações capitalistas de produção iriam transformar as relações sociais e a organização da produção no campo, através do aumento do trabalho assalariado. Segundo ABRAMOVAY (1992), ao analisar as obras de Lênin e Kautsky observa-se a separação entre os capitalistas e os trabalhadores e a superioridade da grande exploração frente às pequenas explorações, fato este que ocasionaria um crescente assalariamento nas relações de trabalho na agricultura e a eliminação das unidades agrícolas do tipo familiar. A realidade da agricultura em praticamente todos os países, no entanto, não comprova essa hipótese, pois não ocorreu o predomínio das relações de assalariamento rural, nem tampouco as unidades familiares desapareceram. Neste sentido, o processo de transformação da agricultura contemporânea não pode ser explicado somente pela forma clássica do marxismo.

---

<sup>5</sup> Outras denominações como camponês e pequeno agricultor foram utilizadas, segundo a época e/ou a abordagem teórica adotada

<sup>6</sup> Cândido (1975), Queiroz (1973), Shanin (1972), Linck (1993), Chonchol (1991).

A segunda corrente é representada principalmente por CHAYANOV, que teve seguidores em Tepicht, Mendras e Shanin. Na obra *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas* (1981), Chayanov atribui diferenças entre a unidade de produção familiar agrícola e a unidade de produção capitalista, em decorrência dos princípios de funcionamento interno. Esses princípios têm relação com o fato de a unidade familiar não organizar a sua produção baseada na extração e apropriação do trabalho alheio, já que a família e o proprietário dos meios de produção são a fonte de trabalho. Essa corrente confirma o potencial da persistência das sociedades camponesas e da sobrevivência da combinação terra e trabalho familiar frente ao processo de concentração capitalista e diferenciação social.

Outra especificidade da unidade de produção camponesa está na análise do lucro. As categorias como trabalho, bens de produção e terra estão presentes, embora, na análise do resultado anual, não sejam determinados o lucro líquido, a renda, os juros e tampouco os salários. O produto do trabalho familiar, subtraídas as despesas, é a **única e indivisível categoria de renda** e a administração desta renda é feita em função das necessidades de reprodução e bem estar do conjunto familiar.

A lógica para definir as opções e estratégias está no **balanço entre o trabalho e o consumo**, ou seja, a quantidade de trabalho que a família necessita realizar é considerado em função da satisfação das suas necessidades. O equilíbrio entre o trabalho e o consumo varia conforme a **diferenciação demográfica** da família, pois, de acordo com os vários ciclos da história da família, é determinada a capacidade da força de trabalho disponível e o nível das necessidades de consumo. Dessa maneira, o chefe da família define o grau e a intensidade da "auto-exploração" da força de trabalho.

A economia camponesa, segundo Chayanov, não constitui um modo de produção mas uma **forma de organizar a produção** que tem a sua reprodução no interior de modos de produção diversos. Neste sentido, fatores ligados a esses modos de produção interferem nas condições de reprodução da economia camponesa. A história havia mostrado que essa economia tinha se adaptado às circunstâncias sem desaparecer – o que poderia ainda se efetivar mas não necessariamente sê-lo.

Jerry TEPICHT (1980), em seus estudos, aprofundou a definição de campesinato na tentativa de unificar em um só trabalho as teses marxistas e a tese de Chayanov. Ele descreve o caráter familiar da economia camponesa através de características como o coletivismo interno, o individualismo externo, a subordinação dos integrantes ao interesse dessa pequena empresa. Ele descreve, ainda, a noção de patrimônio familiar. Decorrente dessas características, ele afirma que a

família camponesa é uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola-família e a natureza patriarcal da organização social.

A família camponesa permite, ainda, a oferta de produtos agrícolas a preços inferiores aos produzidos pelos capitalistas e/ou assalariados, em função da obtenção de uma renda que permita somente a reprodução da própria família, sendo que a mesma é inferior à taxa média de lucro. A explicação para esse fato vem de uma razão econômica que Tepicht denomina de **forças marginais e não transferíveis**: trata-se do trabalho realizado em tempo parcial por membros da família, como mulheres, crianças e idosos, ou seja, pelas forças marginais que irão completar a sobrevivência da família.

Um seguidor da corrente chayanoviana dos anos setenta, Henri Mendras, introduziu em suas análises uma dimensão sociológica considerando as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade como um todo. E No livro *Sociedades Camponesas* (1978), ele discute a permanência e a perpetuação dos camponeses, que atribui, em parte, à organização em grupos domésticos, que permite ao camponês conviver em uma coletividade local pouco numerosa, na qual ele pode conhecer todas as pessoas e os aspectos das suas personalidade e, reciprocamente, ser também conhecido – ao que chama de interconhecimento.

A reciprocidade é outra característica comum nas sociedades camponesas. Foi observada na forma de ajuda mútua no trabalho, um tipo de relação que reúne os membros da família em uma espécie de trabalho cooperativo. Vale destacar, portanto, que essa família não pode ser compreendida apenas em função de seus interesses econômicos pois a racionalidade camponesa é contrária à racionalidade da sociedade industrial pois, diferentemente desta, aquela prioriza a reprodução das unidades familiares e busca o equilíbrio entre o esforço produtivo e o consumo dos membros da família.

As práticas de ajuda mútua entre os camponeses, seja como retribuição, seja como obrigação coletiva, solidifica a solidariedade entre o grupo, identifica SANTOS (1984). A rede de parentesco bem como as relações de reciprocidade e solidariedade daí decorrentes permitem a sobrevivência do grupo doméstico como um todo.

Observa-se que os trabalhos que abordam a temática da família rural, denominados “estudos de comunidade” na década de 50 e “estudos de bairro rural” nos anos 60, assim como estudos mais recentes que focalizam o impacto da modernização no campo, a proletarização e também a reprodução da agricultura familiar, atestam a permanência, neste tipo de produção, de

grupos de famílias nucleares. Cada uma dessas famílias vive em uma residência diferente, estando ligadas entre si por laços de parentesco consanguíneo ou simbólico, formando grupamentos esparsos que sobrevivem graças ao esquema de reciprocidade e solidariedade. Esses estudos mostram também uma similaridade na ocupação do espaço (quintal e terras de cultivo), na organização da produção, e nos padrões culturais descritos em vários textos como ‘caipiras’.

O conceito de camponês como político, por sua vez, é introduzido por SHANIN (1980). Para ele, o campesinato pode ser delimitado como uma entidade social com facetas essenciais e interligadas que são: a unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social; o trabalho na terra aliado à criação de animais como principal meio de subsistência; a cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e a sujeição multidirecional a poderes exteriores. Nestes últimos sentidos, Shanin considera que o que há de especificamente camponês está inserido em características básicas como a cultura tradicional e o modo de vida de pequenas comunidades rurais. Apesar disso, o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo. Eles diferem necessariamente de uma sociedade para outra e também dentro de uma mesma sociedade, ou seja, o campesinato está em um processo, tem identidade própria mas necessariamente faz parte de uma história social mais ampla, de onde vêm suas peculiaridades no tempo e no espaço.

Neste sentido, não existem rupturas entre a agricultura familiar e a camponesa. Com base nessa idéia, WANDERLEY (1989) analisa as semelhanças entre as idéias de Chayanov e a agricultura familiar moderna. A autora destaca que a obra chayanoviana é importante como proposta teórica e original para a compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares, bem como pela atualidade que lhe permite ter aplicabilidade em situações posteriores ao contexto de sua elaboração.

A integração do mundo rural aos mecanismos de mercado e ao modo de vida moderno modifica a perspectiva de organização da produção e faz com que esta assumam novas formas, visto que as transformações tecnológicas potencializam a força produtiva do trabalho. Com isso, não é necessário envolver toda a família no processo de trabalho. O proprietário executa o trabalho na propriedade para a satisfação das necessidades de consumo, porém isto não significa que, necessariamente, o ponto central da propriedade seja a subsistência, já que a estrutura interna da família constitui o elemento determinante para a dinâmica da propriedade. O consumo é redefinido

de acordo com as aspirações de acesso a bens disponíveis que não significam garantir apenas um mínimo vital, mas um modo de vida moderno, no qual é incluído o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais disponíveis para toda a sociedade.

Conclui-se disso, que a exploração camponesa define um modelo de funcionamento particular da exploração agrícola, no qual existe a inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo, o trabalho e a família. Vale destacar que o camponês teve um antepassado que lhe transmitiu os traços sócio-culturais – um patrimônio sócio-cultural. Segundo LAMARCHE (1993) as unidades de produção camponesas são unidades de produção familiar mas o contrário não é verdadeiro: a agricultura familiar é uma categoria social mais ampla que o campesinato.

Numa análise temática comparativa internacional, entre Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia, dos diferentes modos de funcionamento da unidade de produção agrícola familiar, LAMARCHE (1993 e 1994) determinou as diferentes formas de agricultura familiar em relação ao grau de dependência do mercado e ao peso da família na lógica de funcionamento da exploração. O resultado do estudo culminou em quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos, sendo eles: modelo empresa, empresa familiar, agricultura camponesa e de subsistência e agricultura familiar moderna.

Os modelos empresa e empresa familiar caracterizam-se por relações fortemente dependentes das unidades de produção ao mercado, tanto no âmbito tecnológico quanto no financeiro e comercial, bem como para satisfazer seu nível de consumo. Esses modelos, no entanto, diferenciam-se no papel que a família ocupa, sendo que no modelo empresa as relações de produção são pouco familiares ou individuais. Por outro lado, no modelo empresa familiar, a família é importante tanto na organização do trabalho como no futuro da unidade de produção, pensado em termos de reprodução familiar.

Nos modelos de agricultura camponesa e de subsistência predominam as lógicas familiares em detrimento das lógicas de mercado. Esses estabelecimentos produzem pouco e utilizam técnicas tradicionais, sendo que o seu objetivo principal está na satisfação das necessidades familiares. Existem, no entanto, diferenças entre o modelo de subsistência e o camponês no que diz respeito aos sistemas de valores e representação. No modelo camponês, além da preservação das estruturas para a sobrevivência do grupo doméstico, encontra-se o desejo de conservação e de crescimento do patrimônio familiar.

A representatividade do modelo agricultura familiar moderna foi significativa nos países estudados, principalmente no Brasil. Esse modelo estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica pela busca da diminuição do papel da família nas relações de produção e uma maior autonomia possível em relação ao mercado e à independência alimentar, podendo ser definido como uma entidade sociológica própria próxima da empresa, do ponto de vista das lógicas familiares e da agricultura camponesa, com relação à dependência. LAMARCHE e equipe (1994), ao analisarem o modelo em questão, afirmam:

Fica patente que se trata de um modelo que se situa entre o modelo camponês e o modelo empresa, entre a tradição e a modernidade, entre o modelo original e o ideal. Trata-se portanto de um modelo que, por definição, encontra a justificativa de sua existência numa lógica de integração das unidades de produção na unidade economia de mercado e de adaptação permanente em função das circunstâncias. (...) uma unidade de produção que procura conservar nela mesma todas as potencialidades necessárias tanto de ordem técnico-econômica quanto social e cultural, para modificar, conforme as circunstâncias, seus comportamentos e operar estratégias de adaptação. (...) a priori estará melhor preparada para responder a diferentes situações (p.314)

Feita a análise, ainda que breve, dos conceitos de agricultura camponesa e sua relação com a idéia de agricultura familiar, faz-se mister observar, na atualidade, como se apresentam os diversos olhares sobre a agricultura familiar em si.

### **2.1.2 Situação Atual da Agricultura Familiar**

O estudo *Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto* (GUANZIROLI et al., 2001), mencionado anteriormente, identifica a importância dos estabelecimentos familiares na geração e manutenção do emprego no campo e na participação da riqueza gerada no meio agropecuário, tendo em vista a área por eles ocupada<sup>7</sup>.

Atualmente, vários autores reconceituam o setor rural segundo novos aspectos demográficos e socioeconômicos da ruralidade brasileira (WANDERLEY, 1997), considerando novas funções e espaços do setor agrícola no processo de desenvolvimento, com ênfase no papel do território (ABRAMOVAY, 2000) ou como espaço crescente da pluriatividade (GUANZIROLI e

---

<sup>7</sup> Neste estudo evidencia-se que a agricultura familiar representa 85,2% dos estabelecimentos agropecuários, ocupa uma área equivalente a 30,5% da área total, responde por 37,9% do valor bruto da produção e por 76,9% do pessoal ocupado.

GRAZIANO, 2000). Cada corrente de análise do setor rural contemporâneo dá-lhe diferentes sentidos e aos agricultores familiares que ali vivem (FERREIRA, 2002)

Como já se disse na Introdução, a agricultura familiar depara-se com realidades nem sempre promissoras como a idéia de que é declinante economicamente e, portanto, pouco importante para que sobre ela se debrucem políticas públicas de desenvolvimento. Além disso, a dispersão e heterogeneidade dentro do grupo são limitantes à implementação de melhorias de infra-estrutura e serviços, bem como de uma maior articulação dos interesses dos agricultores.

Há ainda outros aspectos a serem considerados. Durante a década de 90, por exemplo, a abertura comercial e a redução das tarifas de importação, aliadas ao investimento reduzido, causaram, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expulsão de 2,4 milhões de trabalhadores do meio rural, no período entre 1996 e 2001. No entanto, mesmo com tais adversidades, a agricultura familiar foi o segmento que mostrou maior crescimento entre 1989 e 1999, com um aumento de produtividade de 3,79% ao ano, além de ser responsável por quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária<sup>8</sup> do país, incluindo o mercado interno e as cadeias exportadoras, como as criações de frangos<sup>9</sup>, suínos e o cultivo do fumo.

Apesar desses dados, a viabilidade de grande parte da agricultura familiar, em termos econômicos, pode ocorrer em um patamar extremamente baixo (TEPICHT, 1973; SABOURIN, 2000). Neste sentido, nas análises sobre a unidade de produção familiar a classificação como “viável” precisa ser revista, pois não se pode utilizar um conceito como o de viabilidade, ainda que em curto prazo se consiga manter a unidade familiar. O fato de ocorrer a mera sobrevivência de uma família de agricultores em situações nas quais a unidade familiar básica persiste, mas onde alguns de seus membros são excluídos não significa viabilidade. São exemplos os casos de filhos de agricultores não encontram espaço em terras por demais divididas porque os pais tiveram necessidade de desfazer-se de parte do patrimônio ou de sobre-explorar os recursos naturais, comprometendo a produtividade futura.

Por outro lado, os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar, através de práticas agrícolas e modelos alternativos de organização da produção, podem ser viáveis sempre e

---

<sup>8</sup> Segundo GUANZIROLI et al. (2001) 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos.

<sup>9</sup> A respeito, José Eli da Veiga, Folha de São Paulo, 28/01/2004 comenta que o Brasil foi o país que mais faturou com as exportações de frango em 2003, sendo que 97% dos 30 mil avicultores que fornecem a produção para as grandes empresas são agricultores familiares.

quando estiverem disponíveis padrões tecnológicos mais adequados à reprodutibilidade dos recursos naturais e mais favoráveis à sustentabilidade das próprias explorações agrícolas (FERREIRA e ZANONI, 1998) .

A análise sobre a qualidade de vida dos estados e municípios brasileiros consubstanciados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indica que os municípios com IDH mais baixos caracterizam-se pelo predomínio da ruralidade, especialmente em regiões com estruturas socioeconômicas e fundiárias mais concentradas<sup>10</sup> (FERREIRA et al, 2001; ROCHA, 2003). Além disso, a agricultura apresenta hoje outras funções, tais como a social, a ambiental, a patrimonial, a estética e a recreativo-pedagógica. Desta forma, as atividades produtivas tradicionais do meio rural – agrícola, pecuária e florestal – passam a ter um novo papel na sociedade. Essa visão representa uma nova forma de se analisar a agricultura, pensando-a através da ótica do desenvolvimento sustentável, a qual leva em conta tanto os fatores econômicos como os sócio-culturais e ambientais.

Pelas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em escalas menores, a agricultura familiar pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável tanto em relação à produção natural ou orgânica como na obtenção de produtos com melhor sabor e qualidade, os quais abrem novas perspectivas a essa atividade. Essa sustentabilidade pressupõe uma produção agrícola que assegure a alimentação para os próprios agricultores, a revitalização e a construção de espaços e condições de produção e novas possibilidades de reprodução (CARMO, 1998).

Observa-se que o espaço rural tem sofrido alterações e deixado de ser caracterizado exclusivamente pela agricultura. Esse processo incipiente, no Brasil, se traduz pela ampliação das possibilidades de trabalho não agrícola para a população rural, com o surgimento das atividades de lazer, turismo, artesanato, preservação do meio ambiente, dentre outras (COUTO ROSA, 1999). Além disso, com o incremento da produção orgânica e de produtos diferenciados e com o beneficiamento artesanal de alguns produtos, as práticas agrícolas tradicionais assumem novos significados e contribuem para a permanência da população no campo.

A discussão se instala porque há uma tendência em reconhecer que os denominados espaços rurais oferecem hoje uma variedade de atividades que, se por um lado, estão relacionadas

---

<sup>10</sup> HOFFMANN (1998) destaca que a desigualdade da estrutura fundiária atual é resultado da desigualdade histórica, a qual condicionou, no Brasil, a formação de toda a estrutura sócio-econômica de uma determinada região.

com a natureza, por outro, como social e culturalmente construídos que são, estão, pouco a pouco, fora do que seria um circuito agrícola tradicional (CAVALCANTI, 2000). Há, assim, uma tendência em reconhecer que o rural deve ser compreendido como espaço não somente agrícola. Entretanto, a agricultura, no Brasil, ainda é prioritária para definição do rural, embora abrigue hoje uma maior diversidade ocupacional e de funções (FERREIRA, 2002).

Observados os aspectos apontados, vale refletir sobre as estratégias de reprodução adotadas pelos grupos, genericamente, visando a sobrevivência e a continuidade, a fim de que, solidificados os conceitos, seja possível pensar especificamente sobre as estratégias adotadas pelas comunidades rurais da região em estudo.

## 2.2 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

A agricultura familiar, neste quadro de precariedades e bloqueios, encontra, ainda assim, espaços para se desenvolver. Ao estabelecerem estratégias de reprodução, estes agricultores procuram se manter no seu universo social, num processo de apropriação da natureza onde exercem suas atividades. Este processo, que inclui permanência e mudança, é o que se discutirá a seguir.

### 2.2.1 Os Domínios do Processo de Reprodução e Sustentabilidade

O estudo das estratégias dos agricultores encontra-se no interior de um mesmo sistema englobante que se pode designar como a *ecosfera* – ou o *antropossistema*, formado por dois subsistemas: o sistema *natureza* e o sistema *sociedade*. Estes interagem, compartilhando elementos comuns, porém se organizam cada um de acordo com propriedades estruturais e dinâmicas próprias (RAYNAUT, 1997). Desta forma, o estudo da dinâmica das sociedades rurais e sua relação com o meio que elas exploram, situa-se na interface desses dois sistemas: espaço conceitual, onde se manifestam, de maneira estreitamente interdependente e processos de múltiplas ordens: social, cultural, técnica, econômica e ambiental (MADE, 2002).

A reprodução é considerada um processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva, através de transformações e adaptações (RAYNAUT, 1994). Para a compreensão das

estratégias de reprodução da agricultura familiar, deve-se considerar o sistema social em toda a sua diversidade e complexidade e os vários níveis de atuação da reprodução. O presente estudo leva em conta a reprodução social, a biodemográfica, a ecológica e a produtiva.

A *reprodução social* é entendida como uma das dimensões de um processo mais amplo, no qual se ordenam as relações sociais e se desenvolvem as dinâmicas sócio-culturais com as quais famílias, grupos, comunidades e a sociedade procuram preservar-se no tempo, enquanto entidades sociais singulares, adaptando-se e transformando-se diante dos conflitos e crises que ocorrem em sua história (RAYNAUT, 1994).

Na análise da reprodução social devem ser incluídas as estruturas e redes de relações sociais locais, as noções de identidade e de pertencimento a uma comunidade, os processos de diferenciação social e as relações de poder. Esses sistemas contêm também suas contradições internas, pontos de estrangulamento que algumas vezes geram sua transformação. É necessário analisar a mudança considerando as lógicas sociais, os atores sociais envolvidos e as estratégias através das quais esses atores intervêm no sistema social.

A *reprodução biodemográfica* é compreendida como o domínio em que se articulam os fenômenos através dos quais uma população se perpetua enquanto entidade demográfica (RAYNAUT et al, 1999), sendo importante a análise do volume, da divisão sexual e etária da população, das dinâmicas de migração e do estado de saúde e nutricional.

A *reprodução ecológica*, por sua vez, é entendida como a dinâmica dos sistemas naturais em relação às mudanças realizadas pelo homem, bem como a percepção das características do meio físico e natural, e dos movimentos de evolução e involução do meio.

Por fim, a *reprodução produtiva* é a dinâmica técnica e econômica através da qual um sistema modifica-se para poder continuar a existir, alterando também os modos de produção formal e informal (coleta, caça e extração) e as lógicas internas dos sistemas de produção.

Observa-se que, sob várias circunstâncias, a agricultura na forma como é concebida e praticada atualmente no Brasil gera problemas que comprometem a sua reprodução e sua conseqüente sustentabilidade. O primeiro problema é causado pela intensificação da atividade agrícola, pela monocultura, pelo uso intensivo de insumos químicos e pela mecanização. O segundo manifesta-se pela sobre-utilização dos recursos naturais e dos ecossistemas frágeis. Tais ações, no entanto, muitas vezes têm sido praticadas por parte das populações que, vitimadas pela concentração

das atividades econômicas e, em especial, da concentração fundiária, são obrigadas a seguir uma lógica de curtíssimo prazo, que exaure os recursos naturais para garantir a sua sobrevivência imediata.

A segurança alimentar, por sua vez, é vista além da simples produção de alimentos, pois se pressupõe que assegure uma oferta suficiente de alimentos e tenha a capacidade de, ancorada em alguns princípios básicos, significar o reconhecimento de que cada indivíduo, enquanto cidadão, tem como direito humano fundamental o acesso a uma alimentação suficiente e de boa qualidade. Uma adequada compatibilização entre os objetivos da segurança alimentar e da sustentabilidade refere-se à necessidade de um ordenamento territorial, distinguindo-se as terras impróprias para a agricultura ou mesmo para outros usos, daquelas de uso restrito.

A dificuldade na operacionalização da sustentabilidade do desenvolvimento é comum, pois além dos interesses econômicos e de classes sociais envolvidos, há a necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se. O termo sustentável, normalmente entendido como a imutabilidade no tempo e no espaço, contrapõem-se à noção de desenvolvimento a qual considera necessários o crescimento e a mutação. Qual a maneira correta de conciliar ambos os conceitos de forma que a sustentabilidade seja entendida de forma dinâmica e o desenvolvimento pressuponha limites na efetivação do bem-estar econômico para possibilitar o bem-estar social e ambiental? Para SABOURIN (2000), a solução está em considerar a agricultura sustentável sob o ponto de vista da justiça social, como um projeto de sociedade que deve ser construído levando em conta os aspectos técnicos, sociais, políticos e cívicos.

### **2.2.2 Reprodução e sustentabilidade**

As estratégias familiares estão intimamente relacionadas com o conceito de reprodução e são respostas dadas por cada membro da família à necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, a do grupo, bem como da unidade de produção em si (LAMARCHE, 1994). Desta forma, a compreensão das respostas atuais relaciona-se com o conhecimento da origem social do grupo e o seu capital econômico, social e cultural (WOORTMANN, 1997).

As estratégias não são necessariamente atos de livre escolha dos indivíduos, mas um exercício prático de atores sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das

condições em que vivem, ou seja, as estratégias são o resultado de um senso prático, de um *habitus*<sup>11</sup> do agricultor para garantir a reprodução e são historicamente definidas. No caso da agricultura familiar, o *habitus* advém do seu patrimônio sócio-cultural e a reprodução dos saberes e práticas pode ser ampliada ao incorporar novos elementos, como parte integrante da reprodução do grupo social (BOURDIEU, 1996).

Assim, as estratégias são dinâmicas e heterogêneas em função dos variados graus de adaptação que cada unidade familiar adota segundo a disponibilidade de recursos econômicos, projetos para o grupo familiar, apego aos valores tradicionais e grau de limitações ligadas aos recursos naturais e à mão-de-obra disponível em cada momento ou local. Na busca, ainda, do entendimento das decisões adotadas pelos agricultores faz-se necessária a compreensão global da exploração agrícola que faz com que as estratégias tenham a ver com outros fatores, como o âmbito das variações na intensidade de trabalho, o recrutamento/êxodo dos membros da família, a ampliação ou a redução do consumo e a diversificação, redução ou intensificação da produção.

A diversificação da produção destina-se a aumentar a possibilidade de produtos comercializáveis e também garantir o autoconsumo (LAMARCHE, 1993). A explicação da diversidade, no entanto, parece não estar relacionada a uma causa específica mas associada a fatores diversos resultantes de um processo de ajustamento da unidade produtiva operado pela família. Esse ajustamento, sob o ponto de vista ambiental, representa a possibilidade de assegurar condições de reprodutibilidade social e igualmente ambiental, na medida em que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema (BRANDENBURG, 1999).

A essa diversidade produtiva acrescenta-se atualmente a ampliação da pluriatividade no meio rural, ou seja, uma camada significativa de agricultores busca combinar a agricultura a outras formas de rendimento não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária, como já destacado. Apesar de a pluriatividade, vista como a múltipla inserção no mercado de trabalho, ser uma prática bastante comum e antiga nas sociedades camponesas mais tradicionais apresenta-se de forma muito diferente, segundo o local ou a sociedade em foco (CARNEIRO, 1998).

A pluriatividade, vista como uma das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, está presente, em maior ou menor grau, em todos os países pesquisados. Trata-se de uma

---

<sup>11</sup>O *habitus*, segundo Bourdieu, (1996) seria o comportamento socialmente criado e interiorizado por determinado grupo social, que assim tende a repeti-lo; na verdade, são as atitudes e a inclinação a perceber sentir, fazer e pensar; são comportamentos e valores aprendidos e interiorizados.

estratégia adaptativa das unidades de produção, significando dificuldades próprias de algumas camadas de produtores agrícolas, crise do mundo rural ou da sociedade local, ou uma escolha de um modo de vida particular, perfeitamente estável e que tende a reproduzir-se (LAMARCHE, 1994). Já CHONCHOL (1991) afirma que as famílias rurais, na América Latina, estabelecem estratégias de subsistência que significam desenvolver diferentes atividades, como pesca, artesanato, extração de produtos naturais, venda de força de trabalho, a fim de garantir um ingresso mínimo para a sobrevivência do grupo familiar.

As estratégias familiares em torno da organização do trabalho se relacionam, então, à divisão do trabalho entre os diversos membros da família e à intensidade da utilização das diferentes frações de mão-de-obra, tanto na unidade de produção quanto fora dela, incluindo as migrações sazonais e temporais. Nesse processo de proletarização, uma das estratégias de resistência da família camponesa é a saída de alguns membros em busca de trabalho assalariado temporário, nos centros urbanos ou rurais (ANTUNIASSI et al., 1993).

No Brasil, são comuns a venda da força de trabalho e a contratação de trabalhadores. WANDERLEY (1999) afirma que o trabalho externo é uma necessidade estrutural, ou seja, o estabelecimento familiar se reproduz também através do trabalho externo. Já no Equador, a migração temporal não obedece necessariamente a uma situação de empobrecimento: para algumas famílias camponesas a venda da força de trabalho é, efetivamente, uma exigência de sobrevivência; para outras, é uma alternativa para poderem manter-se nas atividades agrícolas. Ou seja, a saída de alguns membros para o trabalho fora do âmbito familiar, de forma temporária, garante a sua permanência no longo prazo como agricultor (CARRASCO, 1991).

A dinâmica do êxodo dos jovens, também ela uma estratégia, é um processo complexo com várias causas que “comandado, às vezes, pelo fracasso de algumas estratégias produtivas, nutre-se da necessidade de evacuar o excesso de braços”, é, também, “resposta positiva ao chamado da cidade, busca de novos espaços de liberdade” e “fuga diante das incertezas que ameaçam o mundo rural” para “garantir aos filhos uma segurança talvez maior fora do setor agrícola” Concluiu-se, nesse mesmo estudo, que tanto a pluriatividade como o êxodo dos filhos em alguns lugares estudados, inclusive no Brasil, são atitudes negativas em relação à sociedade local, pois o emprego externo traduz-se no fracasso ou impossibilidade de optar por outras alternativas mais agrícolas e locais (LAMARCHE, 1994).

Vale destacar, então, que a reprodução da agricultura familiar no Brasil, busca, hoje, uma modernidade socialmente definida. O objetivo dessa modernidade social, segundo WANDERLEY (1998), é tornar o setor agrícola eficiente, através da superação do peso histórico de sua tradição extensiva, além de assegurar o acesso da população aos bens materiais e culturais, bem como estabelecer a cidadania para a população rural, ou seja, tornar o meio rural um espaço de produção, de geração de renda e de vida com qualidade. Para se compreender o espaço de reprodução da agricultura familiar, não basta desenhar os seus contornos, calculando sua dotação em recursos produtivos. É necessário compreender que esse é um espaço em construção, muitas vezes precário e instável, cuja viabilidade depende da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares (WANDERLEY, 1995), além de políticas adequadas para apoiá-los. Mas as carências e as adversidades do mundo rural brasileiro são expressivas e têm produzido um quase bloqueio histórico ao desenvolvimento potencial dessa agricultura. No caso em análise, esse “bloqueio” é duplo porque as restrições ambientais impostas aos agricultores afetam significativamente suas atividades e suas condições de reprodução (ZANONI et al., 2000).

### 2.3 AS APAS E A VISÃO PRESERVACIONISTA DO MEIO AMBIENTE

Antes de definir o conceito de APA (Área de Proteção Ambiental), é preciso tecer algumas considerações.

Um dos mecanismos mais tradicionais utilizados no mundo para a conservação de biodiversidade é o estabelecimento de um sistema representativo de unidades de conservação, geralmente na forma de parques e reservas, acrescidos de áreas sob outras categorias de manejo, protegendo frações de ecossistemas naturais sem a interferência do homem (WRI, 1992; McNeely, 1992; Noss, 1996).

No Brasil, a concepção de reservas naturais vem passando por uma transição significativa desde sua institucionalização pelo Código Florestal de 1934. Num primeiro momento, prevaleceu a importância dos aspectos estéticos e simbólicos. A partir da década de 1960, sob a influência dos debates ambientalistas, a justificativa para a criação das reservas desloca-se para a perspectiva ecológica, na qual os esforços são direcionados para a manutenção da diversidade de ecossistemas. O modelo preservacionista dominante considera a ação humana nociva e revela a crença infundada

num “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES 1994), segundo o qual qualquer alteração é assumida como indesejável por abalar um estágio natural supostamente primitivo. Em todo o mundo, esse padrão tem conseqüências desastrosas para as comunidades que vivem e manejam recursos nos lugares que passaram a se constituir como espaços de preservação. Nas décadas de oitenta e noventa, no entanto, a discussão sobre o uso sustentável dos recursos e sobre a inserção das comunidades nos mecanismos de gestão das reservas passou a ser mais freqüente. Essas transformações foram paralelas ao processo de redemocratização do país e acompanharam, também, a reestruturação das relações sociais e econômicas das populações residentes em áreas protegidas.

A lei 6938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil, tem como objetivo geral “compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental”. Para tanto, propôs intervenções como a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; proteção dos ecossistemas, controle e zoneamento das atividades potencialmente poluidoras, recuperação de áreas degradadas, entre outras.

As unidades de conservação, entre elas as Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, que previam a permanência das populações residentes, a manutenção de suas atividades econômicas – desde que compatíveis com a conservação dos recursos naturais – e a inserção dessas comunidades nos mecanismos de gestão das reservas, apresentaram um aspecto inovador quando foram adotadas, pois a política de implantação de reservas anterior considerava o isolamento e a “intocabilidade” das áreas como requisito para preservação e via as populações locais como ameaças à integridade das áreas protegidas (DIEGUES, 1996). As APAs são um tipo de Unidade de Conservação de uso direto destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes. Visam a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas naturais. A proteção ocorre em propriedades particulares, sem a desapropriação (MMA, 1998). No ano de 1988, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) introduziu o Zoneamento Ecológico-Econômico<sup>12</sup> como um instrumento de manejo para as APAs, resolução que foi questionada pela dificuldade na elaboração do relatório.

Os conflitos resultantes da utilização dos recursos naturais em APAs, por sua vez, relacionam-se com os níveis de restrições muitas vezes acima do que a propriedade privada

---

<sup>12</sup> Resolução CONAMA nº 10 de 14/12/88

consegue absorver, incentivando, assim, ocupações irregulares ou clandestinas. Segundo Corte (1997), "uma das dificuldades de viabilizar as APAs ou torná-las efetivas é o excesso de restrições impostas pela legislação ambiental a uma propriedade particular, que acaba por prejudicar as tentativas de busca do equilíbrio entre os objetivos sócio-econômicos e os ecológicos." Segundo OLIVEIRA e RIBEIRO NETO (1989), "as áreas tombadas se tornam mais vulneráveis à depredação dos recursos naturais. Isto acontece basicamente porque não são apresentadas alternativas viáveis às populações que moram nas áreas tombadas de forma a ajudar a sua fixação na região periférica à reserva ou parque natural" (p.110).

A APA prevê a participação dos proprietários das terras na gestão da área. Para isso é necessário que a informação e a comunicação sejam eficientes. O Conselho de Gestão colegiado é um mecanismo usado na administração das APAs federais que possibilita a representação dos diversos segmentos da sociedade civil, órgãos públicos, instituições de pesquisa e empresas para elaborar, planejar e atuar na gestão da área. Muitas vezes, porém, esse dispositivo não é usado devido a vários problemas, como: falta de recursos humanos, ausência de recursos materiais, pouco interesse por parte dos proprietários da terra, pequena compreensão do que seja uma área de proteção ambiental, etc...

A preocupação com as populações residentes em parques e reservas teve início em 1984, na Primeira Conferência sobre Parques Culturais. Entretanto, apenas em 1986, na Conferência da UICN *Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a Estratégia Mundial para a Conservação*, a situação dos povos tradicionais que vivem em parques foi tratada de forma explícita e recomendou-se que esses povos não deveriam ter seu modo de vida alterado se decidissem permanecer na área do parque ou reserva.

Em 1992, no IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, que teve como título "Povos e Parques", a grande representatividade, tanto de instituições como de países, evidenciou a preocupação com o tema. Nesse mesmo ano, o Banco Mundial (1992) recomendou que na criação de áreas protegidas, a população não deve ser removida ou reassentada, nem deve sofrer restrições severas quanto ao uso tradicional dos recursos naturais. No Brasil, a preocupação com as populações residentes em parques ou áreas de preservação é recente. Muitos dos espaços que se tornaram áreas de proteção ambientais estavam ecologicamente "bem conservados" e de nenhum modo "desabitados", apesar da baixa densidade populacional (DIEGUES, 1996).

A manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais apresenta estreita relação com as práticas tradicionais da agricultura itinerante. O sistema de produção característico era produzir mercadorias para a venda e garantir a sobrevivência por meio da agricultura, pesca, extrativismo e trabalho assalariado ocasional. A permanência histórica dessa população se deve a esse sistema de produção, o qual possibilita a reprodução ecológica, social e produtiva. Esse sistema de produção característico foi observado no município de Guaraqueçaba, e ainda permanece em algumas comunidades. Entretanto, algumas sociedades que apresentam formas tradicionais de produção em estreita relação com a natureza, são extintas ou desarticuladas em função de não se coadunarem com as lógicas de produção dominantes, segundo OLIVEIRA e ROUGEULLE (1989).

Há outro aspecto a ser abordado: as culturas tradicionais<sup>13</sup> não-indígenas, residentes no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, são denominadas de “caiçaras”. Em outras regiões do país são denominadas de caipiras, vargeiros, jangadeiros, pequenos produtores litorâneos açorianos. De uma maneira geral, são populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Outras populações, através de sucessivas migrações, vieram se juntar a eles e acrescentaram grande diversidade social e cultural a estas regiões.

As populações localizadas no sul do estado de São Paulo e Paraná, como já foi dito anteriormente, incluindo as que residem na APA de Guaraqueçaba, devido ao isolamento relativo, desenvolveram modos de vida particulares bastante dependentes dos ciclos naturais e dos recursos naturais locais, aliados a formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis, por meio do extrativismo vegetal, animal (caça e pesca) e da pequena agricultura itinerante.

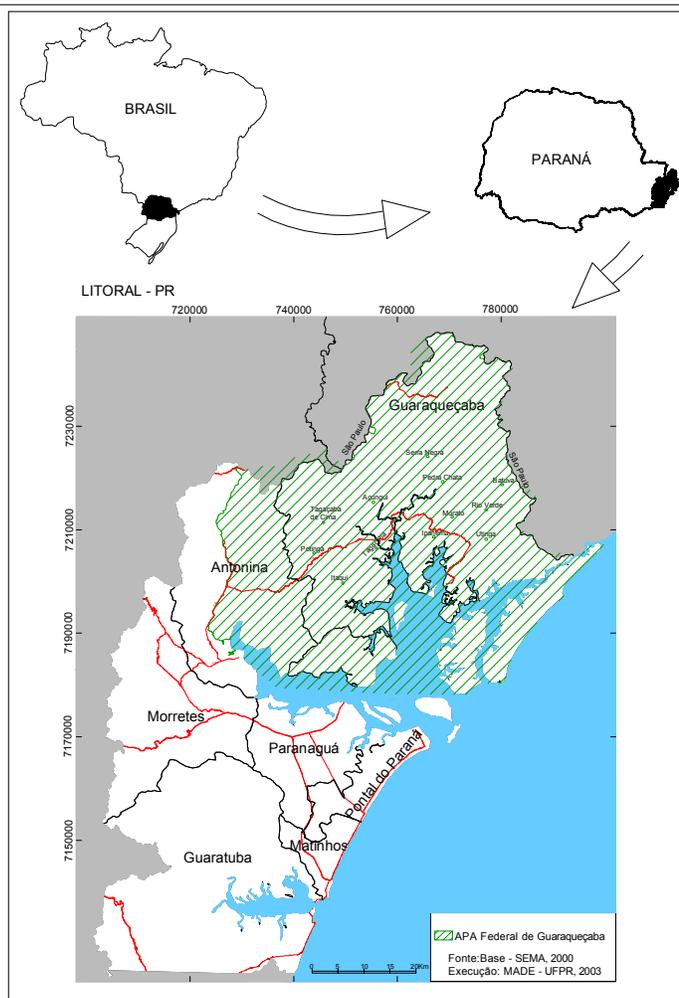
A implantação das APAs tem efeito significativo sobre as estratégias de reprodução desses agricultores/coletores. No caso da APA de Guaraqueçaba, a visão preservacionista dominante priorizou a reprodução do sistema natural sem, no entanto, incluir nas preocupações das políticas dirigidas a essas regiões um enfoque que levasse em conta a reprodução produtiva e social das populações locais. É no quadro desse conflito entre preservação e desenvolvimento que se situa a problemática deste trabalho – qual seja as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da APA de Guaraqueçaba.

---

<sup>13</sup> Padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados e seus produtos materiais, além disso existe uma dependência e simbiose com a natureza a partir dos quais se constrói um *modo de vida* (DIEGUES, 1992).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho, como foi dito na Introdução, faz parte do projeto Preservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável: Estratégias dos Atores Rurais numa Área de Proteção Ambiental – Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná – Brasil. Como se trata de um programa interdisciplinar de pesquisa, foram contemplados diferentes aspectos e escalas de observação, desde a região do Litoral Norte do Paraná até os estabelecimentos rurais, localizados no município de Guaraqueçaba (Figura 1).



Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados no trabalho. Inicialmente, serão descritos os procedimentos adotados na etapa coletiva e individual, respectivamente, bem como a unidade de análise e as técnicas utilizadas (Quadro 1).

**QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS COLETIVA E INDIVIDUAL**

| <b>ETAPA</b> | <b>ITEM</b>  | <b>UNIDADE DE ANÁLISE</b>  | <b>TÉCNICAS UTILIZADAS</b>                       |
|--------------|--|--|--|
| COLETIVA     | aplicação da pesquisa em campo, codificação e análise preliminar dos dados   | estabelecimento rural, domicílio, família, população residente e não-residente | censo, estatística descritiva                    |
| INDIVIDUAL   | caracterização das comunidades rurais segundo as atividades produtivas       | famílias residentes nas comunidades rurais                                     | estatística descritiva                           |
|              | análise do perfil da agricultura familiar em Guaraqueçaba                    | famílias agrícolas nas comunidades rurais                                      | agrupamento hierárquico, árvore de classificação |
|              | estudo das estratégias dos agricultores familiares na comunidade de Potinga. | famílias agrícolas residentes em Potinga                                       | entrevistas                                      |

FONTE: Dados da pesquisa

A primeira etapa, denominada “etapa coletiva”, foi realizada por uma equipe multidisciplinar, de professores e alunos. O objetivo central foi a identificação de situações de conflitos, tensões/rupturas ou desequilíbrios na relação sociedade-natureza, segundo os diferentes domínios da reprodução, com o fim de orientar o processo de elaboração da problemática da pesquisa individual. Serão descritos, pois, nos itens 3.1 e 3.2, os procedimentos metodológicos adotados para a delimitação da área de pesquisa e definição da unidade espacial de análise utilizada, bem como a própria aplicação da pesquisa em campo, seguida da organização dos dados, da análise preliminar destes e da elaboração das cartas temáticas.

A etapa seguinte, denominada “etapa individual”, consistiu, primeiramente, na apropriação que este trabalho fez dos dados coletivos para análise do perfil da agricultura familiar em

Guaraqueçaba e, em seguida, no estudo das estratégias propriamente ditas, dos agricultores familiares. Para tanto, realizou-se inicialmente uma tipologia através da seleção de alguns indicadores com base no objetivo da pesquisa, a qual contemplou os elementos determinantes da reprodução da agricultura familiar, seguida de uma análise qualitativa detalhada das estratégias na comunidade selecionada.

Vale destacar que os estudos sobre a agricultura familiar, de forma cada vez mais usual, adotam uma postura interdisciplinar, sendo que nesses estudos a abordagem sistêmica tem sido o método mais utilizado. Tal enfoque permite pensar o desenvolvimento como uma evolução conjunta das forças naturais e da ação do homem, pelo fato de proporcionar conhecimento e entendimento totais da realidade, por meio da noção de conjunto de elementos organizados e integrados. No entanto, observar a realidade como sistema não elimina o racionalismo analítico, mas lhe circunscreve o papel de identificar características e propriedades inerentes a cada elemento que compõe o todo (CERNEA, 1995; D'INCAO, 1997).

Dessa forma, D'INCAO (1997) conclui que, ao trabalharem exclusivamente com metodologias quantitativas, os pesquisadores de sistemas de produção perdem a visão do agricultor enquanto totalidade. Essa questão parece definir, ao mesmo tempo, os limites das análises sistêmicas e os espaços abertos por ela para a contribuição dos cientistas sociais no trabalho interdisciplinar.

Além disso, segundo SPERRY (1999), as pesquisas qualitativas permitem um melhor diagnóstico da realidade social dos agricultores em contraposição ao diagnóstico de sistemas de produção. Assim, na etapa individual, far-se-á necessário o uso de métodos qualitativos para compreender de forma adequada as estratégias de reprodução da agricultura familiar. CHAMBERS (1995) afirma que atualmente tanto os profissionais como as instituições reconhecem e preocupam-se em apreender a realidade ouvindo atentamente e através de uma aprendizagem de *cima para baixo*, bem como atuam apoiando a diversidade ao invés da uniformidade, colocando os seres humanos no centro do universo estudado.

Nos próximos itens iniciar-se-á uma apresentação dos mecanismos práticos e dos conceitos teóricos presentes no encaminhamento propriamente dito da pesquisa.

### **3.1. Diagnóstico Preliminar e Pesquisa Exploratória**

Neste capítulo faz-se necessária a descrição dos primeiros diagnósticos e da forma como se procedeu a pesquisa exploratória.

A fase coletiva, realizada entre julho de 1999 e maio de 2000, consistiu no diagnóstico preliminar das comunidades do meio rural no município de Guaraqueçaba – o objetivo foi o estudo geral e a problematização das inter-relações entre a sociedade e a natureza – alternado com oficinas de pesquisa. A etapa inicial desta fase consistiu no levantamento, compilação e análise de estudos já realizados especialmente os voltados para a análise de informações sociais, demográficas, econômicas e produtivas a respeito da região do litoral Norte do Paraná e do município de Guaraqueçaba, através de dados oficiais<sup>14</sup>. O primeiro levantamento teve como objetivo caracterizar e identificar, através da sistematização de informações demográficas e sócio-econômicas, alterações no modo de ocupação e na exploração dos recursos naturais, bem como a influência das políticas públicas na relação entre a sociedade local e o meio ambiente.

Além disso, foram realizadas algumas visitas ao município, seguidas de entrevistas com informantes qualificados, cujo propósito foi identificar os elementos condicionantes do processo de desenvolvimento rural. Nesta etapa da pesquisa, o objetivo foi compreender tanto o passado quanto a situação atual, bem como os problemas diagnosticados pelos diferentes atores sociais (agricultores, representantes do poder público, organizações não governamentais, entre outros).

Em todo o processo desta parte coletiva inicial da pesquisa, tornou-se evidente a ausência de informações, bem como a precariedade dos dados existentes. Tal situação foi observada também em outros estudos realizados em APAs (ADAMS, 2000; BRITTO, 2000). Apesar de o município de Guaraqueçaba ser objeto de várias pesquisas, especialmente nas ciências ambientais, nesta fase do trabalho constatou-se a escassez de dados nos âmbitos demográfico, sócio-econômico, cartográfico e principalmente produtivo. Tal fato também foi identificado por ADAMS (2000) ao realizar um levantamento dos estudos sobre as populações humanas do interior das unidades de conservação.

#### **3.1.1 Definição da Unidade Espacial de Análise**

---

<sup>14</sup> A análise dos dados apresentou problemas, particularmente com os dados do Censo Agropecuário de 1995, bastante discrepantes em relação ao levantamento anterior (1985) e em relação a outras fontes (EMATER, IPARDES, SPVS), para o mesmo período.

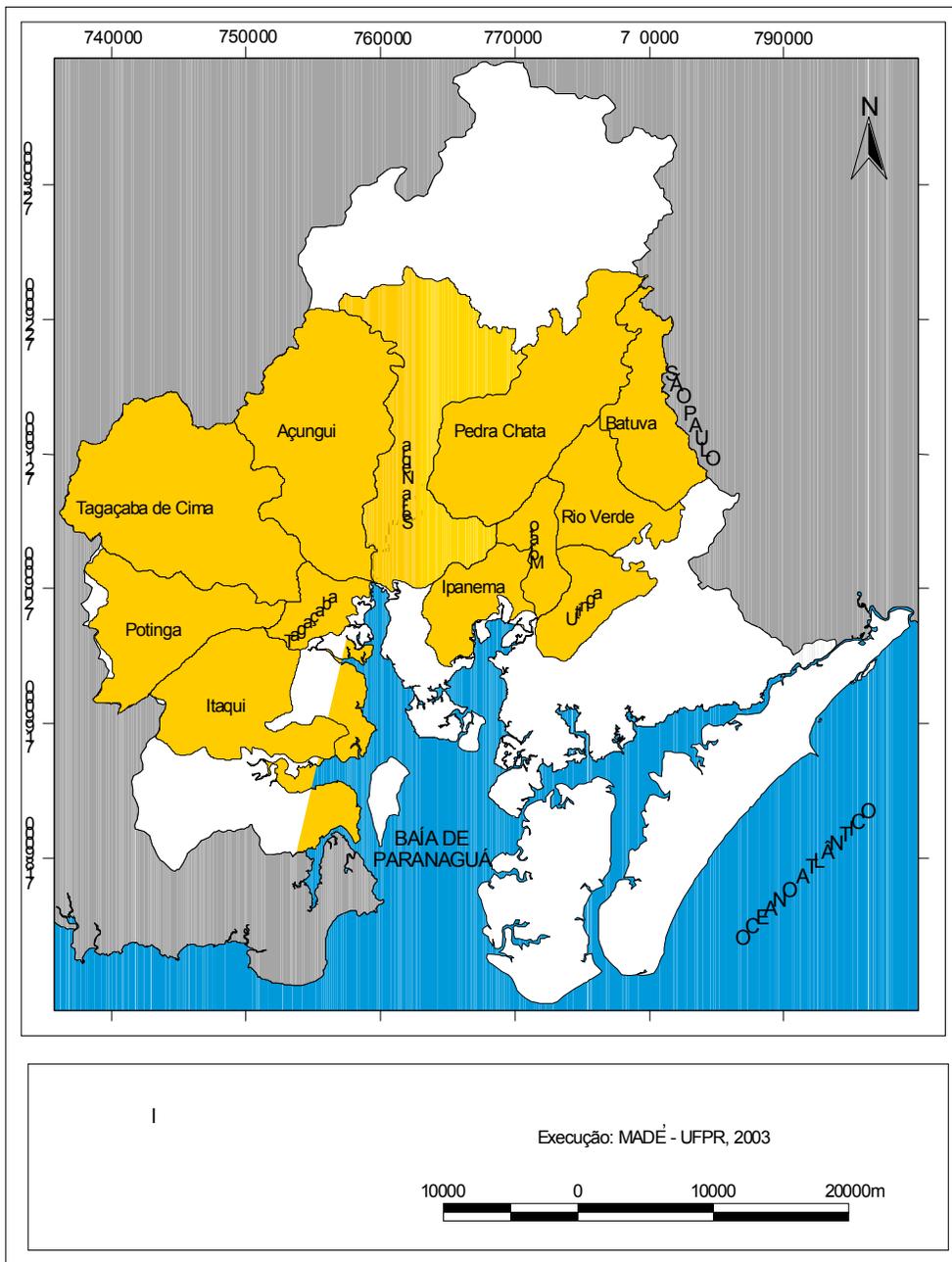
Optou-se por utilizar como unidade espacial de análise a família no interior da comunidade rural<sup>15</sup> pelo fato de que várias decisões são tomadas no âmbito familiar. Além disso, a comunidade representa um nível de organização privilegiado para a compreensão da relação sociedade-natureza e possibilita a localização e a análise dos conflitos de uso e impactos ambientais, existentes e potenciais. A adequação da unidade de análise torna-se evidente nos estudos de comunidades rurais, usuais na década de 50, bem como nos estudos de bairros rurais nos anos 60, os quais evidenciam, tanto na literatura brasileira quanto na internacional<sup>16</sup>, semelhanças em diferentes partes do mundo. Embora os autores estudem realidades empíricas diferenciadas, a caracterização de '*comunidade camponesa*' (SHANIN, 1972) ou da '*estrutura da sociabilidade caipira*' (CANDIDO, 1975) é similar. Esses estudos mostram também semelhanças na ocupação do espaço, na organização da produção e nos padrões culturais descritos em vários estudos.

A conclusão sobre a existência de 12 comunidades rurais (Figura 2) e a delimitação das mesmas foi o resultado de discussão com os moradores em entrevistas anteriores à pesquisa de campo. Foram excluídas as áreas cuja atividade principal é a pesca, geralmente ilhas e duas comunidades costeiras.

---

<sup>15</sup> O objetivo do programa, desde o início, foi estudar as comunidades rurais, motivo pelo qual posteriormente foram excluídas a sede do município (situação urbana), bem como as ilhas *strictu sensu*, já que nestas se evidencia como atividade principal a pesca, sendo que praticamente não se realizam atividades agropecuárias.

<sup>16</sup> Candido (1975), Queiroz (1973), Shanin (1972)



**FIGURA 2 – Representação das comunidades rurais do município de Guaraqueçaba.**

Durante o planejamento da pesquisa de campo, por sua vez, foi realizado um estudo exploratório que consistiu em entrevistas junto a informantes qualificados, a instituições públicas e a agricultores e moradores rurais, cujo objetivo foi determinar o número de domicílios existentes a fim de dimensionar o período do trabalho, bem como compreender as definições utilizadas pela população local para delimitar as comunidades. Além disso, nesta fase foram abordados aspectos relacionados à história das comunidades em si: dinâmicas de adaptação, ruptura, encolhimento e crescimento, ou seja, a trajetória da população e a dinâmica agrícola/ não agrícola.

Nessa etapa foram estabelecidos os primeiros contatos com os membros das comunidades. Além disso a participação em todas as fases facilitou a realização da pesquisa individual, efetivada posteriormente e de suma importância para determinar a continuidade do estudo.

A partir do já citado diagnóstico preliminar, foram identificados os elementos condicionantes do desenvolvimento e a maneira como eles interferem na interface das relações sociais, biodemográficas, produtivas e ambientais. O marco de coleta dos dados pelos diferentes pesquisadores organizou-se segundo uma matriz construída a partir do esquema de articulação entre os diferentes "domínios de reprodução"<sup>17</sup> (Anexo 1). O objetivo deste trabalho de coleta de dados foi efetuar uma síntese que indicasse as dinâmicas atuais em cada um dos "domínios de reprodução" e a sua interface.

---

<sup>17</sup> O presente item é comum ao projeto de pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Natureza: Estratégias organizacionais dos atores sociais do meio rural em Áreas de Proteção Ambiental - Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná. UFPR - MADEE. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS- UPRES 5036- Université de Bordeaux II-França. Curitiba, MADE , 1999.

### 3.2 CENSO NAS COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA

A pesquisa de campo consistiu na elaboração de um questionário, seguida da seleção e formação das equipes e, finalmente, do trabalho em campo propriamente dito. O questionário foi estruturado em sete blocos, por unidade de análise: imóvel, estabelecimento agrícola, produtor rural, mão de obra, domicílio, família, mulher. Na tabulação final, algumas unidades de análise foram agrupadas e outras foram desconsideradas. O banco de dados acabou constituído por cinco itens: imóvel; estabelecimento; produtor e mão de obra (1), domicílio (2), família – dados genéricos (3), família – membros residentes (4) e família – membros não residentes (5) (Anexo 2: formulários e tabelas de codificação).

Antes da pesquisa de campo<sup>18</sup> houve uma pesquisa exploratória e um pré-teste<sup>19</sup>. Os pesquisadores foram selecionados entre alunos dos cursos de Ciências Sociais, Geografia, História e Agronomia, da Universidade Federal do Paraná, os quais passaram por um período de formação para esclarecimento de conceitos e apresentação dos referidos questionários.

A equipe de pesquisadores e coordenadores de campo, dividida em 3 subequipes, realizou a pesquisa em todas as comunidades rurais do município de Guaraqueçaba, sendo que a proposta era realizá-la na totalidade dos domicílios rurais desse município.

Por sua vez, todas as subequipes adotaram um procedimento padrão no início do levantamento: a partir de listagens já existentes das famílias, foram feitas checagens dos dados e, quando necessário, complementação das listas com os domicílios efetivamente encontrados nas comunidades.

Como foi comentado, a pesquisa teve um caráter censitário domiciliar, incluindo todos os domicílios rurais, agrícolas e não agrícolas. Seu universo foi o total dos domicílios localizados nas 13 comunidades rurais do município: Assungui, Batuva, Ipanema, Itaqui, Morato, Pedra Chata, Potinga, Rio Verde, Serra Negra, Tagaçaba de Cima, Utinga e Rio Guaraqueçaba<sup>20</sup> (esta última foi excluída por apresentar apenas dois domicílios, não se configurando como uma comunidade, no ano 2000).

Foram incluídos na pesquisa os moradores rurais de ocupação agrícola e não agrícola. Também foram incluídos os moradores de fazendas, se mantivessem roças próprias, mas não foram analisados os dados agropecuários e fundiários destas, já que as mesmas foram objeto de outras pesquisas realizadas no âmbito do programa.

---

<sup>18</sup> Realizada em julho de 2000.

Durante todo o processo, houve dificuldade na obtenção de informações quantitativas relativas à área de plantio, produção e produtividade dos estabelecimentos rurais. Tal fato é compreensível em face leis ambientais restritivas a essas atividades.

### **3.2.1 Organização do Banco de Dados**

Feito o levantamento de campo, foi realizada a digitação dos dados, após a codificação manual de todas as respostas. Foram levantados 727 domicílios, 755 famílias e 433 estabelecimentos rurais nas comunidades rurais do município de Guaraqueçaba (Tabela 1), totalizando 2825 pessoas residentes nas 12 comunidades pesquisadas. Foram excluídos os estabelecimentos rurais reconhecidos como fazendas tanto pelo tipo de gestão como pela área ocupada, superior a 350 hectares. Os conceitos utilizados para determinar as diferentes unidades de coleta de dados foram os seguintes:

- **IMÓVEL** = conjunto de terras contíguas, sob domínio de um único indivíduo ou empresa, independentemente da forma de titulação, registrada no INCRA como um todo. Neste conceito entram as terras legalizadas, aquelas em processo de legalização, as terras de posse (pacífica ou não), desde que sejam contíguas.
- **ESTABELECIMENTO** = área de terras contínuas ou não na qual se realiza produção agropecuária, sob gerência de um mesmo produtor rural, sob uma mesma condição de uso. Os dados de produção agropecuária referem-se ao ano agrícola julho/99 a junho/2000.
- **PRODUTOR RURAL** = aquele que detém a apropriação real dos meios de produção e da terra de um estabelecimento.
- **DOMICÍLIO** = moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos com entrada privada, mesmo que esteja localizado em estabelecimento comercial.

---

<sup>19</sup> Realizados entre janeiro e junho de 2000.

<sup>20</sup> Comunidade excluída por ter apenas dois domicílios, não se configurando como uma comunidade, no ano 2000.

**TABELA 1 – Distribuição absoluta e percentual de população residente, população não residente, famílias, domicílios e estabelecimentos rurais, segundo as comunidades rurais no município de Guaraqueçaba, 2000.**

| Comunidades      | População Residente |            | População não Residente |            | Famílias   |            | Domicílios |            | Estabelecimentos |            |
|------------------|---------------------|------------|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------|------------|
|                  | Nº                  | %          | Nº                      | %          | Nº         | %          | Nº         | %          | Nº               | %          |
| Assungui         | 208                 | 7,36       | 101                     | 6,01       | 60         | 7,95       | 59         | 8,12       | 39               | 9,01       |
| Batuva           | 228                 | 8,07       | 122                     | 7,26       | 54         | 7,15       | 54         | 7,43       | 43               | 9,93       |
| Ipanema          | 163                 | 5,77       | 115                     | 6,84       | 45         | 5,96       | 43         | 5,91       | 21               | 4,85       |
| Itaqui           | 319                 | 11,29      | 196                     | 11,66      | 82         | 10,86      | 78         | 10,73      | 39               | 9,01       |
| Morato           | 156                 | 5,52       | 72                      | 4,28       | 41         | 5,43       | 40         | 5,50       | 18               | 4,16       |
| Pedra Chata      | 108                 | 3,82       | 81                      | 4,82       | 32         | 4,24       | 31         | 4,26       | 24               | 5,54       |
| Potinga          | 389                 | 13,77      | 218                     | 12,97      | 98         | 12,98      | 94         | 12,93      | 60               | 13,86      |
| Rio Verde        | 158                 | 5,59       | 63                      | 3,75       | 40         | 5,30       | 39         | 5,36       | 29               | 6,70       |
| Serra Negra      | 254                 | 8,99       | 230                     | 13,68      | 78         | 10,33      | 75         | 10,32      | 47               | 10,85      |
| Tagaçaba         | 423                 | 14,97      | 266                     | 15,82      | 124        | 16,42      | 119        | 16,37      | 55               | 12,70      |
| Tagaçaba de Cima | 368                 | 13,03      | 190                     | 11,30      | 89         | 11,79      | 83         | 11,42      | 49               | 11,32      |
| Utinga           | 51                  | 1,81       | 27                      | 1,61       | 12         | 1,59       | 12         | 1,65       | 9                | 2,08       |
| <b>Total</b>     | <b>2825</b>         | <b>100</b> | <b>1681</b>             | <b>100</b> | <b>755</b> | <b>100</b> | <b>727</b> | <b>100</b> | <b>433</b>       | <b>100</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

O controle do número total de domicílios através do resultado do Censo Demográfico de 2000 permitiu analisar o alcance da pesquisa domiciliar. Nas 12 comunidades terrestres onde tal pesquisa foi feita, segundo o resultado do Censo, existiam 754 domicílios com 2879 pessoas residentes. Os números alcançados pela pesquisa atual foram de 727 domicílios e 2825 pessoas residentes, representando, respectivamente, 96,24% e 98,12% da informação censitária<sup>21</sup>. A população não residente representa os membros das famílias que não moram mais no domicílio da família de origem.

No total foram levantados 433 estabelecimentos, tendo sido excluídos aqueles reconhecidos como fazendas, tanto pelo tipo de gestão como pela área, superior a 350 hectares.

As informações levantadas pela pesquisa contrastam com os dados do Censo Agropecuário de 1995 que indicavam uma redução mais acentuada do número de estabelecimentos rurais. Sobre o censo do IBGE, cabe ressaltar que foi o primeiro a ser realizado depois que o município passou a integrar uma Área de Proteção Ambiental, o que pode justificar, em parte, essa redução (alguns imóveis deixaram de ser considerados pelo IBGE, por terem desativado sua produção agropecuária).

As diferenças entre os dados da pesquisa e as do censo podem indicar tanto um levantamento mais abrangente dos estabelecimentos na presente pesquisa como também uma diferença conceitual (a inclusão de unidades agropecuárias com forte atividade agrícola de subsistência, mas sem vendas).

Durante o levantamento dos dados foi evidente a omissão das informações quantitativas sobre área total dos estabelecimentos, sobre a distribuição da área total por grupos de atividades econômicas. Os dados sobre a produção e produtividade agrícola apresentaram uma proporção significativa de respostas não declaradas ou imprecisas. Essa situação é compreensível em função das restrições à produção agropecuária, que leva muitos agricultores a manterem roças ocultas em áreas reconhecidas na comunidade como pertencentes a cada família, mas não declaradas. Assim, essas informações foram utilizadas parcialmente, considerando somente a realização ou não das atividades e, no caso dos produtos, sem considerar as quantidades consumidas e vendidas.

### **3.2.2 Seleção de Indicadores e Elaboração de Cartas Temáticas**

As informações colhidas geraram um banco de dados com um universo de elementos que excedeu em muito os que foi utilizado no presente trabalho. Esse banco foi, no entanto, o ponto de partida para caracterizar e conhecer, ainda que *a priori*, as diferenças e semelhanças entre as comunidades de uma maneira geral e, principalmente, as situações de conflito existentes. Com base nesses elementos, a elaboração das cartas temáticas teve como objetivo integrar um suporte que permitisse a confrontação de dados de naturezas diferentes, dentro de um mesmo referencial espacial. Uma constatação de simultaneidade ou de coincidência entre fenômenos de origens diversas não permite, sozinha, deduzir uma relação causal eles, mas pode alimentar um debate e levar a conceber-se um dispositivo de observação que permitirá tentar a validação das hipóteses que se possam formular sobre o assunto (MADE 1999).

A seleção das variáveis e a criação dos indicadores para a elaboração de uma *pré-tipificação* ocorreram em função dos objetivos do programa de pesquisa relacionado ao estudo da sustentabilidade, segundo os diferentes domínios da reprodução e do conhecimento empírico da

---

<sup>21</sup> A diferença entre o Censo e essa pesquisa pode ser explicada pelas diferenças de critérios na delimitação do que é propriedade e domicílio rural e urbano, bem como pela distinção do que é unidade familiar e domiciliar, além do fato de que não se chegou, na pesquisa, a 100%; a estimativa da equipe era acima de 95%, o que o Censo do IBGE corroborou.

realidade rural. É importante salientar que durante esta fase da pesquisa o objetivo foi conhecer e realizar um agrupamento prévio das comunidades segundo características comuns e não especificamente aquelas relacionadas com o objeto da pesquisa individual.

Essa primeira aproximação permitiu apreender as diferenças ou similitudes entre as comunidades rurais e tornou possível classificá-las, segundo a forma de ocupação das famílias, em comunidade agrícola, muito agrícola e não agrícola. No entanto, a construção do mapa ocorreu somente para a variável relativa à ocupação das famílias. Foram consideradas famílias agrícolas aquelas em que pelo menos um membro residente, de 18 anos de idade ou mais, declarou como atividade principal a agricultura, bem como aquelas que possuíam um estabelecimento rural no qual tinham produção agropecuária, independente do destino da produção, se para consumo ou venda. A opção pelo limite de idade em 18 anos, ao invés do em 10 anos ou mais adotado pelo IBGE, foi evitar um superdimensionamento das famílias agrícolas. Dessa forma a classificação adotada para as famílias foi:

- **muito agrícola** – acima de 90% das famílias residentes na comunidade são agrícolas
- **agrícolas** – acima de 65% das famílias são agrícolas
- **não agrícolas** – acima de 40% das famílias são não agrícolas

No entanto, outras variáveis, que poderiam nortear algumas dinâmicas em curso nos domínios da reprodução social, biodemográfica e técnico-econômica, foram construídas (Quadro 2).

Os critérios classificatórios para as variáveis foram realizados da seguinte forma:

- As respostas foram classificadas em 3 categorias, sendo a primeira correspondente aos valores abaixo do 1º quartil, a segunda aos valores entre o 1º e o 3º quartil e, finalmente, a terceira, aos valores acima do 3º quartil (indicadores 1, 3, 7, 8);
- comparação com médias estaduais/municipais (indicador 2 e 5);
- parâmetros pré-estabelecidos (indicador 4).

No domínio da reprodução social, foi construído um indicador referente ao nível de vida com objetivo de utilizá-lo como um indicador de estratificação sócio-econômica. Os itens escolhidos

para compô-lo evidenciam as heterogeneidades das famílias e foram estabelecidos pesos para cada um deles<sup>22</sup>:

- Bens de consumo: a existência de bens de consumo no domicílio como televisão (peso 0,5), geladeira (peso 1,5), aparelho de som (peso 1,5), máquina de lavar (peso 2), freezer (peso 3);
- Serviços: energia elétrica (peso 1);
- Acabamento da casa: existência de forro ou não (peso 3);
- Banheiro: existência de banheiro interno (peso 3);
- Meios de transporte: bicicleta (peso 0,5), carroça (peso 1), cavalo (peso 1), motocicleta (peso 1), carro (peso 2).

O indicador que analisa a relação homens/mulheres teve como objetivo comprovar o fenômeno da masculinização crescente do meio rural com impactos sobre as estratégias familiares. A razão entre o número de homens e mulheres no meio rural do estado do Paraná , segundo o Censo Demográfico do ano 2000 foi 1,11 e no município de Guaraqueçaba 1,13.

O indicador referente às atividades agropecuárias voltadas para a subsistência, considerou: mandioca, milho, feijão, arroz, café, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros, inhame, suínos e aves. Além disso a subsistência forte caracteriza-se pelas comunidades aonde acima de 40% das famílias agrícolas residentes na comunidade apresenta 4 cultivos ou mais. Por outro lado, a média a comunidade que menos de 45% apresenta 4 cultivos ou mais para subsistência e abaixo de 30% das famílias agrícolas residentes apresenta de 0 a 1 cultivo para subsistência. Finalmente, a subsistência fraca caracteriza-se por ser aquela cuja comunidade mais de 30% das famílias agrícolas residentes apresenta de 0 a 1 cultivo para subsistência.

---

<sup>22</sup> A valorização e a escolha dos itens que deveriam compor o indicador foram feitas pelos agricultores, durante o pré-teste da enquête em junho de 2000. Desta forma, o nível de vida foi calculado com base nos bens eletrodomésticos possuídos, características do domicílio e meios de transporte. A partir dessa análise e de posse dos resultados, foi utilizada a distribuição normal

**QUADRO 2 – INDICADORES CONSTRUÍDOS, SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE REPRODUÇÃO**

| Nº | INDICADORES   | DESCRIÇÃO   |
|----|---|---|
| 1  | Nível de vida   | <b>Alto</b> – média acima de 2,01<br><b>Médio</b> – 2,00 – 1,8<br><b>Baixo</b> – abaixo de 1,8  |
| 2  | Tamanho da comunidade rural - população residente                         | <b>Grande</b> – superior a 300 pessoas<br><b>Média</b> – entre 200 e 300 pessoas<br><b>Pequena</b> – entre 100 e 200 pessoas<br><b>Muito pequena</b> – inferior a 100 pessoas   |
| 3  | Relação homens/mulheres   | <b>Alta</b> – acima de 1,20<br><b>Média</b> – entre 1,19 e 1,10<br><b>Baixa</b> – abaixo de 1,09  |
| 4  | População residente /população não residente com 18 anos ou mais de idade | <b>Alta</b> – inferior a 1,49<br><b>Média</b> – 1,50 a 1,99<br><b>Baixa</b> – superior a 2,00   |
| 5  | Número de famílias que vieram após a criação da APA                       | <b>Alto</b> – acima de 30% das famílias<br><b>Médio</b> – entre 15 e 30% das famílias<br><b>Baixo</b> – abaixo de 15% das famílias  |
| 6  | Atividades agropecuárias voltadas para a subsistência /estabelecimento    | <b>Forte</b> – acima de 3,5 cultivos<br><b>Média</b> – entre 3 e 3,5 cultivos<br><b>Fraca</b> – abaixo de 3 cultivos e  |
| 8  | Diversificação agropecuária (estabelecimento x cultivo agropecuário)      | <b>Alta</b> – acima de 50% possuem mais de 5 cultivos<br><b>Média</b> – 30 a 40% apresenta 5 cultivos ou mais e 50 a 60% apresenta 1 a 4 cultivos<br><b>Baixa</b> – menos de 40% apresenta mais de 5 cultivos e acima de 60% apresenta até 4 cultivos |

FONTE: O autor

### 3.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS RURAIS AGRÍCOLAS

A classificação das famílias agrícolas segundo as diferentes comunidades rurais marcou a etapa individual da pesquisa. O objetivo inicial foi agrupar as comunidades agrícolas semelhantes através da análise simultânea das variáveis observadas no estudo para, em seguida, identificar as variáveis influentes na diferenciação entre os grupos de comunidades.

A compreensão das estratégias de reprodução utilizadas pela agricultura familiar torna necessária a análise de aspectos tecnológicos, econômicos, históricos e sócio-culturais. Para tanto, elaborou-se uma classificação das comunidades, com o objetivo de selecionar uma que fosse

representativa para, de forma detalhada, estudar as estratégias. Nesse sentido, a escolha das variáveis apresenta um papel preponderante.

A classificação/perfil das comunidades rurais teve como unidade de análise somente as famílias de agricultores do município ligadas a um estabelecimento rural. Dessa forma, as informações selecionadas para esta análise referem-se às famílias agrícolas, ou seja, 509 famílias, que representam 67,42% do total das famílias residentes nas comunidades rurais do município. Além disso, como mencionado, o critério utilizado foi famílias em que pelo menos um integrante declarou a agricultura como atividade principal. O número de famílias foi de 509 e o número de estabelecimentos, de 433, pois mais de uma família algumas vezes dividem o mesmo estabelecimento rural.

### **3.3.1 Obtenção dos Dados**

De acordo com as informações obtidas, um novo banco de dados foi constituído, com informações provenientes dos formulários do censo realizado nas comunidades e de dados sobre o estabelecimento rural, o domicílio e família agrícola. Reitera-se que considerou-se como famílias agrícolas aquelas que possuíam estabelecimento rural e na qual aonde pelo menos um membro residente, de idade acima de 18 anos, declarou-se agricultor. Optou-se por selecionar a idade de 18 anos ou mais para evitar um superdimensionamento das famílias agrícolas.

As variáveis e os indicadores construídos relacionam-se com a dinâmica da reprodução dos agricultores e dos estabelecimentos rurais.

### **3.3.2 Categorização dos Dados**

O processo de categorização dos dados, por sua vez, compreendeu inicialmente a separação dos elementos obtidos em categorias apropriadas para a informação desejada, visto que a análise desses conjuntos de grande extensão requer que os mesmos sejam agrupados em categorias ou classes, sejam eles de natureza qualitativa ou quantitativa (Quadro 3). Foi necessário efetuar algumas alterações nas variáveis originais do bloco dos estabelecimentos

rurais em função da ausência de informação quantitativa, pelo fato de o município estar localizado em uma Área de Proteção Ambiental e os agricultores submetidos a uma legislação ambiental restritiva, faz com que os produtores rurais, muitas vezes, evitem fornecer informações quantitativas como área total, área plantada e produção. Optou-se, nesses casos, pela utilização de variáveis que indicam a presença ou ausência de cultivo/atividade.

### QUADRO 3 - VARIÁVEIS UTILIZADAS NO PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS

|  |
|--|
| 1. Percentual de estabelecimentos em relação ao total de domicílios da comunidade rural;   |
| 2. Percentual de famílias agrícolas na comunidade rural;   |
| 3. Número médio de famílias por estabelecimento rural;   |
| 4. Número médio de dependentes abaixo de 14 anos, por família;   |
| 5. Número médio de filhos residentes no mesmo domicílio, acima de 18 anos de idade;  |
| 6. Número médio de filhos não residentes, acima de 18 anos de idade;   |
| 7. Percentual de famílias com escolaridade dos filhos maiores de 14 anos, igual à dos pais;  |
| 8. Percentual de famílias com escolaridade dos filhos maiores de 14 anos, superior à dos pais em até 4 anos;   |
| 9. Percentual de famílias com escolaridade dos filhos maiores de 14 anos, superior à dos pais em mais de 4 anos;                                       |
| 10. Percentual de famílias sem dependentes maiores de 14 anos;   |
| 11. Percentual de famílias sem nenhum filho;   |
| 12. Percentual de famílias que foram constituídas na comunidade;   |
| 13. Percentual de famílias que chegaram antes de 1985 (ano de implantação da APA);   |
| 14. Percentual de famílias que chegaram após 1985;   |
| 15. Número médio de cultivos agropecuários segundo as famílias;  |
| 16. Número médio de atividades agropecuárias para a subsistência;  |
| 17. Percentual de famílias em que somente a família ou somente o produtor trabalha no estabelecimento;   |
| 18. Percentual de famílias rurais com mão-de-obra composta pela família + empregado temporário no estabelecimento rural;                               |
| 19. Percentual de famílias em que a mão-de-obra é composta pela família + empregado permanente + empregado temporário;                                 |
| 20. Percentual de famílias em que a mão-de-obra é somente assalariada no estabelecimento rural;  |
| 21. Percentual de famílias que utilizam a mão-de-obra de produtores vizinhos no estabelecimento rural;   |
| 22. Percentual de estabelecimentos rurais que vendem seus produtos agropecuários;  |
| 23. Número médio do nível de vida das famílias;  |
| 24. Relação filhos residentes/filhos não residentes acima de 18 anos;  |
| 25. Percentual de famílias em que todos os membros residentes, acima de 14 anos, trabalham na agricultura;   |
| 26. Percentual de famílias em que os membros residentes, acima de 14 anos, realizam trabalho agrícola e não agrícola;                                  |
| 27. Percentual de famílias em que membros residentes, acima de 14 anos, realizam trabalho agrícola no estabelecimento e trabalho agrícola assalariado; |
| 28. Percentual de famílias em que os membros residentes, acima de 14 anos, realizam trabalho na agricultura e recebem aposentadoria;                   |
| 29. Percentual de famílias com estabelecimentos rurais com pastagem;   |
| 30. Percentual de famílias com estabelecimentos rurais com mata nativa;  |
| 31. Percentual de famílias com estabelecimentos rurais com reflorestamento;  |
| 32. Percentual de famílias com estabelecimentos rurais com terras em pousio/capoeira;  |
| 33. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram banana;   |
| 34. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram mandioca;   |
| 35. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram palmito;  |
| 36. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram milho;  |
| 37. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram feijão;   |
| 38. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram arroz;  |
| 39. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram pupunha;  |
| 40. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram gengibre;   |
| 41. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram hortifrutigranjeiros;   |
| 42. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram inhame;   |
| 43. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram cana-de-açúcar;   |
| 44. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram café;   |
| 45. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 plantaram outros produtos;  |
| 46. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam banana;  |
| 47. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam mandioca;  |
| 48. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam palmito;   |
| 49. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam milho;   |
| 50. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam feijão;  |
| 51. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam arroz;   |
| 52. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam pupunha;   |
| 53. Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam gengibre;  |

### QUADRO 3 - continuação

|     |   |
|-----|---|
| 54. | Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam inhame;         |
| 55. | Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam cana-de-açúcar; |
| 56. | Percentual de famílias que na safra de 1999/2000 venderam café;           |
| 57. | Percentual de famílias que em julho de 2000 possuíam búfalos;             |
| 58. | Percentual de famílias que em julho de 2000 possuíam gado de corte;       |
| 59. | Percentual de famílias que em julho de 2000 possuíam gado de leite;       |
| 60. | Percentual de famílias que em julho de 2000 possuíam suínos;              |
| 61. | Percentual de famílias que em julho de 2000 possuíam aves.                |

FONTE: O autor

### 3.3.3 Técnicas Utilizadas na Análise das Estratégias de Reprodução

A classificação das comunidades rurais, baseada nas famílias de agricultores, foi realizada através do uso de árvores de decisão (BREIMAN et al., 1984). Entretanto, previamente ao emprego desta técnica, foi feita a Análise de Agrupamento Hierárquico (*Cluster Analysis*) utilizando a distância euclidiana como medida de similaridade ou dissimilaridade entre os objetos. O principal objetivo do uso desta técnica foi agrupar comunidades com comportamento similar em relação ao conjunto de variáveis, procedendo desta forma uma redução na dimensionalidade do problema.

O método da análise multivariada permite um estudo de fenômenos complexos envolvendo múltiplas dimensões, identificando padrões básicos a partir de um número elevado de variáveis, analisadas de forma simultânea, como ocorre no presente trabalho. Segundo (JOHNSTON, 1998), a redução de um grande número de variáveis a poucas dimensões, com uma perda mínima de informação permitirá detectar os principais padrões de similaridade, associação e correlação entre elas. Além disso, a natureza da relação entre elas permite compreender o quanto são dependentes ou independentes umas das outras. É importante lembrar que essas técnicas não têm um fim em si mesmas, mas podem ser utilizadas de forma combinada na análise de um conjunto de dados.

Já as técnicas de análise de dados ou métodos de estatística descritiva multidimensional, segundo HAIR et al (1995), classificam-se em métodos fatoriais e métodos de classificação. Os métodos fatoriais utilizam cálculos de ajuste que recorrem essencialmente à álgebra linear e produzem representações gráficas em que os objetos a descrever se transformam em pontos sobre uma reta ou em um plano. Os métodos de classificação produzem classes ou famílias de classes que permitem agrupar e ordenar os objetos a descrever. O presente estudo irá utilizar um método de classificação.

A análise de agrupamentos, técnica multivariada de caráter fatorial, apresenta característica exploratório-descritiva, pois não determina testes de significância para agrupar observações, indivíduos ou objetos em grupos, de modo que as observações de um mesmo grupo pareçam-se mais entre si do que com as observações de outros grupos. No presente trabalho, como descrito acima, a técnica utilizada foi a Análise de Agrupamento Hierárquico (*Cluster Analysis*), a qual apresenta caráter exploratório e que, segundo (HAIR et al., 1995), através de uma forma consistente, classifica indivíduos por meio da síntese da informação, na qual o dado sobre  $N$  indivíduos é reduzido de forma conveniente à informação sobre apenas  $k$  grupos, denominados conglomerados ou clusters. Esses são um conjunto de unidades ou observações em grupos homogêneos, nos quais as unidades agrupadas em um mesmo *cluster*/conglomerado são similares, e aquelas pertencentes a grupos distintos são diferentes.

A metodologia da análise multivariada proporcionou a construção de uma matriz retangular com 62 colunas e 12 linhas, sendo que a primeira coluna representa a comunidade e as outras (61 colunas) representam as 61 variáveis, e as linhas representam as comunidades rurais; ou ainda, os  $n$  são as 12 comunidades rurais do município de Guaraqueçaba representadas pelas 509 famílias agrícolas, e as  $p$  variáveis são aquelas consideradas mais importantes para definir os grupos, atendendo aos objetivos do presente estudo. Pelo fato de a utilização de tal técnica ser indicada para variáveis contínuas ou categóricas ordinais, o procedimento foi trabalhar com a média nas variáveis ordinais, nas quais existe uma ordem natural das categorias, e para as variáveis nominais foi utilizado o percentual de ocorrência em cada uma das modalidades.

Por fim, os passos realizados foram a Estatística Descritiva, Padronização das Variáveis e Aglomeração Hierárquica. Os passos serão descritos a seguir.

- Estatística descritiva - Resumo das informações das variáveis para cada comunidade utilizando a média ou o percentual das respostas em determinado item. Abaixo se encontra uma amostra que exemplifica a informação de algumas colunas que a análise indicou como muito importante. Os dados finais encontram-se no Anexo 3.

Com efeito ilustrativo, apresenta-se abaixo as variáveis relacionadas à ocupação; a comunidade de Assungui apresenta 33% das famílias agrícolas na qual todos os membros dedicam-

se somente às atividades agrícolas. A variável 601s, por outro lado significa que nesta mesma comunidade 63% das famílias agrícolas foram constituídas nesta comunidade.

| Comunidades        | 601s | nivida | Ocup1 | Ocup2 | Ocup3 | Ocup4 |
|--------------------|------|--------|-------|-------|-------|-------|
| Assungui           | 0.63 | 1.88   | 0.33  | 0.35  | 0.02  | 0.30  |
| Batuva             | 0.56 | 1.76   | 0.40  | 0.34  | 0.02  | 0.24  |
| Ipanema            | 0.56 | 1.84   | 0.24  | 0.08  | 0.24  | 0.44  |
| Itaqui             | 0.57 | 1.77   | 0.30  | 0.17  | 0.21  | 0.32  |
| Morato             | 0.45 | 1.80   | 0.10  | 0.70  | 0.00  | 0.20  |
| Pedra Chata        | 0.82 | 1.82   | 0.21  | 0.39  | 0.07  | 0.32  |
| Potinga            | 0.55 | 2.09   | 0.17  | 0.24  | 0.27  | 0.32  |
| Rio Verde + Utinga | 0.69 | 1.51   | 0.53  | 0.04  | 0.10  | 0.33  |
| Serra Negra        | 0.47 | 2.21   | 0.19  | 0.42  | 0.02  | 0.37  |
| Tagaçaba           | 0.42 | 2.39   | 0.20  | 0.39  | 0.14  | 0.27  |
| Tagaçaba de Cima   | 0.61 | 1.75   | 0.46  | 0.10  | 0.17  | 0.27  |

FONTE: O autor

- Padronização das Variáveis, de modo a apresentarem média zero e desvio padrão 1, evitando que ordens de grandeza diferentes prejudicassem a análise;
- A Aglomeração Hierárquica dos casos submetidos, no<sup>23</sup> caso as 11<sup>24</sup> comunidades rurais, ocorreu por níveis, a partir da mais próxima ligação (*linkage*) daqueles com maior semelhança entre o conjunto das 62 variáveis, para cada uma das comunidades, até estabelecer a ligação de todos eles. Porém, na análise dos resultados, representados pelos diversos *outputs* do programa, as aglomerações (*clusters*) válidas são limitadas pelos coeficientes medidos pelo quadrado da distância euclidiana, que ligam os casos: quanto maior o coeficiente, maior a distância da ligação, ou menor a homogeneidade entre os casos, estabelecida pelo conjunto de suas variáveis. Um dendograma apresenta as diversas aglomerações dos casos, indicando aqueles que formam grupos considerados mais homogêneos entre si. Desta forma, para agrupar as comunidades com características semelhantes através da análise conjunta de todas as variáveis, foi utilizada a Análise de Cluster Hierárquico. foi usada a função *agnes* no software R, que resultou o Dendograma, abaixo.

---

<sup>24</sup> As comunidades de Rio Verde e Utinga foram unidas pelo fato de Utinga apresentar apenas 12 famílias e 9 estabelecimentos.

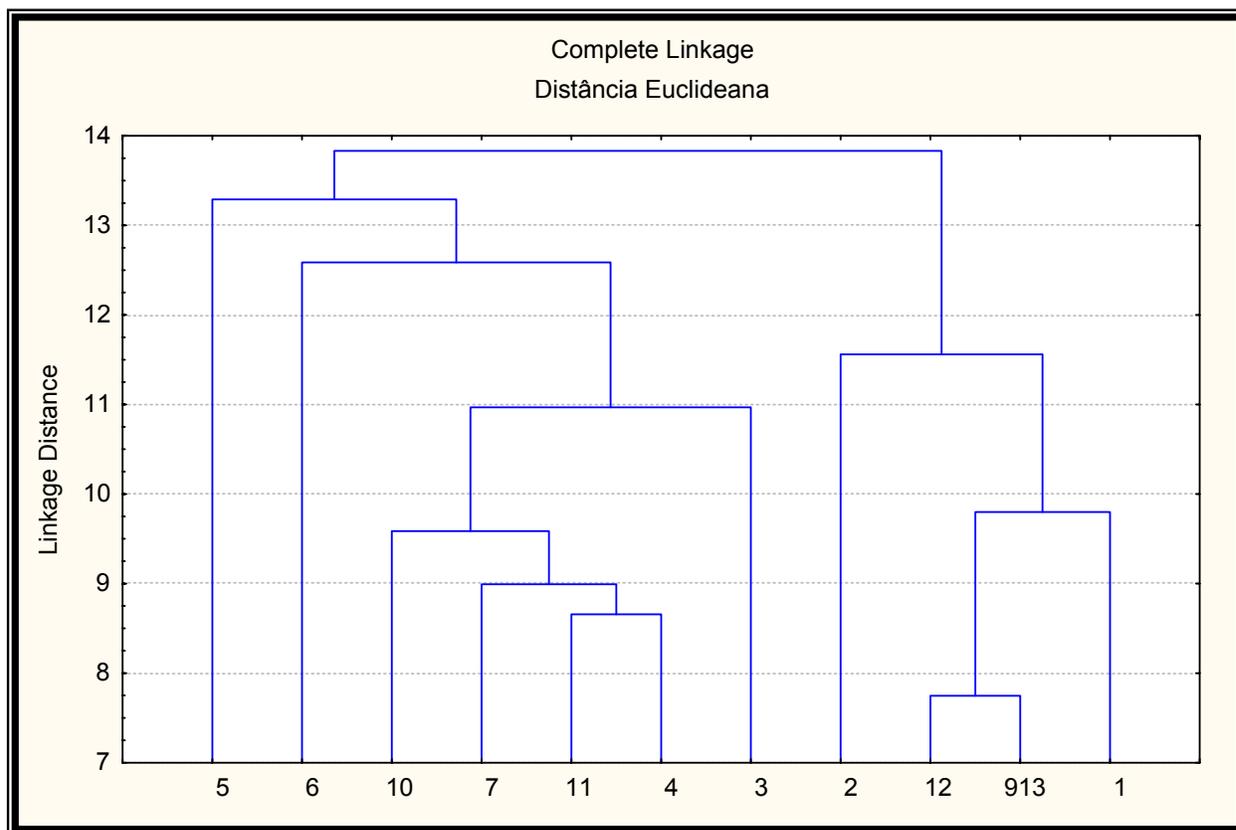


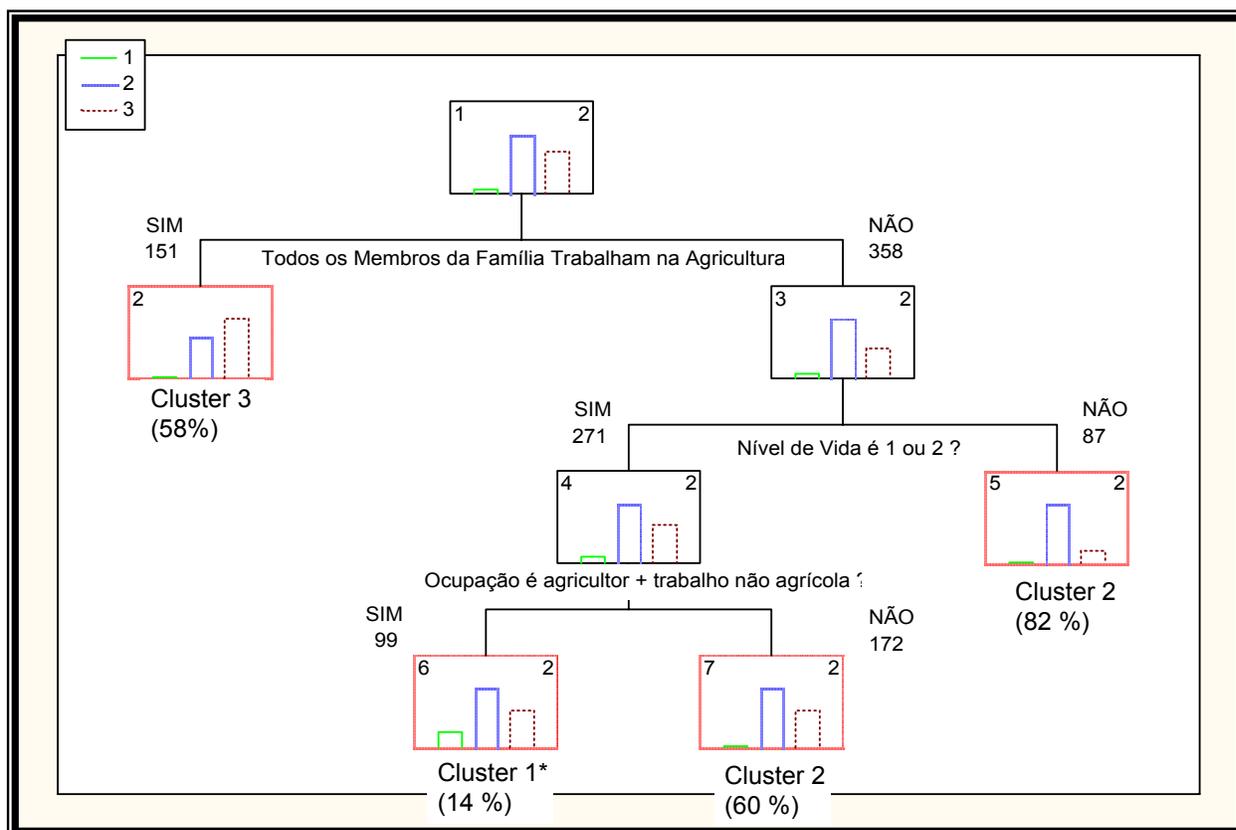
FIGURA 3 – DENDOGRAMA - RESULTADO<sup>25</sup> DOS CLUSTERS

- Cluster 1<sup>26</sup> : Comunidade 5
- Cluster 2 : Comunidades 3, 4, 6, 7, 10 e 11
- Cluster 3 : Comunidades 1, 2, 12 e 913

- O passo seguinte foi agrupar as informações das comunidades e trabalhar os dados como se existissem três grupos distintos. Foi utilizada a “Árvore de Classificação”, para identificar as variáveis mais importantes na discriminação dos diversos aglomerados de comunidades, assim como a interação entre essas variáveis, segundo BREIMAN et al. (1984).

<sup>25</sup> Apesar de tratar-se de um resultado optou-se por inserir o quadro na metodologia para melhor ilustrá-lo.

<sup>26</sup> A identificação especial neste cluster foi feita pois trata-se de um percentual bem acima do esperado se levamos em consideração que este cluster é o menor em termos de tamanho pois contém somente a comunidade 5, porém a análise evidenciou o que ocorre realmente pois tratar-se de uma comunidade singular no município.



**FIGURA 4 – ÁRVORE DE CLASSIFICAÇÃO**

A Figura 4 mostra as condições que melhor caracterizam os *clusters* encontrados na análise hierárquica de agrupamentos, considerando as 61 variáveis selecionadas. Em cada um dos *clusters* estão presentes dois números. O número à direita caracteriza o número do “nó”, o da esquerda indica a predominância da divisão em cada um dos *clusters*. Na Tabela 2 encontram-se os resultados segundo a divisão, de acordo com cada um dos nós.

Inicialmente observa-se que a variável que determina as diferenças entre as comunidades, ou seja, a separação inicial, refere-se às 151 famílias agrícolas nas quais todos os membros residentes trabalham no estabelecimento agropecuário somente. Além disso existe uma predominância do grupo no *cluster 3* pois 58% dos casos encontram-se nas comunidades agrupadas neste *cluster*.

As demais famílias, ou seja, as 358 que possuem outras rendas além daquelas obtidas no estabelecimento agropecuário (ocupações 2, 3, 4) participam do mesmo grupo; o que as diferencia,

porém, é o nível de vida: 271 delas apresentam nível de vida baixo ou médio (1 ou 2) e 87 apresentam um nível de vida mais elevado (3).

Note-se, no entanto, que em 99 famílias das 271 que possuem nível de vida baixo ou médio (1 ou 2), ocorre a realização da ocupação agrícola + trabalho assalariado não agrícola. Embora o *cluster 2* continue predominando<sup>27</sup>, cresce significativamente a proporção de famílias com nível de vida baixo e médio no *cluster 1*. Os resultados podem ser visualizados abaixo.

**TABELA 2 – Resultados da árvore hierárquica**

|      | Cluster1 | Cluster2 | Cluster3 |
|------|----------|----------|----------|
| Nó 1 | 20       | 287      | 202      |
| Nó 2 | 2        | 61       | 88       |
| Nó 3 | 18       | 226      | 114      |
| Nó 4 | 17       | 155      | 99       |
| Nó 5 | 1        | 71       | 15       |
| Nó 6 | 14       | 52       | 33       |
| Nó 7 | 3        | 103      | 66       |

FONTE: Dados da Pesquisa

### 3.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DA COMUNIDADE RURAL DE POTINGA

O procedimento metodológico utilizado nesta etapa da pesquisa baseia-se na análise de estudo de caso com um grupo de famílias agrícolas. Nesta análise, foi utilizada basicamente a metodologia qualitativa, pois trata-se de uma fase cuja preocupação central foi com a qualidade e com o detalhamento da informação. Houve, no entanto, a preocupação de obter uma representatividade do grupo de famílias de agricultores da comunidade rural através de uma maior número de casos, o que confere mais confiabilidade às informações.

Para tanto, durante esta etapa da pesquisa, procurou-se adotar alguns critérios, na medida em que isso fosse possível:

- **Experiência de trabalho na agricultura:** foram priorizadas as pessoas que possuíam mais tempo de trabalho como agricultores na comunidade;
- **localização:** procurou-se entrevistar agricultores localizados nos diferentes locais da comunidade;

<sup>27</sup> Observa-se que no cluster 1 – comunidade do Morato das 20 famílias agrícolas, 14 encontram-se nesta situação.

- **diversidade social:** procurou-se entrevistar agricultores de diferentes extratos sociais, segundo a classificação pré-existente.

Os passos metodológicos iniciais tiveram como objetivo recompor uma base de informações para explicar as transformações ocorridas na comunidade e detectar, a partir de fatos relevantes, as estratégias adotadas pelos agricultores. Para tanto, foi utilizada a proposta metodológica para reconhecer os sistemas agrários desenvolvida pelo CNEARC – *Centre National d'Études Agronomiques des Régions Chaudes* (JOUVE, 1988). O conceito de sistemas agrários, segundo JOUVE citando Mazoyer (1992) é

O modo de organização adotado por uma sociedade rural para explorar seu espaço e gerar seus recursos. O modo de exploração deste meio é resultado das interações, entre as limitações e possibilidades do meio físico, das características sócio-econômicas da população e da utilização de técnicas para a produção agropecuária. Por sua vez o conjunto destas interações está submetido a influências dos fatores externos ao ambiente do sistema. Portanto, um sistema agrário é o resultado da dinâmica histórica de uma sociedade rural, do modo de exploração do meio historicamente constituído, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado e respondendo às condições e necessidades do momento (MAZOYER apud JOUVE, 1992).

Nessa linha, o estudo da dinâmica dos sistemas agrários ocorre através do estudo da dinâmica histórica da população, da produção agropecuária da região e das transformações das paisagens agrárias. A identificação da extensão espacial de um sistema agrário e da diversidade geográfica do mesmo são determinadas através da análise das paisagens agrárias, análise essa relacionada ao modo como a população da região em questão ocupa o meio e implanta traços comuns a essa ocupação, bem como os fatores comuns em termos de exploração agropecuária.

Já a análise do funcionamento de um sistema fica impossibilitada se não for considerada a sua evolução no decorrer do tempo, pois o estudo do passado permite explicar o presente e observar as tendências futuras, bem como analisar as condições de reprodução de tais sistemas e avaliar a sustentabilidade dos mesmos. Ou seja, um sistema agrário é o resultado histórico das relações de uma sociedade com o seu meio e a dinâmica sócio-econômica de uma região não pode ser compreendida sem a contextualização da sua relação com o desenvolvimento macroeconômico do país e em especial da região em questão. Entre os fatores significativos que incidem na evolução dos sistemas agrários estão a concentração fundiária e a densidade populacional. Além disso, quando mais heterogênea a população, maior será a diversidade dos modos de exploração do meio, especialmente quando associado a uma diversidade geográfica.

A análise da diversidade dos modos de exploração do meio, na escala regional, ao nível de manejo das explorações das culturas ou dos rebanhos, é um método para evidenciar as diferenças de comportamento e estratégias dos agricultores e as limitações que enfrentam para a condução do seu sistema de produção. Na área em questão, essa análise torna-se interessante pelas diferenças observadas tanto no que diz respeito ao meio como nos aspectos sociais, culturais e econômicos. No Quadro 4 são apresentados os principais conceitos utilizados.

#### QUADRO 4 - DEFINIÇÕES DE SISTEMAS NO MEIO RURAL

|                     |   |
|---------------------|---|
| Sistema de Produção | É a combinação, no espaço e no tempo, de quantidades de força de trabalho e de diversos meios de produção como terra, máquinas e equipamentos, benfeitorias e insumos para a obtenção de diferentes produções agrícolas, vegetais ou animais. Engloba os subsistemas de cultivo, criação e de primeira transformação dos produtos agrícolas na unidade de exploração. |
| Itinerário Técnico  | São conjuntos lógicos e ordenados de operações aplicadas a uma espécie vegetal ou a um produto animal.  |
| Sistema Técnico     | É definido como a combinação dos diferentes itinerários tecnológicos empregados na exploração, ou seja, numa concepção micro representaria um conjunto de técnicas interdependentes.  |
| Sistema de Cultivo  | É o conjunto de operações técnicas utilizadas de maneira idêntica na condução de uma cultura. Um sistema de cultivo pode ser definido pelo tipo de cultura; pela ordem de sucessão das culturas em nível de parcela, assim como pelo itinerário técnico.  |
| Sistema de Criação  | É também um arranjo espacial e cronológico das populações de animais com entradas de alimentos e água, e saídas de carne ou outros produtos animais. À semelhança do sistema de cultivo, refere-se aos animais de uma mesma espécie, distribuídos por idade e sexo, e submetidos a itinerários técnicos definidos.  |

FONTE: DUFUMIER, 1996; MAZOYER et al, 1988.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a proposta de Estudo de Análise Diagnóstico<sup>28</sup>, com os seguintes passos metodológicos:

1. **Leitura da paisagem:** consistiu em uma exploração de toda a área para um contato visual abrangente, associada a entrevistas semi-estruturadas, realizadas aleatoriamente.

<sup>28</sup> Pesquisa desenvolvida pela UFPA/NAEA CEPLAC com caráter de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, desenvolvido no Município de Igarapé-Açu, região Bragantina do estado do Pará, elaborado com o objetivo de apresentar uma proposta que poderá caracterizar e analisar os condicionantes da dinâmica de reprodução da agricultura regional e de contribuir para uma política de desenvolvimento agrário regional.

Nesse processo, identificaram-se, na comunidade, os principais sistemas de produção<sup>29</sup>, considerados, segundo JOUVE (1992), como o conjunto de atividades agropecuárias desenvolvidas dentro do estabelecimento, relacionadas a uma condição econômica específica. Durante a identificação dos sistemas de produção, foram obtidas informações sobre o itinerário técnico, a seqüência e a intensidade do trabalho do conjunto da força de trabalho disponível no estabelecimento, bem como sobre a ocupação do espaço agrícola e a situação fundiária.

2. **Reconstituição da dinâmica histórica dos sistemas agrários:** foi realizada por meio de entrevistas com informantes qualificados. Foram selecionados moradores que apresentavam bastante conhecimento sobre a realidade local e que puderam revelar informações sobre a construção da paisagem atual, aspectos da vida, valores e costumes locais, bem como a respeito da estrutura social. Os moradores mais antigos e alguns produtores rurais foram os informantes que puderam possibilitar a informação adequada por meio da relação de alguns fatos recordados pelo pesquisador de forma cronológica, com o objetivo de estabelecer vínculos com a história da comunidade, com as trajetórias da população e com a dinâmica agrícola, produtiva e sócio-econômica desta. Além disso, procurou-se relacionar fatos ecológicos, técnicos e sócio-econômicos à atividade agrícola, pretendendo identificar as principais trajetórias dos produtores e a diferenciação dos sistemas de produção. Nesta subetapa foi realizado um croqui pelos moradores da região.
  
3. **Delimitação da região de estudo em zonas de características físicas, sócio-econômicas e agronômicas semelhantes:** este processo teve como objetivo permitir uma primeira definição das distintas problemáticas evidenciadas nas diferentes zonas, além de formular hipóteses sobre a racionalidade sócio-econômica das diferentes famílias presentes na comunidade e selecionar as famílias para os estudos mais detalhados, posteriormente.

---

<sup>29</sup> O objetivo desta fase foi caracterizar os sistemas de produção para reconhecer de que forma eles atuam nas estratégias de reprodução. Não foi objeto da pesquisa o estudo detalhado dos sistemas de produção.

Como foi discutido anteriormente, segundo BOURDIEU (1991), a estratégia não é necessariamente o ato de livre escolha do indivíduo, mas um exercício prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições em que vivem, ou seja, a estratégia resulta do senso prático. Tais estratégias são bastante amplas e envolvem aspectos produtivos, históricos e sócio-culturais e não somente decisões conjunturais. Desta forma, a compreensão do modo de vida dos moradores da comunidade, como eles vêem o mundo externo e se relacionam com ele, bem como suas relações com a natureza, por meio da utilização dos recursos naturais disponíveis, possibilitam um melhor entendimento das estratégias adotadas.

Assim, o estudo detalhado junto às famílias agrícolas deu-se através de várias visitas, com o objetivo de obter informações agro-ecológicas e sócio-econômicas, um maior detalhamento da metodologia será incluído, quando necessário, na análise dos resultados.

No Quadro 5 apresenta-se uma Síntese dos Procedimentos Metodológicos adotados.

#### QUADRO 5 - SÍNTESE DA METODOLOGIA ADOTADA

| Período               | Ítem  | Fonte de Informação  | Técnicas de Pesquisa               |
|-----------------------|---|--|------------------------------------|
| Jun. 1999 – Dez. 1999 | Levantamento, compilação e análise dos estudos realizados | <ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento sobre dissertações, teses, artigos e estudos especializados;</li> <li>coleta de informações junto a instituições de pesquisas, órgãos públicos, empresas e organizações não governamentais;</li> <li>levantamento de dados de fontes primárias a respeito do município junto a: MMA, IBGE, IBAMA, secretarias estaduais e municipais, instituições de pesquisa e organizações não governamentais.</li> </ul> | Pesquisa bibliográfica             |
| Jan. 2000 – Abr. 2000 | Diagnóstico preliminar                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>Visitas às comunidades rurais para apreender as heterogeneidades;</li> <li>entrevistas com informantes qualificados.</li> </ul>   | Entrevistas                        |
| Jun. 2000 – Jul. 2000 | Pesquisa de campo   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Famílias residentes nas comunidades rurais de Guaraqueçaba</li> </ul>   | Censo                              |
| Jul. 2001 – Jan. 2002 | Codificação do banco de dados                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>Formulários de pesquisa</li> </ul>  | Estatística descritiva             |
| Jan. 2001 – Jul. 2002 | Classificação das famílias agrícolas                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>Variáveis selecionadas do banco de dados</li> </ul>   | Análise de agrupamento hierárquico |
| Set. 2002 – Jan. 2003 | Análise das estratégias de reprodução                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Famílias agrícolas</li> </ul>   | Leitura da paisagem; entrevistas.  |

FONTE: Dados da Pesquisa

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4 DINÂMICAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

Este capítulo, apresenta uma breve caracterização do município de Guaraqueçaba sob os aspectos históricos, geográficos, econômicos, bem como a análise da forma como as diferentes políticas públicas afetaram os agricultores no município, segundo os vários níveis de atuação da reprodução. Inicialmente, é apresentada uma descrição da evolução dos sistemas agrários na região, desde o século XVIII até o período recente, baseada nos trabalhos de MIGUEL (1997), MIGUEL e ZANONI (1998), além de ROUGELLE (1989), bem como nos relatórios de pesquisa<sup>30</sup> do Programa e naqueles realizados nas Oficinas<sup>31</sup>.

O município de Guaraqueçaba situa-se numa região separada das altas planícies do interior do Estado por uma serra costeira, a *Serra do Mar*, região cujo clima é subtropical úmido. Ali se encontram hoje os mais importantes dos últimos vestígios da Floresta Atlântica Ombrófila Úmida (*Mata Atlântica*) que, quando da chegada dos portugueses, estendia-se numa faixa de 3.500 quilômetros ao longo da costa oriental do país, cobrindo uma superfície de aproximadamente 1,3 milhão de quilômetros quadrados, e que hoje se encontra praticamente desaparecida. Desta formação restam aproximadamente 152 mil quilômetros quadrados, sendo que o município de Guaraqueçaba apresenta a maior área contínua de Floresta Atlântica ainda preservada (IBAMA, 1995). Na Figura 5, observa-se o município de Guaraqueçaba com a vista parcial da Baía de Guaraqueçaba.

---

<sup>30</sup> UFPR.MADE-Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Programas de Pesquisa Interdisciplinar no Litoral Norte do Paraná-Guaraqueçaba:Preservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável. Reflexões teóricas preliminares. Curitiba: MADE, 2001.

<sup>31</sup> TEIXEIRA, C. et al. (2002). História e quadro natural de Guaraqueçaba. UFPR-Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oficinas de Pesquisa da Turma IV- Linha de Pesquisa Sistemas sociais, técnicos e recursos naturais em áreas rurais/ Programa de Pesquisa Interdisciplinar no Litoral Norte do Paraná - Guaraqueçaba: Preservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável . Curitiba, MADE, 2002.



**FIGURA 5- Vista parcial da sede do município de Guaraqueçaba. (Foto da autora)**

O relativo isolamento do município, em função da dificuldade de acesso, conferiu a esta região características singulares: os conflitos fundiários são antigos, indo desde a indefinição da situação fundiária por parte dos agricultores locais, até conflitos recentes com o aumento de interesse por grandes áreas, por parte de Organizações Não Governamentais, para projetos de Sequestro de Carbono. Ademais, o município com maior concentração de remanescente de Floresta Atlântica do país, é, também, um dos mais pobres do Estado do Paraná. É preciso retomar alguns aspectos históricos, para que se compreendam as características atuais da região.

A região litorânea apresenta uma sociedade agrária com origens no início do século XVII e com características diferenciadas das demais regiões do Estado, especialmente no que diz respeito às atividades agropecuárias, pois ela permaneceu, praticamente, à margem do processo de modernização que marcou o interior do Estado, nesse setor. O município, com 8.288 habitantes (IBGE, 2000), tem sua economia baseada essencialmente no setor primário, sobretudo na agricultura de subsistência, aliada à venda de alguns produtos, principalmente banana e farinha de mandioca. Há também algumas atividades agropecuárias de característica comercial, sendo estas em menor escala,

com cultivo de arroz e criação de búfalos, bem como exploração dos recursos naturais (palmito, pesca artesanal e caça). O setor secundário, composto essencialmente por fábricas de transformação de palmito, e o setor terciário, com precários serviços públicos prestados à população e atividades ligadas ao turismo, são ainda pouco expressivos (MIGUEL, 1997).

Historicamente, o desenvolvimento da agricultura no foi marcado pela diferenciação social dos agricultores, sendo que todo o processo de formação daquela sociedade foi acompanhado de tensões e conflitos. O município foi habitado por grupos indígenas até a colonização européia, quando os europeus estabeleceram-se precariamente na região, em busca de ouro, mas praticando também uma agricultura de subsistência. Guaraqueçaba foi emancipada e desmembrada do município de Paranaguá em 1.880, com uma população de aproximadamente 4.000 habitantes.

Nos séculos XVIII e XIX, os sistemas agrários da região caracterizavam-se por explorações agrícolas que utilizavam mão-de-obra escrava convivendo junto a agricultores livres e em maior número, pois representavam mais de 90% das propriedades e os principais produtos eram arroz, mandioca (farinha), cana-de-açúcar, cultivos para a subsistência, além da pesca. Nesse período, teve início o processo de diferenciação social que seria a causa, a partir do final do século XIX, da formação de duas categorias sociais de agricultores da região: os agricultores de menores recursos e os agricultores patronais (MIGUEL, 1997).

Os agricultores de menores recursos ocupavam as áreas mais distantes com superfície inferior a 60 hectares. Predominava a produção de culturas para o consumo próprio como o milho, feijão e mandioca, e também para comercialização como arroz e banana. Esse grupo realizava outras atividades tais como artesanato e extração de madeira e trabalho assalariado para agricultores patronais e comerciantes. Os patronais eram antigos agricultores possuidores de escravos e outros recém-chegados à região cujas explorações agrícolas apresentavam superfícies médias entre 80 e 150 ha. A produção predominante era de banana, arroz, mandioca, feijão, milho e a criação animal, principalmente de bovinos e suínos, para o consumo próprio.

Os comerciantes locais, por sua vez, eram antigos agricultores escravistas ou pessoas vindas de outros lugares, que intermediavam e monopolizavam a comercialização da banana, pois controlavam os meios de transportes e o acesso às saídas, especialmente o transporte fluvial, principal meio utilizado na época.

O período compreendido entre o final do século XIX até 1.930 foi de grandes transformações na paisagem e na sociedade locais, refletidas na expansão demográfica, nas relações sociais e na utilização dos recursos naturais. O agente causador da mudança foi o aumento da demanda por produtos agrícolas cultivados na região, principalmente a banana, comercializada com os países que compõem a Bacia do Prata, cuja economia expandia-se em função da exportação de seus produtos primários para a Europa (MIGUEL, 1997). Nesse período, o escoamento da produção ocorria pelos vales dos rios, então navegáveis, o que explica o transporte de um produto como a banana, bastante perecível, em uma região com ausência de infra-estruturas de vias de acesso terrestre. O auge do comércio com os países do Prata ocorreu entre 1900 e 1909. Essa expansão da economia, aliada à existência de áreas ainda disponíveis, atraiu um importante fluxo migratório para a região, canalizado, em parte, por companhias privadas de colonização. O transporte fluvial e marítimo fez com que a população se dispersasse ao longo dos rios.

Na década de 1920, segundo MIGUEL (1997), a expansão dos cultivos significou a ocupação total dos vales aluviais e das áreas anteriormente cultivadas pelos antigos latifundiários escravistas que eram ocupadas agora pelos agricultores patronais. A pressão fundiária maior sobre esses espaços causou a mudança das culturas anuais, praticadas pelos agricultores menos favorecidos, para as encostas e vales secundários. Com isso, a participação dos grupos menos favorecidos nas exportações de banana praticamente não ocorreu<sup>32</sup>.

A partir da década de 30, ocorreu um período de crise em função da diminuição da produtividade agrícola<sup>33</sup>. O sistema técnico praticado pelos agricultores baseava-se no uso de queimadas para a preparação da terra para o cultivo, após o período de pousio<sup>34</sup>. As parcelas de terra eram cultivadas por um ou dois ciclos de cultura antes do abandono ao pousio. Este período assegurava o retorno da fertilidade e o controle de ervas invasoras pelo acúmulo da biomassa vegetal e pela cobertura prolongada das parcelas, respectivamente (MIGUEL, 1997). O aumento da superfície cultivada se deu, entretanto, através da redução do período de pousio e isso causou o esgotamento dos solos, com redução de fertilidade e produtividade.

---

<sup>32</sup> A banana, em função da perecibilidade e fragilidade no transporte, precisava ser cultivada próximo aos rios navegáveis. Muitos pequenos produtores sempre a cultivavam mas com dificuldades de venda.

<sup>33</sup> A queda de rendimento foi em torno de 50% (MIGUEL, 1997).

<sup>34</sup> O período de pousio passou a ser de aproximadamente 6 anos no final dos anos 40, quando, anteriormente, era de aproximadamente 20 anos.

Além disso, a maior competição regional causou a crise sócio-econômica denominada “crise da banana”. Nesse período, cessaram as exportações de banana para a Argentina as quais foram substituídas pelas exportações de São Paulo, onde havia maiores facilidades de transporte, enquanto no litoral paranaense o assoreamento comprometia a navegabilidade dos rios (MIGUEL, 1997). As conseqüências foram a redução da população<sup>35</sup>, causada também pela redução da oferta do trabalho assalariado, pois os pequenos agricultores completavam a renda com a venda da força de trabalho. Desta forma, eles entraram num ciclo de empobrecimento e de exclusão sócio-econômica, sem possibilidades de se adaptar às novas exigências.

A construção das estradas de ferro no sul do Brasil, que utilizou madeira e fibras em grande escala, causou, ainda nesse período, a intensificação do extrativismo. Dessa forma, desencadeou-se na região um processo de grilagem, no qual os ocupantes foram atraídos por vastas extensões de terras “vazias e sem dono”, expulsando ou deslocando agricultores da região para áreas mais inadequadas ao cultivo. Observou-se, mais uma vez, a exclusão social dos agricultores que têm a posse da terra, mas não a propriedade, fato que os deixam vulneráveis, à mercê dos que se dizem proprietários (MIGUEL, 1997).

Parte desses migrantes fixou-se no município, em comunidades próximas aos rios e passou a realizar a pesca artesanal, encorajada pela melhoria dos meios de transporte, que criava novas saídas para a pesca local (ROUGELLE, 1989). No entanto, a maior parte dirigiu-se às zonas costeiras e aos centros urbanos e portuários do litoral. Os agricultores que permaneceram e puderam adaptar-se encontraram novas formas de exploração dos recursos naturais, tais como o extrativismo do palmito *Euterpe edulis*, a introdução de criações bovinas e suínas, o cultivo e a transformação da mandioca, o abandono de algumas culturas anuais e uma nova forma de cultivar a banana. O cultivo da mandioca tornou-se uma atividade bastante adaptada ao período de redução da duração do pousio em função da menor exigência em termos de fertilidade natural dos solos.

A partir dos anos 50, ocorreram as transformações que redefiniriam a estrutura fundiária atual, marcada por uma estratégia de acumulação econômica ligada à captação da renda fundiária e não à atividade produtiva, bem como por um processo conflituoso, muitas vezes violento. Segundo TEIXEIRA e DOMINGUES (2001), essa estrutura caracterizou-se pela sobreposição de títulos,

---

<sup>35</sup> A população do município era de 9.210 habitantes em 1937; 7.174 em 1950, e 7.713 em 1960. (IBGE: 1939, 1950, 1960).

grilagem<sup>36</sup>, posses não regularizadas e uma série de disputas pela propriedade da terra. Essa situação foi acentuada com o surgimento das grandes fazendas, atraídas pela disponibilidade de recursos naturais, principalmente palmito e madeira, bem como por programas de desenvolvimento que pretendiam estimular investimentos no setor agrícola e, particularmente, no setor florestal, através do uso racional do espaço e do reflorestamento com palmito. Esse incremento acentuou-se a partir de 1966, quando leis e decretos federais concederam deduções fiscais aos investimentos de capital em projetos de reflorestamento. Em 1974 foram implementados os Fundos de Investimentos Setoriais, que ampliaram os benefícios também para as pessoas jurídicas, sendo que no mesmo período, o poder público regulamentou a colheita e transformação do palmito, através de uma legislação específica (SEDU, 1990), autorizando os grandes proprietários a explorar o palmito e as indústrias de conservas, a se implantarem na região.

Para complementar as políticas federais, o governo do Estado do Paraná realizou melhorias na infra-estrutura rodoviária para facilitar o acesso à região. Na década de 60, foi construído o trecho que ligava Curitiba a Paranaguá e, em 1970, ficou pronta a estrada de chão entre Guaraqueçaba e Antonina. Também foram realizadas melhorias e construções de estradas secundárias, que chegaram a quase todas as comunidades localizadas nos vales dos rios. No entanto, tal fato fez surgir, em Guaraqueçaba, áreas de mineração<sup>37</sup> de materiais (cascalhos e seixos rolados) utilizados na construção e manutenção dessas estradas, que tiveram impacto sobre o meio ambiente. A nova malha viária provocou, também, uma reorganização na rede de circulação, no município, alterando o padrão de relacionamento da sociedade local e os recursos naturais e o espaço, de uma forma geral, sendo que a estrada passou a desempenhar um efeito aglutinador sobre as atividades econômicas e sobre a presença humana.

O impacto econômico de tais projetos, no entanto, foi irrisório, quando traduzido em benefícios para o município, pois a maior parte deles não foi bem sucedida. Alguns porque não chegaram a ser implantados, outros porque tiveram os recursos utilizados para outra atividade, como

---

<sup>36</sup> Na década de 90, a população das comunidades de Itaqui e Serra Negra apresentaram um crescimento acima da média atribuído ao retorno de aposentados de Paranaguá, os quais afirmam que foram obrigados a deixar o município antes da década de 70, pela chegada de “grileiros”.

<sup>37</sup> Há relatos de contaminação por mercúrio, em 1977, no Rio Assungui, resultante da atividade de mineração.

a bubalinocultura, e outros ainda que apresentaram resultado abaixo do esperado<sup>38</sup> pela ausência de conhecimentos técnicos e implantação de espécies inapropriadas (MIGUEL, 1997).

Além disso, não houve alterações em termos de produção ou de criação de empregos. Em vez disso, as novas regulamentações sobre a exploração dos recursos florestais, em particular o palmito, tiveram grandes conseqüências para os agricultores locais, pois a colheita e a transformação do palmito tornaram-se atividades altamente controladas, cuja prática era limitada somente àqueles que haviam investido nas atividades de replantio ou de gestão agro-florestal. Dessa forma, os agricultores locais puderam continuar nessa atividade somente de maneira ilegal.

A ocupação de grandes áreas por parte das fazendas ocorreu através de uma apropriação indevida ou através da compra de terras a preços irrisórios. Houve conflitos com os agricultores locais, especialmente os que não tinham o título de posse da terra, que resultaram no deslocamento deles para regiões menos férteis e com menor disponibilidade de recursos naturais como madeira ou palmito (MIGUEL e ZANONI, 1998). O conflito fundiário permanece até os dias de hoje, existindo uma percepção por parte dos agricultores sem a posse legal, de que eles podem perder as suas terras por não terem condição de pagar os impostos para legalizá-las<sup>39</sup>.

Desta forma, os agricultores locais, no final da década de 70, foram submetidos a um novo processo de exclusão com dificuldades para garantir a sobrevivência familiar por meio da agricultura tradicional, restando as alternativas da realização de trabalho assalariado nas fazendas e/ou a extração ilegal de palmito, para complementar a renda, aliada à agricultura de subsistência. Além disso, como já foi dito, houve um grande impacto na degradação dos recursos naturais causado pela exploração excessiva dos palmitais nativos e pelo desmatamento de grandes áreas florestais visando a extração de madeira e a implantação de pastagens para criação de búfalos (MIGUEL e ZANONI, 1998).

#### Segundo (ALVAR e ALVAR, 1979)

As descrições que se encontram de Guaraqueçaba no final dos anos 70 revelam abandono, isolamento, domínio da violência e ilegalidade que perpassam a sociedade local. Escolas de comunidades agrícolas abandonadas, medo e subordinação a comerciantes armados, prostituição e miséria, jagunços e grileiros, além

---

<sup>38</sup> Observou-se, na comunidade de Itaquí, um reflorestamento de *Pinus* com área significativa; foi realizado, porém, com espécie inadequada, pois apresenta sinais de falta de adaptação edafoclimática, segundo o IPARDES (1995)

<sup>39</sup> Situação semelhante foi observada no levantamento preliminar, na comunidade de Utinga, na qual os nove estabelecimentos existentes, hoje, são de posseiros, descendentes ou relacionados com uma pessoa que veio como empregado para cuidar da fazenda. Eles afirmam que receberam orientações para legalizar a propriedade da terra, no entanto afirmam que não teriam condições de pagar os impostos que lhes seriam atribuídos se passassem para o estatuto de donos da terra; além disso, a expectativa da renda fundiária é baixa, dadas as restrições de uso da terra e o acesso difícil.

da degradação ambiental, são o retrato de uma sociedade que conheceu o desenvolvimento econômico e a abundância dos recursos naturais até os anos 30, caindo depois no abandono e descaso dos governos estadual e federal (ALVAR & ALVAR, 1979).

Portanto, apesar do município de Guaraqueçaba não apresentar o dinamismo econômico de outras regiões agrícolas do Estado do Paraná, em função da pequena densidade demográfica, da grande dispersão da população e de uma atividade agrícola com baixa produtividade e pouco ou nada tecnicizada, ele não permaneceu imune às transformações que marcaram a economia paranaense, especialmente no que diz respeito à apropriação de terra por grandes grupos e à degradação dos recursos naturais. Ainda que por motivos diferentes, Guaraqueçaba chegou à década de 70 enfrentando problemas como: concentração fundiária, violência, êxodo rural e degradação dos recursos naturais.

No início da década de 80, houve o agravamento dos conflitos de terra, iniciados anteriormente, entre os proprietários de grandes áreas de terras e os agricultores, pelo maior interesse na região, dada a perspectiva da construção de uma estrada federal (BR 101). Houve, por um lado, o agravamento dos conflitos, da violência nas comunidades rurais e a intensificação da degradação ambiental da região; por outro, aconteceu o crescimento do movimento ambiental brasileiro com a criação de instituições governamentais, regulamentações e políticas voltadas para a proteção ambiental. Esses fatos justificaram as ações conservacionistas do Estado e a implantação de unidades de conservação de diferentes categorias de manejo (MIGUEL, 1997).

#### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADAS , APÓS OS ANOS 70<sup>40</sup>

As políticas de estímulo aos investimentos no setor florestal, de desenvolvimento agropecuário e de gestão ambiental, foram decisivas na configuração da dinâmica sócio-econômica. Iremos discuti-las brevemente, para compreender a influência que causaram no modo de ocupação, no uso do espaço e no modo de vida dos agricultores familiares do município.

Os programas federais de apoio a atividades florestais e agro-industriais tinham como objetivo incentivar investimentos no setor, concedendo vantagens fiscais. A Lei Federal 5.106, de 2

---

<sup>40</sup>Este item foi baseado no texto Caracterização Sócio-Econômica e Ambiental em Guaraqueçaba-Região Litoral do Estado do Paraná, elaborado por RODRIGUES, A. S.; SAMPAIO, C.P.S; TOMMASINO, H. Curitiba: não publicado, 2000, 59 p., Relatório Técnico do MADE.

de setembro de 1966, permitia deduções fiscais importantes a toda pessoa física que investisse capital em projetos de reflorestamento. Os Decretos Federais 1.134, de 16 de novembro de 1967; 1.307, de 16 de janeiro de 1974; e 1.376, de 12 de dezembro de 1974, aumentaram o campo de aplicação da Lei 5.106 e implementaram os "Fundos de Investimentos Setoriais" (FISSET). O FISSET permitiu às pessoas jurídicas adquirir direitos de exploração, uma forma de cotas de investimentos, nos projetos de reflorestamento implantados pelas empresas especializadas, sendo estes que permitiam as deduções fiscais (Miguel, 1997).

No período entre 1969 e 1977, foram autorizadas 70.000ha para reflorestamentos<sup>41</sup>, sendo que a espécie privilegiada foi o *Euterpe edulis* (palmito juçara) por razões econômicas, pois o produto, desde então, apresentava um alto valor de mercado, bem como um tempo reduzido para a colheita, de cerca 8 anos, que era pouco elevado quando comparado às espécies florestais. As empresas de reflorestamento adquiriram terras a preços baixos ou ocuparam as terras, e, em geral, não realizaram os reflorestamentos exigidos por lei, porém venderam as cotas de investimento, o que permitiu aos compradores obterem vantagens fiscais.

Ao final dos anos 70, o Governo do Paraná estabeleceu um programa de desenvolvimento para o Litoral do estado, o PROLITORAL, com resultados pouco significativos. Esse programa, no entanto, deu início a uma série de outros que pretendiam, de certa forma, compensar as restrições ao uso dos recursos naturais por parte da população local. Dessa forma, a partir dos anos 80, os programas tinham como proposta a melhoria da qualidade de vida da população. Tais programas estavam dentro daqueles propostos pelo Banco Mundial (1993).

O PRORURAL (Programa Integral de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), com abrangência estadual, por exemplo, teve como principal ação, no Litoral, o estímulo à associação de produtores, de onde derivou o PROHORTA<sup>42</sup>, que atuou principalmente na comercialização de banana. Em meados dos anos 80, o programa foi reestruturado e implementou-se um Programa de Irrigação e Drenagem (PROID). Este, oferecia subvenções aos agricultores para a compra de

---

<sup>41</sup> O IBDF, em 1969, regulamentou a colheita e transformação do palmito. A legislação impõe às fabricas de conserva de palmito, realizar reflorestamento ou reposição florestal para compensar a exploração. Além disso, impõe aos produtores de palmito autorização para coleta e comercialização e os obriga a registrar-se no IBDF. Os produtores são classificados em dois grupos. i) os que exploram os reflorestamentos derivados de programas florestais; ii) os que exploram palmito natural, mediante "manejo florestal sustentado". No entanto, apenas 500 hectares foram reflorestados no período de 1970-1981, segundo MIGUEL (1997).

<sup>42</sup> Associação fundada em 1977 com o apoio da EMATER. Integrava, originalmente, 85 produtores de Morretes (Litoral Centro); mais tarde, alguns agricultores de Guaraqueçaba passaram a fazer parte. O objetivo básico do PROHORTA

equipamentos e melhorias na infra-estrutura das propriedades. No entanto, somente os poucos produtores hortigranjeiros<sup>43</sup> no município e os grandes produtores de criação animal<sup>44</sup> foram beneficiados. A principal atividade beneficiada foi a bubalinocultura. A Figura 6 evidencia a situação da atividade desenvolvida hoje, bem como a baixa qualidade das pastagens. Observa-se que esta situação ainda ocorre na região, sendo que após o levantamento detalhado observa-se que atualmente apenas 5 produtores apresentam a bubalinocultura como atividade comercial e com técnicas adequadas

No mesmo programa, em 1983, foi implementado o Programa de Gestão Integrada de Solo e Água (PMISA), o qual propunha práticas conservacionistas através do manejo adequado dos recursos em bacias hidrográficas. No município o programa atuou na conservação de estradas de chão e na infra-estrutura de drenagem, bem como na obtenção de insumos, especialmente o calcário. No entanto, o programa beneficiou menos de 30% dos agricultores.

---

era melhorar a comercialização dos produtos da região (banana, hortigranjeiros) e a transformação de parte da produção. Apesar dos investimentos realizados, o PROHORTA teve fraco desempenho (MIGUEL, 1997).

<sup>43</sup> Equipamento de irrigação, motocultores, e drenagem.

<sup>44</sup> Financiamento de obras de drenagem, para implantação de pastagem.



**FIGURA 6 – Bubalinocultura desenvolvida no município de Guaraqueçaba. (Foto da autora)**

O Governo do Paraná também incrementou a atuação da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), antiga ACARPA-PR, através do aumento do número de técnicos e da implementação de programas como o de Abastecimento Alimentar e o Programa da Indústria Caseira, com propostas de formação de grupos de agricultores para a produção de alimentos e a transformação comunitária. O programa apresentou resultados positivos sobre as condições de vida das populações locais, tais como higiene, habitação, melhoria na transformação artesanal dos produtos, introdução de novas variedades de plantas. No entanto, a ação de EMATER, nos âmbitos de inovação tecnológica e organizacional não foi capaz de responder aos problemas enfrentados pelos agricultores no funcionamento dos seus sistemas de produção.

Por outro lado, o Instituto Agrônomo de Paraná (IAPAR), no início dos anos 80, passou a desenvolver programas de pesquisa em sistemas de produção e propor a introdução de novas culturas. Entretanto, a pressão exercida pela Associação dos Criadores de Búfalos do Paraná

transformou o Centro de Pesquisa de Morretes em um centro de pesquisa sobre bubalinocultura<sup>45</sup>. De uma forma geral, o impacto do instituto na região foi escasso, em parte pelo desmantelamento dos projetos, em parte porque a definição dos temas de pesquisa foi fundamentada sobre um procedimento metodológico questionável pela ausência de diagnósticos preliminares sobre as condições agro-ecológicas e sobre uma caracterização da situação agrária segundo MIGUEL (1997).

A partir de 1985<sup>46</sup>, um aumento do preço do gengibre no mercado internacional provocou o aumento da área de seu cultivo no município de Guaraqueçaba, favorecido por um programa de apoio à cultura, que assumia até 50% dos capitais necessários à aquisição das infra-estruturas de produção. Dessa forma, um outro tipo de atividade agrícola teve início, caracterizada por uma forte intensificação em capital, pela utilização pouco controlada de fertilizantes e de produtos fitosanitários e por uma concentração elevada dos meios de produção nas mãos de uma minoria de agricultores locais ou vindos de fora (MARCHIORO, 1999).

Após a implementação da APA, em 1985, os programas de desenvolvimento rural foram ainda menos significativos. Os órgãos estaduais ligados à agricultura tiveram gradativamente sua atuação local reduzida. Na verdade, observou-se que as políticas de desenvolvimento propostas em Guaraqueçaba, no período subsequente à implantação da APA foram, na maior parte, de cunho assistencialista, que não surtiram os objetivos esperados, o que foi observado pela implantação de uma série de programas governamentais que forneciam cestas básicas<sup>47</sup> cujo objetivo era complementar a agricultura de subsistência, em função da pequena produção de excedentes destinada à venda.

Pelo exposto, observa-se que, os programas implantados no município de Guaraqueçaba não foram sequer direcionados para os agricultores locais. Além disso, sabe-se que a capacidade de adequação às mudanças, por parte desses agricultores, sempre esteve e continua atrelada à disponibilidade de recursos materiais e técnicos. Municípios com deficiência ou ausência dos serviços de assistência técnica e formação profissional dificultam a integração econômica e o exercício da cidadania de muitos agricultores.

---

<sup>45</sup> Existem poucos resultados de pesquisa divulgados.

<sup>46</sup> A cultura do gengibre, bastante dependente de produtos químicos e agrotóxicos, foi implantada no município exatamente no ano em que este se tornava uma Área de Proteção Ambiental, com todas as limitações que este fato significa.

<sup>47</sup> Obteve-se informação de que o município recebia, em 1998, em torno de 1900 cestas básicas mensais referentes aos programas: Programa de Distribuição de Alimentos – PRODEA; Projeto da rua para a escola; “Baía Limpa”; “Plantando Palmito”. A distribuição, porém, não era regular.

No item a seguir serão discutidas as políticas ambientais, as quais apresentam uma relação com as que foram discutidas e fazem com que os agricultores menos favorecidos tenham uma desigualdade de acesso aos recursos florestais e fundiários, embora também sejam responsabilizados, em parte, pela degradação dos ecossistemas locais. No entanto, a adequação por parte dos agricultores ao novo padrão de uso do solo e da água, decorrente do zoneamento, demanda recursos materiais e técnicos que a maioria não possui, comprometendo a manutenção e a sobrevivência da família e de seus sistemas de produção.

#### 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

As políticas públicas de gestão ambiental, resultado da legislação ambiental contida no Código Florestal, datam de 1965, quando uma série de normas, leis e decretos determinaram os limites do uso do meio ambiente. Muitas atividades agroflorestais empregadas pelos agricultores e produtores rurais do litoral do Paraná já estavam, desde esse período, em desacordo com as diferentes legislações sobre a exploração da flora e da fauna, mas eram toleradas pelas autoridades locais. Somente em razão da legislação recente, principalmente com a criação da Área de Proteção Ambiental, é que esses agricultores e produtores rurais foram realmente submetidos à aplicação da legislação relativa à utilização de recursos naturais. Essa legislação regulamentou as práticas agrícolas e florestais através da instituição de uma série de áreas de conservação, bem como proibiu totalmente a caça (SEDU, 1990). Ela atinge a quase totalidade das práticas agroflorestais utilizadas pelos agricultores e produtores rurais da região. Além disso, a legislação conduz a uma superposição de regras – restrições e proibições – decorrentes da especificidade das unidades, tais como Estação Ecológica (1982), Área de Proteção Ambiental (1985), Área de Interesse Ecológico (1985), Zoneamento do Litoral (1989), Parque Nacional de Superagüi (1989). Assim, um mesmo espaço, além das proibições específicas à área de proteção ambiental, pode ser atingido pelo código que regulamenta a exploração da floresta, pela restrição da exploração da mata atlântica, pela regulamentação da extração de palmito, pela limitação de uso dos solos do litoral e pela proibição da caça, segundo MIGUEL e ZANONI (1998).

Outro fato importante refere-se ao acúmulo de competências institucionais em um mesmo meio natural, pois a exploração dos recursos florestais (madeira, palmito, caça) inicialmente era

realizada por parte tanto do IBAMA<sup>48</sup> (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), como pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná), fazendo com que um mesmo recurso pudesse sofrer diversas restrições em função de seus diferentes usos. Por outro lado, o uso do solo sofria restrições relativas a sua utilização agrícola e à exploração dos produtos florestais.

Na produção agrícola, a legislação interfere na utilização das terras à margem dos rios e cursos d'água e em terras de encostas, naturalmente mais férteis. Isso faz com que os produtores de menores posses, os quais ocupam os recursos naturais mais frágeis, sejam os mais prejudicados porque têm sua área de plantio restringida, além da necessidade de solicitar permissão para o desmatamento, processo bastante lento que muitas vezes só se efetiva fora dos prazos para realizar os processos necessários para a implantação das culturas.

A legislação também impede a utilização de agrotóxicos e biocidas dentro da APA. Contraditoriamente, essa que era uma prática não usual, intensifica-se quando as práticas usuais dos agricultores passam a ser proibidas. Por exemplo, o processo de *derrubada e queima* é uma forma de manejo das ervas daninhas. A partir do momento em que tal prática tornou-se ilegal, o que inviabilizou o método, o problema vem sendo resolvido mediante a capina mecânica ou o emprego de substâncias químicas.

Em relação ao extrativismo, a legislação tem interferido parcialmente nas atividades usuais da população local, como extração de palmito e de madeira. Especialmente no caso do palmito, o efeito dessa legislação significou uma intensificação do processo de extração ilegal, com a criação de organizações clandestinas, em geral comandadas por comerciantes locais. No entanto, é preciso esclarecer que outros programas governamentais<sup>49</sup> aceleraram o processo de desmatamento e de exploração dos recursos, bem como acentuaram a desigualdade social.

Em 1992, o governo do Estado efetivou a "lei dos *royalties* ecológicos" ou o ICMS Ecológico<sup>50</sup>, o qual destinava uma parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre os Serviços (ICMS), para as comunidades cuja porção ou totalidade do território havia sido declarada espaço de proteção do meio ambiente e que sofriam, por isto, prejuízos econômicos. Em função

---

<sup>48</sup> Atualmente somente o IBAMA está atuando.

<sup>49</sup> Programas de desenvolvimento florestal e agropecuário.

<sup>50</sup> Por lei, os municípios têm direito a receber parte do ICMS arrecadado pelos Estados, obedecendo, para isso, a diversos critérios. Em 1991, o Estado do Paraná incluiu o critério ambiental para realização desse rateio. Dos 5% a que os municípios têm direito de receber pela Lei do ICMS Ecológico, metade são distribuídos para aqueles que possuem em seus territórios mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos, e a outra metade aos municípios que possuem Unidades de Conservação ou que são diretamente influenciados por elas (DOMINGUES, 1999).

disso, as receitas do município de Guaraqueçaba, totalmente inserida na APA, aumentaram em proporções consideráveis (IPARDES, 2001; MIGUEL,1997). Deve-se notar que essa lei não impunha nenhuma diretiva concernente à utilização dos recursos assim transferidos, deixando seu emprego à discricção dos dirigentes municipais, o que não significou melhorias nos serviços para a população em geral.

Uma outra política ambiental que se desenvolveu na região foi a criação de Reservas particulares (ROCHA, 2004), especialmente a Fundação O Boticário de Preservação da Natureza com o Projeto Geração de Renda e a Sociedade de Proteção a Vida Selvagem (SPVS) com o projeto Seqüestro de Carbono, como se verá a seguir.

#### 4.3 IMPACTO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

A preocupação ambiental foi considerada por algum tempo, no Brasil, como incompatível com as exigências do desenvolvimento. Tal posição foi adotada claramente na Conferência de Estocolmo, de 1972. Essa atitude evoluiu muito lentamente e foi somente a partir da metade dos anos oitenta, com o movimento da democratização, que a corrente ecologista adquiriu uma influência crescente na vida política nacional (BACHA, 2003). A manifestação institucional mais marcante da elevação de uma tomada de consciência dos desafios ambientais pelos poderes públicos foi a criação do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), em 1989.

As ações de conservação ambiental que chegaram à região estudada, por sua vez, possuíam originalmente, além da preocupação com a degradação ambiental, um caráter de resistência ao avanço do latifúndio, com as conseqüências: o aumento dos conflitos sociais e os entraves ao desenvolvimento local. As principais restrições que atingiram o sistema agrário em Guaraqueçaba não atingiram exclusivamente a região, e sim, praticamente, todo o território nacional. Dessa forma, em 1985, a quase totalidade do litoral Norte do Paraná, torna-se “Área de Proteção Ambiental”, pelo Ministério do Meio Ambiente (IPARDES, 1989).

Encontrava-se entre os objetivos da APA, com algumas variações no texto, "... assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais" (Lei 6.902, Art. 9). No entanto, segundo VIANA (2000), os resultados alcançados para atingir o

desenvolvimento sustentável têm sido pouco expressivos, apesar de o conceito ter sido absorvido pelo discurso oficial e fazer parte dos programas governamentais. O problema reside, segundo o mesmo autor, na distância entre os tomadores de decisão e a realidade, pois raramente os técnicos conhecem o cotidiano das populações locais e estas são tomadas com base em informações e interpretações equivocadas.

Apesar disso, poucos estudos foram realizados sobre o impacto da legislação das APAs sobre o modo de vida de tais as populações (ADAMS, 2000), sendo que o excesso de restrições impostas às propriedades particulares prejudica, e algumas vezes torna inoperante, a busca de equilíbrio entre objetivos sócio-econômicos e ambientais. Além de ser uma relação pontilhada por conflitos (BRITTO, 2000; MIGUEL e ZANONI, 1998), há a agravante de os agricultores terem sido historicamente excluídos dos programas de desenvolvimento agropecuário propostos para o município, como foi discutido anteriormente. Para compreender melhor o impacto da legislação ambiental para os agricultores, a análise deve ser feita em dois momentos diferentes: de 1985 até meados de 90, e após o ano 2000. Neste último período existe uma preocupação com a participação dos moradores e do Estado na elaboração de propostas de manejo ambiental.

Observa-se que inicialmente o impacto da legislação ambiental restritiva recaiu em todas as atividades produtivas dos agricultores e produtores rurais, principalmente pelos métodos empregados via atuação intensiva da Polícia Florestal (MIGUEL e ZANONI, 1998; BRITO, 2000). No entanto, a punição para as diferentes categorias sociais tem sido diferenciada, pois os grandes fazendeiros *escapam* das punições por meios ilícitos, mediados pelo poder de influência junto a órgãos públicos ambientais federais e estaduais. Os agricultores locais, no entanto, adotam estratégias variadas, como roça escondida na floresta, extração de palmito à noite e corte de madeira às escondidas. Dessa forma eles optam por uma situação de clandestinidade ou, muitas vezes, pelo êxodo rural.

Segundo OLIVEIRA e ROUGELLE (1989), logo após a implantação das diferentes unidades ambientais, inclusive a APA, moradores das comunidades revelaram total desconhecimento sobre o significado e observou-se uma confusão a respeito dos órgãos ambientais e de fiscalização, destacando-se sempre o seu caráter repressivo. A princípio, a alteração mais visível foi na forma de ocupação e de uso do espaço, com o deslocamento das áreas agrícolas para os vales e terrenos aluviais, seguida do abandono das encostas e de alguns vales secundários. O sistema de

cultura por queimada ou agricultura de pousio<sup>51</sup> foi abandonado, e campos de antigos pousios voltaram, progressivamente, a constituir-se como floresta (MARCHIORO, 2000). Desta forma, o abandono da agricultura de pousio trouxe resultados positivos para o meio ambiente nas ações conservacionistas, com o aumento da cobertura vegetal, no município.

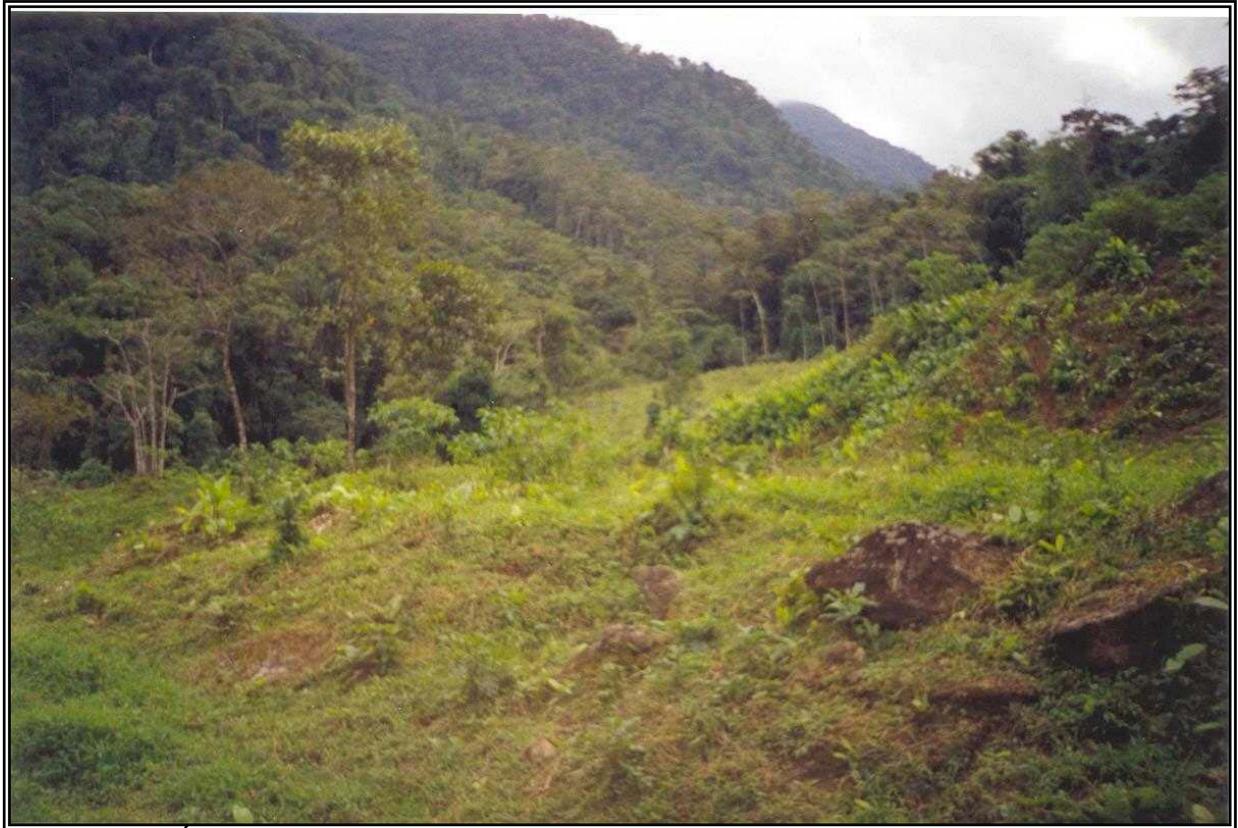
No entanto, os efeitos não foram tão benéficos quanto o esperado, pois a proibição da prática da “queimada”<sup>52</sup> para a limpeza do terreno agrícola e a autorização do corte da vegetação somente no estágio inicial de desenvolvimento provocaram a utilização de agrotóxicos para combater as pragas e ervas daninhas (ADAMS, 2000; MIGUEL & ZANONI,1998). Tal fato se explica pela legislação ambiental, a qual prevê o corte da vegetação secundária somente até o segundo estágio de sucessão secundária ou *capoeirinha*, para fins agrícolas, inviabilizando o sistema de corte e queima, no qual o pousio é praticado até estágios mais avançados de regeneração, *capoeira* ou *capoeirão*. A legislação, porém, não autoriza mais o corte neste ponto, restando aos agricultores reduzir o período de descanso e cultivo nas áreas de estágios iniciais ou desrespeitar as normas estabelecidas e cortar a vegetação.

Desta forma, a implantação de roças escondidas no meio da floresta acarretou, para alguns agricultores, um aumento no sacrifício do trabalho devido à maior distância entre a roça e a casa, a redução do período de pousio e o aumento do número de capinas. Na Figura 7, observa-se uma situação bastante freqüente referente ao aumento da incidência de plantas daninhas, decorrente da redução do período de pousio, bem como a erosão aparente. Para os que têm condição econômica, resta a alternativa de herbicidas. Portanto, a política de proteção ambiental, a qual proporcionou uma desaceleração no processo de degradação dos recursos naturais, induziu, ao mesmo tempo, as populações locais a executarem práticas que, paradoxalmente, contribuíram para a degradação dos ecossistemas (MIGUEL & ZANONI,1998).

---

<sup>51</sup> Paradoxalmente foi a dominância histórica deste tipo de agricultura que manteve o melhor estado de conservação da Mata Atlântica. As etapas de trabalho consistem em limpeza da área, corte da vegetação, queima, plantio, colheita e pousio, sendo que a rotação temporária da área de cultivo permite o restabelecimento da fertilidade do solo e o controle de pragas e ervas daninhas.

<sup>52</sup> Parte da floresta é derrubada, queimada e plantada, principalmente com culturas de ciclo curto, como arroz, milho e mandioca; posteriormente, a área é deixada em pousio. Tal prática é um controle natural das plantas daninhas.



**FIGURA 7 – Área destinada ao plantio com incidência de plantas daninhas (Foto da autora)**

No entanto, algumas atividades foram reduzidas, o que se comprova, por exemplo, pelo fim da atividade madeireira que se desenvolvia principalmente nas encostas da Serra do Mar, pelos grandes fazendeiros, e o impedimento da abertura da BR-101, rodovia que cortaria a APA e era uma das principais reivindicações deste segmento social. Tal fato gerou um desinteresse por desenvolver atividades econômicas em suas propriedades. Dessa forma, o trabalho assalariado tornou-se cada vez mais escasso.

No final dos anos noventa, a autoridade ambiental, usualmente exercida pelo poder público em níveis estadual e federal, passa a ter um novo aliado, as ONGs. O IAP (Instituto Agrícola do Paraná), sucessor do ITCF, que nos anos oitenta foi o órgão responsável pela implantação da política ambiental, decide se retirar da APA, argumentando dificuldade de relacionamento com o IBAMA, órgão administrador desta unidade de conservação, que é federal. O IBAMA, por sua vez, apresenta uma atuação indireta através da Polícia Florestal. Desta forma, a ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) assumiu funções que caberiam ao poder público, passando a ser o alvo principal das reclamações da população local. Nesse período também se

iniciou a compra de fazendas para a preservação ambiental pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e pela SPVS, aliadas a ONGs internacionais. O Boticário, em 1997, criou uma reserva na comunidade do Morato e passou a administrá-la como um parque, destinando-a à preservação, à pesquisa, ao ensino e ao turismo. Também a SPVS, a partir de 2000, passou a comprar grandes propriedades para executar projetos de seqüestro de carbono. As fazendas “abandonadas” começaram a funcionar como estoque de terras e, conseqüentemente, iniciou-se a regeneração de florestas em áreas antes utilizadas para produção agropecuária.

Na figura 8 é apresentado um esboço das fazendas do município de Guaraqueçaba – Paraná, no ano de 2002<sup>53</sup>. Nele, observa-se a grande concentração de terras em um número pequeno de propriedades, as áreas verdes do mapa. A parte de produtores com áreas menores, áreas brancas do mapa, ocupam um espaço significativamente menor.

---

<sup>53</sup> O mapa foi elaborado a partir de declarações de técnicos e pesquisadores que conhecem a região. Não há um mapa que registre os limites exatos das propriedades, tampouco é o seu propósito. Este mapa foi construído, pelas doutorandas Catherine Dumora, Cristina Teixeira e Zilna Hoffmann, com o objetivo de esboçar uma idéia da ocupação fundiária atual do município.

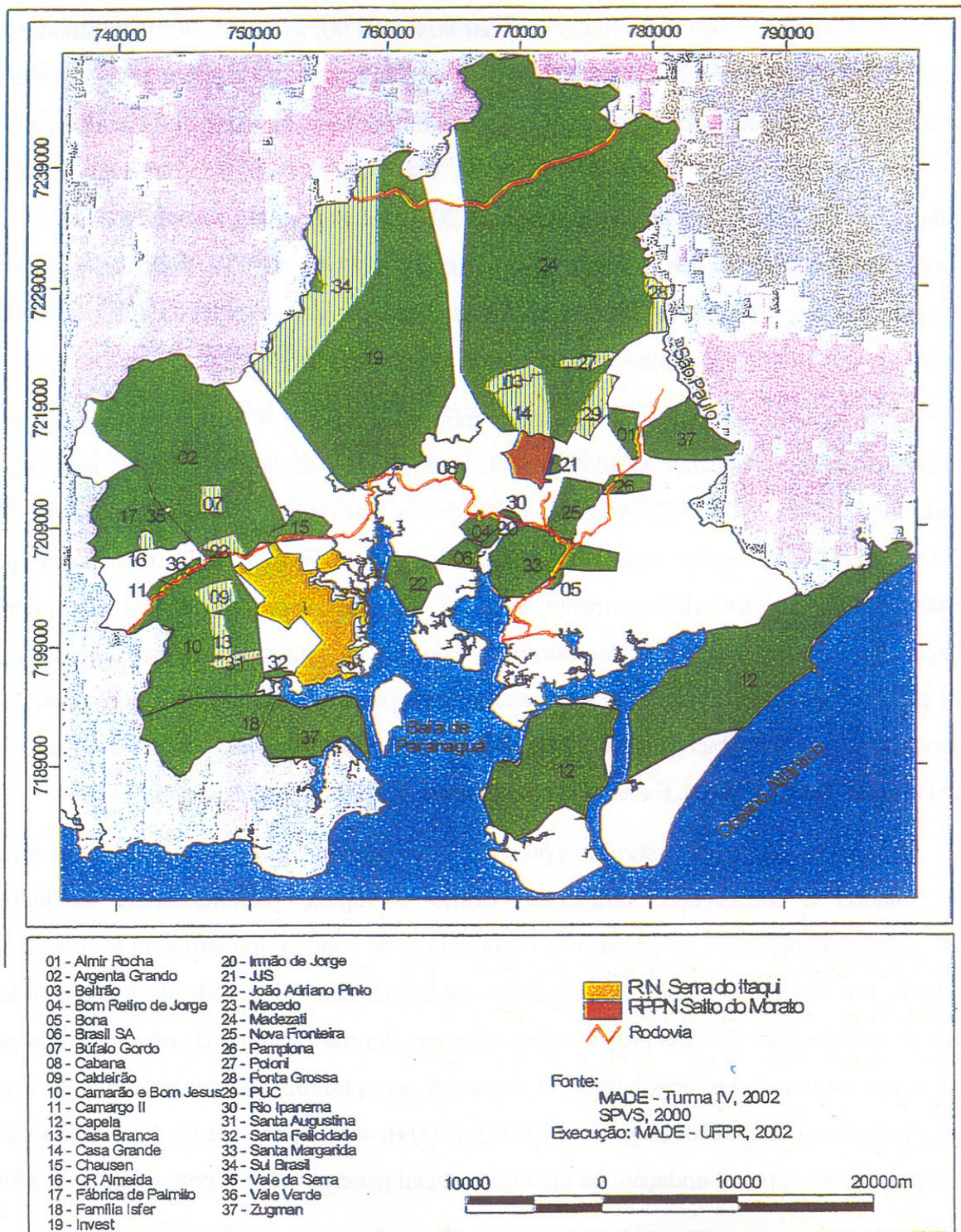


Figura 5 – Esboço das fazendas do município de Guaraqueçaba – PR, no ano de 2002

Segundo DOMINGUES e TEIXEIRA (2002), a partir deste período tornaram-se mais evidentes as transformações observadas no final dos anos 90, as quais são denominadas, pelos autores, como o período da consolidação da “privatização” dos projetos de conservação ambiental na APA. Esse processo acompanha a conjuntura nacional na qual o Estado retira-se de certas funções tipicamente públicas, ou então, executa-as conjuntamente com instituições privadas e ONGs. De uma forma geral, até o ano 2000, foram privilegiadas a adoção de medidas de comando e controle ao invés de incentivar o uso de práticas econômicas compatíveis com a APA. Apesar de existir um consenso sobre a importância da sustentabilidade econômica da APA, esta não é viabilizada em ações concretas.

A relação sustentável – ambiental, econômica e cultural – entre a população e os recursos naturais está além do alcance governamental, considerando-se que o governo estivesse sozinho, segundo BELLENZANI (2002). A gestão participativa é um ponto chave para o sucesso das APAs (SONDA, 1997). No entanto o conselho de gestão da APA de Guaraqueçaba, mecanismo que garante a gestão participativa, foi criado somente em 2002. Até este período, observou-se a valorização da mediação de conflitos com ênfase no processo e não nos instrumentos de gestão ambiental. A partir desse período, o desenvolvimento sócio-econômico passou a ser considerado condição para a conservação do meio ambiente, sendo que algumas ações de desenvolvimento junto a comunidades agrícolas locais tiveram início. Essas, no entanto, ainda apresentam um caráter isolado.

Também nos anos 90 surgiram projetos localizados de desenvolvimento para comunidades rurais, aliados à conservação ambiental. Como exemplos, podemos citar as indústrias de transformação da banana e do palmito na comunidade de Batuva, iniciativa da UFPR (ZANONI *et al.*, 1995), e o desenvolvimento do artesanato de cestas na comunidade de Morato, iniciativa da Fundação O Boticário. Os dois projetos apresentaram alguma melhoria da renda e das condições de trabalho nas comunidades envolvidas. O segundo, no entanto, colocou a população local sob a dependência dessa Fundação. Segundo ROCHA (2004), atualmente, com a diminuição significativa da compra de cestas pela Fundação, há uma crise social generalizada na comunidade de Morato.

No final dessa década, aumentou o número de instituições atuantes em Guaraqueçaba. Com fins ambientalistas ou sociais, são desenvolvidos variados projetos (ONGs, UFPR, IBAMA, PUC-PR, entre outros). São ações localizadas na área de saúde, proteção e educação ambiental e desenvolvimento de atividades produtivas. Esses projetos são, em geral, passageiros, em forma de

ações pontuais, como o atendimento dentário realizado pela PUC. O grande avanço do período mais recente foi a conquista do reconhecimento de que a agricultura tem significativa importância na região e que pode ser uma atividade adequada. Esta visão é resultado, em parte, do acúmulo de conhecimentos e experiências de pesquisadores e técnicos que atuam no município, a partir de uma perspectiva em que a reprodução ecológica não se dissocia da social e econômica.

Esta nova visão se expressa no desenvolvimento da agricultura orgânica em Guaraqueçaba, tanto orientado por ONGs como por órgãos governamentais. Embora incipiente, este processo aponta para uma nova perspectiva para os agricultores familiares do município. O desenvolvimento da agricultura orgânica significou, também, mudanças relacionadas ao processo de conservação ambiental local, no sistema produtivo. Na verdade a implantação do cultivo orgânico é o resultado do reconhecimento dos agricultores e da legitimação da população com a conquista da sustentabilidade econômica da APA, viabilizada em ações concretas, como foi mencionado anteriormente.

## 5 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE GUARAQUEÇABA

O Estado do Paraná permaneceu despovoado, na maior parcela de seu território, até meados da década de 1930. A ocupação predominante até então se limitava ao litoral do Estado, ao primeiro planalto de Curitiba e ao segundo planalto de Ponta Grossa e Castro. O processo de ocupação a partir da referida década caracterizou-se por migrações internas, de origem paulista e mineira, no Norte, e de origem gaúcha e catarinense, no Sudoeste e Oeste. A intensa ocupação sofreu interrupção a partir da década de 70, quando a taxa de crescimento anual caiu para 0,97%, então a menor do país. Deixou de ser o destino de grandes fluxos migratórios e tornou-se origem desses fluxos para outras regiões do país e mesmo para países vizinhos. Na década de 80, o mesmo processo continua com uma taxa de crescimento anual de 0,93%. Essa transformação associa-se às mudanças econômicas ligadas à modernização agrícola e ao surgimento de um parque industrial dinâmico localizado, principalmente, na Região Metropolitana de Curitiba. As migrações internas agora têm caráter rural-urbano, com maior concentração nas cidades maiores do Norte e Oeste do Estado e Região Metropolitana de Curitiba.

Esta última apresenta um incremento de participação na população urbana do Estado de 11,84%, em 1970 e de 18,88% em 1980 para 23,68, em 1991. A expressão dessa participação enfatiza o fenômeno da metropolitanização no contexto da urbanização paranaense, em coincidência com o contexto nacional e com vários países de perfil semelhante ao do Brasil.

A dinâmica de crescimento e de distribuição espacial da população no estado do Paraná nos anos recentes define espaços de intensa concentração em alguns poucos pontos, conformados por intenso crescimento da população em municípios menores, localizados no entorno de pólos expressivos, no estado. Em oposição, grande parte do espaço paranaense é marcada por significativo esvaziamento, com numerosos municípios apresentando taxas de crescimento geométrico anual negativas ou abaixo da média do Estado, segundo o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira: estudos regionais*. Na região Sul, na hierarquia da rede urbana estabelecida a partir dessa configuração, os municípios podem ser classificados como:

- Pólos de aglomeração metropolitana ou não-metropolitana;
- municípios menores que integram essas aglomerações e se caracterizam como continuidade espacial dos pólos, distinguindo-se por apresentar as mais elevadas taxas de crescimento do Estado;

- centros e subcentros de influência regional;
- municípios subordinados, em sua maioria, de pequena dimensão populacional (inferior a 20.000 habitantes), baixo grau de urbanização (<50% ou 50%><75%) e taxas de crescimento negativas ou abaixo da média do Estado.

O município de Guaraqueçaba está entre os subordinados, tendo como centro de referência regional o município de Paranaguá que tem esta função em relação a todo o litoral paranaense. É evidente que a capital (Curitiba) representa o maior pólo em relação a esses municípios constituindo-se, juntamente com os demais municípios de outras regiões próximas, na Mesorregião Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 2000).

Além disso, o município teve uma evolução com características diferenciadas das do Estado e, em certo sentido, diferente da própria região litorânea, como se vê nas Tabelas 3 e 4. Trata-se de um município que teve crescimento significativo no começo do século, que se estendeu até as décadas de 20 e 40, certamente vinculada ao ciclo econômico da banana. Dos anos 40 para os 50 houve uma queda acentuada, em consequência da crise e estagnação econômica que desencadeou um processo migratório da população rural em direção a Antonina e Paranaguá. A partir da década de 50 observa-se um crescimento, ainda que abaixo do nível estadual, motivado principalmente pela reorganização do processo produtivo, o qual se baseava na extração de palmito e na exploração de madeira. Entre as décadas de 50 e 70, o estado apresentou os maiores índices de crescimento populacional. Em Curitiba este fenômeno se deu com mais intensidade entre 1970 e 1980, como reflexo do processo migratório rural-urbano.

No entanto, no município de Guaraqueçaba, desde a década de 50, praticamente não há crescimento da população (Tabela 3 e 4). Entre 1980 e 2000, apresenta um pequeno crescimento ainda que, internamente, as condições de vida não sejam satisfatórias devido ao surgimento de políticas ambientais restritivas ao extrativismo e mesmo às atividades agropecuárias. Note-se que é neste período que o governo federal cria a APA de Guaraqueçaba (1985). Percebe-se, ainda neste período, o movimento rural-urbano, ainda que abaixo dos níveis regionais e estaduais. Tanto no estado como no município em questão, constata-se que existe uma estratégia da população influenciando os movimentos migratórios, cuja concentração tende a aumentar em períodos de prosperidade, seja pela taxa de natalidade, seja pela atração que a situação exerce sobre a população próxima.

**TABELA 3 – Evolução demográfica: Brasil, Paraná, Curitiba- 1950-2000**

|                     | 1950       | 1960       | 1970       | 1980        | 1991        | 1996        | 2000        |
|---------------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Brasil</b>       | 51.944.397 | 70.992.343 | 93.134.846 | 119.011.052 | 146.825.475 | 157.070.163 | 169.799.170 |
| <b>Paraná</b>       | 2.115.547  | 4.296.375  | 6.929.821  | 7.629.849   | 8.448.713   |             |             |
| <b>Curitiba</b>     | 180.575    | 361.309    | 609.026    | 1.024.975   | 1.315.035   | 1.476.253   | 1.587.315   |
| <b>Guaraqueçaba</b> | 7174       | 7713       | 7648       | 7662        | 7751        | 8035        | 8288        |

FONTE: Censos Demográficos do IBGE - 1950 a 2000.

**TABELA 4 –Crescimento anual: Paraná, Curitiba, Guaraqueçaba – 1970-2000**

|                     | 1970  | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 |
|---------------------|-------|------|------|------|------|
| <b>Brasil</b>       | 3,12  | 2,78 | 2,34 | 1,40 | 2,03 |
| <b>Paraná</b>       | 6,13  | 1,01 | 1,07 | 1,52 | 1,88 |
| <b>Curitiba</b>     | 6,86  | 6,83 | 2,83 | 2,45 | 1,88 |
| <b>Guaraqueçaba</b> | -0,08 | 0,02 | 0,12 | 0,73 | 0,79 |

FONTE: Censos Demográficos do IBGE - 1970 a 2000.

## 5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Segundo os dados da pesquisa realizada em 2000, o número de domicílios rurais continentais foi de 727 e 2825 pessoas residentes. Como já se disse na metodologia, isto representou 96,24 e 98,12% da informação do Censo do ano de 2000.

A composição etária da população residente em áreas rurais de Guaraqueçaba era a seguinte: o estrato correspondente ao grupo de idade entre 15 e 64 anos representa cerca de 56% dos residentes; crianças de 0 a 9 anos representam 18,83%, e os moradores com 65 anos e mais, representam 7,29% (Tabela 5).

**TABELA 5 – Distribuição da população residente, absoluta e percentual, por grupos de idade, Guaraqueçaba - PR - 2000**

| Grupos de idade (anos) | Nº          | %             |
|------------------------|-------------|---------------|
| 0 – 9                  | 532         | 18,83         |
| 10 – 14                | 387         | 13,70         |
| 15 – 28                | 689         | 24,39         |
| 29 – 47                | 558         | 19,75         |
| 48 – 57                | 226         | 8,00          |
| 58 – 64                | 120         | 4,25          |
| Mais de 65             | 206         | 7,29          |
| Não declarado          | 107         | 3,79          |
| <b>Total</b>           | <b>2825</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Encontra-se na faixa etária de 15 a 47 anos cerca de 44% dos moradores. A população composta por indivíduos até 14 anos de idade representa 32,60% dos residentes, ou seja, evidencia uma população que não tem idade para compor plenamente a força de trabalho familiar e é dependente, além de demandar serviços básicos como educação e saúde, este último principalmente nos primeiros anos de vida. A maior concentração, no entanto, está na faixa correspondente a 15 e 28 anos, caracterizando uma população jovem e adulta expressiva – 44,14% da população tem entre 15 e 47 anos. Deve-se considerar relevante a faixa acima de 58 e de 65 anos que, juntas, somam 11,54%.

Observa-se a predominância de indivíduos do sexo masculino no município (Tabela 6), o que não foge ao padrão atual no meio rural brasileiro (masculinização da população rural), sendo que na faixa etária entre 15 e 28 anos esta diferença é mais acentuada. Segundo o censo de 2000, a taxa de masculinização no meio rural considera alto um índice de 1,20; médio – entre 1,19 e 1,10 e baixo – 1,09 e menos. No Paraná, verifica-se o índice de 1,11 e no município de Guaraqueçaba, de 1,13.

**TABELA 6 – Distribuição da população por grupo de idade, segundo o sexo, Guaraqueçaba, 2000**

| GRUPOS DE IDADE | HOMENS      |              | MULHERES    |              |
|-----------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
|                 | Nº          | %            | Nº          | %            |
| 0 – 9           | 266         | 9,42         | 258         | 9,13         |
| 10 – 14         | 211         | 7,47         | 180         | 6,37         |
| 15 – 28         | 396         | 14,02        | 291         | 10,30        |
| 29 – 47         | 285         | 10,09        | 273         | 9,66         |
| 48 – 57         | 123         | 4,35         | 103         | 3,65         |
| 58 – 64 anos    | 75          | 2,65         | 45          | 1,59         |
| Mais de 65      | 113         | 4,00         | 93          | 3,29         |
| Não declarado   | 51          | 1,81         | 39          | 1,38         |
| <b>Total*</b>   | <b>1520</b> | <b>53,81</b> | <b>1282</b> | <b>45,38</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000

(\*) 23 (vinte e três) pessoas não foram incluídas na tabela por não constar o item sexo nos questionários.

O número médio de pessoas por domicílio é de 3,88 e a distribuição da população residente, segundo a relação com o chefe de domicílio (Tabela 7), evidencia que a relação principal é de filhos (44%), sendo os demais parentes inexpressivos nas moradias. No entanto, as relações de parentesco são, segundo informações<sup>54</sup> disponíveis, bastante fortes no município e são estruturantes de outras relações secundárias, como as produtivas.

**TABELA 7 – Relação com o chefe de domicílio da população residente, Guaraqueçaba – PR - 2000**

| Relação com o chefe do domicílio | Nº   | %      |
|----------------------------------|------|--------|
| Chefe                            | 739  | 26,16  |
| Cônjuge                          | 587  | 20,78  |
| Filho                            | 1246 | 44,11  |
| Nora e genro                     | 10   | 0,35   |
| Mães, pais, sogro e sogra        | 17   | 0,60   |
| Empregados e agregados           | 32   | 1,13   |
| Outros                           | 142  | 5,03   |
| Não declarado                    | 52   | 1,84   |
| Total                            | 2825 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Quase metade da população residente do município é solteira, proporção que está em situação de equilíbrio com o percentual das casadas ou em união consensual, como era de se esperar entre uma população predominantemente jovem (Tabela 8).

**TABELA 8 – Estado civil da população residente, Guaraqueçaba – PR - 2000**

| Estado Civil     | Nº   | %      |
|------------------|------|--------|
| Solteiro         | 1377 | 48,74  |
| Casado           | 941  | 33,31  |
| Viúvo            | 81   | 2,87   |
| Desquitado       | 10   | 1,45   |
| União consensual | 243  | 8,60   |
| Não declarado    | 142  | 5,03   |
| Total            | 2825 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Na Tabela 9 verifica-se que o local de nascimento se distribui principalmente entre os que nasceram na mesma comunidade e em outra comunidade dentro do município – são quase 64% somando-se os dois casos. Em torno de 27% são originários de outros municípios do Paraná e menos de 5% vieram de outros estados. Trata-se, portanto, de uma população com características marcadamente regionais.

<sup>54</sup> Essas informações provêm das dissertações e teses já defendidas no âmbito do programa de pesquisa, especialmente as de FRANCISCO, Edna Cristina (2003) e SANTOS, Eduardo Britto (2004).

**TABELA 9 – Distribuição absoluta e percentual segundo o local de nascimento da população residente em Guaraqueçaba, 2000**

| Local                       | Nº   | %      |
|-----------------------------|------|--------|
| Mesma comunidade            | 977  | 34,58  |
| Outra comunidade            | 823  | 29,13  |
| Município do litoral        | 404  | 14,30  |
| Estado do Paraná            | 353  | 12,50  |
| São Paulo ou Santa Catarina | 135  | 4,78   |
| Outro Estado                | 67   | 2,37   |
| Outros                      | 1    | 0,04   |
| Não declarado               | 65   | 2,30   |
| Total                       | 2825 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Os dados a seguir tratam mais especificamente das condições de vida da população de Guaraqueçaba. Para se avaliar melhor os dados da pesquisa local e ter uma idéia melhor da situação social da população, comparando-a com outros municípios, recorre-se a indicadores atualizados, como o IDH-M<sup>55</sup> e o Índice de Exclusão Social no Brasil (POCHMANN e AMORIM, 2003). São índices sintéticos, cujos componentes são formados por aspectos essenciais de vida da população, como saúde, educação e renda, aplicados a todos os municípios nacionais. Os índices de exclusão sociais agregam novos componentes que atualmente têm impacto na vida das cidades, como é o caso da violência que afeta mais as populações urbanas.

As tabelas 10 e 11 reproduzem esses indicadores, que auxiliam no entendimento dos itens avaliados na pesquisa local, sobre as condições básicas de vida. A tabela 10 traz o IDH-M, medidor atual e reconhecido internacionalmente. Nela, vê-se a situação de inferioridade em relação aos demais municípios do litoral. De fato, o índice obtido por Guaraqueçaba assemelha-se àqueles da região mais pauperizada do Estado – o Vale do Ribeira, como Adrianópolis (0,683) e Cerro Azul (0,684). O índice geral para o Paraná em 2000 era de 0,786. Note-se que os índices de Paranaguá e de outros municípios da orla estão próximos ou acima da média estadual, o que significa que Guaraqueçaba não tem se beneficiado do relativo desenvolvimento litorâneo apresentado nas últimas décadas.

<sup>55</sup> PNUD/IPEA/FJP – **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Tabulações especiais. Curitiba: IPARDES 2000.

**TABELA 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Paraná, 2000**

| Município        | Esperança de vida ao nascer (1) | Taxa de alfabetização de adultos (2) | Taxa bruta de frequência escolar (3) | Renda municipal per capita (4) | Índice de esperança de vida | Índice de educação | PIB   | ÍDH-M |
|------------------|---------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------------|-------|-------|
| Antonina         | 73,7                            | 88,56                                | 76,14                                | 196,80                         | 0,811                       | 0,844              | 0,654 | 0,770 |
| Guaraqueçaba     | 64,8                            | 80,16                                | 67,64                                | 107,13                         | 0,663                       | 0,760              | 0,533 | 0,659 |
| Guaratuba        | 67,6                            | 92,10                                | 77,08                                | 274,31                         | 0,711                       | 0,871              | 0,710 | 0,764 |
| Matinhos         | 71,0                            | 94,20                                | 79,69                                | 286,57                         | 0,767                       | 0,894              | 0,717 | 0,793 |
| Morretes         | 67,6                            | 91,18                                | 80,93                                | 223,13                         | 0,711                       | 0,878              | 0,675 | 0,755 |
| Paranaguá        | 68,2                            | 94,06                                | 80,97                                | 305,36                         | 0,720                       | 0,897              | 0,728 | 0,782 |
| Pontal do Paraná | 71,74                           | 92,90                                | 79,16                                | 269,09                         | 0,774                       | 0,883              | 0,707 | 0,788 |

FONTES: PNUD/IPEA/FJP; IPARDES - Tabulações Especiais

- (1) Anos de vida.
- (2) População alfabetizada de 15 anos e mais/total dessa faixa etária \* 100.
- (3) População que frequenta a escola (ensino fundamental, médio, superior e especialização)/população na faixa entre 7 e 22 anos \* 100.
- (4) Todo tipo de renda obtida pelos moradores/total de moradores, expressa em reais, pela cotação do US\$ de 1/8/2000.

A tabela 12 foi elaborada com índices que compõem o Atlas da Exclusão Social, que agrega indicadores diferenciados, como juventude e violência, e mede a desigualdade e a exclusão social. Em relação ao município de Guaraqueçaba, destaca-se que esses índices são menos impactantes devido a sua ligação com áreas urbanizadas. Mesmo obtendo grau 1,000 em violência, sua posição no ranking em relação aos municípios vizinhos é muito baixa.

**TABELA 11 – Índice de exclusão social municípios do litoral paranaense , 2003**

| Município        | Posição no ranking * | Índice de pobreza | Índice de juven-tude | Índice de alfabeti-zação | Índice de escolaridade | Índice de emprego formal | Índice de violência | Índice de desigualdade | Índice de exclusão social |
|------------------|----------------------|-------------------|----------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|---------------------|------------------------|---------------------------|
| Antonina         | 1477º                | 0,559             | 0,652                | 0,842                    | 0,512                  | 0,281                    | 0,848               | 0,102                  | 0,504                     |
| Guaraqueçaba     | 3193                 | 0,356             | 0,543                | 0,744                    | 0,373                  | 0,070                    | 1,000               | 0,022                  | 0,403                     |
| Guaratuba        | 1158                 | 0,671             | 0,604                | 0,877                    | 0,571                  | 0,134                    | 0,978               | 0,115                  | 0,520                     |
| Matinhos         | 820                  | 0,736             | 0,637                | 0,900                    | 0,616                  | 0,147                    | 0,925               | 0,131                  | 0,540                     |
| Morretes         | 1638                 | 0,592             | 0,666                | 0,854                    | 0,524                  | 0,097                    | 0,930               | 0,109                  | 0,496                     |
| Paranaguá        | 437                  | 0,749             | 0,635                | 0,897                    | 0,648                  | 0,226                    | 0,936               | 0,190                  | 0,571                     |
| Pontal do Paraná | 927                  | 0,673             | 0,671                | 0,878                    | 0,612                  | 0,078                    | 1,000               | 0,131                  | 0,533                     |

FONTE: Atlas da Exclusão Social no Brasil, 2003

\* A partir da melhor situação social.

Com relação à escolaridade da população residente, constatou-se na pesquisa de campo que mais de 35% cursaram o primário e destes, 10% não o concluíram. A segunda concentração é das pessoas que possuem o 1º grau incompleto – perto de 16%. É importante o percentual de analfabetos – 12,56%. Por sua vez, a proporção dos que concluíram o 2º grau é menor que 3% (Tabela 12).

**TABELA 12 – Distribuição absoluta e percentual segundo a escolaridade da população residente em Guaraqueçaba, 2000**

| Escolaridade                              | Nº hab. | %      |
|---|---------|--------|
| Primário completo                         | 284     | 10,05  |
| Primário incompleto                       | 723     | 25,59  |
| 1º grau completo                          | 95      | 3,36   |
| 1º grau incompleto                        | 450     | 15,93  |
| 2º grau ou curso técnico completo         | 78      | 2,76   |
| 2º grau ou curso técnico incompleto       | 84      | 2,97   |
| Superior completo ou incompleto           | 12      | 0,42   |
| Criança em idade anterior a escolarização | 409     | 14,48  |
| Mobral                                    | 99      | 3,50   |
| Analfabeto                                | 355     | 12,56  |
| Outros                                    | 6       | 0,23   |
| Não declarado                             | 230     | 8,14   |
| Total                                     | 2835    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A taxa de analfabetismo pode ser considerada alta se comparada com a do Estado que, segundo a PNAD 2001, apresentava um índice de 8,60%, e a do Brasil apresentava o índice de 11,4%, em pessoas de 10 anos ou mais.<sup>56</sup> O IDH-M (tabela 10) e o índice de exclusão (tabela 11) confirmam este dado, mostrando que Guaraqueçaba apresenta a menor taxa de alfabetização de adultos entre os municípios da região, embora não tão baixo comparativamente aos municípios mais pobres do Estado.

No que se refere à frequência escolar, a situação é mais grave e se iguala aos municípios mais pobres do Estado, como Cerro Azul (65,26), Doutor Ulisses (64,84) e Tunas do Paraná (64,69). Guaraqueçaba tem uma taxa de 67,64.

Segundo o Índice de Exclusão Social, a posição do município é ainda mais crítica comparativamente aos municípios vizinhos (tabela 11) – 0,356 contra 0,749 em Paranaguá. Pode-se dizer que houve uma piora no sistema educacional de Guaraqueçaba em relação às décadas anteriores, já que a taxa de escolarização é mais baixa do que a de analfabetismo de adultos.

Analisando os dados relativos à ocupação da população de Guaraqueçaba (Tabela 13), o que sobressai é o percentual de pessoas cuja ocupação principal é a agricultura – perto de 30%. Somando-se aos trabalhadores agrícolas, obtém-se o índice de 38% de pessoas ocupadas com

<sup>56</sup> IBGE –PNAD 2001. Cálculo efetuado por MEC/INEP.

atividades agrícolas, proporção abaixo do esperado em uma comunidade rural que se explica, em parte, pelo grande número de aposentados ou pensionistas – perto de 22%, e de desempregados (10%). Apenas 4,5% desenvolvem atividades de pesca.

**TABELA 13 – Ocupação principal da população residente, de 10 anos ou mais de idade, em Guaraqueçaba, ano 2000, excluindo-se estudantes e fazeres domésticos**

| Ocupação principal                   | Nº hab. | %      |
|--------------------------------------|---------|--------|
| Agricultor                           | 434     | 29,91  |
| Aposentado/Pensionista               | 317     | 21,85  |
| Desempregados                        | 145     | 9,99   |
| Trabalhador Agrícola                 | 120     | 8,27   |
| Trabalhador assalariado não agrícola | 79      | 5,44   |
| Funcionário Público                  | 67      | 4,62   |
| Pescador                             | 65      | 4,48   |
| Outros                               | 77      | 5,31   |
| Artesão e autônomos                  | 59      | 4,07   |
| Caseiro, doméstica                   | 59      | 4,07   |
| Comerciante                          | 29      | 2,00   |
| Total                                | 2835    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A ocupação anterior dos aposentados se concentra na agricultura – mais de 60%, confirmando a vocação das comunidades, bem como a situação de estagnação atual que parece estar travando o desenvolvimento dos agricultores (tabela 14).

**TABELA 14 - Ocupação anterior dos aposentados em Guaraqueçaba, 2000**

| Ocupação              | Nº hab. | %      |
|-----------------------|---------|--------|
| Agricultor            | 193     | 60,88  |
| Ocupação não-agrícola | 90      | 28,39  |
| Não declarado         | 34      | 10,73  |
| Total                 | 317     | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Os índices de pobreza do município (0,356) expostos na tabela 11, assim como os de emprego formal (0,070) e de desigualdade (0,022), confirmam a fragilidade das famílias de agricultores e outros trabalhadores da área rural de Guaraqueçaba, mais uma vez reforçando sua posição de inferioridade perante os municípios da região. Por exemplo, Paranaguá apresenta índices

de pobreza de 0,673, de emprego formal de 0,226, e de desigualdade de 0,190. Observando esses três índices, pode-se constatar que a pobreza e a falta de condições de trabalho encontram-se em níveis muito baixos.

O nível de vida das famílias, calculado sobre a média do município, a partir dos bens de consumo e das condições da habitação (tabela 15), indica a existência de 46,60 % da população vivendo em nível médio.

**TABELA 15 – Nível de vida nos domicílios rurais em Guaraqueçaba, 2000.**

| Nível | Distribuição absoluta | %      |
|-------|-----------------------|--------|
| Baixo | 207                   | 28,40  |
| Médio | 338                   | 46,60  |
| Alto  | 182                   | 25,00  |
| Total | 727                   | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A seguir apresentam-se os dados relativos ao movimento migratório e à mobilidade espacial das famílias e indivíduos nas comunidades estudadas. Aproximadamente 55% de famílias sempre moraram na mesma comunidade (tabela 16). Após a criação da APA, em 1985, chegaram mais de 25% de indivíduos, uma proporção considerável tendo em vista a situação descrita.

**TABELA 16 – Data de chegada da família à comunidade rural onde residia em 2000, Guaraqueçaba**

| Chegada                          | Nº hab. | %      |
|----------------------------------|---------|--------|
| Antes de 1970                    | 66      | 8,74   |
| 1971 - 1985                      | 82      | 10,86  |
| Após 1986                        | 193     | 25,56  |
| Sempre morou na mesma comunidade | 414     | 54,84  |
| Total                            | 755     | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

É expressivo o percentual de famílias que têm membros residindo em outros locais. São quase 56% do total das famílias (tabela 17), sendo que 89% deles são filhos do chefe do domicílio (tabela 18). A maior parte tem até 28 anos; porém, na faixa etária de 29 até 47 anos também é importante o número de indivíduos que moram fora do domicílio familiar (tabela 19).

**TABELA 17 – Famílias com membros que não residem mais no domicílio de origem, 2000**

| Famílias sem membros não-residentes |       | Famílias com membros não-residentes |       | Total de famílias |        |
|-------------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|-------------------|--------|
| Nº                                  | %     | Nº                                  | %     | Nº                | %      |
| 334                                 | 44,24 | 421                                 | 55,76 | 755               | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

**TABELA 18 – Relação com o chefe de domicílio dos membros das famílias rurais que não residiam no domicílio no ano de 2000.**

| Relação com o chefe do domicílio | Nº hab. | %      |
|----------------------------------|---------|--------|
| Chefe                            | 10      | 0,59   |
| Esposa                           | 7       | 0,42   |
| Filho (a)                        | 1496    | 88,99  |
| Agregado                         | 1       | 0,06   |
| Outros                           | 57      | 3,39   |
| Não declarado                    | 110     | 6,54   |
| Total                            | 1681    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

**TABELA 19 – Distribuição da população não residente no município por grupo de idade,2000**

| Grupos de idade | Nº hab. | %      |
|-----------------|---------|--------|
| 0 – 9           | 30      | 1,78   |
| 10 – 14         | 43      | 2,56   |
| 15 – 29         | 609     | 36,23  |
| 30 – 44         | 507     | 30,16  |
| 45 – 59         | 156     | 9,28   |
| 60 anos ou mais | 11      | 0,65   |
| Não declarado   | 325     | 19,33  |
| Total           | 1681    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Cerca de 66% dos indivíduos que moram fora do domicílio familiar nasceram na mesma ou em outra comunidade de Guaraqueçaba ou em outro município do litoral. Menos de 19% nasceram em outro município do Estado (tabela 20).

**TABELA 20 – Local de nascimento da população não residente, 2000**

| Local de nascimento         | Nº hab. | %      |
|-----------------------------|---------|--------|
| Mesma comunidade            | 329     | 19,57  |
| Outra comunidade            | 284     | 16,89  |
| Município do litoral        | 497     | 29,57  |
| Estado do Paraná            | 318     | 18,92  |
| São Paulo ou Santa Catarina | 121     | 7,20   |
| Outro estado                | 18      | 1,07   |
| Outros                      | 5       | 0,30   |
| Não declarado               | 109     | 6,48   |
| Total                       | 1681    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Entre as pessoas que não estão morando com a família, 40,33% cursaram o primário e 23% concluíram a 4ª série. Apenas 6,72 concluíram o 1º grau e 17% não concluíram. Por sua vez, concluíram o 2º grau somente 7,38%. Tratando-se de uma população proporcionalmente mais jovem do que a encontrada entre os moradores das comunidades, esta poderia ter um grau de escolaridade mais satisfatório. Tal não acontece; os percentuais quase não diferem dos encontrados para a população residente. Pode-se pensar que a pressão maior seja mesmo por busca de emprego e renda (tabela 21). O item seguinte confirma essa hipótese, ou seja, a maior concentração dos indivíduos que não residem com a família é a de trabalhadores artesãos e autônomos (tabela 22). A segunda concentração entre a população ativa é de agricultores. Também é expressivo o número de aposentados e pensionistas – quase 19%.

**TABELA 21 – Escolaridade da população não residente em Guaraqueçaba, 2000**

| Escolaridade                         | Nº   | %      |
|--------------------------------------|------|--------|
| Primário completo                    | 291  | 17,31  |
| Primário incompleto                  | 387  | 23,02  |
| 1º grau completo                     | 113  | 6,72   |
| 1º grau incompleto                   | 287  | 17,07  |
| 2º grau ou curso técnico completos   | 124  | 7,38   |
| 2º grau ou curso técnico incompletos | 82   | 4,88   |
| Superior completo ou incompleto      | 40   | 2,38   |
| Mobral                               | 47   | 2,80   |
| Analfabeto                           | 78   | 4,64   |
| Outros                               | 17   | 1,01   |
| Não declarado                        | 215  | 12,79  |
| Total                                | 1681 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

**TABELA 22 - Ocupação da população não residente, de 10 anos ou mais de idade, 2000**

| Ocupação                             | Nº hab. | %      |
|--------------------------------------|---------|--------|
| Agricultor                           | 183     | 10,89  |
| Pescador                             | 23      | 1,37   |
| Trabalhador Agrícola                 | 71      | 4,22   |
| Artesão e autônomos                  | 403     | 23,97  |
| Comerciante                          | 37      | 2,20   |
| Trabalhador assalariado não agrícola | 52      | 3,09   |
| Funcionário Público                  | 52      | 3,09   |
| Caseiro, Doméstica                   | 21      | 1,25   |
| Aposentado/Pensionista               | 317     | 18,86  |
| Estudante                            | 85      | 5,06   |
| Afazer Domésticos                    | 79      | 4,70   |
| Outros                               | 159     | 9,46   |
| Não declarado                        | 13      | 0,77   |
| Desempregados                        | 15      | 0,89   |
| Sem ocupação secundária              | 171     | 10,17  |
| Total                                | 1681    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

## 5.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES

Neste item, foram analisadas variáveis concernentes à produção agropecuária do município, enfatizando-se as seguintes: condição do produtor; uso e ocupação do solo no estabelecimento – área total do estabelecimento, área de lavoura, pastagem, mata nativa, reflorestamento e pousio; produção agropecuária – atividades agropecuárias, área destinada à produção vegetal, dimensionamento da produção animal (número de cabeças) e destino da produção agropecuária; ocupação das famílias agrícolas (responsáveis pelos estabelecimentos, agricultores e membros residentes da família); composição da mão-de-obra utilizada na exploração do estabelecimento rural.

Foram identificados, na pesquisa, 433 estabelecimentos de agricultores familiares, dado com o qual se trabalhou. Estima-se que aproximadamente 40 estabelecimentos são de fazendas com alguma atividade agropecuária, o que elevaria o número de estabelecimentos agrícolas a 478. Observa-se que esses dados não confirmam os dados do IBGE (1995) como pode ser observado na Tabela 23.

**TABELA 23 – Evolução do número de estabelecimentos rurais em Guaraqueçaba, 1970-1995**

| Ano  | Nº de estabelecimentos |
|------|------------------------|
| 1970 | 496                    |
| 1980 | 630                    |
| 1985 | 813                    |
| 1995 | 212                    |

FONTE: Censos Agropecuários - IBGE, 1970,1980,1985 e 1995

Como já se disse, isto se deve principalmente a uma diferença metodológica, pois a pesquisa do MADE (2000) considerou como estabelecimento agrícola as unidades com forte agricultura de subsistência que provavelmente omitiram dados de venda, como do palmito. Isto explica em parte a diferença do IBGE mas não explica tudo: de fato, a criação da APA produziu uma diminuição no número de estabelecimentos rurais.

Para se proceder a análise das condições de produção existentes houve necessidade de agrupar algumas categorias. Na categoria posseiro e outros estão: parte das terras arrendadas e parte das terras em posse; parte das terras em posse e outras parcelas e terras em posse. A categoria proprietário e outros é composta de parte das terras próprias e parte das terras em posse, parte das terras próprias e parte de outro tipo de parcelas; parte das terras próprias e parte das terras arrendadas. Desta forma, o resultado final da condição do produtor está apresentado na Tabela 25.

Uma situação bastante comum refere-se aos estabelecimentos agrícolas situados em áreas pertencentes aos ancestrais, já falecidos, sem a divisão e sem a posse legal das mesmas. Desta forma, na categoria proprietário possivelmente estão produtores que não apresentam a titulação da terra, mas que se autodenominam proprietários, pois não há dúvidas sobre o domínio das terras. Em função disto, foram agregados os que se autodenominam proprietários e os que declararam estar em terras de ancestrais sem questionamento do domínio, mas sem divisão e legalização da condição do proprietário.

A ocorrência mais freqüente neste caso é do proprietário ou usuário não legalizado de terras de ancestrais. Em segundo lugar aparecem os que produzem em terras recebidas em cessão de uso temporário. Essas duas categorias somam 71% dos casos. Os posseiros representam quase 16% dos produtores (Tabela 24).

**TABELA 24 – Condição do produtor segundo a forma de acesso à terra, 2000**

| Condição do produtor                                    | Total      | %             |
|---|------------|---------------|
| Proprietário/uso não legalizado de terras de ancestrais | 175        | 40,40         |
| Arrendatário + Parceiros                                | 10         | 2,30          |
| Posseiro + Posseiro e Outros                            | 69         | 15,90         |
| Proprietário e Proprietário + Outros                    | 25         | 5,80          |
| Recebida em cessão de uso temporário*                   | 132        | 30,50         |
| Não declarado   | 22         | 5,10          |
| <b>Total</b>  | <b>433</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

(\*) Chacreiros e empregados que têm lote para plantio

Houve dificuldade por parte dos produtores em dimensionar a área total dos estabelecimentos agrícolas em que eles realizam sua produção, provavelmente em decorrência dos conflitos ainda existentes sobre a posse e às leis restritivas de uso na APA. Este resultado é apresentado na Tabela 25: perto de 20% dos produtores afirmaram ter entre 10 e até 50 hectares de terras produtivas. Aproximadamente 65% dos agricultores não declararam a área. Tal fato reforça a peculiaridade fundiária da região pois além das roças ocultas caracterizarem-se por serem próprias, não contestadas pelos vizinhos, freqüentemente não são declaradas.

**TABELA 25 – Área total dos estabelecimentos agrícolas por grupos de área total, 2000**

| Grupos de áreas    | Total      | %             |
|--------------------|------------|---------------|
| Menos de 1 ha      | 15         | 3,46          |
| 1 a menos de 2 ha  | 8          | 1,85          |
| 2 a menos de 5 ha  | 23         | 5,31          |
| 5 a menos de 10 ha | 17         | 3,93          |
| Acima de 10 ha     | 18         | 4,16          |
| 20 a menos de 50   | 69         | 15,94         |
| Não declarado      | 283        | 65,36         |
| <b>Total</b>       | <b>433</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Predomina a utilização das áreas com lavouras (Tabela 26) em 97,24% dos estabelecimentos rurais. Observa-se a baixa freqüência de áreas utilizadas com pastagens (35,17%), o que pode ser explicado pela escassez de áreas próprias para agricultura e pelo perfil fundiário do município, onde a maior parte das terras está concentrada em poucos estabelecimentos. Note-se que aqui esses grandes estabelecimentos não foram computados.

**TABELA 26 – Utilização das terras nos estabelecimentos rurais, segundo os grupos de atividades, 2000**

| Tipo de Utilização  | Nº estabelecimentos | %     |
|---|---------------------|-------|
| Lavouras (permanentes e temporários)                                | 423                 | 97,24 |
| Pastagem (natural e plantada)                                       | 153                 | 35,17 |
| Mata Nativa   | 207                 | 47,59 |
| Reflorestamento   | 105                 | 24,14 |
| Terras em pousio/capoeira   | 171                 | 39,31 |
| Outras (Terras produtivas não utilizadas e áreas não aproveitáveis) | 126                 | 28,97 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Os estabelecimentos pesquisados são essencialmente formados por agricultores familiares, como se vê na Tabela 27. Não é grande o número de produtores que empregam mão-de-obra, ainda que temporária. Somando todos os casos de empregados obtém-se o percentual de 26% temporários ou permanentes. Os estabelecimentos que só empregam assalariados não têm expressão.

**TABELA 27 – Caracterização da mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos rurais, 2000**

| Trabalho utilizado no estabelecimento rural     | N   | %      |
|---|-----|--------|
| Familiares                                      | 229 | 52,70  |
| Familiares + Empregado temporário               | 67  | 15,50  |
| Familiares + Empregados permanentes             | 5   | 1,20   |
| Familiar + Empregados permanente e temporário   | 6   | 1,40   |
| Só assalariados                                 | 13  | 3,00   |
| Só produtor                                     | 48  | 11,10  |
| Produtor + empregado temporário e/ou permanente | 21  | 4,84   |
| Não declarado                                   | 45  | 10,40  |
| Total   | 433 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A prática de utilizar mão-de-obra dos produtores vizinhos permanece entre 33% dos estabelecimentos, porém a maioria não utiliza essa prática (Tabela 28), tal dado pode ser questionado pois acredita-se que o número seja mais alto, segundo ficou evidenciado, nos trabalhos de campo.

**TABELA 28 – Utilização de mão-de-obra dos produtores vizinhos, 2000**

| Utilização    | Nº  | %      |
|---------------|-----|--------|
| Sim           | 143 | 33,00  |
| Não           | 243 | 56,00  |
| Não declarado | 47  | 11,00  |
| Total         | 433 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

As atividades agropecuárias mais freqüentes, comuns em mais de 50% dos estabelecimentos agrícolas, são a banana e a mandioca com a mesma intensidade – 70% (Tabela 29). A criação de aves também tem importância, já que é realizada em 58% dos estabelecimentos. Além disso, cultiva-se palmito, milho, feijão, arroz e café em cerca de 30% dos casos. A criação de gado e suínos não é muito expressiva; a criação de gado ocorre especialmente por parte dos agricultores mais capitalizados. Além disso, a restrição ao corte de áreas com capoeira fez com que agricultores que dispunham de áreas com pastagem, passassem a utilizá-las em cultivos agrícolas .

**TABELA 29 – Atividades agropecuárias dos estabelecimentos rurais, 2000**

| Atividades Agropecuárias | Estabelecimentos Rurais |       |
|--------------------------|-------------------------|-------|
|                          | Nº absoluto             | %     |
| Banana                   | 305                     | 70,11 |
| Mandioca                 | 306                     | 70,34 |
| Palmito                  | 146                     | 33,56 |
| Milho                    | 149                     | 34,25 |
| Feijão                   | 148                     | 34,02 |
| Arroz                    | 131                     | 30,11 |
| Pupunha                  | 33                      | 7,59  |
| Gengibre                 | 25                      | 5,75  |
| Hortifruticultura        | 146                     | 33,56 |
| Inhame                   | 60                      | 13,79 |
| Cana-de-açúcar           | 57                      | 13,10 |
| Cafê                     | 110                     | 25,29 |
| Outros                   | 39                      | 8,97  |
| Búfalos                  | 14                      | 3,22  |
| Gado de corte            | 48                      | 11,03 |
| Gado de leite            | 78                      | 17,93 |
| Suínos                   | 50                      | 11,49 |
| Aves                     | 253                     | 58,16 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

As informações sobre o destino da produção agropecuária foram simplificadas, considerando somente consumo ou venda, não sendo incluídas as informações sobre as quantidades comercializadas, muito imprecisas.

A maior parte dos produtos destinam-se à subsistência com 57% para venda destaca-se a banana sozinha ou em conjunto com outros produtos. A mandioca sozinha ou em conjunto com outros produtos, exceto a banana é vendida em cerca de 10% dos casos (tabela 30).

**TABELA 30 – Número de estabelecimentos que venderam produtos agropecuários em Guaraqueçaba, 2000**

| Produto                            | Nº  | %      |
|------------------------------------|-----|--------|
| Banana e mandioca                  | 32  | 7,39   |
| Banana                             | 70  | 16,17  |
| Banana, mandioca e outros cultivos | 8   | 1,85   |
| Banana e outros cultivos           | 15  | 3,46   |
| Mandioca                           | 34  | 7,85   |
| Mandioca e outros cultivos         | 7   | 1,62   |
| Outros                             | 19  | 4,39   |
| Subsistência                       | 248 | 57,27  |
| Total                              | 433 | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000.

Foi possível perceber que grande parte da produção é consumida pela família, o que mais uma vez reforça a prática da agricultura de subsistência (tabelas 31 e 32).

**TABELA 31 – Consumo de produtos agropecuários nos estabelecimentos agrícolas de Guaraqueçaba, 2000**

| Atividades        | Nº de estabelecimentos | %*     |
|-------------------|------------------------|--------|
| Mandioca          | 281                    | 91,83  |
| Banana            | 248                    | 81,31  |
| Milho             | 143                    | 95,97  |
| Feijão            | 142                    | 95,94  |
| Hortifruticultura | 137                    | 93,84  |
| Arroz             | 124                    | 94,66  |
| Cafê              | 104                    | 94,55  |
| Palmito           | 77                     | 52,74  |
| Inhame            | 56                     | 93,34  |
| Cana-de-açúcar    | 53                     | 92,99  |
| Pupunha           | 27                     | 81,82  |
| Gengibre          | 25                     | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000.

(\*) Percentual sobre o número total de estabelecimentos que têm o produto.

**TABELA 32 – Distribuição dos estabelecimentos rurais segundo os cultivos destinados à subsistência familiar, 2000**

| Subsistência familiar | Nº de estabelecimentos | %      |
|-----------------------|------------------------|--------|
| Nenhuma atividade     | 26                     | 6,00   |
| 1 a 2 atividades      | 147                    | 33,95  |
| 3 a 4 atividades      | 182                    | 42,03  |
| mais de 5 atividades  | 78                     | 18,01  |
| Total                 | 433                    | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000.

As tabelas seguintes ilustram os sistemas de culturas e o nível de diversificação existente nos estabelecimentos além do número de cultivos destinados à subsistência (tabelas 33 e 34). Quase 60% dos estabelecimentos produzem quatro espécies ou mais e 32% diversificam entre 6 a 18 produtos na mesma área, o que mostra uma estratégia de assegurar a subsistência familiar através de uma menor dependência do mercado .

**TABELA 33 – Sistemas de cultura dos estabelecimentos rurais de Guaraqueçaba, 2000**

| Sistemas de Cultura   | Nº         | %             |
|---|------------|---------------|
| Banana + Mandioca   | 65         | 15,00         |
| Banana ou banana + outros*  | 44         | 10,20         |
| Mandioca ou mandioca + outros   | 42         | 9,70          |
| Palmito ou palmito +outros  | 22         | 5,10          |
| Banana + palmito  | 30         | 6,90          |
| Banana + mandioca + milho + feijão + arroz                              | 31         | 7,20          |
| Banana + Mandioca + palmito   | 25         | 5,80          |
| Mandioca + Palmito + outros   | 11         | 2,50          |
| Mandioca + milho + outros   | 17         | 3,90          |
| Milho   | 7          | 1,60          |
| Arroz   | 15         | 3,50          |
| Banana + mandioca + palmito + milho + feijão + arroz                    | 21         | 4,80          |
| Feijão  | 6          | 1,40          |
| Banana + mandioca + milho + feijão + arroz                              | 29         | 6,70          |
| Milho + feijão + arroz  | 4          | ,90           |
| Banana + mandioca+palmito+pupunha                                       | 7          | 1,60          |
| Área com lavoura e/ou pastagem sem declaração de atividade agropecuária | 12         | 2,80          |
| Banana + Feijão + arroz   | 21         | 4,80          |
| Não declarado   | 24         | 5,50          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>433</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

\* área inferior a 10% dos cultivos principais

**TABELA 34 – Distribuição dos estabelecimentos rurais segundo a diversificação agropecuária (nº de culturas e criação de animais por estabelecimento), 2000**

| Diversificação agropecuária | Nº de estabelecimentos | %     |
|-----------------------------|------------------------|-------|
| 1 – 2                       | 109                    | 25,17 |
| 3 – 4                       | 132                    | 30,48 |
| 5 – 7                       | 142                    | 32,79 |
| 8 – 18                      | 50                     | 11,55 |
| Total                       | 433                    | 100   |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Como conclusão destes dados sócio-demográficos e produtivos, pode-se avaliar que:

- a população rural do município apresenta uma estabilidade demográfica, o que indica uma certa capacidade de reprodução das famílias locais, talvez pela força da agricultura

de subsistência. Segundo a Tabela 33, apenas 6% dos estabelecimentos não apresentam nenhum cultivo destinado à subsistência familiar e do extrativismo clandestino;

- os fluxos migratórios são intensos, pois mais de 50% das famílias apresentam membros não residentes. No entanto, o fato da maioria da população residente ter nascido no município (Tabela 10, p. 80) de Guaraqueçaba indica uma estratégia de permanência, pelo menos de parte da família;
- apesar da pobreza local (Tabela 11), mensurada a partir dos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Exclusão Social ou ainda de bens adquiridos monetariamente, a alimentação é, geralmente, farta. Embora os dados quantitativos não o demonstrem, os “pobres” das comunidades são ajudados pelos outros. Há um processo de ajuda mútua que advém de um sentido de dever comunitário bastante forte (MADE: 2000, entrevistas de campo);
- outro aspecto a destacar é o papel fundamental das aposentadorias e das pensões na economia rural local, no que o caso de Guaraqueçaba não difere da realidade brasileira (tabela 13).

## 6 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COMUNIDADES RURAIS

O presente item tem por finalidade descrever as características identificadas nas comunidades em estudo no município de Guaraqueçaba, conforme exposto no item anterior. A intenção principal é identificar as semelhanças existentes entre as comunidades bem como algumas peculiaridades marcantes.

Antes de fazer uma análise mais detalhada das homogeneidades e heterogeneidades entre as comunidades, apresenta-se na Figura 9 uma tipologia dessas comunidades segundo a ocupação dos membros das famílias residentes acima de 18 anos<sup>57</sup>. Essa tipologia justifica-se pois ela complementa e auxilia na compreensão de como as famílias determinam as suas estratégias, relacionadas às atividades econômicas ou não.

O indicador escolhido para classificar as comunidades foi o percentual de famílias agrícolas por comunidade. No entanto, outras variáveis, as quais poderiam nortear algumas dinâmicas em curso nos domínios da reprodução, foram construídas. Foram elas: nível de vida, tamanho da comunidade rural, relação homens/mulheres, população residente/população não residente com 18 anos ou mais de idade, número de famílias que vieram após a criação da APA e atividades agropecuárias voltadas para a subsistência e diversificação agropecuária. Os resultados encontram-se no Anexo 3.

Como se vê pela Figura 9, as comunidades mais agrícolas de Guaraqueçaba, consideradas *tipo 1- muito agrícolas*, o que significa que acima de 90% das famílias residentes nas comunidades estão vinculadas a um estabelecimento rural. No entanto, a maior parte das comunidades do município tem na sua atividade agrícola a base da sua ruralidade. Além disso, em maior ou menor grau, trata-se de uma agricultura articulada ao extrativismo.

Somente as comunidades Itaquí, Tagaçaba, Ipanema e Morato têm nas atividades artesanais turísticas ou outras não-agrícolas a base da sua economia e da reprodução da sua população rural; apesar disso, nestas comunidades o percentual de famílias que não se dedicam à agricultura não é muito elevado, pois varia de 40 a 60%.

---

<sup>57</sup> No item 3.2.2 foi descrita a característica de cada grupo.

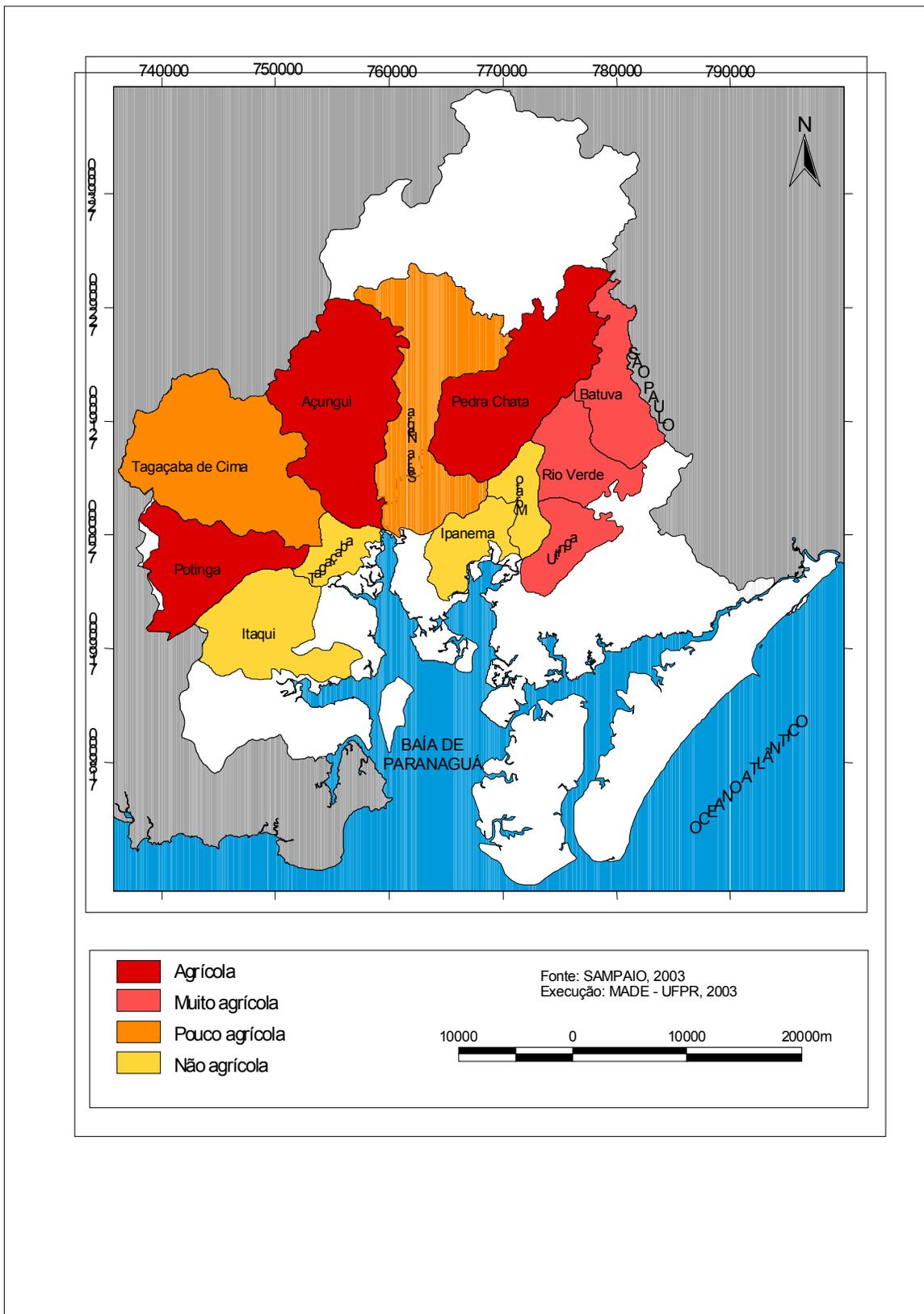
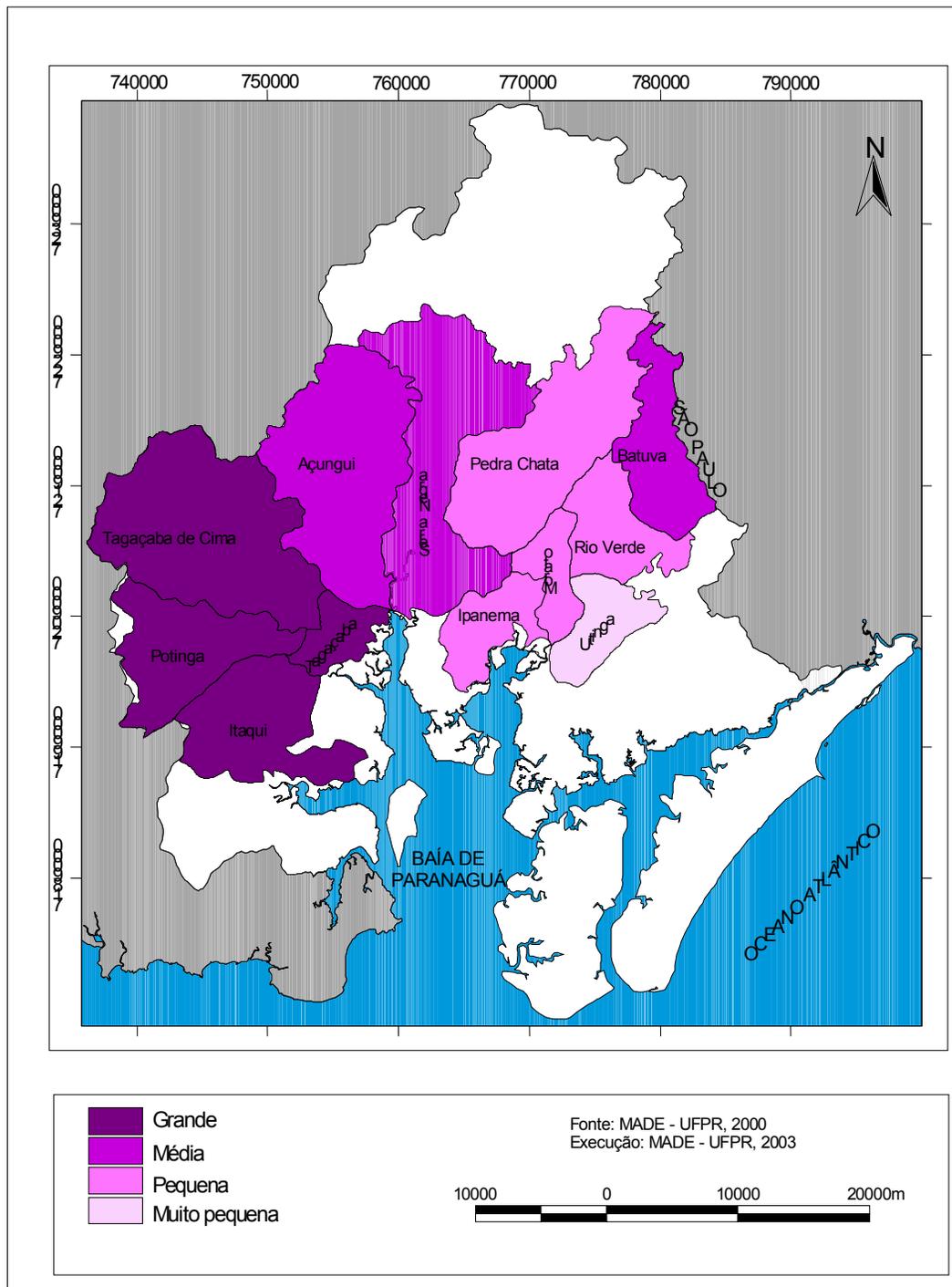


FIGURA 9: PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS

## 6.1 DADOS DEMOGRÁFICOS

O total da população encontrada nas 12 comunidades em que houve a pesquisa foi de 2.825 indivíduos (Figura 10).



**FIGURA 10: TAMANHO DAS COMUNIDADES RURAIS, GUARAQUEÇABA, 2000**

O fato de uma comunidade ser mais ou menos populosa pode indicar alguns “atrativos” como oportunidade de emprego, fertilidade natural dos solos, facilidade de acesso ou acesso a serviços. A comunidade de Tagaçaba, apresenta a maior concentração de população, em 2000, residiam 423 indivíduos, que representavam 15% do total. A Tabela 1 indica que a comunidade também concentra o maior número de famílias e domicílios, respectivamente 16,42% e 16,37% o que indica a presença de domicílios unifamiliares. Tal situação está relacionada ao fato da comunidade ser a única que apresenta ensino de 5º a 8º série bem como apresentar um ambulatório e outros serviços para a população, o que atrai tanto moradores como oferece mais oportunidades de emprego em comparação às demais comunidades.

No entanto, trata-se de uma comunidade não agrícola, pois entre 40-60% da população não se dedicam a agricultura, este valor é considerado elevado para o município. Além disso, a relação entre a população residente e a população não residente (Tabela 1) na comunidade de Tagaçaba é de 1,32 o que significa que um número maior de pessoas que permanece na comunidade, no entanto a comparação com as demais comunidades rurais de Guaraqueçaba indica que a comunidade de Tagaçaba apresenta um número maior de não residentes que a média da área rural de Guaraqueçaba.

A elevada emigração, no entanto não impede que Tagaçaba seja a comunidade mais populosa do município. Existem evidências, mencionadas por diversos moradores, de que houve um retorno de indivíduos que migraram para Paranaguá no período de grandes conflitos de terras (entre as décadas de 60 e 70) e que teriam retornado nos últimos anos, dirigindo-se principalmente para Tagaçaba e Serra Negra, formando nessas comunidades um contingente de aposentados.

A segunda maior concentração foi encontrada em Potinga, com 389 indivíduos ou 11% do total. Em 3º lugar aparece a comunidade de Tagaçaba de Cima, com 10%. A comunidade com menor número de pessoas entre as estudadas é Utinga, com 51 pessoas ou 1,5% do total. As demais variam entre 319 (Itaqui), com 9%, e 108 (Pedra Chata), com 3% (Tabela 35).

Por outro lado, Morato e Utinga são as comunidades que apresentam a menor proporção de idosos. Morato vive hoje basicamente do artesanato orientado pela Fundação Boticário, cuja comunidade encontra-se no caminho percorrido pelos turistas até o Salto Morato.

A divisão da população das comunidades por idade evidencia que a mesma está concentrada na população com idade ativa 56,39% da população total, com uma variação relativamente pequena entre as comunidades (tabela 35).

O grupo de população entre 0-9 anos, importante para efeitos de análise do meio rural pois pouco contribuem como mão-de-obra é superior ao grupo com idade entre 10-14 anos. No entanto, observa-se que Rio Verde e Utinga apresentam, respectivamente 31,01% e 31,37% da população com idade entre 0-9 anos, superior a média das demais comunidades, em torno de 20%. Pedra Chata é a que tem menos crianças nesta idade: são apenas 25%.

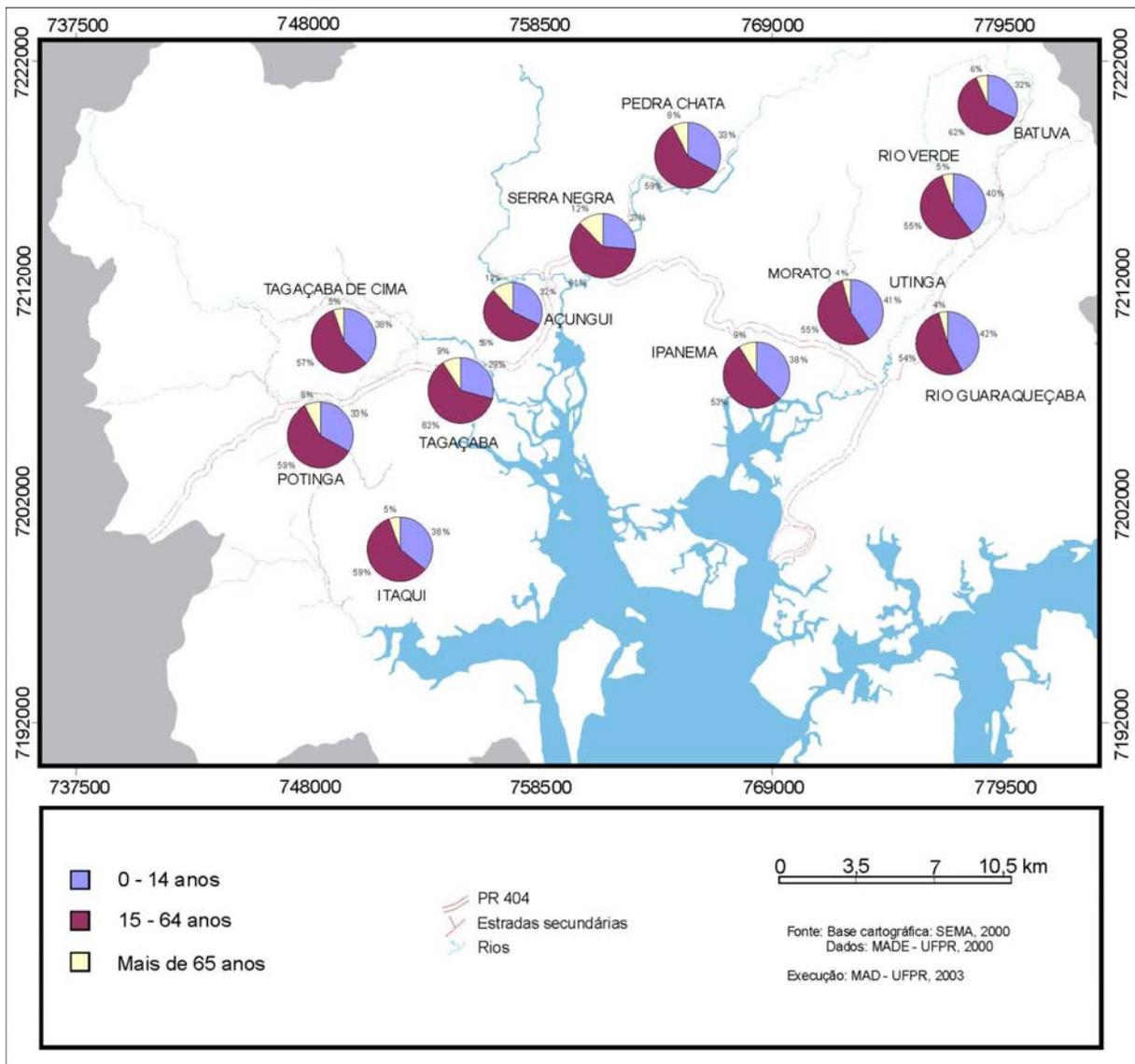
Dentre as diferenciações encontradas destacam-se as comunidades de Morato e Utinga com menos de 4% da população acima de 65 anos, sendo que a média nas comunidades é de 7,29%. Por outro lado, em Pedra Chata concentra-se a maior parte dos idosos (65 anos ou mais) – perto de 12%.

**TABELA 35 – Distribuição da população residente, por grupo de idade, segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000.**

| Comunidades rurais | 0-9 anos   |              | 10-14 anos |              | 15-64 anos  |              | 65 anos ou mais |             | Não declarado |             | TOTAL       |               |
|--------------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|--------------|-----------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|
|                    | Nº         | %            | Nº         | %            | Nº          | %            | Nº              | %           | Nº            | %           | Nº          | %             |
| Assungui           | 42         | 20,19        | 24         | 11,54        | 116         | 55,77        | 24              | 11,54       | 2             | 0,96        | 208         | 100,00        |
| Batuva             | 46         | 20,18        | 24         | 10,53        | 133         | 58,33        | 14              | 6,14        | 11            | 4,82        | 228         | 100,00        |
| Ipanema            | 34         | 20,86        | 19         | 11,66        | 75          | 46,01        | 12              | 7,36        | 23            | 14,11       | 163         | 100,00        |
| Itaqui             | 76         | 23,82        | 34         | 10,66        | 182         | 57,05        | 16              | 5,02        | 11            | 3,45        | 319         | 100,00        |
| Morato             | 36         | 23,08        | 23         | 14,74        | 80          | 51,28        | 6               | 3,85        | 11            | 7,05        | 156         | 100,00        |
| Pedra Chata        | 17         | 15,74        | 18         | 16,67        | 62          | 57,41        | 8               | 7,41        | 3             | 2,78        | 108         | 100,00        |
| Potinga            | 75         | 19,28        | 52         | 13,37        | 228         | 58,61        | 30              | 7,71        | 4             | 1,03        | 389         | 100,00        |
| Rio Verde          | 49         | 31,01        | 13         | 8,23         | 85          | 53,80        | 8               | 5,06        | 3             | 1,90        | 158         | 100,00        |
| Serra Negra        | 39         | 15,35        | 27         | 10,63        | 152         | 59,84        | 30              | 11,81       | 6             | 2,36        | 254         | 100,00        |
| Tagaçaba           | 81         | 19,15        | 39         | 9,22         | 255         | 60,28        | 38              | 8,98        | 10            | 2,36        | 423         | 100,00        |
| Tagaçaba de Cima   | 78         | 21,20        | 54         | 14,67        | 201         | 54,62        | 18              | 4,89        | 17            | 4,62        | 368         | 100,00        |
| Utinga             | 16         | 31,37        | 3          | 5,88         | 24          | 47,06        | 2               | 3,92        | 6             | 11,76       | 51          | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>589</b> | <b>20,85</b> | <b>330</b> | <b>11,68</b> | <b>1593</b> | <b>56,39</b> | <b>206</b>      | <b>7,29</b> | <b>107</b>    | <b>3,79</b> | <b>2825</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Com relação à faixa etária (Figura 11), a maior concentração em todas as comunidades é semelhante àquela encontrada para o total do universo em estudo, ou seja, pessoas entre 15 e 64 anos, idade característica de população em idade ativa. Tagaçaba novamente apresenta o maior percentual de população ativa – mais de 60%. Vale notar que esta localidade é a que apresenta maior movimentação de comércio e um turismo incipiente, ainda restrito à pesca destinada ao lazer, com vários “chalés” e uma ou duas pequenas pousadas particulares localizadas ao longo do Rio Tagaçaba.



**FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE.**

A distribuição segundo o gênero da população pesquisada apresenta similaridade com a encontrada no total das comunidades (Tabela 36). Em todas, o número de homens é ligeiramente maior que o de mulheres, indicando uma tendência à masculinização geralmente existente no meio rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

**TABELA 36 – Distribuição da população residente, segundo o sexo, nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000**

| Comunidades      | Masculino   |              | Feminino    |              | Não declarado |             | Total       |               |
|------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|---------------|-------------|-------------|---------------|
|                  | Nº          | %            | Nº          | %            | Nº            | %           | Nº          | %             |
| Assungui         | 119         | 57,21        | 89          | 42,79        | 0             | 0,00        | 208         | 100,00        |
| Batuva           | 136         | 59,65        | 91          | 39,91        | 1             | 0,44        | 228         | 100,00        |
| Ipanema          | 84          | 51,53        | 77          | 47,24        | 2             | 1,23        | 163         | 100,00        |
| Itaqui           | 172         | 53,92        | 145         | 45,45        | 2             | 0,63        | 319         | 100,00        |
| Morato           | 80          | 51,28        | 75          | 48,08        | 1             | 0,64        | 156         | 100,00        |
| Pedra Chata      | 55          | 50,93        | 52          | 48,15        | 1             | 0,93        | 108         | 100,00        |
| Potinga          | 203         | 52,19        | 184         | 47,30        | 2             | 0,51        | 389         | 100,00        |
| Rio Verde        | 86          | 54,43        | 71          | 44,94        | 1             | 0,63        | 158         | 100,00        |
| Serra Negra      | 131         | 51,57        | 120         | 47,24        | 3             | 1,18        | 254         | 100,00        |
| Tagaçaba         | 235         | 55,56        | 179         | 42,32        | 9             | 2,13        | 423         | 100,00        |
| Tagaçaba de Cima | 191         | 51,90        | 176         | 47,83        | 1             | 0,27        | 368         | 100,00        |
| Utinga           | 28          | 54,90        | 23          | 45,10        | 0             | 0,00        | 51          | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>     | <b>1520</b> | <b>53,81</b> | <b>1282</b> | <b>45,38</b> | <b>23</b>     | <b>0,81</b> | <b>2825</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

O local de nascimento das pessoas residentes nas comunidades rurais de Guaraqueçaba apresenta algumas peculiaridades que de certa maneira definem o espaço social de cada uma, demonstrando especificidades em meio às grandes semelhanças entre elas (Tabelas 37 e 38). Por exemplo, em Itaqui, Batuva e Rio Verde praticamente metade da população nasceu no mesmo local. Pedra Chata tem 47% de pessoas também nascidas ali. Já Serra Negra, Tagaçaba e Tagaçaba de Cima contam com cerca de 23% a 24% de pessoas nascidas em outros locais. No caso de Tagaçaba, quase 27% vieram de outros municípios do litoral e 25% de outros municípios do estado. Neste caso, não é expressivo o número de pessoas nascidas em outros estados. Em Serra Negra predominam as pessoas que vieram de outras comunidades próximas – quase 33%. De outros municípios do estado vieram 16,55%, e 23,6% originam-se de outro município litorâneo; quase 10% são originários do estado de Santa Catarina. Em Tagaçaba de Cima, 37% da população veio de outra comunidade e 23% de outro município do litoral. Utinga, que tem 27% de pessoas nascidas ali, apresenta 55% de originários de outras comunidades, e quase 16% vieram de Santa Catarina ou São Paulo. É a comunidade campeã de nascidos nesses estados. Como veremos na seqüência, trata-se de uma comunidade muito agrícola.

Em Morato residem 34% de indivíduos ali nascidos, e os que vieram de outras comunidades representam 48%; são 9% os que vieram de algum município do litoral e apenas 5% vieram de outro município do Paraná. Ipanema é a terceira comunidade estudada cujos habitantes vieram de outros municípios do Paraná (16%), percentual semelhante ao de Serra Negra, da qual é vizinha.

É necessário ainda citar Potinga, que tem a maior concentração de pessoas oriundas de outro município do litoral paranaense – 25%. Potinga é a comunidade mais próxima de Antonina e das outras cidades do litoral, o que facilita o deslocamento da população. Como esta comunidade está entre as grandes em termos de aglomeração populacional, segundo a classificação adotada, é compreensível que tenha a maior variedade em termos de locais de nascimento: 34% nasceram ali mesmo; 18% vieram de outras comunidades vizinhas; 10% de outros municípios do Paraná; 8% de SC ou SP e 3% de outros estados.

**TABELA 37 - Local de nascimento da população residente segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000, distribuição absoluta**

| Comunidades      | Mesma comunidade | Outra comunidade | Município do litoral | Estado Paraná | SP ou SC   | Outro Estado | Outros   | Não declarado | Total       |
|------------------|------------------|------------------|----------------------|---------------|------------|--------------|----------|---------------|-------------|
| Assungui         | 78               | 48               | 25                   | 27            | 16         | 3            | 1        | 10            | 208         |
| Batuva           | 114              | 58               | 8                    | 19            | 16         | 8            | 0        | 5             | 228         |
| Ipanema          | 47               | 71               | 8                    | 26            | 7          | 2            | 0        | 2             | 163         |
| Itaqui           | 163              | 55               | 51                   | 34            | 6          | 5            | 0        | 5             | 319         |
| Morato           | 53               | 75               | 14                   | 8             | 1          | 2            | 0        | 3             | 156         |
| Pedra Chata      | 51               | 24               | 18                   | 10            | 3          | 1            | 0        | 1             | 108         |
| Potinga          | 133              | 71               | 97                   | 39            | 31         | 12           | 0        | 6             | 389         |
| Rio Verde        | 78               | 59               | 11                   | 4             | 1          | 2            | 0        | 3             | 158         |
| Serra Negra      | 60               | 83               | 32                   | 42            | 25         | 5            | 1        | 6             | 254         |
| Tagaçaba         | 97               | 113              | 58                   | 107           | 16         | 16           | 1        | 15            | 423         |
| Tagaçaba de Cima | 89               | 136              | 82                   | 36            | 5          | 11           | 0        | 9             | 368         |
| Utinga           | 14               | 28               | 0                    | 1             | 8          | 0            | 0        | 0             | 51          |
| <b>TOTAL</b>     | <b>977</b>       | <b>821</b>       | <b>404</b>           | <b>353</b>    | <b>135</b> | <b>67</b>    | <b>3</b> | <b>65</b>     | <b>2825</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

**TABELA 38 - Local de nascimento da população residente segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000, distribuição percentual**

| Comunidade       | Mesma comunidade | Outra comunidade | Município do litoral | Estado Paraná | SP ou SC    | Outro Estado | Outros      | Não declarado | TOTAL         |
|------------------|------------------|------------------|----------------------|---------------|-------------|--------------|-------------|---------------|---------------|
| Assungui         | 37,50            | 23,08            | 12,02                | 12,98         | 7,69        | 1,44         | 0,48        | 4,81          | 100,00        |
| Batuva           | 50,00            | 25,44            | 3,51                 | 8,33          | 7,02        | 3,51         | 0,00        | 2,19          | 100,00        |
| Ipanema          | 28,83            | 43,56            | 4,91                 | 15,95         | 4,29        | 1,23         | 0,00        | 1,23          | 100,00        |
| Itaqui           | 51,10            | 17,24            | 15,99                | 10,66         | 1,88        | 1,57         | 0,00        | 1,57          | 100,00        |
| Morato           | 33,97            | 48,08            | 8,97                 | 5,13          | 0,64        | 1,28         | 0,00        | 1,92          | 100,00        |
| Pedra Chata      | 47,22            | 22,22            | 16,67                | 9,26          | 2,78        | 0,93         | 0,00        | 0,93          | 100,00        |
| Potinga          | 34,19            | 18,25            | 24,94                | 10,03         | 7,97        | 3,08         | 0,00        | 1,54          | 100,00        |
| Rio Verde        | 49,37            | 37,34            | 6,96                 | 2,53          | 0,63        | 1,27         | 0,00        | 1,90          | 100,00        |
| Serra Negra      | 23,62            | 32,68            | 12,60                | 16,54         | 9,84        | 1,97         | 0,39        | 2,36          | 100,00        |
| Tagaçaba         | 22,93            | 26,71            | 13,71                | 25,30         | 3,78        | 3,78         | 0,24        | 3,55          | 100,00        |
| Tagaçaba de Cima | 24,18            | 36,96            | 22,28                | 9,78          | 1,36        | 2,99         | 0,00        | 2,45          | 100,00        |
| Utinga           | 27,45            | 54,90            | 0,00                 | 1,96          | 15,69       | 0,00         | 0,00        | 0,00          | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>     | <b>34,58</b>     | <b>29,06</b>     | <b>14,30</b>         | <b>12,50</b>  | <b>4,78</b> | <b>2,37</b>  | <b>0,11</b> | <b>2,30</b>   | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A comparação da data de chegada das famílias com a constituição da APA de Guaraqueçaba, demonstra que existe uma relação significativa entre os dois fatos, influenciando de alguma maneira a mobilização da população. Na maior parte das comunidades estudadas, as famílias ou indivíduos nascidos em outro lugar chegaram depois de 1986 (tabela 39), ou seja após a criação da APA, especialmente Potinga e Tagaçaba. Nas duas comunidades, bem como na comunidade de Serra Negra menos de 50% das famílias foram formadas na comunidade. Tal fato reforça o que foi mencionado anteriormente a respeito do retorno de indivíduos que migraram para Paranaguá e que teriam retornado recentemente.

Por outro lado, nas comunidades de Rio Verde e Pedra Chata, 75% e 78,13% das famílias, respectivamente, sempre residiram na comunidade. Aliado a estas, as comunidades de Assungui e Tagaçaba de Cima são as comunidades com maior proporção de famílias que sempre residiram na comunidade, tal situação coincide com o difícil acesso às comunidades.

Em Assungui, Batuva, Ipanema, Morato, Tagaçaba de Cima e Serra Negra, entre 20% a quase 30% da população chegou depois de constituída a APA. Em Tagaçaba, esse percentual sobe para mais de 36%. Em Utinga, tem-se o maior contingente de pessoas que chegaram após 86: quase 42% da população, contra 58% que nasceram no mesmo local. Nenhuma família, entre as que vieram de outro lugar, declarou tê-lo feito antes de 86.

Na comunidade de Itaquí, no entanto não se percebe a relação direta entre a chegada da população e a data de constituição da APA. É possível, pelo grau de estagnação observado nesta comunidade aliado ao fraco desempenho da agricultura, que ela tenha sido afetada de forma mais intensa pela existência da APA, havendo então um fator de expulsão para outros locais e não ao contrário como se observou nas demais comunidades.

As causas podem ser em função da retração do emprego urbano, de uma forma geral, tanto em Curitiba como em Paranaguá e nas demais cidades próximas a Guaraqueçaba, bem como a valorização da extração de palmito. Muitas famílias que chegaram são filhos que haviam saído antes e retornaram casados para morar em terras dos pais (MADE, 2000 pesquisa de campo). Veja-se um exemplo desta estratégia de volta à terra, tal como descrita por um morador da comunidade de Utinga<sup>58</sup>: “ *Meu filho perdeu o emprego no porto de*

---

<sup>57</sup>Entrevista com agricultor da comunidade de Utinga, realizada durante a fase de preparação da pesquisa de campo.

*Paranaguá. Ai eu falei, vem para cá que casa dá prá fazer do lado da nossa. Dá pra plantar e da prá fazer o que a senhora sabe [coletar palmito]. Melhor os filhos e os parentes prá trabalhar junto nisto, é gente de confiança”.*

Torna-se evidente o fato do retorno de algumas famílias para o município de Guaraqueçaba após a década de 80, provavelmente em função da dificuldade na obtenção de emprego. No entanto, este retorno concentra-se em algumas comunidades, especialmente àquelas de mais fácil acesso.

**TABELA 39 - Data de chegada da família ao local que reside, segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000**

| Comunidades rurais | Antes de 1970 |             | 1971 – 1985 |              | Após 1986  |              | Sempre morou na comunidade |              | Total      |               |
|--------------------|---------------|-------------|-------------|--------------|------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|---------------|
|                    | Nº            | %           | Nº          | %            | Nº         | %            | Nº                         | %            | Nº         | %             |
| Assungui           | 5             | 8,33        | 5           | 8,33         | 14         | 23,33        | 36                         | 60,00        | 60         | 100,00        |
| Batuva             | 3             | 5,56        | 7           | 12,96        | 15         | 27,78        | 29                         | 53,70        | 54         | 100,00        |
| Ipanema            | 3             | 6,67        | 8           | 17,78        | 10         | 22,22        | 24                         | 53,33        | 45         | 100,00        |
| Itaqui             | 10            | 12,20       | 14          | 17,07        | 11         | 13,41        | 47                         | 57,32        | 82         | 100,00        |
| Morato             | 6             | 14,63       | 4           | 9,76         | 9          | 21,95        | 22                         | 53,66        | 41         | 100,00        |
| Pedra Chata        | 2             | 6,25        | 3           | 9,38         | 2          | 6,25         | 25                         | 78,13        | 32         | 100,00        |
| Potinga            | 6             | 6,12        | 11          | 11,22        | 34         | 34,69        | 47                         | 47,96        | 98         | 100,00        |
| Rio Verde          | 2             | 5,00        | 4           | 10,00        | 4          | 10,00        | 30                         | 75,00        | 40         | 100,00        |
| Serra Negra        | 11            | 14,10       | 7           | 8,97         | 22         | 28,21        | 38                         | 48,72        | 78         | 100,00        |
| Tagaçaba           | 14            | 11,29       | 13          | 10,48        | 45         | 36,29        | 52                         | 41,94        | 124        | 100,00        |
| Tagaçaba de Cima   | 4             | 4,49        | 6           | 6,74         | 22         | 24,72        | 57                         | 64,04        | 89         | 100,00        |
| Utinga             | 0             | 0,00        |             | 0,00         | 5          | 41,67        | 7                          | 58,33        | 12         | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>66</b>     | <b>8,74</b> | <b>82</b>   | <b>10,86</b> | <b>193</b> | <b>25,56</b> | <b>414</b>                 | <b>54,83</b> | <b>755</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000.

No que diz respeito ao grau de escolaridade das pessoas residentes nas 12 comunidades, observam-se algumas peculiaridades, que permitem um olhar mais atento a cada uma delas, especialmente no que refere-se a baixa escolaridade da população rural do município, cerca de 40% cursaram somente até o primário (tabelas 40 e 41) além da alta taxa de analfabetismo, nas comunidades de Pedra Chata e Utinga o número de analfabetos encontra-se em torno de 20%, bastante elevado.

Tagaçaba, comunidade que faz parte das não agrícolas, possui o maior número de pessoas que possuem o primeiro grau completo e incompleto (30,26%) e também é a que tem mais pessoas com o 2º grau completo ou incompleto (10,64%). Além disso, apresenta o menor percentual de analfabetos entre as 12 comunidades (8,51%). Considerando-se que o número de crianças em idade inferior a 6 ou 7 anos é relativamente pequeno (menos de 13%), percebe-se

uma dinâmica educacional mais acentuada do que em outras comunidades, o que não significa que esteja em condições melhores ou mais satisfatórias.

A vizinha Tagaçaba de Cima, pouco agrícola, não apresenta o mesmo desempenho, aproximadamente 50% da população cursou até o ensino primário. O número de analfabetos sobe para mais de 10% e é baixo o número de pessoas que cursou além do 2º grau (5,92%). No entanto a comunidade de Serra Negra, também considerada pouco agrícola, demonstra um desempenho ligeiramente melhor pois apresenta o maior número de pessoas com escolaridade igual ou acima do 2º grau (12,21%), além disso era a comunidade, em 2000, com menor percentual de crianças em idade anterior à escolarização.

Continuando com as comunidades agrícolas num grau intermediário, Potinga apresenta um número elevado de analfabetos (14,14%) e menos de 12% de crianças fora da idade escolar. Em torno de 40% das pessoas cursaram somente até o ensino primário, completo e incompleto e não passam de 5% as pessoas que têm 2º grau completo ou não. Assungui tem mais de 13% de analfabetos; em torno de 60% da população cursou até o 1º grau, sendo 37,02% o primário completo/incompleto e 22,11% o 1º grau completo/incompleto, embora apresente 8,18% de pessoas com 2º grau completo/incompleto ou superior. Pedra Chata, pertencente ao mesmo grupo, apresenta a maior taxa de analfabetismo (20,37%) e a maior proporção de pessoas que cursaram o Mobral: são 5,6%. Além disso, menos de 1% da população cursou o 2º grau completo/incompleto.

Passando para as comunidades consideradas muito agrícolas, Batuva apresenta um percentual de analfabetos superior a 16%, embora tenha uma proporção razoável de crianças ainda sem idade escolar – perto de 15%. Deve-se lembrar que esta comunidade tem um contingente de pessoas entre 15 e 64 anos de mais de 60%. Em Rio Verde a taxa de analfabetismo é semelhante e é a comunidade que apresenta o maior contingente de crianças fora da idade escolar (23,42%). Por fim, nesta categoria, Utinga apresenta quase 29% de analfabetos, menos de 40% com primário completo/incompleto e 11,76% com 1º grau incompleto, nenhuma pessoa com 1º completo, nenhuma com 2º completo ou incompleto, porém com a maior proporção de crianças que ainda não estão em idade escolar (25,5%). Observou-se nas comunidades agrícolas, de uma forma geral a baixa escolaridade da

população residente em comparação com as demais comunidades e taxas altas de analfabetismo.

**TABELA 40 - Escolaridade da população residente segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000, distribuição absoluta**

| Comunidades      | Analfabeto | Mobral    | Primário completo e incompleto | 1º Grau completo e incompleto | 2º Grau incompleto/supletivo | 2º grau completo e superior | Outros/não declarado | Crianças em idade anterior à alfabetização | Total       |
|------------------|------------|-----------|--------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|--|-------------|
| Assungui         | 28         | 3         | 77                             | 46                            | 10                           | 7                           | 4                    | 33   | 208         |
| Batuva           | 37         | 2         | 65                             | 42                            | 5                            | 1                           | 42                   | 34   | 228         |
| Ipanema          | 26         | 8         | 63                             | 25                            | 5                            | 6                           | 8                    | 22   | 163         |
| Itaqui           | 36         | 15        | 94                             | 57                            | 4                            | 8                           | 54                   | 51   | 319         |
| Morato           | 15         | 3         | 66                             | 16                            | 1                            | 4                           | 28                   | 23   | 156         |
| Pedra Chata      | 22         | 6         | 41                             | 23                            | 2                            | 1                           | 2                    | 11   | 108         |
| Potinga          | 55         | 9         | 156                            | 80                            | 14                           | 9                           | 20                   | 46   | 389         |
| Rio Verde        | 26         | 2         | 42                             | 14                            | 2                            | 2                           | 33                   | 37   | 158         |
| Serra Negra      | 25         | 11        | 94                             | 52                            | 16                           | 15                          | 16                   | 25   | 254         |
| Tagaçaba         | 36         | 19        | 118                            | 128                           | 14                           | 31                          | 23                   | 54   | 423         |
| Tagaçaba de Cima | 38         | 19        | 164                            | 56                            | 17                           | 6                           | 15                   | 53   | 368         |
| Utinga           | 11         | 2         | 20                             | 6                             | 0                            | 0                           | 0                    | 12   | 51          |
| <b>TOTAL</b>     | <b>355</b> | <b>99</b> | <b>1000</b>                    | <b>545</b>                    | <b>90</b>                    | <b>90</b>                   | <b>245</b>           | <b>401</b>                                 | <b>2825</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000.

**TABELA 41 - Escolaridade da população residente segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000, distribuição percentual**

| Comunidades      | Analfabeto   | Mobral     | Primário completo e incompleto | 1º Grau completo e incompleto | 2º Grau incompleto/supletivo | 2º grau completo e superior | Outros/não declarado | Crianças em idade anterior à alfabetização | Total         |
|------------------|--------------|------------|--------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|--|---------------|
| Assungui         | 13,46        | 1,44       | 37,02                          | 22,11                         | 4,81                         | 3,37                        | 1,92                 | 15,87                                      | 100,00        |
| Batuva           | 16,23        | 0,88       | 28,51                          | 18,42                         | 2,19                         | 0,44                        | 18,42                | 14,91                                      | 100,00        |
| Ipanema          | 15,95        | 4,91       | 38,65                          | 15,34                         | 3,07                         | 3,68                        | 4,91                 | 13,5                                       | 100,00        |
| Itaqui           | 11,29        | 4,7        | 29,46                          | 17,86                         | 1,26                         | 2,51                        | 16,93                | 15,99                                      | 100,00        |
| Morato           | 9,62         | 1,92       | 42,31                          | 10,26                         | 0,64                         | 2,56                        | 17,95                | 14,74                                      | 100,00        |
| Pedra Chata      | 20,37        | 5,56       | 37,97                          | 21,29                         | 1,85                         | 0,93                        | 1,85                 | 10,19                                      | 100,00        |
| Potinga          | 14,14        | 2,31       | 40,1                           | 20,56                         | 3,6                          | 2,32                        | 5,14                 | 11,83                                      | 100,00        |
| Rio Verde        | 16,46        | 1,27       | 26,59                          | 8,86                          | 1,27                         | 1,27                        | 20,88                | 23,42                                      | 100,00        |
| Serra Negra      | 9,84         | 4,33       | 37,01                          | 20,47                         | 6,3                          | 5,91                        | 6,30                 | 9,84                                       | 100,00        |
| Tagaçaba         | 8,51         | 4,49       | 27,9                           | 30,26                         | 3,31                         | 7,33                        | 5,44                 | 12,77                                      | 100,00        |
| Tagaçaba de Cima | 10,6         | 5,16       | 44,56                          | 15,22                         | 4,62                         | 1,63                        | 4,08                 | 14,13                                      | 100,00        |
| Utinga           | 19,61        | 3,92       | 39,21                          | 11,76                         | 0                            | 0                           | 0,00                 | 25,49                                      | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>     | <b>12,57</b> | <b>3,5</b> | <b>35,4</b>                    | <b>19,29</b>                  | <b>3,18</b>                  | <b>3,18</b>                 | <b>8,67</b>          | <b>14,19</b>                               | <b>100,00</b> |

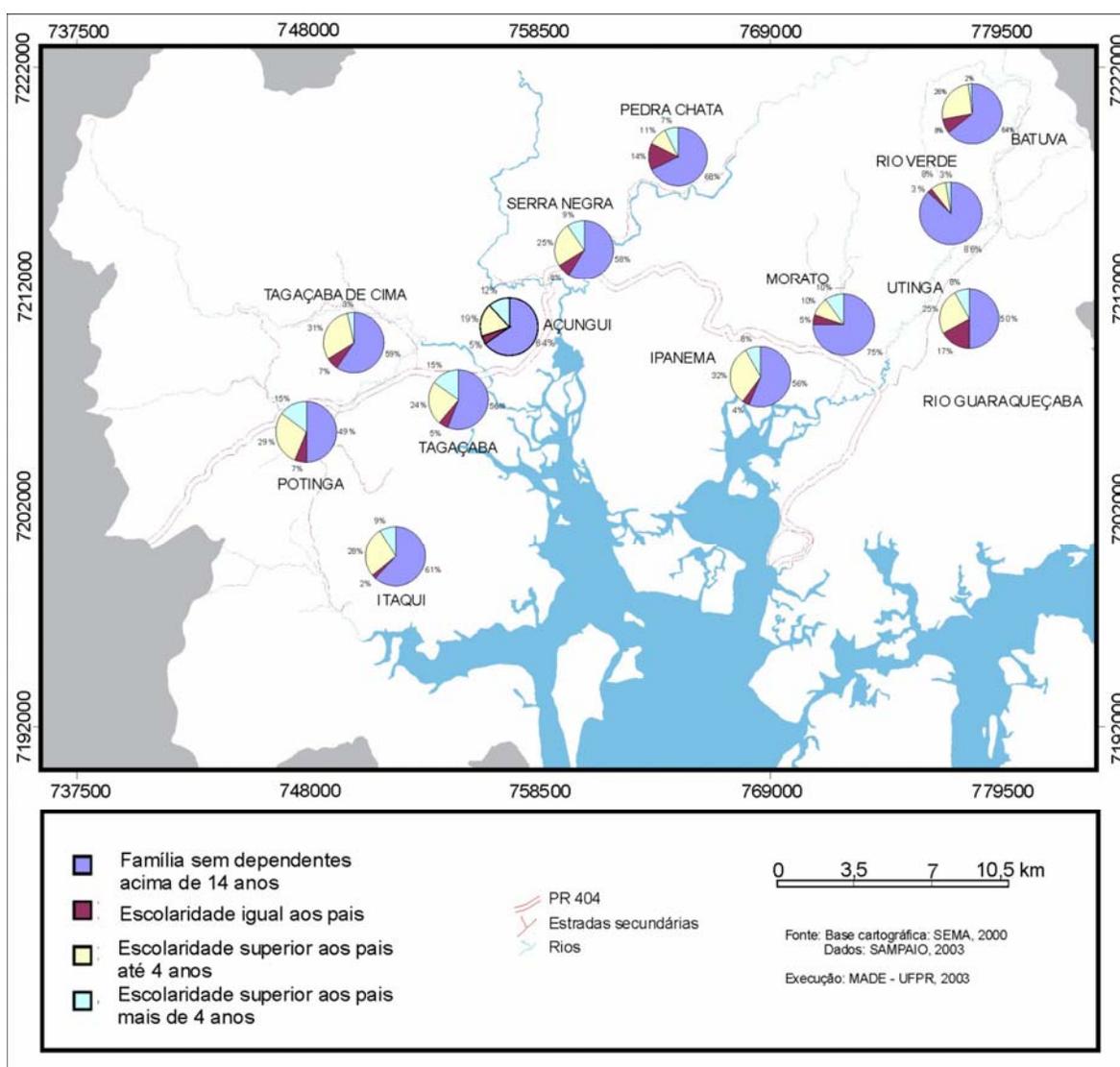
FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000.

Na figura 12 e Figura 13 são apresentados a escolaridade dos filhos em relação aos pais e o nível de vida da população, onde foi feita a classificação segundo os níveis baixo, médio e alto<sup>59</sup>. Em resumo, pode-se analisar sob a seguinte perspectiva: as comunidades que apresentam nível de vida baixo tem como contrapartida a escolaridade dos filhos em relação aos pais igual superior em até 4 anos, especialmente Utinga e Tagaçaba de Cima, bem como

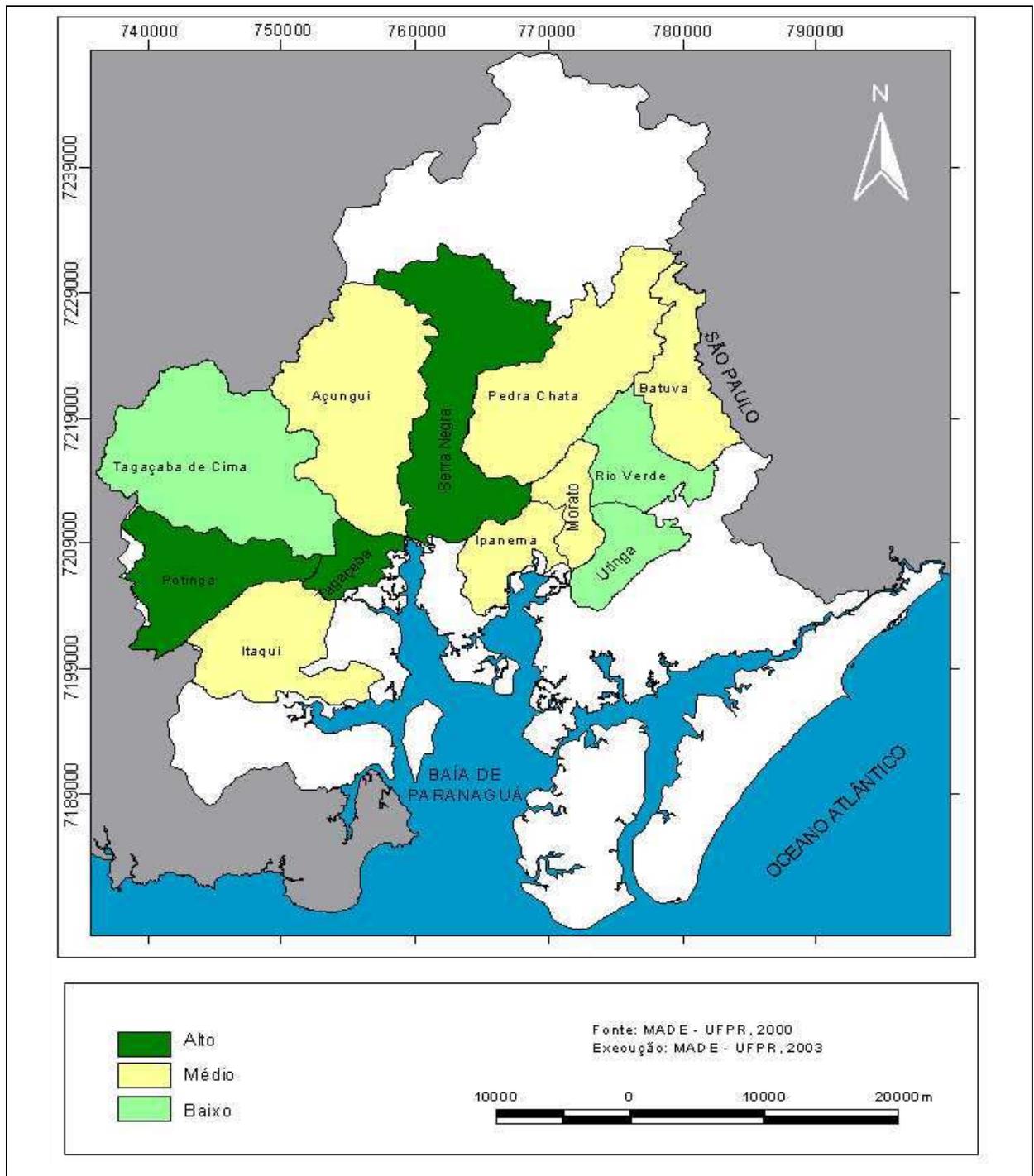
<sup>59</sup> A forma como foi elaborado o indicador foi apresentada no item 3.2.2.

a ausência de filhos acima de 14 anos em pelo menos 50% das famílias, alcançando 86% em Rio Verde. Na comunidade de Utinga observou-se o maior percentual de filhos com escolaridade igual aos pais de 17%.

As comunidades com nível de vida alto, Potinga, Serra Negra e Tagaçaba apresentam entre 24% e 29% famílias cuja escolaridade dos filhos em relação aos pais é superior até 4 anos. Nas comunidades de Potinga e Serra Negra observou-se o maior percentual de famílias com a escolaridade dos filhos em relação aos pais superior mais de 4 anos filhos. A comunidade de Potinga, também foi a comunidade com menor percentual de famílias sem dependentes acima de 14 anos (49%).



**Figura 12- Escolaridade dos filhos em relação aos pais**



**Figura 13- Nível de Vida segundo as comunidades rurais**

Os dados relativos às categorias de ocupação exercida pela população economicamente ativa das comunidades rurais de Guaraqueçaba podem ser vistos na Tabela 42, evidenciando-se que as diferenças entre as comunidades bem como as similaridades tornam-se mais óbvias.

Não existe dúvida sobre a importância da agricultura no município, pois a categoria agricultor e trabalhador agrícola juntas correspondem a 37,06% da ocupação principal dos moradores das comunidades rurais. Nas comunidades denominadas de muito agrícolas o percentual de agricultores ultrapassa 60%, enquanto que em outras como Ipanema, Itaqui, Serra Negra e Tagaçaba somente 15% da população economicamente ativa tem na agricultura a sua ocupação principal.

A possibilidade de trabalho agrícola tornou-se restrita, especialmente após a criação da APA, concentrando-se nas comunidades de Assungui, Potinga, Tagaçaba e Tagaçaba de Cima com variação entre 15,69% e 19,41%, em função da existência de fazendas.

A ocupação não agrícola, traduzida na inserção de um ou mais membros da família no mercado de trabalho externo às atividades da unidade produtiva, também é significativo variando entre 10 – 20% na maior parte das comunidades, exceto na comunidade de Morato que alcançou 49,06%. Por outro lado, nas comunidades de Rio Verde e Utinga este valor não ultrapassa 5%.

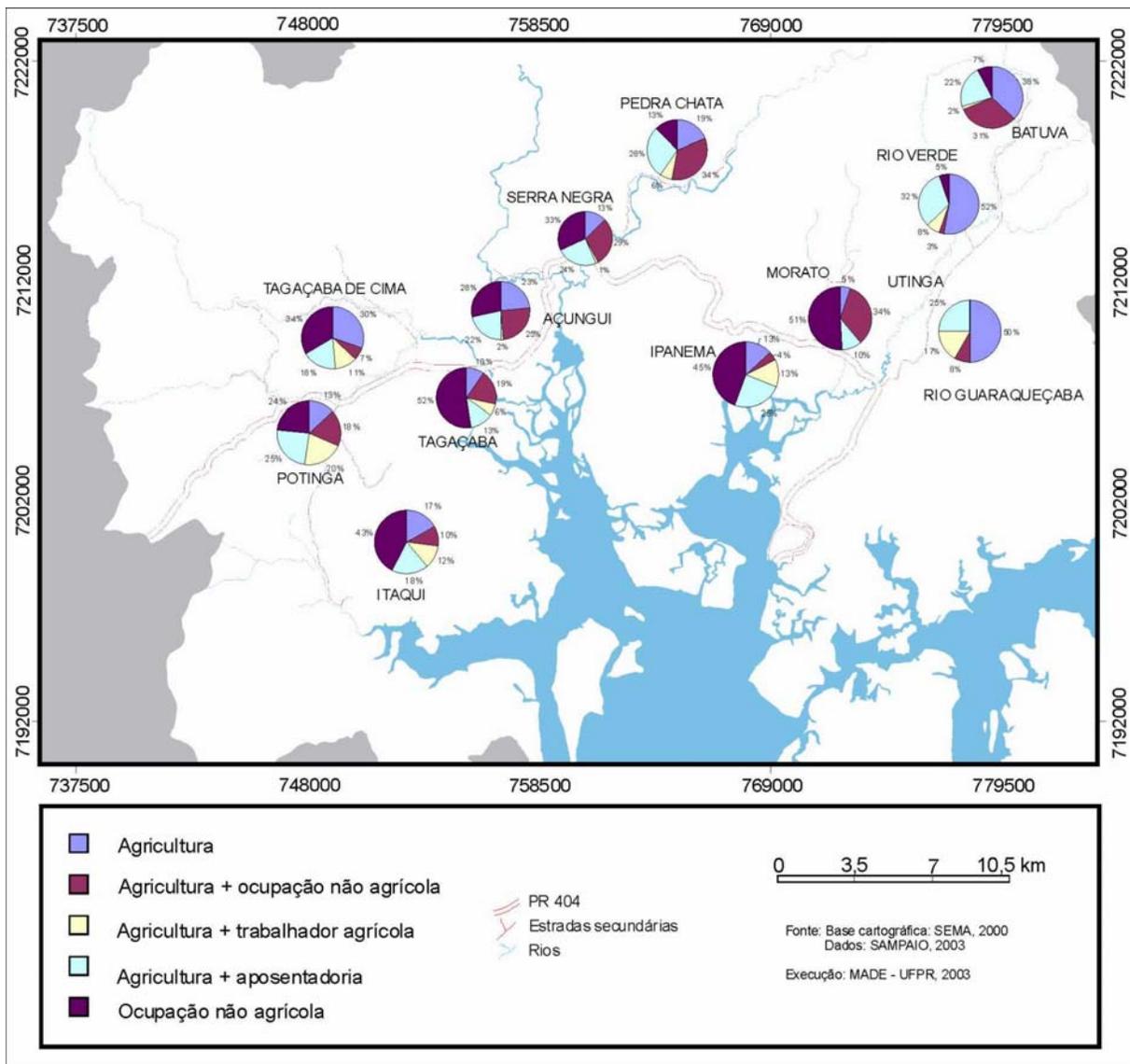
Os benefícios da previdência social constituem-se em uma importante fonte de renda, sendo que representam em média 20% da ocupação principal dos moradores das comunidades rurais, não sendo evidente a importância maior em alguma comunidade específica, apesar de alcançar valores superiores a 20% nas comunidades de Serra Negra, Ipanema e Rio Verde.

**TABELA 42 – Ocupação principal dos membros da população residente, com 10 anos ou mais, segundo as comunidades rurais de Guaraqueçaba, em 2000 (excluindo estudantes e afazeres domésticos)**

| Comunidades      | Agricultor |              | Trabalha-<br>dor Agrí-<br>cola |              | Aposentado<br>Pensionista |              | Pescador  |             | Trabalhador<br>não<br>Agrícola |              | Outros    |             | Não<br>declarado |              | Total       |              |
|------------------|------------|--------------|--------------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-----------|-------------|--------------------------------|--------------|-----------|-------------|------------------|--------------|-------------|--------------|
|                  | Nº         | %            | Nº                             | %            | Nº                        | %            | Nº        | %           | Nº                             | %            | Nº        | %           | Nº               | %            | Nº          | %            |
| Assungui         | 36         | 32,73        | 18                             | 16,36        | 22                        | 20,00        | 0         | 0,00        | 12                             | 10,91        | 4         | 3,64        | 18               | 16,36        | 110         | 100,0        |
| Batuva           | 82         | 65,08        | 2                              | 1,59         | 18                        | 14,29        | 0         | 0,00        | 13                             | 10,32        | 2         | 1,59        | 9                | 7,14         | 126         | 100,0        |
| Ipanema          | 13         | 12,26        | 8                              | 7,55         | 26                        | 24,53        | 10        | 9,43        | 6                              | 5,66         | 6         | 5,66        | 37               | 34,91        | 106         | 100,0        |
| Itaqui           | 24         | 12,18        | 10                             | 5,08         | 30                        | 15,23        | 36        | 18,27       | 24                             | 12,18        | 5         | 2,54        | 68               | 34,52        | 197         | 100,0        |
| Morato           | 3          | 2,83         | 1                              | 0,94         | 12                        | 11,32        | 0         | 0,00        | 52                             | 49,06        | 4         | 3,77        | 34               | 32,08        | 106         | 100,0        |
| Pedra Chata      | 28         | 41,79        | 4                              | 5,97         | 10                        | 14,93        | 0         | 0,00        | 11                             | 16,42        | 3         | 4,48        | 11               | 16,42        | 67          | 100,0        |
| Potinga          | 60         | 24,79        | 42                             | 17,36        | 52                        | 21,49        | 2         | 0,83        | 32                             | 13,22        | 10        | 4,13        | 44               | 18,18        | 242         | 100,0        |
| Rio Verde        | 45         | 65,22        | 0                              | 0,00         | 16                        | 23,19        | 0         | 0,00        | 3                              | 4,35         | 4         | 5,80        | 1                | 1,45         | 69          | 100,0        |
| Serra Negra      | 24         | 14,29        | 15                             | 8,93         | 44                        | 26,19        | 3         | 1,79        | 33                             | 19,64        | 17        | 10,12       | 32               | 19,05        | 168         | 100,0        |
| Tagaçaba         | 33         | 13,92        | 46                             | 19,41        | 50                        | 21,10        | 14        | 5,91        | 33                             | 13,92        | 20        | 8,44        | 41               | 17,30        | 237         | 100,0        |
| Tagaçaba de Cima | 71         | 34,80        | 32                             | 15,69        | 33                        | 16,18        | 0         | 0,00        | 15                             | 7,35         | 2         | 0,98        | 51               | 25,00        | 204         | 100,0        |
| Utinga           | 15         | 68,18        | 1                              | 4,55         | 4                         | 18,18        | 0         | 0,00        | 1                              | 4,55         | 0         | 0,00        | 1                | 4,55         | 22          | 100,0        |
| <b>TOTAL</b>     | <b>434</b> | <b>26,24</b> | <b>179</b>                     | <b>10,82</b> | <b>317</b>                | <b>19,17</b> | <b>65</b> | <b>3,93</b> | <b>235</b>                     | <b>14,21</b> | <b>77</b> | <b>4,66</b> | <b>347</b>       | <b>20,98</b> | <b>1654</b> | <b>100,0</b> |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A figura 14 apresenta uma síntese das combinações de ocupações exercidas pelas famílias em suas respectivas comunidades.



**Figura 14- Ocupação das famílias residentes nas comunidades rurais de Guaraqueçaba**

## 6.2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, PRODUTORES E MÃO-DE-OBRA

Conforme referido no item 6.1, para se proceder a análise das condições de produção agropecuária existentes houve necessidade de agrupar algumas categorias. Uma situação bastante comum refere-se aos estabelecimentos agrícolas situados em áreas pertencentes aos ancestrais, já falecidos, sem a divisão e sem a posse legal das mesmas. Desta forma, na categoria proprietário possivelmente estão produtores que não apresentam a titulação do terreno mas se autodenominam proprietários pois não há dúvidas sobre o domínio das terras. Em função disso, foram agregados os

que se autodenominam proprietários e os que declararam estar em terras de ancestrais sem questionamento do domínio e também sem divisão e legalização da condição do proprietário.

Retomando a análise das comunidades, alguns aspectos podem ser destacados a partir dos dados expostos nas Tabelas 43 e 44: as categorias *própria* e *cessão de uso* predominam como na avaliação geral do município, com algumas variações. Em Batuva, Rio Verde e Pedra Chata (neste, em menor proporção), a condição de cessão de uso é mais freqüente do que a categoria própria, sendo que em Rio Verde só aparece um caso na condição de própria. Em Utinga, a condição de uso que predomina é a de posse, não se registrando nenhuma própria. Nas demais, a categoria própria predomina, com mais ênfase em Serra Negra.

**TABELA 43 – Distribuição absoluta da condição do produtor segundo forma de acesso à terra nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, 2000**

| Comunidades      | Própria | Cessão de uso | Posse | Próprias e outras | Arrendada | Parceria | Outros | Não declarado | Total |
|------------------|---------|---------------|-------|-------------------|-----------|----------|--------|---------------|-------|
| Assungui         | 17      | 8             | 5     | 2                 | 1         | 0        | 4      | 2             | 39    |
| Batuva           | 7       | 25            | 2     | 4                 | 1         | 0        | 1      | 3             | 43    |
| Ipanema          | 10      | 4             | 4     | 2                 | 0         | 0        | 0      | 1             | 21    |
| Itaqui           | 18      | 9             | 6     | 3                 | 0         | 1        | 0      | 2             | 39    |
| Morato           | 7       | 5             | 4     | 1                 | 0         | 1        | 0      | 0             | 18    |
| Pedra Chata      | 8       | 11            | 2     | 0                 | 0         | 0        | 1      | 2             | 24    |
| Potinga          | 23      | 16            | 10    | 3                 | 0         | 0        | 3      | 5             | 60    |
| Rio Verde        | 1       | 20            | 6     | 0                 | 1         | 1        | 0      | 0             | 29    |
| Serra Negra      | 30      | 9             | 2     | 4                 | 1         | 0        | 0      | 1             | 47    |
| Tagaçaba         | 27      | 15            | 4     | 4                 | 0         | 0        | 0      | 5             | 55    |
| Tagaçaba de Cima | 23      | 8             | 9     | 3                 | 3         | 0        | 2      | 1             | 49    |
| Utinga           | 0       | 3             | 6     | 0                 | 0         | 0        | 0      | 0             | 9     |
| TOTAL            | 171     | 133           | 60    | 26                | 7         | 3        | 11     | 22            | 433   |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

**TABELA 44 – Distribuição percentual da condição do produtor segundo forma de acesso às terras nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, 2000**

| Comunidades      | Própria | Cessão de Uso | Posse | Próprias e outras | Arrendada | Parceria | Outros | Não decalorado | TOTAL  |
|------------------|---------|---------------|-------|-------------------|-----------|----------|--------|----------------|--------|
| Assungui         | 43,59   | 20,51         | 12,82 | 5,13              | 2,56      | 0,00     | 10,26  | 5,13           | 100,00 |
| Batuva           | 16,28   | 58,14         | 4,65  | 9,30              | 2,33      | 0,00     | 2,33   | 6,98           | 100,00 |
| Ipanema          | 47,62   | 19,05         | 19,05 | 9,52              | 0,00      | 0,00     | 0,00   | 4,76           | 100,00 |
| Itaqui           | 46,15   | 23,08         | 15,38 | 7,69              | 0,00      | 2,56     | 0,00   | 5,13           | 100,00 |
| Morato           | 38,89   | 27,78         | 22,22 | 5,56              | 0,00      | 5,56     | 0,00   | 0,00           | 100,00 |
| Pedra Chata      | 33,33   | 45,83         | 8,33  | 0,00              | 0,00      | 0,00     | 4,17   | 8,33           | 100,00 |
| Potinga          | 38,33   | 26,67         | 16,67 | 5,00              | 0,00      | 0,00     | 5,00   | 8,33           | 100,00 |
| Rio Verde        | 3,45    | 68,97         | 20,69 | 0,00              | 3,45      | 3,45     | 0,00   | 0,00           | 100,00 |
| Serra Negra      | 63,83   | 19,15         | 4,26  | 8,51              | 2,13      | 0,00     | 0,00   | 2,13           | 100,00 |
| Tagaçaba         | 49,09   | 27,27         | 7,27  | 7,27              | 0,00      | 0,00     | 0,00   | 9,09           | 100,00 |
| Tagaçaba de Cima | 46,94   | 16,33         | 18,37 | 6,12              | 6,12      | 0,00     | 4,08   | 2,04           | 100,00 |
| Utinga           | 0,00    | 33,33         | 66,67 | 0,00              | 0,00      | 0,00     | 0,00   | 0,00           | 100,00 |
| Total            | 39,49   | 30,72         | 13,86 | 6,00              | 1,62      | 0,69     | 2,54   | 5,08           | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Na comunidade de Utinga acha-se a maior concentração de utilização da mão-de-obra familiar (Tabela 45), apenas 11% dos estabelecimentos rurais contratam trabalhadores. As comunidades nas quais a contratação é alta são Pedra Chata, Serra Negra, Batuva, Tagaçaba e Potinga, acima de 30%. Observa-se que a contratação de mão-de-obra no município é baixa, sendo mais usual a troca de dias.

**TABELA 45 - Distribuição absoluta e percentual dos estabelecimentos rurais que contrataram mão-de-obra nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, 2000 - em relação ao total de estabelecimentos da comunidade**

| Comunidade       | Nº | %    |
|------------------|----|------|
| Assungui         | 5  | 12,8 |
| Batuva           | 15 | 34,9 |
| Ipanema          | 4  | 19,0 |
| Itaqui           | 6  | 15,4 |
| Morato           | 5  | 27,8 |
| Pedra Chata      | 10 | 41,7 |
| Potinga          | 16 | 26,7 |
| Rio Verde        | 7  | 24,1 |
| Serra Negra      | 17 | 36,2 |
| Tagaçaba         | 18 | 32,7 |
| Tagaçaba de Cima | 7  | 14,3 |
| Utinga           | 1  | 11,1 |

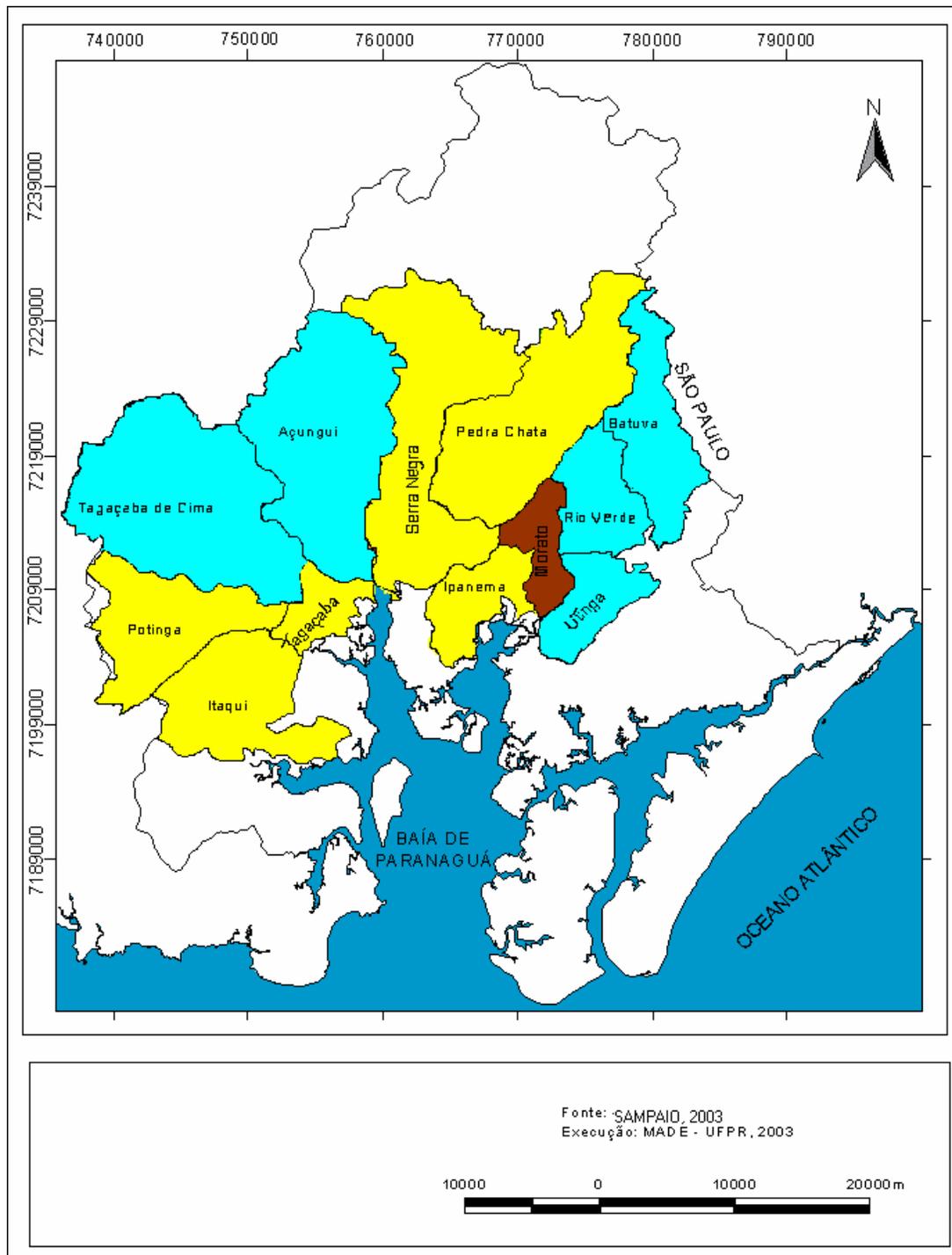
FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

### **6.2.1 Classificação das Comunidades Rurais segundo as Famílias Agrícolas**

A caracterização sócio-econômica apresentada no capítulo 5 demonstrou que as variáveis selecionadas não permitiram traçar um perfil único das comunidades denominadas agrícolas. No entanto, considera-se que as estratégias adotadas pelas famílias de agricultores residentes nas mesmas comunidades sejam parecidas. Desta forma, pretendeu-se agrupar comunidades rurais com tais características, através da análise conjunta das 62 variáveis disponíveis(,) segundo as 509 famílias de agricultores do município para, em seguida, identificar as variáveis que influenciam na diferenciação entre os grupos.

As comunidades rurais com características semelhantes foram divididas em 3 grupos, como pode ser visto na Figura 15, denominados de clusters.

- Pedra Chata, Serra Negra, Potinga, Tagaçaba, Ipanema e Itaqui;
- Batuva, Tagaçaba de Cima, Rio Verde/Utinga, Assungui;
- Morato.



**Figura 15:** Clusters segundo as diferentes comunidades rurais

A variável determinante<sup>60</sup> que causou a divisão inicial foi famílias nas quais a *ocupação de todos os membros da população residente é a atividade agrícola*, ou seja, famílias aonde todos os residentes em idade ativa trabalham na agricultura (ocupação 1) e cuja renda é proveniente somente das atividades agropecuárias. Observa-se a predominância das 151 famílias no grupo formado pelas comunidades de Batuva, Tagaçaba de Cima, Rio Verde/Utinga, Assungui, caracterizadas como muito agrícolas, pois 88 famílias estão nestas comunidades, ou seja, 58%.

As demais, 358 famílias, caracterizam-se por possuírem outras rendas, além daquelas obtidas no estabelecimento agropecuário (ocupação 2, 3, 4). A divisão deste grupo ocorre pela variável nível de vida. Desta forma, das 358 famílias, 271 encontram-se no padrão considerado baixo ou médio e 87 no alto. Observa-se que a existência de outras fontes de rendas não se traduz em um padrão de vida mais elevado, como seria lógico.

Note-se, no entanto, que a divisão das famílias que possuem nível de vida baixo ou médio ocorre em função da realização da ocupação agrícola + trabalho assalariado não agrícola, por um lado, e da ocupação agrícola + aposentadoria ou trabalho agrícola assalariado, por outro.

O *Cluster 1*, representado pela comunidade do Morato, pois, das 20 famílias de agricultores, 13 encontram-se na situação de nível de vida baixo ou médio e ocupação agrícola + trabalho não agrícola. Como foi discutido anteriormente, a comunidade apresenta uma característica que a diferencia das demais pelo fato de todos as famílias apresentarem pelo menos um membro residente que trabalha para a Fundação Boticário na confecção de cestas.

Desta forma, é possível concluir que, no *cluster 3*, formado pelas comunidades de Batuva, Tagaçaba de Cima, Rio Verde/Utinga, Assungui, um número maior de famílias trabalha somente na agricultura, quando comparado aos demais clusters.

A principal diferença das demais famílias, nas quais os integrantes conciliam o trabalho na agricultura com outras rendas seria, por um lado, grupo de famílias com nível baixo e médio e, por outro, um nível de vida considerado alto. Além disso, observa-se que 82% das famílias que apresentam nível de vida alto e não apresentam somente renda agrícola encontram-se no grupo formado pelas comunidades de Potinga, Tagaçaba, Ipanema e Itaquí.

---

<sup>60</sup> Os resultados já foram apresentados no Quadro 3.

## 6.2.2 Seleção da Comunidade Rural para o estudo das Estratégias de Reprodução

Desde o início do trabalho, foi evidente a importância da representatividade da comunidade rural selecionada para o estudo detalhado das estratégias de reprodução da agricultura familiar, objetivo do presente trabalho, bem como o fato de que a seleção ocorreria entre as famílias agrícolas do município, ou seja, as famílias na qual pelo menos um residente declarou a agricultura como atividade principal, sendo que o universo total foi de 509 famílias.

No decorrer do trabalho, as comunidades foram agrupadas em *clusters*, através da análise multivariada de 61 variáveis. Esta divisão em *clusters* agrupou as comunidades em 3 grupos, sendo que o mais representativo foi o *Cluster 2*, formado pelas comunidades de Pedra Chata, Serra Negra, Potinga, Tagaçaba, Ipanema e Itaqui, o grupo representa 56,81% dos estabelecimentos rurais e 56,38% das famílias agrícolas.

A outra classificação utilizada foi a que considerou a ocupação das famílias. Neste caso, o grupo das denominadas *comunidades agrícolas*, composto pelas comunidades de Potinga, Tagaçaba de Cima, Açungui, Serra Negra e Pedra Chata, foi o mais representativo com 51,75% da população residente nas comunidades rurais e 46,89% dos estabelecimentos rurais. As principais características deste grupo foram: o percentual de famílias que se dedicam à agricultura, na comunidade, entre 55% e 90%; a participação de outras rendas, nas famílias de agricultores e ter abaixo de 45% das famílias residentes com atividade não agrícola.

As comunidades pertencentes aos dois grupos foram Pedra Chata, Serra Negra e Potinga, portanto a seleção da comunidade para o estudo das estratégias de reprodução ocorreu entre estas. A comunidade selecionada foi a comunidade de Potinga, em função de uma série de características que serão descritas a seguir, mas principalmente porque Potinga, no ano de 2000, apresentava 98 famílias compostas por 389 pessoas, além de possuir 60 estabelecimentos rurais, ou seja, a representatividade da comunidade em relação às demais do município é bastante evidente.

A importância da agricultura familiar para a comunidade é evidente, bem como a significativa diversidade ocupacional e social, o que permite analisar um elenco mais amplo de estratégias dos agricultores. Num outro sentido, apresenta uma peculiaridade que não a torna representativa das comunidades de Guaraqueçaba como um todo; é o fato de que tem maior proximidade ao município vizinho, Antonina, onde se inicia o trecho asfaltado da PR 405, o que facilita a comercialização dos seus produtos.

Um outro aspecto que lhe é singular, em relação à maioria das comunidades, é que a pressão fundiária ali existente pela presença de grandes fazendas resulta em maior oportunidade de trabalho assalariado para complementar a renda das famílias dos agricultores. Outras comunidades, também sob pressão fundiária, têm mais fazendas inexploradas que não geram ocupações para moradores rurais. Neste aspecto, Potinga apresenta uma outra característica que a torna interessante para a análise: nos seus limites, encontra-se uma das áreas compradas pelas ONGs ambientalistas para um projeto de seqüestro de carbono <sup>61</sup>.

A escolha de Potinga, portanto, não buscou tanto a representatividade em relação às comunidades rurais de Guaraqueçaba - embora, em inúmeros casos, especialmente quanto às estratégias agrícolas, apresente homogeneidades em relação às outras comunidades. Buscou-se sim esta diversidade de estratégias que já ocorreu em outras comunidades quando, por exemplo, tinham mais fazendas ativas ou comercializavam seus produtos por via fluvial e pelo mar. Ou seja, esta diversidade é historicamente variável: hoje, Potinga é o emblema dela.

No entanto, após a implantação da APA, algumas destas vantagens de Potinga passam a ser questionadas, pois a restrição ambiental provocou, em um primeiro momento, a redução imediata da oferta de trabalho nas fazendas. Tal fato causou um impacto na comunidade, uma vez que a realização de atividades agrícolas e não-agrícolas entre os membros das famílias de agricultores na comunidade sempre apresentou um papel relevante para garantir a sobrevivência. Além disso, o fato de a comunidade ter se formado ao longo da estrada expôs mais os agricultores à fiscalização por parte das instituições responsáveis<sup>62</sup>. Entretanto, segundo as famílias, a utilização de antigas fazendas para projetos de Seqüestro de Carbono, a partir do ano 2000, acompanhada da extinção de postos de trabalho e da proibição de plantar nas divisas das fazendas foram os maiores impactos que a comunidade sofreu.

---

<sup>61</sup> Esse é o nome dado aos projetos de redução dos gases que produzem o efeito estufa - o anel de gás que envolve o planeta a 20 quilômetros de altitude, abafando-o e aquecendo a temperatura. Na Convenção do Clima, 1997, em Kyoto foi criado um instrumento denominado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, considera-se que os países industrializados poderão investir em projetos de países que removam o seqüestro de carbono da atmosfera, contabilizando tal fato como uma redução líquida de suas emissões. Isso inclui desde projetos de reflorestamentos de áreas degradadas em florestas tropicais (plantas em crescimento removem carbono da atmosfera, transformando-o em biomassa vegetal) até a substituição de usinas termelétricas a gás natural, que emitem uma quantidade menos de carbono. Denominada de Certificado de Redução das Emissões de Carbono, essa nova *commodity* terá um valor monetário que pode ser vendida aos países industrializados. Em Guaraqueçaba, no litoral Norte de Paraná, uma das dez maiores operadoras de energia dos Estados Unidos, a Central and South West Corporation, de Dallas, Texas, comprou 7000 hectares da reserva Itaquí para replantar espécies nativas. O projeto, que custou 5,4 milhões de dólares, foi intermediado pela ONG The Nature Conservancy e repassado para a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), além destas outras áreas em Potinga estão sendo utilizadas como Reservas de Carbono.

## 7 - ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES EM POTINGA

A compreensão adequada da adoção das estratégias de reprodução dos agricultores torna necessário o conhecimento de fatores históricos, sociais, culturais e econômicos. Desta forma, optou-se pelo relato histórico da comunidade, segundo os seus moradores. Para a reconstituição da história da comunidade, foram utilizados dados obtidos junto a um grupo de agricultores e moradores dentre os mais antigos da região.

Apesar de respeitar uma ordem cronológica, foi privilegiada, na descrição, a visão da população local, no que diz respeito aos fatos importantes, pois considera-se que a adoção das estratégias adotadas pelos mesmos deve-se às transformações sociais que conduziram a diferentes modos de exploração do meio físico, bem como as alternativas encontradas para a nova situação, decorrente de limitações externas, provenientes de políticas públicas.

A caracterização dos grupos estudados complementou a compreensão das estratégias adotadas pela comunidade de uma forma geral, respaldada nos dados da pesquisa de campo de 2002 e 2003, além disso ocorreu a descrição das famílias, em termos da organização produtiva, social e econômica dos estabelecimentos rurais.

Durante o trabalho de campo<sup>63</sup>, foram elaborados croquis pelos moradores (Figuras 16<sup>64</sup> e 17<sup>65</sup>), os quais serão utilizados na apresentação e discussão dos resultados, pois eles ilustram e demonstram a visão que os moradores possuem da comunidade.

---

62 Os relatos de agricultores multados em Potinga sempre foram mais freqüentes que nas demais comunidades, segundo entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraqueçaba.

63 A pesquisa de campo para compreender as estratégias adotadas na comunidade ocorreu em janeiro de 2002 e janeiro de 2003. No entanto, a participação da autora na realização do Censo em 2000 foi determinante para iniciar o contato com a comunidade. Os dados apresentados se referem a entrevistas realizadas nos anos de 2000, 2002 e 2003. Além disso, em algumas situações, as informações serão utilizadas de forma comparativa pois, apesar do período de apenas 3 anos, muitas alterações ocorreram em função da participação mais atuante da ONG ambientalista SPVS na comunidade e pela alteração dos projetos que passam a ter como objetivo o desenvolvimento sustentável.

64 A idéia inicial era confeccionar um croqui da comunidade rural, elaborado pelos moradores, sendo que este partiu de duas folhas de papel em branco com o esboço da estrada e dos principais rios, respectivamente, e foi pedido que fossem delimitados os limites de Potinga, com os principais recursos naturais e a divisão das localidades. Observou-se, no entanto, a importância das fazendas para os moradores, como pode ser identificado na Figura 16, além da pouca importância dada às localidades.

65 A Figura 17 representa a localização dos domicílios dos moradores em relação à estrada e aos principais rios, bem como algumas construções que eles acharam importante mencionar, como casas de farinha, igrejas. A execução da Figura 17 foi acompanhada de uma análise comparativa sobre os moradores que estavam na comunidade em 2000 e depois, em 2002.

## 7.1 - A HISTÓRIA DE POTINGA, SEGUNDO SEUS MORADORES<sup>66</sup>

Os moradores de Potinga – “camarão de água doce” em tupi-guarani – vêem-na como uma comunidade cercada por morros, pela Serra Boa Vista e, hoje, pelas fazendas da SPVS (Figura 16), fato que foi bastante enfatizado pelos moradores e que torna-se evidente no croqui elaborado pelos agricultores.

A comunidade é formada por localidades cuja denominação e delimitação são dadas em função dos recursos naturais (Figura 16). As localidades Cedro, Rio das Antas, Bromado e Trancado, são nomes de rios; por outro lado, a localidade de Morrinho possui esta denominação pela localização em área de colina. Além disso, outras localidades apresentam a denominação em função de núcleos de domicílios, como a localidade conhecida como o núcleo do DER que se formou na época da construção da estrada, bem como a Vila dos Mendes; instituição – Lírio do Vale, ao redor de um centro de treinamento deste mesmo nome, pertencente a igreja Batista.

No entanto, a denominação do local, apesar de estar relacionada aos fatores mencionados anteriormente, somente se torna legítima quando existem relações de parentela, vizinhança ou trabalho. As localidades mencionadas no ano de 2000, foram: Abobreira, Cedro, Rio das Antas, Brumado, Núcleo do DER, Lírio do Vale, Morrinho e Trancado. No que diz respeito a comunidade de Trancado, ocorreu um fato interessante. No ano de 2000, esse grupo chamava-se Trancado; já em 2002, ele recebeu uma nova denominação – Vila dos Mendes. Tal situação não veio acompanhada de redução de casas ou moradores; no entanto, as grandes propriedades rurais no Trancado hoje pertencem à SPVS, anteriormente os agricultores trabalhavam nas fazendas e as freqüentavam; agora, eles as vêem como um espaço proibido aonde não podem entrar. Eles afirmam, que nas fazendas só é permitida a presença de bichos e plantas, nunca morador de Guaraqueçaba.

Apesar disso, existem algumas alterações nas localidades da comunidade que foram esclarecidas com os moradores mais antigos, referentes às comunidades de Abobreira, Cedro, Brumado e Rio das Antas. Essas localidades, até o início da década de 90, eram denominadas como pertencentes à comunidade do Cedro, em função da dinâmica existente com a implantação de

---

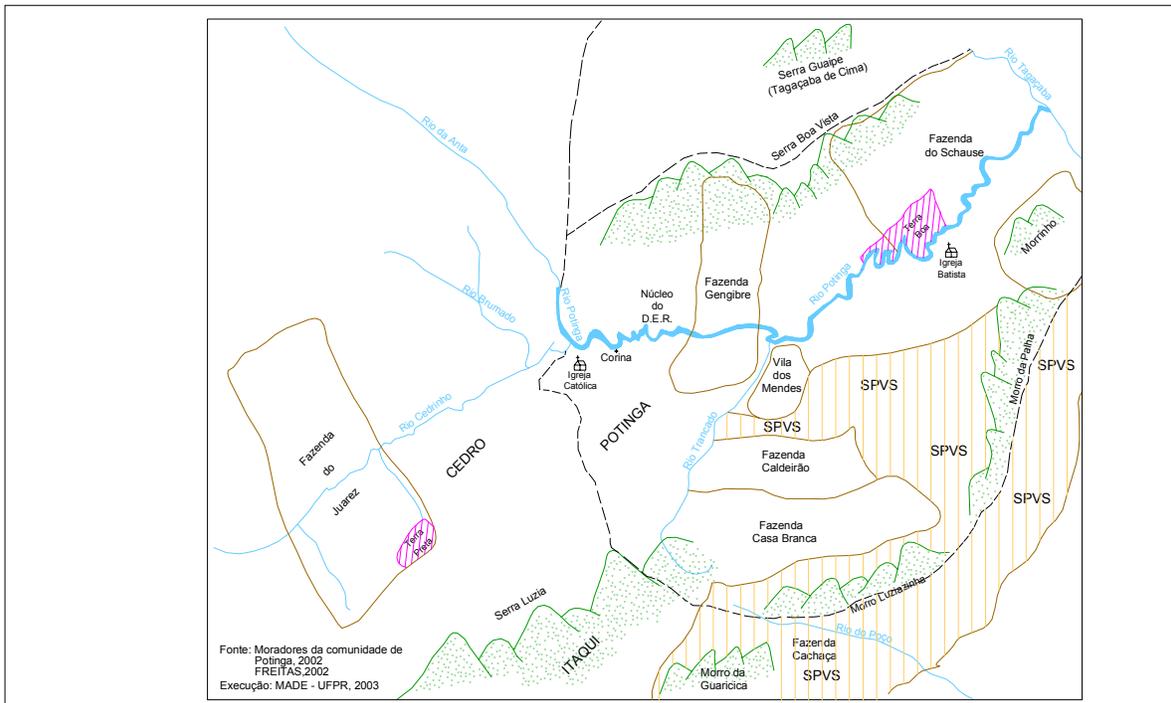
<sup>66</sup> O objetivo deste capítulo é permitir uma melhor compreensão sobre a comunidade de Potinga, do ponto de vista dos moradores para, em seguida, discutir-se as estratégias adotadas pelos mesmos, frente às dificuldades, de uma forma geral, tanto externas quanto internas. No entanto, torna-se importante destacar que a história da comunidade de Potinga em muitos aspectos reflete a história do município, o que faz com que seja normalmente a primeira a ser afetada por influências tanto positivas quanto negativas. Desta forma, não é o objetivo deste item repetir o que foi analisado no item 4.3 sobre o município de Guaraqueçaba.

fazendas de café, de criação animal e do cultivo do arroz, o que atraiu moradores de outras regiões do Estado, para trabalhar, no final da década de 70. Porém, a redução gradativa das oportunidades de trabalho culminou com o esvaziamento das comunidades<sup>67</sup> e o fechamento de escolas e igrejas. Desta forma, os agricultores passaram a utilizar os serviços sociais da comunidade de Potinga e hoje afirmam pertencer a ela.

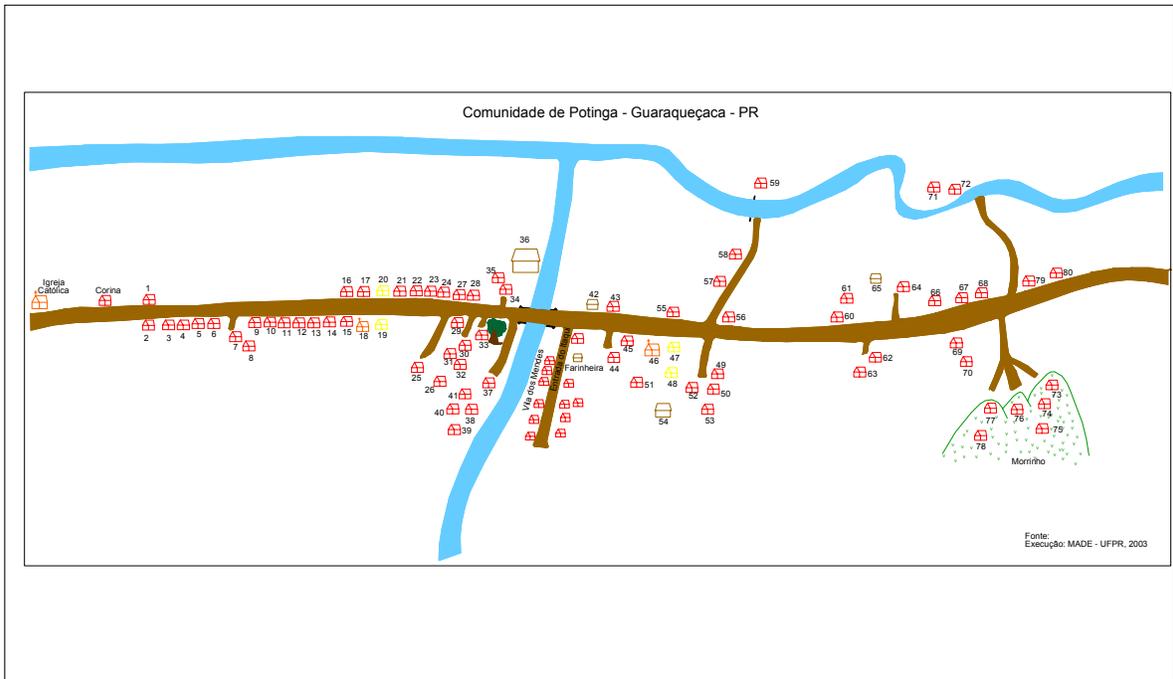
Sendo assim, pode-se afirmar que o entendimento da estrutura fundiária, diferenciada na comunidade de Potinga, segundo as diversas localidades, está associado ao sistema de transporte e às suas características ambientais. Para melhor compreensão desta dinâmica evolutiva, torna-se importante destacar dois momentos: o primeiro, quando o transporte era fluvial e, o segundo, depois da construção da estrada, ou seja, antes e após a década de 70. Na Figura 17, pode se observar que atualmente a localização das casas ocorre em função da estrada, porém nem sempre foi assim.

---

<sup>67</sup> Foram obtidos relatos de que 28 famílias que residiam na *Abobreira*, vindos do Norte do Paraná, mudaram-se para a comunidade do Itaqui em 1978 devido à redução da oferta de trabalho.



**FIGURA 16** Comunidade de Potinga, município de Guaraqueçaba, divisas e fazendas.



**FIGURA 17 – Croqui da comunidade de Potinga**

Como foi discutido anteriormente, a ocupação territorial do Litoral Norte do Paraná ocorreu ao longo dos vales dos rios, em ciclos de expansão e retração. No entanto, a estrutura fundiária atual é resultado das transformações que ocorreram principalmente após os anos 50, com sobreposições de títulos e posses não regularizadas (MIGUEL, 1997).

Os rios, por sua vez, exerceram um papel bastante importante na ocupação do município de Guaraqueçaba, pois, além de serem a principal via de transportes e de escoamento da produção, foram também elementos de estruturação das comunidades (DOMINGUES, 2004). A atual comunidade de Tagaçaba ou Tagaçaba Porto da Linha, vizinha à comunidade de Potinga, funcionava como um porto, no período em que o transporte era todo fluvial e por ali também passava a linha do telégrafo entre Paraná e São Paulo. Não há dúvida que, no período do transporte fluvial, era a comunidade mais importante, pois, além de centralizar os serviços, a produção das demais comunidades era transportada em canoas pequenas até Tagaçaba e, depois de transferida para barcos maiores, finalmente, para os centros consumidores.

Tal situação explica e ilustra a situação fundiária na comunidade de Potinga, pois observa-se que a mesma formou-se a partir da comunidade de Tagaçaba e próxima aos rios, especialmente as primeiras localidades Morrinho e Lírio do Vale (Figura 17 domicílios 64 até a 80), assim denominadas nos dias de hoje. A ocupação da comunidade de Potinga teve início nestas localidades, com uma distância de 6 a 10 km de Tagaçaba. Naquele período, as melhores áreas eram as que encontravam-se próximas ao porto, portanto os agricultores menos favorecidos ocuparam as regiões mais distantes, como foi o início da ocupação da comunidade de Potinga.

Os primeiros moradores da comunidade de Potinga pertenciam à Família Cordeiro, ocuparam a localidade denominada Morrinho (Figura 17, domicílios 73 a 78) e chegaram na década de 20, atraídos pelo ciclo da banana. No final da década de 40, chegou a Família Cogrossi, descendente de imigrantes italianos. Esta família veio do Estado de Santa Catarina junto com outra, a família Lauschner que foi para a comunidade de Serra Negra, motivada

pela promessa da disponibilidade de terras<sup>68</sup> e pela abertura da estrada (Figura 17, domicílios 60 a 72).

Porém, a maior parte dos moradores hoje afirma ser descendente das famílias que vieram da comunidade de Assungui, que optaram por viver na comunidade de Potinga, após o declínio das exportações, principalmente de banana para os países da bacia do Prata, Argentina e Uruguai. Torna-se importante salientar novamente que tal fato foi determinante na ocupação do espaço, pois era necessário que os cultivos estivessem próximos aos rios navegáveis, único meio de transportar uma produção frágil.

A situação dos agricultores residentes na comunidade de Assungui, no entanto não era muito favorável, pois eles ocupavam locais de encostas ou vales secundários, com condições inadequadas à prática da cultura da banana. Outro problema enfrentado foi a exaustão dos solos, pelo grande fluxo migratório até a década de 30, situação que intensificou a produção agrícola e causou a redução do período de pousio. Os efeitos foram a redução da fertilidade e, conseqüentemente, da produtividade. Além disso, a crise na comercialização da banana, decorrente da maior competição com produtos de outros Estados, e o acesso facilitado pelas estradas, recém-construídas na década de 30, causaram um impacto elevado para os agricultores menos favorecidos, o que motivou a mudança dos moradores de Assungui para Potinga, na década de 50.

Desta forma, atraídas pela fertilidade dos solos, estas famílias chegaram (Figura 17, domicílios 42 a 58) e ocuparam as localidades conhecidas hoje como Morrinho, Vila dos Mendes e Lírio do Vale. Historicamente, a estrutura fundiária destas localidades foi formada por famílias ligadas à terra por laços de parentesco e heranças, sendo que isto significou a escassez de terras, como observa-se atualmente.

No mesmo período, grandes proprietários de terras chegaram a comunidade de Potinga atraídos pelas políticas de desenvolvimento e, também, pela estrada que seria construída. Eles ocuparam grandes áreas próximas aos rios Trancado, Rio das Antas e Rio Cedro, bem como outras próximas à futura estrada (Figura 17). Essas propriedades de relevo mais plano foram ocupadas por grandes fazendas, propriedade com a introdução do cultivo do café, substituído, mais tarde, por pastagens para a criação de búfalos. Esta situação perdurou

---

<sup>68</sup> Segundo relatos do agricultor 64 “ *Guaraqueçaba, antes da estrada, era uma região muito falada. A terra era*

até a década de 90, com fazendas pertencentes a grupos empresariais, como a Fazenda Prosdócimo e a Fazenda do Bamerindus. Atualmente, estas áreas estão sendo utilizadas como Reservas de Carbono.

A ocupação da localidade de Trancado, especialmente no tocante aos moradores da Vila dos Mendes, deu-se por moradores que vieram da localidade de Abobreira na década de 50, especialmente para trabalhar nestas fazendas. Segundo relatos de uma antiga professora, na década de 50, a oportunidade de emprego nas fazendas atraía um número elevado de moradores, neste período, a escola contava com 75 alunos. No entanto, a redução do emprego nas fazendas, em meados da década de 80, e a ausência de outras oportunidades de trabalho fizeram com que, os antigos trabalhadores agrícolas, gradativamente passassem a desenvolver atividades agrícolas e atualmente a maior parte trabalha na agricultura.

A estrada ligando Antonina a Guaraqueçaba chegou a Potinga em 1966 e foi concluída em 1970. A comunidade de Potinga sempre apresentou uma localização privilegiada, em termos de proximidade e facilidade de acesso, comparada às demais comunidades.

A construção da estrada também atraiu vários trabalhadores, sendo que, após a redução da oferta de trabalho, alguns permaneceram no local. Segundo relatos de moradores, o auge da população de Potinga ocorreu em 1973. Neste período, existia uma grande oferta de trabalho assalariado, tanto nas grandes fazendas, como na extração de palmito para as indústrias de transformações e seus intermediários<sup>69</sup> (MIGUEL, 1997), os quais se utilizavam de guias oficiais fornecidas pelo IBDF para comercialização e transporte de reflorestamentos fictícios.

A extração comercial em grande escala do palmito fez com que muitos passassem a realizar somente esta atividade. Tal situação logo teve um impacto para os coletores cuja extração do palmito passou a ser efetuada em pontos cada vez mais distantes. Muitos agricultores passaram a dedicar-se somente a esta atividade em condições cada vez mais difíceis e obtendo preços cada vez mais baixos. O palmito, nos dias de hoje, mantém-se como atividade clandestina de significativa importância, mas a atividade torna-se cada vez mais penosa. A Figura 18 demonstra bem a situação, pois o *palmiteiro*, como são chamados retornava da

---

*boa, era só escolher o terreno, ficar morando e depois requerer o título da terra.”*

<sup>69</sup> A partir de 1950, houve um aumento da demanda pelo palmito, especialmente para o Estado de São Paulo, tanto que em 1951, uma conservaria de palmito paulista se instalou em Guaraqueçaba.

coleta às 17:00 horas, tendo saído às 4:00 horas. A dificuldade deve-se a escassez do palmito e, conseqüentemente, ao acesso e coleta.



**FIGURA 18 – Extração de palmito pela população local**

O êxodo de moradores para Paranaguá e Antonina, a partir da década de 70, principalmente trabalhadores rurais e filhos de agricultores foi significativo. Na década de 80, como foi mencionado anteriormente, os programas de desenvolvimento não trouxeram melhorias para a maioria dos agricultores locais, sendo que, na comunidade de Potinga, a situação não foi diferente.

A construção da estrada, apesar da expectativa existente, não significou melhorias nas condições de comercialização dos produtos agrícolas. Foi, no entanto, determinante na ocupação do espaço, sendo que o transporte fluvial e marítimo foi aos poucos sendo abandonado. Assim, os rios e

os vales perderam a sua importância, a medida que o transporte passava a ser realizado pela estrada. O efeito imediato da construção da estrada foi a queda dos preços dos produtos agrícolas, causada por uma competição maior com produtos provenientes de áreas com maior produtividade, bem como a dificuldade no transporte destes produtos ao mercado, já que a nova estrada não era asfaltada.

Segundo o relato de um agricultor, “... a estrada facilitou a entrega de produtos, mas facilitou também a entrada para compra de produtos vindos de fora, muitos deixaram de plantar, foram trabalhar nas fazendas ou foram embora.” Na verdade, a disponibilidade de terras e recursos extrativos, apesar dessa competição, possibilitou a sobrevivência das famílias de agricultores, mesmo em situação de bloqueio fundiário e econômico – ocupação de terras menos férteis e ausência de políticas. A saída de moradores, em meados da década de 70, ou a migração temporária provocou a desagregação das famílias<sup>70</sup>, cujos membros migravam em busca de alternativas mais propícias à sua sobrevivência, gerando problemas como a desestruturação do sistema familiar e produtivo.

Após a implantação da APA, em 1985, a situação de exclusão dos agricultores tornou-se mais intensa pois a impossibilidade de utilizar terras de melhores condições – beiras de rios, várzeas – ou de maior superfície – as encostas, aliada à obrigatoriedade de solicitar permissão para desmatamento, tornou-se um desestímulo. O processo de solicitação de permissão é lento, sendo freqüente a liberação fora dos prazos para realizar os itinerários técnicos correspondentes às diversas culturas. A opinião e a percepção de grande parte dos moradores é que hoje a comunidade apresenta uma recuperação da mata nativa e a retomada do cultivo da banana.

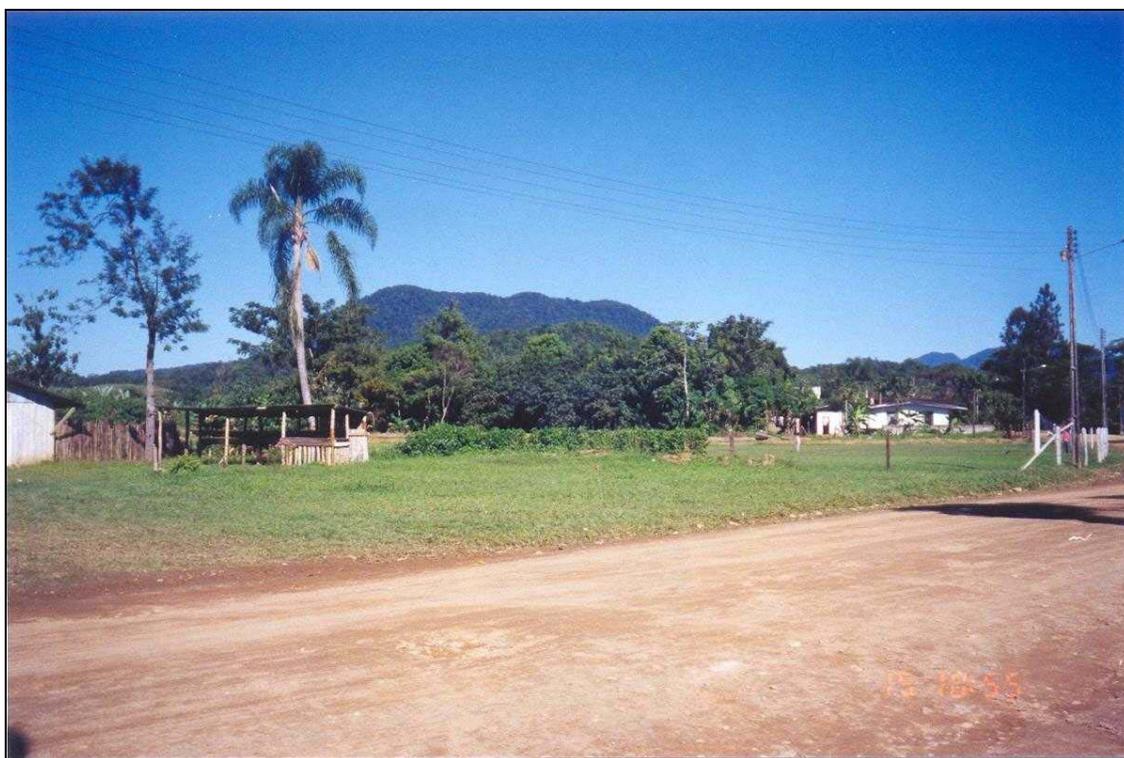
No entanto, torna-se evidente, na comunidade, uma *organização* da população para sobreviver explorando "clandestinamente" os recursos naturais, especialmente o palmito e a madeira. Note-se que uma das estratégias relacionadas à extração de madeira é a construção de um sistema caseiro de alerta. Frequentemente, podem ser ouvidos fortes ruídos, semelhantes ao de foguetes, seguidos de comentários, realizados inclusive por crianças “...X e X estão cortando madeira e o Florestal passou”.

---

<sup>70</sup> Algumas professoras, duas delas já aposentadas porém que lecionavam na década de 70, afirmam que a possibilidade de trabalho no porto de Paranaguá desestruturou muitas famílias. Uma delas mudou-se para Pottinga, em 1964, para lecionar na escola construída pela Igreja Batista. Esta afirma que “...as pessoas estáveis eram as pessoas daqui, o impacto maior na comunidade ocorreu com a construção da estrada, pois muitos tiveram que ir embora. Agora muitos já estão aposentados e estão retornando”.

A realização de roças escondidas também tornou-se comum. Um agricultor afirmou em entrevista: “... *eu planto e não peço licença, minha terra fica perto do rio, não tenho muito problema. Também se quiser levar preso vamos tudo, eu e a minha família. Lá a gente come e bebe de graça*”.

A realização de roças escondidas é um fato na comunidade, como em todo o município. Na comunidade, no entanto, os que possuem áreas longe da estrada e disponíveis *cedem* ou *emprestam* para os que hoje são prejudicados pela “proximidade” da estrada, onde estão localizadas a maior parte dos estabelecimentos rurais. Observa-se, entretanto que a agricultura deixou de existir na beira da estrada (Figura 19), permanecendo somente as casas.



**FIGURA 19- Vista parcial das margens da estrada, em Potinga, localidade Lório do Vale**

No entanto, não restam dúvidas de que a proibição do sistema da queimada, praticada pelos agricultores mais modestos, aliada à forma como tal proibição ocorreu, baseada em métodos coercitivos e repressivos que foram do confisco do recurso retirado, até a contravenções e a penas de prisão, causou um grande impacto no modo de vida desses agricultores. Nesta situação, muitos

afirmam que a lei ambiental desfavoreceu quem possui áreas próximas à estrada<sup>71</sup>, bem como inviabilizou as antigas práticas agrícolas. As atividades agrícolas estiveram apoiadas no sistema de pousio, parte da floresta é derrubada, queimada, plantada (principalmente com culturas de ciclo curto, como arroz, milho e mandioca) e, posteriormente, deixada em pousio.

As propriedades rurais com seus espaços reduzidos pela subdivisão decorrentes das heranças tiveram uma redução ainda maior. Desta forma, a economia afastou-se cada vez mais daquela para subsistência o que ocasionou uma pressão ainda maior sobre os recursos naturais.

A proibição do corte da vegetação com diâmetro superior a 2 mm trouxe uma escassez aguda de áreas para o plantio aliada a um fator agravante que foi a pequena disponibilidade de terra à medida que as famílias foram se subdividindo<sup>72</sup>. Desta forma, a redução do período de pousio causou a queda na produtividade, bem como o aumento da incidência de plantas invasoras e pragas e, conseqüentemente, um aumento do trabalho, devido ao aumento das capinas.

Houve êxodo de famílias inteiras de agricultores, como o caso de uma família, na localidade Rio do Cedro, que optou por vender as terras e ir para outro local, pois os filhos estavam crescendo e a disponibilidade de área para o plantio estava diminuindo. No entanto, outros casos semelhantes não são usuais. Atualmente, os processos migratórios têm períodos curtos, depois dos quais os migrantes retornam em função da crise do emprego generalizada, especialmente após 1994.

A partir de 1985, com a implantação da APA a maior alteração nos sistemas de cultura foi a introdução do gengibre acompanhada do inhame. A cultura do inhame (Figura 20) aproveita a adubação residual do gengibre. O aumento da área com cultivo de arroz também foi uma mudança influenciada pelos programas de desenvolvimento de apoio à cultura. No entanto, como foi discutido anteriormente, os beneficiados com tal programa foram principalmente os agricultores mais capitalizados ou aqueles recém-chegados ao município, vindos principalmente de Santa Catarina.

---

<sup>71</sup> Segundo relatos, a maioria dos que receberam multas possui áreas próximas à estrada. No entanto, eles afirmam que “*não têm alternativa, eu continuo plantando de teimos.*”

<sup>72</sup> As famílias residentes nos domicílios 42 a 70 estão na 3ª geração; na década de 40 pertenciam a, no máximo, 3.



**FIGURA 20- Área cultivada com inhame, após a cultura do gengibre**

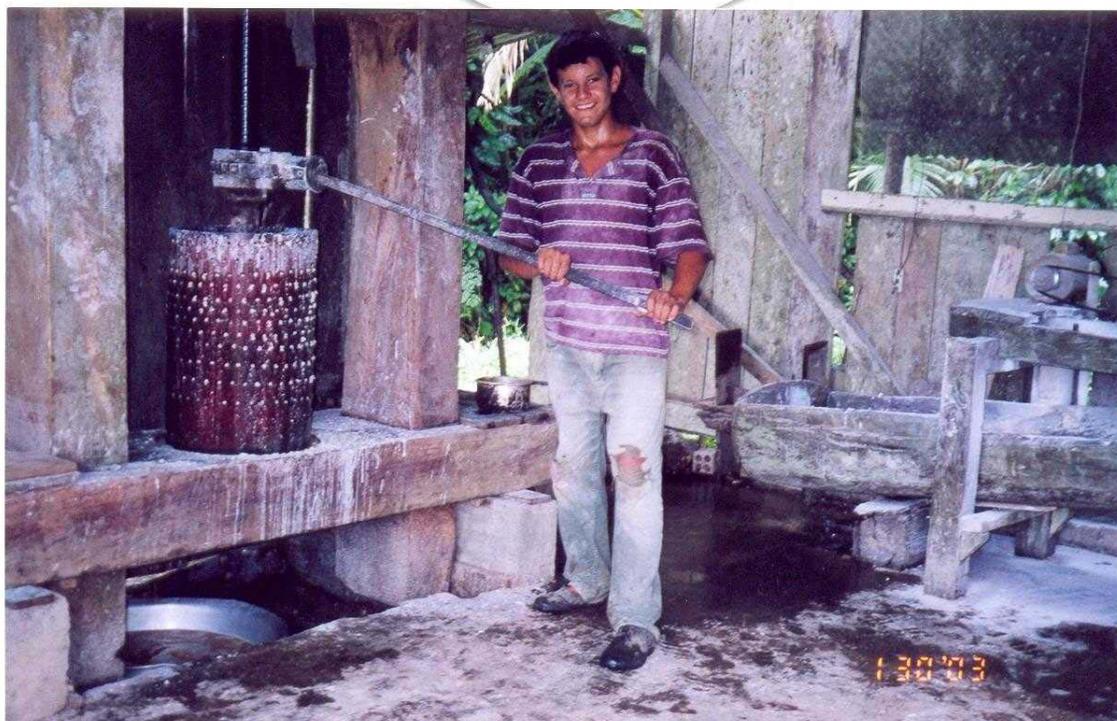
O cultivo do gengibre, na comunidade de Potinga, ocorre, principalmente, em uma grande propriedade, a Fazenda Cerro Azul, e (retira o e) a partir de 1998, tornou-se orgânico. Antes desse período, o impacto ambiental do cultivo era elevado, em termos de mobilização do solo e utilização de agrotóxicos. Atualmente, a produção de gengibre e inhame torna-se a mais importante fonte de emprego na comunidade, pois a Fazenda Cerro Azul é a única propriedade que contrata trabalhadores. Em 2002, gerou 16 empregos permanentes e, no período de dezembro a março, em torno de 6 –7 empregos temporários.

A produção de arroz, apesar de significativa em termos de área cultivada, na localidade do Rio do Cedro, apresenta um pequeno número de produtores. Ao todo são quatro produtores de arroz, somente um possui o selo de produtor orgânico, que garante preços diferenciados. Em apenas uma propriedade observa-se a criação de búfalos e a produção e venda de queijo e leite de búfalas .

Historicamente, a atividade predominante na comunidade de Potinga foi e continua sendo a produção de farinha de mandioca. No caso da produção agrícola, observou-se que o cultivo da

mandioca ocupa um lugar de destaque nos estabelecimentos rurais e é o cultivo mais freqüente e também o mais importante para a comercialização, na forma de farinha.

Atualmente, a comunidade de Potinga possui 13 fábricas de farinha, a produção é bastante artesanal (figura 21) e voltou a ser importante após a implantação da APA, pelo fato do cultivo ser pouco exigente, em termos de fertilidade dos solos.



**FIGURA 21- Elaboração da farinha de mandioca, em Potinga**

A mandioca possibilita uma “estocagem natural”, retardando o período da colheita quando os preços estão baixos. Desta forma, torna-se fundamental nas estratégias dos agricultores e na segurança alimentar das famílias.

A banana é menos importante economicamente, apesar de ser produzida e vendida por quase todos os agricultores, sendo mais importante para os de menores recursos. Nesta situação, o produto é vendido *in natura* para compradores que vão até a comunidade. A Associação Pró-Horta, fundada em 1977, com o apoio da EMATER, originalmente integrava 85 produtores de Morretes (Litoral Centro). Mais tarde, alguns agricultores de Guaraqueçaba ingressaram e, em 2003, a associação comprava a banana de 8 produtores que possuíam o selo de produto orgânico.

Existe uma afirmação generalizada de que a área de plantio de banana tem aumentado em consequência da produção orgânica, bem como da disponibilidade de crédito agrícola para o cultivo. Em 2002, 8 produtores obtiveram o crédito; em 2003, foram 12. Nota-se o processo de criação de novos mercados para os produtos que sempre foram cultivados assim, porém agora passam a ter um mercado maior. Desta forma, sem dúvida nenhuma, a APA trouxe novas oportunidades para os agricultores com o cultivo orgânico.

A produção de milho, feijão, arroz e outros produtos para autoconsumo sofreu uma redução; apesar disso, alguns agricultores destacam a importância da diversidade produtiva para garantir a segurança econômica e também a social. Durante as entrevistas, muitos agricultores afirmaram que eram “*agricultores por gosto*”. Estes são ilustrativos do papel da produção de subsistência e de sua simbologia, pois os agricultores mantêm pelo menos 5 cultivos destinados à subsistência (arroz, feijão, milho, mandioca, banana, batata e horta) e reafirmam sua condição de agricultor, de ser da roça, inclusive pela possibilidade de poder se manter com estes plantios. No dizer de um agricultor “*se agricultor tiver de comprar feijão, daí a coisa tá ruim*”.

A produção destinada ao próprio consumo familiar reforça ainda a idéia de “balanço”, proposto por Chayanov, entre a dimensão da oferta e venda do produto agropecuário e das necessidades de consumo da unidade familiar. Em alguns casos, na comunidade de Potinga, parte das necessidades de consumo é atendida pela própria produção.

O maior impacto sofrido pela comunidade, segundo depoimento de vários moradores, ocorreu após o ano 2000, com grandes áreas destinadas a projetos de Seqüestro de Carbono. Tal fato cerceou ainda mais a produção agrícola. Primeiramente, a ONG ambientalista SPVS tornou-se mais presente na comunidade e, aos olhos dos agricultores, passou a exercer um controle em conjunto com o Estado, tornando-se mais atuante, porque a sua presença é mais freqüente.

Vários relatos de agricultores mencionam que, *antes da SPVS, o acesso à terra era livre*. Apesar de ser uma expressão exagerada, observa-se que a chegada da SPVS à comunidade foi um grande impacto para os agricultores e para a população de uma forma geral, mesmo quando ela não atuava no município, pois, aos olhos dos agricultores, ela assumiu o papel da Polícia Florestal.

A situação agravou-se mais quando, a partir do ano de 2000, a instituição comprou grandes áreas destinadas ao Seqüestro de Carbono; isto inviabilizou totalmente a produção dos agricultores nas propriedades vizinhas porque existia uma prática comum entre os agricultores e os fazendeiros

pela qual os agricultores podiam plantar; para os fazendeiros esse fato evitava a ocupação das áreas, pois muitas fazendas possuíam apenas pastagens. Tal prática inviabilizou-se totalmente para os agricultores cujos terrenos fazem divisa com as fazendas adquiridas pela SPVS. Como eles afirmam, hoje estão cercados por fazendas fechadas.

A história de ocupação do município, com grandes fazendas, mas também uma relação entre a posse comunal ou posse familiar, que implicava o uso de diferentes áreas, explica a dificuldade na aceitação por parte dos agricultores.

Nas palavras de vários agricultores, antes o acesso à terra era livre – referindo-se ao período que vai do início do declínio das grandes fazendas, meados dos anos 80, até 2000. A situação pode ser exemplificada pelo agricultor que utilizava a área de uma fazenda que foi comprada pela SPVS, no ano de 2002. A forma encontrada foi colocar cartazes e faixas na beira da estrada<sup>73</sup> (Figura 22).



**FIGURA 22 – Protesto de agricultor na estrada, em Potinga**

---

<sup>73</sup> A atitude tomada pelo agricultor foi bastante elogiada pelos moradores da comunidade de Potinga. No entanto, todos afirmavam que não teria maiores conseqüências em função do *poder da SPVS*.

As práticas de solidariedade e reciprocidade, não só entre as famílias de agricultores, mas também entre as famílias residentes na comunidade de uma forma geral, evidenciam o que vários autores já mencionaram como as relações sociais de interconhecimento, MENDRAS (1978). Não existe dúvida sobre a existência desta coletividade local e a importância das relações de comunicação interpessoal ou de proximidade.

As famílias agricultoras do município diferenciam-se bastante de grupos de produtores com inserção no mercado, e organizam-se de acordo com dinâmicas em que as relações de trabalho são uma extensão das relações de parentesco, vizinhança e cultura, pelo fato que a viabilidade de alguns estabelecimentos familiares depende destas relações sócio-econômicas de solidariedade ou de reciprocidade entre as famílias.

## 7.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE POTINGA<sup>74</sup>

A comunidade de Potinga, no ano de 2000, com seus 389 habitantes, concentrava 13,77% da população residente nas comunidades rurais de Guaraqueçaba (Tabela 46): além de ser a comunidade com maior número de estabelecimentos rurais no município, representando 13,86%. O número de famílias e domicílios apresenta uma pequena diferença, o que significa que a maior parte dos domicílios é unifamiliar.

**TABELA 46 – População residente, não-residente, famílias, domicílios e estabelecimentos rurais comunidade rural de Potinga, 2000 distribuição absoluta e percentual**

| Comunidades | População Residente |       | População não Residente |       | Famílias |       | Domicílios |       | Estabelecimentos |       |
|-------------|---------------------|-------|-------------------------|-------|----------|-------|------------|-------|------------------|-------|
|             | Nº                  | %     | Nº                      | %     | Nº       | %     | Nº         | %     | Nº               | %     |
| Potinga     | 389                 | 13,77 | 218                     | 12,97 | 98       | 12,98 | 94         | 12,93 | 60               | 13,86 |
| Total       | 2825                | 100   | 1681                    | 100   | 755      | 100   | 727        | 100   | 433              | 100   |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

A dinâmica da comunidade é alta em termos do local onde as famílias foram constituídas, pois, no ano 2000, 47 famílias (47,96%) foram formadas na comunidade e 34 (34,69%) chegaram após a criação da APA. Desta forma, é possível concluir que a comunidade possui características atrativas para a população externa.

<sup>74</sup> A descrição das características da comunidade está baseada nos dados já apresentados no capítulo 6, tabelas 35 a 45.

No que diz respeito à faixa etária dos filhos, um aspecto interessante é que 48 famílias (48,97%) não apresentam dependentes acima de 14 anos. Isto demonstra uma disponibilidade mais restrita para o trabalho familiar em quase metade das famílias. Em 28 famílias (28,97%), a escolaridade dos filhos é superior à (retira a crase) dos pais em apenas 4 anos. A situação pode ser compreendida, em parte, pelo fato da comunidade possuir somente escola de primeiro grau. Por esse motivo, a população de jovens é bastante variável, já que está em constante mudança entre a casa dos pais e de parentes na sede do município ou na comunidade de Tagaçaba, onde estudam até a 8ª série.

A ocupação dos membros das famílias residentes, acima de 14 anos, nas 98 famílias de Potinga, indicou que os integrantes de 23 famílias (23,47%) apresentavam, exclusivamente, ocupação não-agrícola e as 75 famílias restantes dedicavam-se à ocupação agrícola (Tabela 47).

As informações mencionadas anteriormente indicam a elevada concentração de famílias de agricultores na comunidade (76,54%), bem como a importância das outras rendas para estas famílias, pois somente em 13 famílias (13,27%) a ocupação de todos os membros encontra-se na atividade agrícola, ou seja, dependem exclusivamente da renda proveniente da produção agropecuária.

**Tabela 47 - Distribuição absoluta e percentual das famílias segundo a ocupação, na comunidade de Potinga, 2000**

| Agricultora* |       | Agricultora + ocupação não agrícola |       | Agricultora + ocupação agrícola |       | Agricultora + aposentadoria |       | Não agrícola |       |
|--------------|-------|-------------------------------------|-------|---------------------------------|-------|-----------------------------|-------|--------------|-------|
| Nº           | %     | Nº                                  | %     | Nº                              | %     | Nº                          | %     | Nº           | %     |
| 13           | 13,27 | 18                                  | 18,37 | 20                              | 20,41 | 24                          | 24,49 | 23           | 23,47 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

As outras rendas obtidas pelas famílias agrícolas, provenientes do trabalho agrícola, não-agrícola ou aposentadoria, tornam-se indispensáveis para a reprodução não só da família, como também do próprio estabelecimento familiar, segundo WANDERLEY (2001). A renda obtida além do estabelecimento rural, segundo CARNEIRO(1998) pode ser considerada como um meio de impedir que as pessoas se desloquem para os centros urbanos e, também, para viabilizar economicamente as famílias que não conseguem, por diferentes razões, sustentar-se exclusivamente com a venda de excedente produzida no estabelecimento rural.

LAMARCHE (1994) e equipe consideram a pluriatividade como uma das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares que, como foi dito anteriormente, é uma característica comum em Potinga, evidenciada pelos dados apresentados na Tabela 47.

Apesar da importância da complementação da renda agropecuária presente em 42 famílias (63,27%), não observa-se o predomínio de um tipo de ocupação seja agrícola, não agrícola ou aposentadoria.

A aposentadoria, apresenta uma importância no meio rural não somente pelo valor, mas também pela regularidade mensal. No entanto, em Potinga, a aposentadoria não significa o fim da realização do trabalho agrícola, ao contrário a maioria dos aposentados continua trabalhando. A Figura 22 ilustra a situação, a senhora apresenta 77 anos e continua trabalhando.



**FIGURA 23- Moradora da comunidade de Potinga**

A questão do acesso à terra é um fator bastante limitante nas comunidades rurais de Guaraqueçaba, pois como foi mencionado, é comum entre membros da mesma família a cessão de uso de terras, segundo a localização da área, não somente de pais para filhos, mas também entre irmãos, ou seja, através de laços familiares. Os parentes encontram-se instalados em áreas pertencentes a ancestrais. Não há partilha, e a terra se mantém em nome de antigos proprietários (pais, avós) já falecidos. Assim, a rede de parentela se instala na propriedade sem, contudo, haver uma divisão da propriedade e sem posse legal.

A utilização exclusiva de mão-de-obra familiar ocorre em 40 estabelecimentos rurais (66,66%), seguido de 16 estabelecimentos (21,67%) que utilizam mão-de-obra familiar e temporária. A troca de dias entre parentes ou vizinhos é uma prática bastante comum e é observada em várias situações, desde a realização do plantio, colheita e capina, até a elaboração da farinha de mandioca.

As atividades consideradas principais são aquelas que permitem a produção e o consumo de alimentos, além de suprirem as necessidades básicas dos membros da família. Em todas essas atividades, classificadas nas categorias agrícolas, extrativistas, domésticas e outras, a mão-de-obra familiar é a principal força de trabalho, sendo determinante na produção, tanto em termos de aumento de área, como também na diversificação agropecuária.

Entre os principais cultivos na comunidade de Potinga, no ano de 2002 – 2003 estavam a mandioca e a banana, não apenas por serem cultivos que praticamente todas os estabelecimentos rurais possuem, mas também pela renda monetária gerada através da venda da farinha de mandioca. Outros cultivos verificados em mais de 30% dos estabelecimentos rurais, porém em menor área, foram: feijão, arroz, milho, hortifrutigranjeiros, criação de aves e palmito (Tabela 48) .

**TABELA 48 – Distribuição, absoluta e percentual, dos estabelecimentos rurais segundo os cultivos e criação animal, na comunidade de Potinga, 2000**

| Cultivo/Criação      | Estabelecimentos Rurais | %     |
|----------------------|-------------------------|-------|
| Mandioca             | 56                      | 93,33 |
| Banana               | 48                      | 80,00 |
| Milho                | 38                      | 63,33 |
| Feijão               | 35                      | 58,33 |
| Aves                 | 35                      | 58,33 |
| Arroz                | 25                      | 41,67 |
| Hortifrutigranjeiros | 22                      | 36,67 |
| Palmito              | 19                      | 31,67 |
| Cafê                 | 14                      | 23,33 |
| Gado de leite        | 13                      | 21,67 |
| Cana                 | 12                      | 20,00 |
| Gado de Corte        | 11                      | 18,33 |
| Suínos               | 11                      | 18,33 |
| Inhame               | 9                       | 15,00 |
| Búfalos              | 7                       | 11,67 |
| Pupunha              | 5                       | 8,33  |
| Gengibre             | 5                       | 8,33  |

**FONTE:** UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

As tabelas 49 e 50 demonstram a diversificação das atividades agropecuárias e as atividades agropecuárias voltadas para a subsistência. Como já foi mencionado, foram consideradas 10 atividades voltadas para a subsistência: mandioca, milho, feijão, arroz, café, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros, inhame, suínos e aves. Assim, pode-se considerar que existe uma diversificação agropecuária em Potinga, pois nos estabelecimentos rurais existentes apenas 9 (15,00%) apresentam de 1 a 2 cultivos, sendo que 24 estabelecimentos (40,00%) apresentam mais de 5 cultivos. A preocupação com a subsistência alimentar, no entanto, parece ser maior, pois 40 estabelecimentos rurais (66,67%) apresentam 3 cultivos ou mais para a subsistência<sup>75</sup>.

A importância da diversificação agropecuária e dos cultivos de subsistência foi amplamente discutida por diversos autores e foi comprovada em Potinga. Os agricultores ressaltam a importância em garantir o autoconsumo da família, reduzindo a necessidade de gastos monetários.

<sup>75</sup> Durante o trabalho de campo, no entanto, foi possível perceber que o número de cultivos voltados para a subsistência havia sido omitido por alguns agricultores.

**TABELA 49 – Distribuição, absoluta e percentual, dos estabelecimentos rurais segundo a diversificação agropecuária, na comunidade de Potinga, 2000**

| Número de cultivos | Estabelecimentos Rurais | %      |
|--------------------|-------------------------|--------|
| 1 – 2              | 9                       | 15,00  |
| 3 – 4              | 27                      | 45,00  |
| 5 – 7              | 14                      | 23,33  |
| 8 – 18             | 10                      | 16,67  |
| Total              | 60                      | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

**TABELA 50 – Distribuição, absoluta e percentual, dos estabelecimentos rurais segundo os cultivos de subsistência, na comunidade de Potinga, 2000**

| Cultivos de Subsistência | Estabelecimentos Rurais | %      |
|--------------------------|-------------------------|--------|
| 0                        | 1                       | 1,67   |
| 1 a 2                    | 19                      | 31,67  |
| 3 a 4                    | 27                      | 45,00  |
| mais de 5                | 13                      | 21,67  |
| Total                    | 60                      | 100,00 |

FONTE: UFPR. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS-Université Bordeaux II Programa de Pesquisas no Litoral do Paraná, município de Guaraqueçaba, 2000 .

Os cultivos de banana e mandioca são importantes na comunidade de Potinga (Tabela 51) , pois um ou ambos cultivos não se encontram presentes em apenas 9 estabelecimentos rurais. A situação atual da comunidade de Potinga, caracteriza-se por praticar uma agricultura voltada para a subsistência, com a produção de poucos excedentes.

**TABELA 51 – Distribuição, absoluta e percentual, dos sistemas de cultura nos estabelecimentos rurais, na comunidade de Potinga, 2000**

| Sistemas de Cultura   | Nº | %     |
|---|----|-------|
| Banana + mandioca   | 16 | 26,67 |
| Banana ou banana + outros   | 6  | 10,00 |
| Mandioca ou mandioca + outros   | 6  | 10,00 |
| Banana + palmito  | 4  | 6,67  |
| Banana + mandioca + milho + feijão + arroz                              | 6  | 10,00 |
| Banana+ Mandioca + palmito  | 4  | 6,67  |
| Mandioca + Palmito + outros   | 3  | 5,00  |
| Banana+Feijão+arroz   | 3  | 5,00  |
| Mandioca + Milho + outros   | 1  | 1,67  |
| Banana+ milho + feijão + arroz  | 2  | 3,33  |
| Arroz   | 2  | 3,33  |
| Feijão  | 3  | 5,00  |
| Área com lavoura e/ou pastagem sem declaração de atividade agropecuária | 4  | 6,67  |
| TOTAL   | 60 | 100,0 |

Estes dados já evidenciaram algumas estratégias importantes dos agricultores de Potinga: a ênfase na agricultura para subsistência e também a diversificação agropecuária; as tentativas de novas formas de comercialização; a pluriatividade de membros da família; o peso da aposentadoria para assegurar a manutenção das famílias na comunidade.

A compreensão das estratégias adotadas pelos agricultores da comunidade de Potinga deve considerar o contexto diferenciado no qual eles convivem primeiramente pela forma da atividade agrícola, pois a comunidade encontra-se inserida em um sistema de posse e de propriedade familiar, geralmente nas encostas, com sistemas de uso comum do solo. Além disso, a relação de apropriação que os agricultores possuíam, segundo as diversas possibilidades oferecidas pelos ecossistemas presentes na região, faz com que a lei ambiental e a apropriação das terras, usualmente consideradas de uso comum, tenham um grande impacto no dia-a-dia.

A produção da maior parte dos agricultores locais sempre caracterizou-se por uma integração pequena ao mercado e pela predominância do sistema de derrubada e queima, com o cultivo de culturas alimentares num ciclo de 3 cultivos e uma fase de pousio de 6 à 10 anos. A produção para o mercado de culturas comerciais como arroz e gengibre se desenvolveu nos segmentos da agricultura mais capitalizada, os quais não representam a realidade dos agricultores do município e tampouco de Potinga.

No entanto, torna-se importante destacar que a crise na agricultura já existia, em função do aumento da densidade populacional<sup>76</sup>. Tal fato levou a uma redução do período do pousio com uma queda da fertilidade do solo e da produtividade, em meados dos anos 60. Atualmente, no entanto, a escassez de terra tornou-se um fator restritivo para a maior parte dos agricultores, por diferentes motivos. O primeiro deles refere-se à proibição do corte da capoeira. Se por um lado esta medida significa a redução ou ausência do sistema de pousio, por outro ela elimina áreas nas quais a vegetação não pode mais ser cortada e, conseqüentemente, o agricultor não pode dispor destas áreas para o plantio. A ausência de possibilidade de auto-recuperação da fertilidade da terra, como ocorria em períodos anteriores, torna os cultivos mais susceptíveis às adversidades climáticas e aumenta a incidência de pragas e ervas daninhas, o que exige uma intensificação do trabalho, por parte dos agricultores.

---

<sup>76</sup> Este fato foi amplamente discutido em MIGUEL (1997), MIGUEL E ZANONI (1998).

Os agricultores ou grupos familiares que dispõem de uma área menor para o plantio, por sua vez, fazem a opção por complementar sua renda em atividades fora da propriedade, situação observada na Vila dos Mendes, ou ainda, normalmente através de laços familiares, estabelecem relações em que podem utilizar a terra em troca da mão-de-obra. Alguns agricultores não têm mão-de-obra disponível e tampouco condições de contratar trabalhadores; desta forma, a situação descrita inicialmente torna-se bastante freqüente.

A dificuldade na comercialização dos produtos agrícolas tem como principal causa a precariedade e o alto custo do transporte, o que causa a redução nos preços recebidos pelos produtos vendidos diretamente na propriedade. Existem, apesar das dificuldades, algumas tentativas para melhorar a forma da comercialização, de forma individual ou em grupos. As alternativas de comercialização utilizadas pelos produtores são muito diversificadas e incluem: venda direta ao consumidor de produto *in natura* ou processado através de feira livre ou nos domicílios; venda direta ao varejo; comercialização em grupo.

Segundo relatos, entre 20-24 agricultores comercializam a farinha de mandioca, no município de Antonina, em comércios pequenos; a produção média é de 4-6 sacos por mês. No entanto, mesmo na venda em Antonina, a variação no preço é alta, oscilando entre R\$40,00 e R\$60,00 o saco de farinha de 40 kg.

A análise das estratégias e as entrevistas esclarecem sobre a inserção de alguns agricultores no mercado, pois é provável que, até a construção da estrada ou até o período em que o transporte fluvial existia, a comercialização dos produtos das comunidades era maior, inclusive no período que antecedeu a criação da APA. A queda dos preços de mercado, depois da construção da via de acesso Curitiba-Paranaguá e Antonina-Guaraqueçaba, diminuiu o grau de comercialização dessas culturas anuais, com exceção da mandioca.

Independente dos fatores que determinam a organização das atividades produtivas, a mão-de-obra familiar é o elemento fundamental que organiza e estabiliza qualquer processo de produção camponesa (Chayanov, 1974). Segundo o mesmo autor, a produção para a subsistência terá uma importância maior ou menor segundo a diferenciação demográfica da família ou em situações nas quais ocorre a migração de um membro ou mais, pois tal fato pode criar um desequilíbrio na utilização da mão-de-obra, pela elevação do custo de oportunidade da mesma. Nesta situação, observam-se as trocas de dias de trabalho entre as famílias dos agricultores, segundo a maior disponibilidade de terra ou mão-de-obra.

Além disso, as práticas de solidariedade tornam-se mais constantes, especialmente na situação de clandestinidade, com a qual os agricultores necessitam conviver.

As rendas não-agrícolas, historicamente importantes na comunidade de Potinga, têm importância cada vez maior, em especial após a criação da APA, pois as atividades produtivas não são mais consideradas único fator de viabilização da propriedade familiar.

Neste contexto geral, há heterogeneidades e homogeneidades entre as famílias, como se verá na análise a seguir. Além disso, identificam-se nas estratégias adotadas pelas famílias na comunidade de Potinga – de uma forma geral, pois algumas características da comunidade e inclusive do município são bem específicas – muitas daquelas mencionadas, tanto nos estudos sobre a agricultura camponesa, como naqueles atuais sobre a agricultura familiar, mencionadas nos caminhos teóricos.

### 7.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GRUPOS FAMILIARES<sup>77</sup>

O estudo das estratégias adotadas pelos agricultores ocorreu durante dois momentos: janeiro de 2002 e janeiro de 2003. No ano de 2002, os agricultores mencionavam a redução das ofertas de emprego nas fazendas<sup>78</sup>, o aumento da cobertura vegetal e a dificuldade crônica de sobreviver. No entanto, no ano de 2003, observou-se o impacto geral da compra de algumas fazendas pela ONG ambientalista SPVS, pois eles afirmam que seu ingresso permanente na comunidade de Potinga impediu grande parte dos agricultores da realização da roça escondida, tanto pelo controle<sup>79</sup>, como pela impossibilidade de entrar nas fazendas<sup>80</sup>. Tornou-se claro que os agricultores convivem com a mesma situação, enfrentando-a de forma diferente, sendo determinantes as relações sociais entre os membros da comunidade e, mais especificamente, da parentela.

---

<sup>77</sup> Em respeito ao acordo firmado entre os agricultores e o pesquisador, não serão mencionados os nomes dos entrevistados. A referência a eles será segundo o número do domicílio, Figura 16. É importante esclarecer que grupo familiar é aqui considerado a parentela que tem redes de produção ou extração.

<sup>78</sup> Segundo depoimento de uma agricultora, “...as pessoas trabalhavam muito nas fazendas, hoje as pessoas não têm trabalho e nem podem escolher a melhor área para plantar. Planta onde pode.”

<sup>79</sup> Um morador nos disse, quando viu um carro da ONG passar, que “...eles vêm aqui, compram fazendas para as pessoas não mexer no mato mas o que eles querem mesmo é impedir que as pessoas trabalhem. Eles mesmos telefonam para o IBAMA, deste telefone aqui. Justiça é rápida para os crimes ambientais, a polícia vem rapidinho”

<sup>80</sup> Segundo relato, “... eles pagam gente de fora para percorrer as divisas”.

A pesquisa de campo junto aos agricultores da comunidade indicou uma grande diversidade de estratégias. Para tornar mais fáceis a comparação e a análise, a descrição dos grupos familiares sempre apresenta as estratégias adotadas classificadas e reunidas em: diversificação das atividades agropecuárias; participação em alguma rede social para a produção, incluindo área para plantio e mão-de-obra; alternativas diferenciadas de comercialização; obtenção de outras rendas provenientes de fora do estabelecimento rural. A fim de não se tornar um relato muito repetitivo, as estratégias adotadas por mais de um grupo não serão descritas de forma detalhada.

No entanto, as estratégias produtivas referentes aos cultivos agrícolas e ao itinerário técnico, como são semelhantes, serão analisadas por cultivo e não por grupo familiar. De uma forma geral, as famílias entrevistadas não souberam relatar a quantidade produzida daqueles cultivos destinados apenas para o consumo familiar.

Observou-se a importância das relações sociais entre os membros da comunidade e mais especificamente do núcleo familiar doméstico, tanto para as estratégias de reprodução social e demográfica, como as ambientais, econômicas e produtivas.

### **7.3.1 – Grupo familiar 1**

O estabelecimento rural está localizado na localidade do Rio do Cedro, em uma área de 45,6 hectares. As atividades desenvolvidas são: arroz orgânico, bubalinocultura, gengibre orgânico e inhame. Além disso, a propriedade comercializa queijo e leite de búfalas.

Este estabelecimento apresenta características que o diferenciam dos demais, apesar de ser um estabelecimento familiar. A agricultora chegou ao município no ano de 1980, pois o seu marido veio administrar uma fazenda localizada no Brumado<sup>81</sup>. No ano de 1988, o casal recebeu uma herança que possibilitou a compra de 14,4 hectares. A área, no entanto, mostrou-se insuficiente para garantir a sobrevivência da família. O trabalho como administrador possibilitou a compra de uma área maior, totalizando 48,6 hectares.

Além disso, as atividades desenvolvidas na propriedade, como o arroz orgânico irrigado e totalmente mecanizado e a bubalinocultura, exigem um capital elevado<sup>82</sup>.

Atualmente as atividades são desenvolvidas pela agricultora e por suas duas filhas. No período da entrevista, a filha mais velha estava finalizando o ensino médio<sup>83</sup> e sua possível saída

---

<sup>81</sup> Fazenda Berger, 22- 25 empregados.

<sup>82</sup> Os demais agricultores da comunidade produzem o arroz de sequeiro ou *arroz do seco*, como eles denominam.

seria um fator decisivo para arrendar a terra pela dificuldade de contratar mão-de-obra, apesar de a (da) cultura do arroz ser toda mecanizada e apresentar boas expectativas para o futuro. Apesar de possuir o selo, no ano 2003, ela ainda não comercializava o produto de forma diferenciada<sup>84</sup>.

A agricultura orgânica, segundo essa agricultora, pode ser uma boa possibilidade para os agricultores da comunidade, especialmente a banana e o gengibre. No entanto, ela afirmou que a farinha de mandioca demanda uma mão-de-obra muito grande, o que torna a atividade inviável para quem não dispõe de mão-de-obra.

Na sua opinião, a comunidade teve uma redução na população apenas temporária, pois, segundo a agricultora os jovens que foram embora retornaram pela falta de possibilidade de emprego na cidade, apesar de atualmente não existir mais emprego nas fazendas. Ela declarou que apenas na localidade do Cedro duas fazendas empregavam, na década de 80, em torno de 50 trabalhadores.

A situação analisada evidencia a possibilidade de adequar-se à legislação ambiental. No entanto, tal situação ocorreu em função de uma capacidade de adaptação tecnológica, a qual necessitava de uma situação econômica diferenciada. A agricultora participa da Associação dos Arrozeiros de Guaraqueçaba<sup>85</sup>, a qual possibilitou, juntamente com a EMATER, a realização de um curso na cidade de Morretes, por um período de 12 meses, sobre o cultivo de arroz orgânico. A situação descrita, no entanto, remete a questões discutidas anteriormente, relacionadas a políticas e a programas que não possibilitaram a integração da maior parte dos agricultores.

### **7.3.2 Grupo familiar 2**

Os agricultores dos domicílios 44, 45 e 52 são irmãos e ocupam uma área de 26,4 hectares legalizada e outra área de 72 hectares não legalizada. Eles são descendentes de famílias que vieram da comunidade de Assungui e afirmam que os pais, tios e avós plantaram muito arroz, banana e mandioca. Segundo eles, ainda, as áreas ocupadas com mandioca e a produção de farinha aumentaram por falta de alternativa, tanto por parte dos agricultores, como por aqueles que trabalhavam com a extração de palmito e de madeira. No entanto, afirmam que existe um grupo de famílias que ainda se dedica à extração de palmito.

---

<sup>83</sup> O único colégio com Ensino Médio no município fica na cidade de Guaraqueçaba, aproximadamente a 60 km. da comunidade de Potinga. O horário de saída dos alunos da comunidade é aproximadamente 16 horas, e o retorno, 2 horas.

<sup>84</sup> O preço recebido pela saca de 60 kg de arroz orgânico apresenta um aumento de 30% em relação ao arroz comum.

<sup>85</sup> São sete os agricultores que fazem parte da associação, oriundos das comunidades de Tagaçaba de Cima, Serra Negra, Itaqui e Tagaçaba.

A situação específica desta família é a escassez de mão-de-obra, pois, exceto na família 52, nas demais não há filhos residentes. Além disso, eles afirmam que apesar de existir mão-de-obra disponível na comunidade, a situação enfrentada, no que diz respeito a não poder escolher a melhor terra para a realização do plantio e, conseqüentemente, obter uma produção reduzida, inviabiliza gastos com mão-de-obra. Esta lógica de “não poder escolher” é bastante específica de uma região onde a terra já foi relativamente livre ou de uso comum, como é o caso de Guaraqueçaba.

A família 44 ocupa uma área de 24 hectares com mandioca, banana, palmito e pastagem, além de outros para o consumo próprio, como feijão, arroz, batata, café, cana-de-açúcar e hortifrutigranjeiros. A família residente é composta pelo casal e por uma cunhada do chefe do domicílio, mas ainda há um filha adulta residente em outra cidade.

A senhora do casal, atualmente professora aposentada, reside na comunidade desde o ano de 1963, quando veio trabalhar na Escola Dominical, construída pela Igreja Batista. Durante o período de 1963-1966, semanalmente ela descia do barco em Porto Tagaçaba e caminhava durante 3 horas pela *picada* até chegar a Potinga. Segundo ela, nunca teve problemas com a população local ou o *povo daqui*<sup>86</sup>. Acredita que atualmente são os mais velhos que sustentam Potinga, pois os jovens migram e, desta forma, tanto a ampliação do plantio, como a contratação de mão-de-obra torna-se inviável. Além disso, afirma que “...*devagar Potinga vai passar para algumas poucas mãos.*”, refere-se à compra de fazendas pela ONG SPVS.

O domicílio 45 é ocupado por um morador que afirma não possuir estabelecimento rural, pois ele trabalha no Departamento de Estradas e Rodagens. No entanto, em todas as atividades do irmão, residente no domicílio 44, exceto o cultivo do palmito e a área com pastagem, trabalham em conjunto. Apesar da outra atividade, ele afirma que existe tempo disponível para a realização do trabalho na agricultura, porque tem uma jornada de trabalho diária de seis horas.

A renda proveniente da atividade agrícola, segundo os irmãos, não é suficiente para garantir a sobrevivência da família. Tornam-se necessárias outras fontes de renda – DER de um e a aposentadoria da esposa do outro –, não somente para eles como para os demais agricultores da comunidade. No entanto, a redução dos trabalhos remunerados temporários torna mais difícil a sobrevivência para grande parte dos agricultores.

Além disso, eles mencionam o problema enfrentado pelos agricultores em áreas na beira da estrada, e citam o caso de um agricultor que foi multado 3 vezes. Segundo eles, se este não

pertencesse a uma família grande, com muitos irmãos que ajudaram pagar a multa, ele não teria conseguido pagar. Outro problema mencionado é a compra de fazendas por parte da SPVS, a qual, “...além de trabalhar junto com o IBAMA, não deixa as pessoas plantarem nas divisas”.

Em vários relatos, eles afirmam que a sobrevivência de muitos agricultores e famílias é garantida pela parentela próxima, através da ajuda mútua. Desta forma, a sustentabilidade econômica dos estabelecimentos, ainda que de forma precária, é garantida, bem como a permanência deles no local.

### 7.3.3 Grupo familiar 3

Nos domicílios 52 e 53 residem duas famílias. A relação de troca ali constituída apresenta um modo específico para garantir a reprodução social das famílias. O chefe do domicílio 52 possui um estabelecimento rural com 24 hectares, no entanto está impossibilitado de trabalhar, por motivos de doença. A esposa e o filho de 12 anos não têm condições de realizar todas as atividades para garantir o sustento da família. A filha do casal, residente agora no domicílio 53, residia na cidade de Guaraqueçaba e, como o esposo estava desempregado, retornaram para a comunidade de Potinga. Assim, as famílias organizaram-se de forma que, em função da relação de parentesco, a satisfação das necessidades básicas seja garantida pela produção familiar, por meio da força de trabalho dos membros que podem trabalhar e da orientação daquele que conhece as práticas agrícolas. Além dessa cooperação mais forte com a presença filha e o genro, o agricultor do domicílio 52 realiza, em conjunto com os irmãos (domicílios 44 e 45), o preparo da farinha de mandioca.

As informações sobre os domicílios 44, 45, 52 e 53 evidenciam que os estabelecimentos cultivam banana, mandioca, algumas áreas pequenas “*espalhadas*” com cultivos para o consumo como feijão, batata, milho, arroz, além de uma área reflorestada com palmito. Os produtos comercializados, por outro lado, são a farinha de mandioca e a banana, no entanto a garantia da sobrevivência destas famílias envolve uma dinâmica que se preocupa em garantir a segurança alimentar, mais importante, segundo eles, do que a venda da banana ou da farinha. Entretanto, o casal mais jovem apresenta um interesse pela introdução de novos cultivos no estabelecimento rural, porém teme as conseqüências da adoção de novos cultivos.

---

<sup>86</sup> Apesar da senhora residir em Potinga desde o ano de 1963, analisa a comunidade e os moradores como uma pessoa de fora.

O exame de práticas produtivas e reprodutivas, individuais e coletivas, do grupo familiar 7 evidencia elementos de resistência e adaptação, ao longo da sua história. O papel desenvolvido por cada membro do grupo familiar é o que garante, sem dúvida nenhuma, a permanência da família na comunidade. No entanto, o saber-fazer do chefe do domicílio 52 é o que garante melhores condições de vida ao grupo. Pode-se apreender, nos relatos do casal jovem, a confiança atribuída ao trabalho, como única maneira de se adquirir o dinheiro necessário para aquisição de bens e a valorização a situação presente pelo progresso e melhoria em determinadas condições.

#### **7.3.4 Grupo familiar 4**

O grupo familiar 4 é composto pelos domicílios 56 a 58, são 3 irmãos que, ao contrário da maioria dos agricultores, realizam as atividades individualmente<sup>87</sup>, porém as atividades desenvolvidas, o modo de produção e a adoção das estratégias pelo grupo familiar são as mesmas, inclusive a opinião sobre a situação recente e os problemas enfrentados pela comunidade.

Os irmãos fazem parte da primeira geração que nasceu na comunidade de Potinga, o pai veio de Santa Catarina e casou-se com a filha de um novo morador da comunidade, vindo da comunidade de Assungui. O casal teve 9 filhos, 4 deles residem atualmente em outro município do litoral paranaense, 2 residem na comunidade de Tagaçaba e os outros em Potinga.

Os três irmãos ocupam uma área da qual possuem o direito de cessão de uso sobre 24,2 hectares e cultivam, na terra da fazenda vizinha, com permissão do proprietário. Além disso, possuem uma área de 48,2 hectares que “*encontra-se abandonada pois o mato cresceu e não pode fazer nada*”. A principal estratégia adotada pelos irmãos é a diversificação da produção, especialmente cultivos de subsistência.

Os produtos comercializados são banana, junto à Associação Pró-Horta, farinha de mandioca e banana da terra, diretamente em Antonina. Vale ressaltar, que o ato de comercializar apresenta um grau muito pequeno para o grupo familiar, quando comparado com a troca/empréstimo. Nesta situação, apesar dos irmãos realizarem os cultivos separados, a

---

<sup>87</sup> Os cultivos, bem como a forma de produção, são bastante semelhantes, motivo pelo qual será apresentado somente o do irmão residente no domicílio 57.

relação de reciprocidade entre eles demonstra que a segurança/garantia de subsistência mantém-se pelas relações com a parentela.

Além disso, a relação de troca ou empréstimo constitui um modo de estratégia para a reprodução social do grupo familiar, pois eles afirmam que as relações de confiança que caracterizam os laços de parentesco diminuem o risco de um resultado negativo na troca, quando se comparada à comercialização com *pessoas de fora da comunidade*.

A produção de horticultura e fruticultura é destinada ao consumo doméstico. Tais produções são bastante diversificadas, encontrando-se desde produtos mais comuns – alface, tomate, chuchu, banana, laranja, batata, batata-doce – até os menos comuns como uva, chicória, mostarda, fruta de conde, carambola dentre outros. Este tipo de produção agrícola é totalmente voltado ao consumo familiar, o excedente dos produtos não é comercializado, mas sim, doado para vizinhos, amigos e parentes.

O agricultor residente no domicílio 57, no início da conversa, afirmou “...*hoje em dia estamos na miséria, porque não podemos trabalhar. O governo não pode mandar na terra que não é dele*”. Ele informou que os agricultores em Potinga, tradicionalmente, plantavam para o consumo familiar e destinavam o excedente à venda. No entanto, hoje ele não tem condições de produzir tudo o que consome, pois as atividades agrícolas eram desenvolvidas no sistema de pousio, em que parte da floresta era derrubada, queimada e cultivada com arroz, milho e mandioca, nesta ordem. Posteriormente, a área era deixada em pousio, para descansar por um período mínimo de 3 anos.

Atualmente, o pousio de três anos inviabiliza o corte da mata. A redução do período de pousio, por outro lado, intensifica o uso do solo e, com isso, um número cada vez maior de capinas faz-se necessário. Ele afirmou que os agricultores tentam compensar a proibição do plantio com a realização de cultivos longe da estrada, como o realizado pelo agricultor e por seus irmãos.

A opinião do agricultor é que a falta de opção, em termos de outras alternativas de renda ou oportunidade de trabalho, faz com que os agricultores necessitem de uma área maior disponível para o plantio. O aumento da área com os cultivos de arroz, milho e feijão não ocorre pela escassez de mão-de-obra na colheita e dificuldade de armazenamento, principalmente feijão. Apesar disso, a produção garante o consumo familiar, durante todo o ano.

A redução da produção agrícola é mencionada várias vezes e reconhecidamente teve início antes da implantação da APA de Guaraqueçaba. As principais causas são atribuídas à queda dos preços de mercado, com a exceção da farinha de mandioca, que seguiu um ritmo de expansões e retrações. Eles referem-se a baixa valorização econômica dos produtos no município, em função da dificuldade de acesso, distância que acaba desvalorizando o produto. Não obstante, este fato não impediu que o grupo familiar 4 reduzisse a produção agrícola, principalmente para a subsistência .

No início da década de 90, os irmãos e outras famílias tentaram retomar a comercialização dos produtos no município de Guaraqueçaba. O transporte fluvial permitia um deslocamento mais rápido até o município, pois eles deslocavam-se da comunidade de Potinga até Tagaçaba e depois efetuavam o trajeto de barco, em aproximadamente uma hora. Os agricultores vendiam desde produtos *in natura*, como hortifrutigranjeiros, arroz, feijão, leite, ovos, até produtos com algum valor agregado como queijo, doces, bolos, pães, entre outros. No entanto, aproximadamente uma (um) ano depois, a inviabilização do transporte fluvial e a oferta dos mesmos produtos por moradores da sede inviabilizou o projeto.

Na opinião dos irmãos, a atividade extrativa do palmito desorganizou a agricultura de subsistência e provocou, ao que tudo indica, transformações no caráter cultural das comunidades. Na opinião do grupo familiar 4, o palmito tornou-se a principal fonte de renda, após a criação da APA, em função da redução do número de empregos e da proibição do plantio, para um número maior de famílias. A extração indiscriminada do palmito faz com que as áreas de palmito cultivado nas propriedades particulares, tornem-se alvo de roubo, o que não existia antes e agora preocupa os agricultores.

A estratégia mais evidente do grupo familiar 4 é a forma como os irmãos tentam reduzir os riscos e garantir a subsistência das famílias, privilegiando as trocas, ao invés das vendas. Os estabelecimentos revelam uma diversidade de produtos, produzidos dentro ou fora, que influenciam na composição da renda familiar, através do conjunto de produtos vendidos, trocados ou consumidos pela família.

### **7.3.5 Grupo familiar 5**

O estabelecimento rural ocupa uma área de 24,2 hectares, ocupados com mandioca (0,5 ha) e pastagem natural (4,8 ha). A responsável pelo estabelecimento é viúva e reside na propriedade com

duas netas, sendo evidente a escassez de mão-de-obra. Desta forma, ela tenta contornar o problema com o auxílio de dois sobrinhos, no trabalho na propriedade. Além disso, ela trabalha na escola da comunidade como zeladora e recebe a pensão do seu marido.

Observa-se que, na situação do grupo familiar em questão, a continuação da produção agrícola viabiliza-se em função das relações familiares e devem-se ao caráter de solidariedade e ajuda mútua encontrado nas relações estabelecidas entre as famílias. Nesta perspectiva, o grupo familiar 5 evidencia tal fato nas atividades relacionadas a produção da farinha de mandioca.

A produção comercializada é somente a farinha de mandioca. Mensalmente, a senhora produz e comercializa 4 sacos de farinha de mandioca de 40 quilos, no município de Antonina, ao preço de R\$40,00, transportados no ônibus. As etapas para o preparo de 4 sacos de farinha ocupam 2 pessoas durante dois dias inteiros, sendo que os custos para o preparo da farinha são R\$45,00 de mão de obra, R\$1,50 de embalagem e a passagem do ônibus. Ela afirmou que pelo fato de possuir a fábrica de farinha e contar com os serviços dos sobrinhos, torna-se mais rentável para ela pagar a diária de trabalho, ao invés de dividir a produção, pois, algumas vezes, eles utilizam a casa de farinha para a produção própria e a ajuda é recíproca.

A situação evidencia a importância da força de trabalho familiar, distribuída pelas faixas etárias dos membros da família como unidade de força de trabalho. Os sobrinhos a ajudam desde a idade de 12 e 14 anos, respectivamente. A situação de viuvez e o fato de que sua única filha não residia em Guaraqueçaba, não fez com que ela parasse de produzir. Ao contrário, ela continuou com a produção agrícola e com o trabalho que realizava como zeladora, isto evidencia a situação atual em que a mulher participa, tanto das atividades domésticas, como das tarefas produtivas.

Os arranjos feitos com a força de trabalho são bastante particulares e variam muito de uma família para outra, de acordo com a disponibilidade que se tem de pessoas para o trabalho ou equipamentos. A situação evidencia a mescla do comércio de serviços com relações cotidianas de amizade e vizinhança, compreendendo uma gama de relações de convivência e solidariedade.

A opção pela contratação de familiares, no caso sobrinhos, vem de encontro ao esforço de diminuição de gastos monetários, pois o pagamento pelo trabalho nem sempre é feito em dinheiro ou no momento. Além de possibilitar uma alternativa de renda para os

jovens que atualmente não tem emprego na fazenda e garantir o uso da terra. Na situação, a proximidade afetiva entre as partes torna-os iguais, pois é possível que quem hoje contrata os trabalhadores, no caso a tia, para realizar determinado serviço, amanhã possa ser contratada para trabalhar.

No ano de 2002, logo no início da conversa, ela comentou que a propriedade vizinha à sua tinha sido vendida para a SPVS e ela tinha sido impedida, há duas semanas, de cortar árvores secas para fazer cerca. Mencionou que teria dificuldade em realizar a roça escondida, a partir daquele momento. No entanto, afirmou que não possuía cultivos para a subsistência.

Ela foi taxativa sobre a *proibição ambiental*, pois afirmou que o modo de cultivar a terra hoje é igual ao de antigamente. Na opinião dela, não são os agricultores que degradam os recursos naturais, ao contrário, eles mantiveram Guaraqueçaba preservada. A afirmação da agricultora é que “*as pessoas do meio ambiente*” vieram delimitar a área e nunca mais apareceram. Agora quem faz o papel *do meio ambiente* é a SPVS. Ela concorda com às reservas florestais e acredita serem importantes para as nascentes e margens dos rios.

A situação atual, porém, não permite que ela plante para garantir a subsistência. As outras rendas, no entanto garantem o seu sustento e o das netas, porém a agricultora tem claro que a maior parte dos agricultores não possui outra alternativa de renda. A sua opinião sobre as alternativas para o problema estão na permanência na comunidade, pois, mesmo em condições precárias, as famílias e os vizinhos possibilitam a sobrevivência dos grupos, ao contrário do que significaria o processo de migração para as cidades. Ela afirma que os que optaram por migrar hoje estão em situação pior dos que permaneceram.

### **7.3.6 Grupo familiar 6**

Os estabelecimentos 64, 65 e 66 pertencem a sogro, filha e sobrinho. As estratégias adotadas são semelhantes àquelas de outros grupos familiares, tanto no que diz respeito ao assalariamento de algum membro da família, como pela tentativa de inserir novos cultivos na propriedade como a banana orgânica, o palmito, a palmeira real e também na manutenção da produção para a subsistência.

O estabelecimento destes agricultores localiza-se em uma área distante da estrada e com pouca visibilidade. Desta forma, a área disponível para o plantio é maior, porém o

problema da mão-de-obra é constante, motivo pelo qual os agricultores residentes nos domicílios 64 e 65 procuram ajuda dos sobrinhos, residentes no domicílio 66, que não possuem estabelecimento rural.

A família residente no domicílio 66 é composta por um casal e dois filhos pequenos. A dificuldade de encontrar trabalho na cidade fez com que a família retornasse para Potinga e eles afirmam que a situação melhorou bastante, “*aqui temos o que comer e uma casa para morar*”.

A estratégia característica deste grupo de famílias é produzir no estabelecimento rural e evitar a necessidade de adquirir produtos fora da propriedade, para garantir a alimentação. Além disso, os recursos usados para a produção são provenientes da propriedade e a utilização da mão-de-obra é familiar, ou seja, eles evitam gastos monetários. As práticas que garantem tal produção são trocas de dias de trabalho entre o grupo e beneficiamento de produtos, como utilização da casa de farinha e máquina para descascar arroz.

Observa-se um receio ou até mesmo a recusa por parte dos agricultores em investir qualquer capital no estabelecimento rural. O aumento da penosidade do trabalho, o êxodo rural dos filhos dos agricultores, nos domicílios 64 e 65, bem como o risco que eles acreditam estar correndo pode explicar a situação. Eles observam que a perda da fertilidade natural do solo e a perda da capacidade de auto-recuperação da fertilidade da terra, em função da redução do período de pousio, são fatores que podem agravar-se futuramente.

No entanto, no ano de 2000, eles introduziram novas culturas perenes, a palmeira real e o palmito, através do acesso ao crédito PRONAF. Para eles, a situação foi possível pela disponibilidade de área. A opinião do grupo familiar é que se houvesse competição entre a área destinada aos novos cultivos com aquelas destinadas ao consumo familiar como arroz, feijão e também, em termos de trabalho, na produção da farinha de mandioca, não valeria a pena.

A afirmação de que já não *são donos da vida, pois o governo pode resolver qualquer coisa*, demonstra uma situação de insegurança criada após a criação da APA, decorrente também dos conflitos existentes, bem como dos métodos repressivos encontrados para a resolução dos mesmos.

O excedente, quando existe, eles comercializam ou trocam por outros produtos com os vizinhos. Os próprios agricultores mencionam que “*...parece que Potinga, não produz nada, mas andando por aí tem muita roça escondida bonita de se ver. O povo aqui ainda planta muito, mas*

*ninguém pode saber*”. Segundo MENEZES e HOMMA (2000), a denominada “produção invisível” é essa produção não computada nas estatísticas oficiais, claramente subestimada, em regiões onde predominam os agricultores familiares e que constitui-se em uma alternativa que garante a sustentabilidade, evitando-se a aquisição de produtos no mercado.

Esta “produção invisível” terá uma importância maior ou menor segundo a diferenciação demográfica da família (CHAYANOV, 1981) ou em situações nas quais ocorre a migração de um membro ou mais, pois tal fato pode criar um desequilíbrio na sustentabilidade da agricultura familiar, pela elevação do custo de oportunidade de mão-de-obra. Nesta situação, observam-se as alternativas como a troca de dias de trabalho entre as famílias dos agricultores, segundo a maior disponibilidade de terra ou mão-de-obra.

O agricultor mencionou que, como na comunidade de Potinga não há máquina para descascar arroz, alguns agricultores preferem não realizar o plantio. No entanto, o grupo em questão prefere descascar o arroz na comunidade de Tagaçaba, pois o custo é de 30% da produção total e, segundo eles, não necessitam pagar em dinheiro, pois o dono da máquina *é um parente distante* e assim aceita em produção. Este tipo de relação de troca ou de empréstimo ocorre entre os próprios moradores e revela que as relações de troca pessoais fortalecem ainda mais a integração.

A forma de pagamento varia de acordo com a pessoa para quem ele realiza o serviço, em alguns casos, verificou-se que o dono da máquina aceita o pagamento na forma de outros produtos e de alguns não exige retorno “... *não peço nada em troca*”. Mas, na maioria dos casos, o pagamento é efetuado.

Interessante a percepção do agricultor residente no domicílio 65 sobre a falta de alternativas econômicas que levaram à marginalização da população local, induzindo-os às atividades de extrativismo vegetal, principalmente o corte do palmito. A localização das áreas expostas ou de menor fertilidade, obrigou-os a realização dessas atividades ilegais. Ele afirma ainda que “*a APA deveria garantir uma vida digna, com qualidade, todos deveriam ter o que comer, vestir, aonde morar, educação e saúde. As pessoas precisam roubar palmito, porque o governo não quer que elas trabalhem no que sabem.*”

### **7.3.7 Grupo familiar 7**

O Grupo Familiar 7 teve a necessidade de adotar estratégias que garantissem a sobrevivência decorrente da dificuldade de produzir alimentos para suprir as necessidades das famílias em função do tamanho reduzido da área (apenas 24 hectares) e da localização muito próxima à estrada, sujeita a multas. Além destes fatores, o conflito constante e explícito observado mais de uma vez entre o grupo familiar e a SPVS, seu novo vizinho, obrigou-os a novas decisões.

Trata-se de uma família proveniente de uma comunidade vizinha, que mudou-se para Potinga na década de 60. Eles foram atraídos pela possibilidade de trabalho nas fazendas, porém a diminuição da demanda de mão-de-obra, tanto nas fazendas, como nos estabelecimentos vizinhos, fez com que eles buscassem novas alternativas, sendo assim a ausência da renda que obtinham a partir da venda de mão-de-obra fez com que redefiniram o objetivo da sua produção agropecuária, destinando agora parte da mesma ao mercado. O grupo não era composto por agricultores, porém a estratégia adotada pela família foi dedicar-se a atividade agrícola para sobreviver. Neste sentido, eles diferem dos demais grupos estudados.

Observou-se, no grupo familiar 7, a adoção de um conjunto de estratégias que envolvem vários aspectos, desde os produtivos, até outros relacionados à vida social, aos valores e à cultura dos produtores, relações familiares, relações comunitárias tradicionais, migração e outros. Portanto não são meras respostas objetivas às condições de vida e trabalho, incluem também as representações e as práticas produzidas para conviver com estas condições adversas. Tais estratégias vão desde o aumento da produção agrícola e pecuária, via associação com outros produtores, pela pequena disponibilidade de área do grupo familiar, via utilização de formas não monetárias de intercâmbio de força de trabalho, até a produção de excedentes, que podem ser vendidos.

A diversificação produtiva foi a principal mudança, com o objetivo de aumentar os produtos destinados à comercialização, pois os irmãos optaram por permanecer na comunidade, bem como à comercialização realizada em grupo, na qual um dos chefes de domicílio possui um automóvel e, desta forma, compra a farinha de mandioca dos demais e vende em Antonina.

LAMARCHE (1992 e 1993) analisa que a diversificação da produção destina-se a aumentar a possibilidade de produtos comercializáveis e a garantir o autoconsumo; desta

forma, a explicação da diversidade laboral encontrada na Família Mendes não se relaciona a uma causa específica, mas a um conjunto de diversos fatores resultante de um processo de ajustamento da unidade produtiva operada pela família. Esse ajustamento, sob o ponto de vista ambiental, representa a possibilidade de assegurar condições de reprodutibilidade social e ambiental, na medida em que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema.

Identificam-se as ações econômicas, neste caso que permeiam as relações sociais, já que a sociabilidade e a garantia da permanência da família na comunidade ocorre por meio das trocas e ajuda mútua, entre o grupo familiar e vizinhos. Assim, mesmo que aparentemente a situação do grupo indique um estabelecimento rural em “vias de desaparecimento”, ele consegue se reproduzir, através das relações de troca baseada na amizade e confiança. No grupo em questão, observa-se que as relações são organizadas com base na relação de parentesco que configura um espaço onde a satisfação das necessidades básicas é garantida pela produção familiar, por meio da força de trabalho de todos, seja na produção agrícola ou no trabalho assalariado.

A apresentação das diferentes estratégias adotadas evidencia que a agricultura desenvolvida na comunidade de Potinga não pode ser compreendida apenas pela quantidade comercializada, mas deve ser analisada em função da manutenção da segurança alimentar. Além disso, a comunidade mostrou uma dinâmica grande no que diz respeito à disponibilidade de áreas de cultivo, de mão-de-obra familiar e possibilidade ou não de outros ingressos.

#### 7.4 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS ADOTADAS PELOS AGRICULTORES EM POTINGA

A formação dos sistemas agrários, no município de Guaraqueçaba, ocorreu em função da dinâmica dos meios de transporte inicialmente fluvial/marítimo e depois o rodoviário. Tal fato determinou o padrão de ocupação efetiva do espaço e a valorização/desvalorização de áreas, especialmente, em Potinga. Além disso, foi determinante na adoção de uma série de estratégias produtivas. Dentre as estratégias adotadas pelos agricultores e já mencionadas, encontram-se a preocupação em garantir o consumo familiar, através da agricultura para subsistência e da diversificação agropecuária, em uma região onde é proibido cultivar, após um determinado período de pousio.

Foi possível identificar que grande parte das estratégias produtivas adotadas pelos agricultores, em Potinga, relacionam-se a formas de ocultamento ou clandestinidade das

atividades produtivas e extrativas, como foi afirmado anteriormente. A realização das roças ocultas tem implicado no aumento de penosidade do trabalho, em virtude das roças se localizarem distante da estrada. Além disso, agricultores sentem-se pressionados pelo fato de estarem fazendo algo ilegal ou proibido. Inicialmente, eles tentam não alterar a forma de realizar os cultivos agrícolas, sendo assim adotam práticas clandestinas, como as roças e coletas ocultas. Para tanto, tornam-se indispensável as práticas de solidariedade/reciprocidade e a maior cumplicidade e união entre a população local, no que refere-se a tais práticas.

No entanto, é importante salientar que se, por um lado, a legislação de proteção ambiental impôs a diminuição do desmatamento e a restrição no uso de agrotóxicos, por outro lado, ela também propiciou o ingresso dos agricultores no mercado dos cultivos orgânicos, tanto da banana, como do palmito e, recentemente, em Potinga, do gengibre e do arroz.

O estudo sobre a identificação das mudanças ocorridas na cobertura vegetal<sup>88</sup> do rio Tagaçaba, na segunda metade do século XX, realizado por DOMINGUES (2004), evidencia que as transformações mais marcantes ocorreram a partir dos anos 50.

O padrão de ocupação do solo, em 1952, estava associado à agricultura praticada ao longo dos rios Potinga, do Cedro, Brumado e Trancado (Figuras 16 e 17). Essas áreas, denominadas de planícies aluviais, apresentavam maior fertilidade. Além disso, ao longo dos vales, foi possível identificar a prática do pousio. Apesar de pequenas, as áreas de cultivo agrícola nas encostas foram evidentes.

No ano de 1963, tornam-se visíveis os sinais que indicam a exploração da madeira pelos vales dos rios e planícies aluviais, bem como nas encostas. A área identificada com exploração de madeira abrangia 1.311,82 ha, segundo DOMINGUES<sup>89</sup> (2004). Neste período, as áreas destinadas aos cultivos agrícolas sofreram um aumento, porém foram acompanhadas da redução da agricultura de pousio.

As maiores alterações ocorreram a partir dos anos 70, demonstradas no aumento da área com sinais de exploração de madeira, 4.413,51 ha, principalmente, em trechos) próximos aos rios Potinga e Brumado. Neste período, as áreas que identificam práticas agropecuárias totalizaram

---

<sup>88</sup> A análise foi feita através da comparação da cobertura vegetal e o uso do solo, por meio de fotografias aéreas, imagens de satélite, sensoriamento remoto e trabalho de campo, nos períodos de 1952, 1963, 1980 e 1990.

<sup>89</sup> O trabalho de DOMINGUES, Z.H. História da cobertura florestal da Bacia do Rio Tagaçaba, município de Guaraqueçaba, foi a sua tese de Doutorado em Meio Ambiente Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

2.116,59 ha, tornando-se evidente o papel determinante que a estrada passou a exercer, com grandes áreas de cultivos nas áreas de planícies e junto à mesma.

O período retratado pelos anos 80 demonstra a redução, ainda maior, da prática do pousio, evidenciada pela redução das áreas ocupadas com a vegetação herbácea- arbustiva, o aumento da área agrícola e grandes manchas contínuas e homogêneas que identificam áreas ocupadas pelas grandes fazendas, com reflorestamento, pastagens e mesmo café.

Finalmente, os resultados encontrados no levantamento de 1996 indicam um aumento na área com vegetação arbórea mais desenvolvida, ocupando 22.516,52 ha. A área em que se identificou o uso agropecuário foi de 2.722,15 ha, porém o aumento desta área de uso agropecuário foi acompanhado do abandono da prática do pousio; tal fato, já discutido anteriormente, refere-se à proibição das queimadas para limpeza do terreno e à proibição do corte da capoeira.

Outras alterações observadas, relacionam-se ao uso do solo nas encostas e nos vales pois, tradicionalmente, o cultivo do arroz, do milho, da mandioca e da banana era realizado nas encostas e vales dos rios, enquanto que as planícies aluviais eram exploradas com arroz, feijão, milho, café, entre outros. A partir deste período, até os dias de hoje, as encostas não são mais cultivadas, estando ocupadas com mata secundária; desta forma, praticamente todos os cultivos ocorrem nos vales e planícies.

Como foi mencionado anteriormente, a redução do período de pousio ocorreu a partir da década de 60, no entanto, após a criação da APA, tal prática foi inviabilizada. As conseqüências foram principalmente o aumento do trabalho e, conseqüentemente, a dificuldade da realização do calendário agrícola, pois a força de trabalho familiar disponível, na maior parte dos estabelecimentos rurais, mostrou-se insuficiente para dar conta da demanda de trabalho requerida, devido ao aumento de plantas invasoras nos cultivos agrícolas, além da queda na produtividade.

No entanto, as estratégias relacionadas a necessidade de mobilizar trabalho são bastante evidentes. As famílias utilizam relações de interconhecimento, próprias do patrimônio sociocultural específico de seu modo de vida, MEDRAS (1979), com o objetivo de suprir a demanda de trabalho. Foi discutido, na apresentação das estratégias dos grupos familiares, que a mobilização de vizinhos, parentes, conhecidos gera diferentes relações de trabalho, tais como troca de dias, trabalho e produção divididos, trabalho e terra. Observou-se que as

associações otimizam e possibilitam, de uma forma geral a realização do trabalho agrícola e produtivo.

Neste processo, os agricultores, reiteradas vezes, mencionaram a dificuldade enfrentada *“pagamos imposto caro, temos a terra e não somos donos. Hoje não se consegue mais viver somente da agricultura, a terra produz menos e os preços dos produtos agrícolas caem, assim preciso de mais produção para garantir o sustento da família e não posso plantar”*. Observa-se, nesta situação, a dificuldade enfrentada pela agricultura familiar e identificada por vários autores, tais como WANDERLEY ( 1999), FERREIRA e ZANONI (1998), no que diz respeito ao comprometimento da sua reprodução e sustentabilidade. Enquanto que FERREIRA (2000) vai além e menciona que os agricultores de Guaraqueçaba passam a vivenciar o que se denominou de *duplo bloqueio*, pois, além das dificuldades já mencionadas, eles enfrentam os bloqueios específicos às atividades agrícolas impostas a uma APA.

De uma forma geral, a produção agrícola na comunidade é diversificada, sendo grande parte voltada para o consumo alimentar, no qual destacam-se as culturas anuais como o arroz, milho, feijão e a mandioca, bem como outras culturas perenes, como banana e café. O principal produto destinado à venda é a farinha de mandioca, como já foi dito anteriormente. Alguns agricultores, em 2003 eram 8, comercializam a banana orgânica de padrão exportação, através da Associação Pró-Horta .

Foi mencionado por um agricultor que na comunidade de Potinga *“nois não contrata ninguém e usa os trabalho das família e conhecido. Aqui no Potinga não se planta em quantidade grande é só para sobrevivência pra despesa da gente mesmo.”* Essa afirmação revela que a garantia de reprodução familiar ocorre com o próprio trabalho familiar ou de vizinhos. Além disso, torna-se claro que as relações de vizinhança/parentesco constituem em um elemento para a reprodução social do grupo, já que a comercialização não é o meio principal de garantir a sobrevivência da família.

Foi possível constatar que, apesar dos agricultores afirmarem categoricamente ser a APA o fator impeditivo para o aumento da produção agrícola, a principal limitação é a mão-de-obra. Tal fato deve-se ao aumento do trabalho após a redução do período do pousio. Vários agricultores afirmaram que o tamanho da roça depende da disponibilidade de mais ou menos

mão-de-obra. “*Não tem força para os camarada, caso fosse possível contratava e fazia umas roça bonita de arroz*”.

A criação animal se caracteriza, principalmente, por aves e suínos que, em sua maioria, são utilizados, para o consumo familiar ou até mesmo uma estratégia das famílias em termos de obtenção rápida de renda. O milho normalmente é utilizado na alimentação animal, principalmente galinha e porco .

As atividades agrícolas mais freqüentes foram divididas em preparo do solo/área, plantio, que ocorre no período entre junho a dezembro; tratos culturais, especialmente a capina entre novembro e fevereiro; colheita e beneficiamento, principalmente a farinha de mandioca .

O preparo do solo, não somente na comunidade, como no município de Guaraqueçaba, caracteriza-se pelo sistema de “roçada”. O período é variável, os meses de agosto e setembro para o cultivo de arroz, e maio a junho para a mandioca. Para o plantio, parte da floresta era roçada, e 10-12 dias depois, após a vegetação “murchar”, efetua-se a derrubada, seguida da retirada dos troncos grandes, utilizados como lenha. Aproximadamente 30 dias depois, efetua-se a queimada, com o cuidado em realizar o aceiro, para evitar que o fogo se alastrasse. O período de queimada para uma área equivalente a 1,0 hectare é de 30 minutos.

Torna-se importante salientar que, apesar da proibição da queimada e a determinação que o corte de vegetação secundária deve ocorrer somente até o estágio de *capoeirinha*, os agricultores adotaram estratégias e continuam, em maior ou menos grau, realizando o preparo de solo desta forma.

Após 2 dias de efetuada a queimada, realiza-se o plantio dos diferentes cultivos. Normalmente, o plantio tem início nos meses de agosto/setembro até novembro.

O período de maior acúmulo de trabalho acontece entre dezembro e fevereiro, coincidindo com as capinas e, em alguns casos, com o plantio. O número de capinas é variável segundo a cultura e o período de pousio.

Os agricultores afirmam que em uma área com pousio de 8 anos torna-se necessário uma capina por safra, todavia esta situação é considerada exceção, pois, em média, o número de capinas na cultura do arroz é de 3 a 4.

Normalmente, o período de pousio para a cultura da mandioca é de 3 anos. Nesta situação, a 1º capina acontece entre 3-4 meses após o plantio e, no período de 18 meses,

atualmente eles realizam 5 capinas, número bastante elevado. Os agricultores afirmam que, em pousio de 5 anos, o número de capinas é de 2-3 capinas.

A colheita de arroz ocorre entre março/abril e é seguida da colheita de milho. Após a colheita do milho, ocorre o plantio de feijão na mesma área.

A situação descrita acima, de forma breve, permite a identificação de algumas estratégias relacionadas principalmente a redução do período de pousio e a invasão de plantas daninhas, muito mais do que a proibição de queimadas e corte da vegetação.

O milho tornou-se uma alternativa melhor do que o arroz em função da invasão de plantas daninhas, uma agricultora disse “*..se tivesse força de plantar arroz seria melhor, arroz é mais junto e precisa o terreno estar mais limpo, no milho pode roçar no meio*”

O arroz, era o principal cultivo, com mais de 1 safra ao ano, atualmente ainda é cultivado, porém em áreas menores. Alguns agricultores afirmaram que colhiam o arroz que haviam plantado e compravam dos outros para revender, no entanto hoje não tem mais arroz para comprar. Torna-se interessante notar que o arroz é um cultivo mais exigente em relação à mandioca, por exemplo. Facilmente cultivável e disponível o ano todo, a mandioca é consumida principalmente na forma de farinha e não em substituição ao arroz, como em outros locais do país.

Os agricultores costumam plantar café consumido em áreas próximo a casa, para facilitar os cuidados e eles avaliam a produção pelo número de pés. Um agricultor afirmou que colheu 2 sacos de café proveniente de 18 pés. A produção é suficiente para garantir o consumo anual da família.

A resposta ao questionamento dos agricultores sobre as alterações após a APA foram bastante heterogêneas, no entanto a maior parte mencionou a necessidade de plantar menos e a dificuldade em poder trabalhar como agricultor, pois, além de todas as dificuldades que um agricultor enfrenta, existem aquelas impostas pela APA. As alterações mencionadas relacionam-se, em grande parte, em alterações na maneira de trabalhar para não esgotar o solo e pelo aumento de plantas daninhas decorrente da redução do pousio, tais como “*agora só se pode plantar milho*” e preferências particulares, “*plantar no plano e não em sulco*” .

Neste contexto, embora as estratégias mencionadas tenham sido variadas, existe a preocupação em garantir a permanência de alguns membros da família na comunidade de Potinga, o que constitui-se em alternativa para assegurar a permanência do estabelecimento

rural. A análise comparativa de famílias que estavam na comunidade em 2000 e em 2003, indicou que somente uma família vendeu a terra e mudou-se para outra cidade.

Torna-se importante salientar que, como ROCHA<sup>90</sup> (2004) evidenciou em seu trabalho, vários fatores, no município de Guaraqueçaba, promoveram a escassez e/ou ineficácia das políticas de desenvolvimento rural. Dentre estes, destacam-se: a concepção preservacionista do movimento ambientalista, o enfraquecimento ou extinção dos órgãos estatais de incentivo agrícola e, de certa forma, a substituição por agentes não-governamentais, principalmente as ONGs preservacionistas. Além disso, as poucas políticas que se destinaram a Guaraqueçaba foram pontuais e/ou temporárias, sem continuidade e não tinham como objetivo específico solucionar as demandas locais.

---

<sup>90</sup> O trabalho de ROCHA (2004) A Sustentabilidade Desfocada: A lógica das Políticas de Desenvolvimento para Áreas de proteção Ambiental- o Caso de Guaraqueçaba foi a sua tese Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores do município de Guaraqueçaba apresentam especificidades, características sociais e culturais relatadas por CHAYANOV, LAMARCHE, SHANIN, TEPICHT e WANDERLEY. Com base nos trabalhos desenvolvidos por esses autores e nas pesquisas desenvolvidas ao longo deste trabalho, pode-se afirmar que a situação enfrentada pelos agricultores de Guaraqueçaba é comum a de outros pequenos agricultores familiares. Por outro lado, eles ainda vivenciam as propostas impostas pelas políticas de proteção ambiental, nas quais a elaboração e a implantação da legislação ambiental contemplam restrições que não colaboram com a agricultura e comprometem a reprodução social dos agricultores familiares locais .

As características da ocupação histórica do município de Guaraqueçaba, a localização geográfica e as transformações sociais significaram diferentes modos de exploração e apropriação da natureza, os quais não condizem com as leis atuais vigentes.

Os mais afetados pelos problemas de degradação ambiental, destacando-se o desmatamento das planícies costeiras e a exploração e declínio dos estoques florestais, especialmente o palmito, são os agricultores locais que, após a implantação da APA, em 1985, passaram a conviver com punições e multas. Por outro lado, a desigualdade histórica no acesso aos recursos florestais e fundiários é um atenuante para reduzir a responsabilidade atribuída a eles, pela incapacidade de extração em grande escala.

O objetivo principal da APA de Guaraqueçaba é a preservação dos remanescentes da Floresta Atlântica que o município abriga. Um estudo recente de DOMINGUES (2004) evidenciou o aumento significativo da vegetação arbórea no ano de 1996, em comparação ao ano de 1980. No entanto, o aumento da vegetação não foi causado em detrimento da área de cultivos agrícolas, mas sim, devido a uma alteração nos sistemas de produção, que deixam de realizar o sistema de pousio (algumas áreas deixam de apresentar um uso agrícola), especialmente nas encostas, enquanto outras são utilizadas freqüentemente.

A forma de controle utilizada, sem considerar as necessidades da população local é bastante frágil e, na maior parte das vezes, injusta. No entanto, as formas de controle e fiscalização utilizadas até o presente momento não garantiram o término da exploração dos recursos naturais, legitimados antes da criação da APA. Essa situação, como foi comprovada pelo trabalho, não ocorreu, pois a sustentabilidade ambiental não pode ser obtida em detrimento da sustentabilidade social. Além disso, a ausência de conhecimentos sobre o impacto real das atividades agrícolas,

realizadas pela maior parte dos familiares residentes em Guaraqueçaba, conduziu à elaboração e à implantação de uma legislação contendo restrições incompatíveis com a utilização dos recursos naturais na forma em que ela sempre foi realizada.

Apesar de todos estes fatores, a agricultura existente no município de Guaraqueçaba, com todas as dificuldades que lhe são características, persiste. Para compreendê-la, porém, não se pode utilizar os parâmetros usuais do moderno/tradicional, tampouco compará-la com atividades agrícolas desenvolvidas em outras regiões do Estado do Paraná.

No ano 2000, 509 famílias, com vantagens e problemas diferenciados, afirmavam que eram agricultores, após conviverem durante 15 anos com recursos naturais frágeis, dificuldades de acesso e, conseqüentemente, de comercialização, bem como uma legislação ambiental restritiva, a qual passa, em alguns casos, a considerar ilegal a atividade que lhes garante a subsistência. Apesar disso, a capacidade de adaptação dos agricultores frente às mudanças do contexto é evidenciada e confirma a flexibilidade desses indivíduos, mesmo frente a situações adversas e restritivas como as enfrentadas por eles.

A análise dos dados quantitativos pode levar, no entanto, a uma conclusão simplista a respeito dos agricultores, pois como comercializam pouco e não declaram a produção de subsistência – parte realizada em roças ocultas – podem ser considerados “palmiteiros” e não agricultores. No entanto, eles se percebem enquanto agricultores – independentemente das suas eventuais atividades extrativas. Além disso, apesar dos obstáculos que enfrentam, a valorização da agricultura e de si mesmos, enquanto produtores rurais, é constante. Tendo acesso a políticas de desenvolvimento agrícola, estes agricultores tentaram ampliar suas atividades, o que significa uma potencialidade para a agricultura que pode se exprimir através da maior e mais adequada implementação dessas políticas.

A degradação ambiental tem acentuado as dificuldades de reprodução dos agricultores locais, especialmente os de Potinga, onde realizou-se um levantamento detalhado. A perda da fertilidade natural do solo e a perda da capacidade de auto-recuperação da fertilidade da terra tornam a produção agropecuária mais vulnerável, pois a perda de fertilidade natural obriga os agricultores a compensar esta queda na fertilidade com a intensificação do próprio trabalho, aumento de área, que são bastante escassos para os mesmos.

A forma de produção propriamente dita sofreu alterações, em função das restrições e adaptações necessárias; no entanto, permanece a utilização da mão-de-obra familiar, com menor disponibilidade e maior dificuldade para a contratação. Tenta-se solucionar essa situação através da cooperação entre a parentela e os vizinhos.

Os processos migratórios atuais, devido à crise sócio-econômica nos meios urbanos e à escassez de ofertas de trabalho, são temporários, pois os migrantes retornam às comunidades de origem ou a outras. Esta situação explica a estabilidade demográfica observada na comunidade, ao mesmo tempo em que alguns têm uma percepção de esvaziamento desta.

Há também a adoção de alguma atividade de assalariamento, agrícola ou não, por parte de um ou mais membros da família, o que garante novas opções de renda sem, no entanto, deixar de lado a principal atividade, que é a produção agropecuária.

Os agricultores acreditam que a continuidade das atividades agrícolas não depende somente deles, mas também do Estado, que pouco tem feito para viabilizá-los. Eles acreditam que a participação dos agricultores no Plano de Gestão da APA pode viabilizar esta situação.

No entanto, a redução significativa das áreas disponíveis para o plantio impõe restrições ao modo de vida dos agricultores. Sendo assim, as novas formas de produção e organização adotadas para a realização de roças ocultas e atividades extrativistas clandestinas, além de significarem um aumento da penosidade do trabalho para os agricultores, causam um dano maior aos recursos, do que a forma de produção anterior.

As contingências da agricultura praticada pelos agricultores familiares em APAs e a permanência dos mesmos exigem a compreensão adequada dos processos sociais e produtivos, a fim de que políticas e programas de desenvolvimento agrícola e rural possam integrá-los ao processo, ao invés de excluí-los, como tem ocorrido. Os projetos e programas precisam alcançar a sustentabilidade, através de um desenvolvimento que pressuponha a efetivação do bem-estar econômico para possibilitar o bem-estar social e ambiental.

Os exemplos, especialmente na comunidade de Potinga, indicam a capacidade de adaptação dos agricultores frente às mudanças do contexto ou a novas oportunidades de desenvolvimento. Além disso, para garantir a reprodução dos agricultores, as propostas devem ser elaboradas em função das necessidades e aspirações dos seus membros, o que era o objetivo inicial do Plano de Gestão da APA, o qual não foi efetivado, pelo menos até o momento.

A resposta para programas mais eficientes encontra-se nas estratégias e na capacidade de adaptação que os agricultores têm encontrado, bem como nas especificidades locais. A dificuldade na operacionalização da sustentabilidade do desenvolvimento é comum, pois torna-se necessário compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se. Neste sentido, deve ser analisada a questão da segurança alimentar, que extrapola a simples produção de alimentos, pois ela é assegurada pela oferta suficiente de alimentos, mas também pela capacidade de, ancorada sob alguns princípios básicos, significar qualidade nutricional e o reconhecimento de que cada indivíduo, enquanto cidadão, tem como direito humano fundamental o acesso a uma alimentação suficiente e de boa qualidade.

Conclui-se que, apesar da pequena produção destinada ao mercado, muitas vezes pouco evidenciada nas estatísticas, como a dos agricultores de Guaraqueçaba, é preponderante para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, pois, mesmo em condições precárias, ela possibilita a sobrevivência dos grupos, ao contrário do que significaria o processo de migração para as cidades

Além disso, existe um planejamento e gerenciamento local dos recursos disponíveis, compatibilizando o espaço e a capacidade dos mesmos a serem utilizados para garantir a continuidade da produção. Ou seja, trata-se da busca pela sustentabilidade onde integram-se aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas. Foi possível identificar, na comunidade de Potinga, a capacidade de recomposição da agricultura familiar frente às mudanças do contexto, bem como a resposta positiva às novas oportunidades, como o ingresso no mercado de cultivos orgânicos. Torna-se evidente a flexibilidade e capacidade de adaptação das agriculturas familiares

A análise das estratégias familiares adotadas na comunidade de Potinga, identificou que elas relacionam-se àquelas tradicionais adotadas pelos agricultores, tais como a produção voltada para garantir o sustento alimentar, ao invés da produção voltada para o mercado. Por outro lado, na medida que novas oportunidades surgem, eles apresentam uma grande capacidade de adaptação.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v.4, n.2, abr.-jun., 2000.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: FAPESP, 2000.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: n. 1, v. 1, p. 66-83, 1986.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: as bases científicas para a agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 433p.

ALVAR, J.; ALVAR, J. **Guaraqueçaba mar e mato**. Curitiba: UFPR, 1979.

ANTUNIASSI, M.H.R. Família e trabalho em assentamentos rurais. **Cadernos CERU**, São Paulo, série 2, n.7, p. 97-107, 1997.

\_\_\_\_\_. AUBRÉE, M; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: v.7, n.3, 1993.

AYRES, J. M. et al. **Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade do Brasil: os corredores ecológicos das florestas neotropicais do Brasil**. Brasília: IBAMA, 1997.

BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, Foz do Iguaçu (PR). **Anais**. Foz do Iguaçu: 1999, 1 CD-ROM.

BANCO MUNDIAL. **O gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais**. Brasília: Banco Mundial, Relatório n.º 11738-BR, 1993.

BELLENZANI, M. L. A APA dos Capivari-Monos como uma estratégia de proteção aos mananciais na região metropolitana de São Paulo, In: ABRAMOVY, R. (Org). **Construindo a ciência ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2000.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.22, p.7-16, 1993.

\_\_\_\_\_; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa.** Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas.** São Paulo, Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **El sentido práctico.** Madrid: Taurus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999.

BREIMAN, L. et al. **Classification and regression trees.** New York: Belmont Wadsworth Int. Group, 1984.

BRITTO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados.** São Paulo: Annablume - FAPESP, 2000.

BROSIER, J.; VISSAC, B.; Le MOIGNE, J. L. **Modélisation systémique et système agraire.** Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1990.

CAMARANO, A. M. ; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil - Panorama dos últimos cinquenta anos. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**, 11, 1998, Caxambu. **Anais.** São Paulo: ANPOCS. 1998.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CAPILLON, A.; SEBILLOTTE, M. Etude des systèmes de production des exploitations agricole: Typologie. In: **SÉMINAIRE CARAIBE SUR LES SYSTÈMES DE PRODUCTION AGRICOLE**, INRA-IICA, 1980.

CARMO, M.S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo.** São Paulo, v.45, n.1, 1998.

\_\_\_\_\_. SALLES, J. T. A. O.; COMITRE, V. **Agricultura sustentável e o desafio da produção de alimentos no limiar do terceiro milênio.** **Informações Econômicas.** São Paulo, v. 25, n.11, nov. 1995.

- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- CARRASCO, H. Migración temporal en la sierra: una estrategia de recampesinación. In: BERNAL, F. **El campesino contemporáneo**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.
- CERNEA, M.. **Primero la gente**: variables sociológicas en el desarrollo rural. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CHAMBERS, R. 1995. "Paradigm shifts and practice of participatory research and development" In: Nelson, N. & Wright, S. (ed.). **Power and Participatory Development**. London: Intermediate Technology publications, 1995.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas In: **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-164.
- CHONCHOL, J. Revalorización de las sociedades campesinas del tercer mundo. In: BERNAL, F. **El campesino contemporáneo**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CONWAY, G. R. Sustainability in agricultural development: trade-offs with productivity, stability and equibribitily. **Journal of Farming Systems Research**. v. 4, n. 2, 1994.
- COUTO ROSA, S. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 37º, 1999, Foz do Iguaçu. Anais. Brasília: SOBER, 1999. 1 CD-ROM.
- DEAN. W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- D'INCAO, M.C. Reflexão sobre a determinação social e a abordagem interdisciplinar no estudo da questão ambiental. In: **SEMINÁRIO A AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. Jaguariúna, 1997. 18p. **Anais**.
- DIEGUES, A .C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DIXON J. A. and STEER A., Measuring environmentally sustainable development. In: **Making Development Sustainable**. Serageldin and A. Steer, 1994.
- DOMINGUES, Z.H. **História da cobertura florestal da Bacia do Rio Tagaçaba, município de Guaraqueçaba, Paraná**. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2004

DOMINGUES, Z. H. **Hierarquização dos faxinais inscritos no cadastro estadual de unidades de conservação e uso especial, visando ao ICMS ecológico.** Curitiba, 1999. 143 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manuel d'expertise.** Paris: Karthala et CTA, 1996.

ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development.** 2ª ed. London: Cambridge University Press, 1993.

FERREIRA, A. D. D. **Os agricultores familiares em uma área de Proteção Ambiental: a história de um duplo bloqueio.** Curitiba, não publicado, 2000.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.) **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998. 275 p.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A Agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas, Cap. 14, p. 479-539. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2001. 539 p.

FERREIRA, L. C. et al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e litoral sul, SP. **Idéias**, v. 8, n. 2, p.115-150, 2001.

FIORI, C. O. e CANALI, N. E. Mapeamento geomorfológico. In: LIMA, R.E. e NEGRELLE, R. R. B. **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico.** Curitiba: UFPR, 1998

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Agrícola: 1950.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agrícola: 1960.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário: 1970.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário:1975.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário:1980.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário:1985.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário:1995.** Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário:1995-1996.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1998.

\_\_\_\_\_ **Censo Demográfico**: 1980. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Demográfico**: 1991. Rio de Janeiro: FIBGE.

\_\_\_\_\_ **Censo Demográfico**: 1996. Rio de Janeiro: FIBGE.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001, 539p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. 5<sup>a</sup> ed. New York: Prentice Hall, 1998.

HOFFMANN, R. A distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNADs de 1992 a 1999. In: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, p.441-455, 2001.

HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 50-54, 1988.

HURTIENNE, T. Peasant agriculture and differing land use patterns in the eastern Amazon. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 38, 2000, Rio de Janeiro; **IRSA WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY**, 10, 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2001, 1 CD-ROM.

IPARDES. **Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 1995.

\_\_\_\_\_ **Zoneamento ecológico/econômico da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 1997.

\_\_\_\_\_ **Caracterização e tendências da rede urbana brasileira: estudos regionais**. Curitiba: IPARDES, 2000.

IUCN. **The World Conservation Union: a guide to the convention on biological diversity**. Gland, Switzerland: IUCN. 1994.

JOHNSTON, R. A. **Applied multivariate statistical**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

JOUVE, P. **Assessment of the rural environment: from region to field**. Paris: CNEARC, 1992.

\_\_\_\_\_ **Le diagnostic du milieu rural de la region a la Parcelle.** Paris, CNEARC.

\_\_\_\_\_ Quelques reflexions sur la specificité et l'identification des systèmes agraires. In: **Cahiers de la Recherche-Developpement**, nº 20. p. 5-15, 1988. Paris: CNEARC, 1988.

KAGEYAMA, A e BERGAMASCO, S. M. P. P. **A estrutura de produção no campo em 1980:** perspectivas. São Paulo: p. 12/13: 55-72, 1990.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar.** Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_ **A agricultura familiar:** comparação internacional. v.2. Campinas: Unicamp, 1994.

LINCK T. **Economie et production territorial: quelques elements de reflexion.** Toulouse: UPRES - Université de Toulouse le Mirail, 1997.

MALAGODI, E. A.; ELIANA, Q. G.; ERIC, S. Agricultura familiar e consciência ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2000, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

MARCHIORO, N. P. **A sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná:** o caso de Morretes. Curitiba, 1999. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

MAZOYER, M. Rapport de synthèse provisoire. In: **COLÓQUIO “DYNAMIQUE DE SYSTÈMES AGRAIRES”**, Paris: 1987. 20 p.

\_\_\_\_\_ e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MCNEELY, J. A. The contributions of protected areas to sustaining society. In: WORLD CONGRESS ON NATIONAL PARKS AND PROTECTED AREAS, IV, 1992, Bogotá, Venezuela. Gland: IUCN, 1992.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, A. J. E. A. e HOMMA, A. K. O. Participação da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares, no município de Nova Ipixuna, Pará. **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 38, 2000, Rio de Janeiro.

MIGUEL, L. A. **Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (litoral nord de l'Etat du Paraná).** Paris, 1997, 313 p. Tese de doutorado. Institut National Agronomique Paris Grignon.

MIGUEL, L.; ZANONI M. Impactos sócio-econômicos de uma política de proteção ambiental sobre os agricultores familiares e produtores rurais do litoral norte do Estado do Paraná. In: AGUIAR, D. R. D. e PINTO, J. B. **Agro-negócio brasileiro: desafios e perspectivas**. 2 vol. Brasília: SOBER, 1998.

\_\_\_\_\_. Práticas agro-florestais, políticas públicas e meio ambiente: o caso do litoral norte do estado do Paraná. **Extensão Rural**, UFSM, Santa Maria, RS, Ano V, p. 9-23, jan./dez. 1998.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal **Primeiro relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica - Brasil**. Brasília, MMA, 1998.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária**, Campinas, vol. 25, n° 2 , p. 21-36, maio/dez. 1995.

NORTON, B. G.; TOMAN, M. A, **Sustainability: ecological and economics perspectives**. Land Economics, 1998.

NOSS, R.F. Protected areas: how much is enough? In: WRIGHT R. G. (ed.). **National parks and protected areas: their role in environmental protection**. Oxford: Blackwell Science Publications, 1996.

NUSSBAUM, M. C.; SEN A. (Org.). **La calidad de vida**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

OLIVEIRA, M. F.; ROUGELLE, M. D. **Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos, o caso de Guaraqueçaba - Paraná**. São Paulo: Programa de pesquisa e conservação de áreas úmidas no Brasil. Série estudos de caso n° 2, 1989.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1999.

POCHMANN, M. e AMORIM, R. (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: CORTEZ, 2003.

PRESSEY, R. L. et al. Beyond opportunism: key principles for systematic reserve selection. **Trends in ecology and evolution**. p. 124-128, 1993.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RAYNAUT, C. et al. Sustentabilidade e mudança : história das transformações sociais e ecológicas no litoral do Paraná Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E**

**SOCIOLOGIA RURAL**, 38, 2000, Rio de Janeiro; IRSA WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2001, 1 CD-ROM.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 1, p. 81-104, 1994.

ROCHA, J.M. **A Sustentabilidade Desfocada: A lógica das Políticas de Desenvolvimento para Áreas de Proteção Ambiental- APAs – o Caso de Guaraqueçaba**. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2004.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, A. S. Histórico da ocupação econômica do Paraná. In: **BOLETIM TÉCNICO [do] IAPAR**, nº 42, Londrina, 1994.

RODRIGUES, A. S.; SAMPAIO, C. P. S; TOMMASINO, H. **Caracterização sócio-econômica e ambiental em Guaraqueçaba – Região litoral do Estado do Paraná**. Curitiba: MAD, 2000. 59 p. Relatório técnico.

SABOURIN, E. P. Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização: mitos e desafios. In: **Política & Trabalho**, v. 16, p. 25-39, set./2000.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: FUNDAP, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2002 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

SHANIN, T. A definição de camponês - conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **ESTUDOS CEBRAP**, v. 26. Petrópolis: Vozes, 1980.

SONDA, C. **A floresta no Estado do Paraná: condicionantes naturais, econômicos e sociais**. Lisboa, 1996, 190 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa.

SOUSA FILHO, F. R, et al. **A dinâmica histórica da reprodução da agricultura em Igarapé-Açu (Região bragantina do Estado do Pará): um estudo de diagnóstico a partir do enfoque de sistemas agrários**. Belém: EMBRAPA-UFPA-CEPLAC, 1998.

\_\_\_\_\_. **From the experimental station to the farmer's field: a proposal for development research**. In: GERMAN-BRAZILIAN WORKSHOP ON NEOTROPICAL ECOSYSTEMS, 2000, Hamburg, Germany.

SPVS. **Diagnóstico da situação físico-biológica e sócio-econômica da região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil.** Curitiba: SPVS, 1992a. Relatório Técnico.

\_\_\_\_\_. **Plano integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil.** 2v. Curitiba: SPVS/TNC/IBAMA, 1992b.

TEIXEIRA, C. **A Construção Social da proteção ambiental na APA de Guaraqueçaba.** Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2004

TEIXEIRA, C. et al. História e quadro natural de Guaraqueçaba. In: UFPR-Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oficinas de Pesquisa da Turma IV- Linha de pesquisa: sistemas sociais, técnicos e recursos naturais em áreas rurais. Programa de pesquisa interdisciplinar no litoral norte do Paraná-Guaraqueçaba: preservação da natureza e desenvolvimento sustentável . **História e quadro natural de Guaraqueçaba.** Curitiba, MADE, 2002.

TEIXEIRA, C.; DOMINGUES, Z. Oficinas de pesquisa da turma IV – Linha de pesquisa: sistemas sociais, técnicos e recursos naturais em áreas rurais. Programas de pesquisa interdisciplinar no litoral norte do Paraná – Guaraqueçaba: preservação da natureza e desenvolvimento sustentável. **Apontamentos gerais sobre a situação fundiária de Guaraqueçaba.** Curitiba, MADE, 2001.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture:** le paysan polonais. Paris: Armand Collin, 1973.

TERBORGH, J. et al. (Org.) **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov.** Campinas: UNICAMP, 1989. 26p.

\_\_\_\_\_. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar.** Campinas: UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Reforma Agrária,** Campinas, v. 25. n. 2 e 3, 1995.

\_\_\_\_\_. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1997, Natal. **Anais.** São Paulo: SOBER, p. 91-113, 1997.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relações entre a pequena cidade e o mundo rural.** Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. 2001.

WOORTMANN, F. E WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica na lavoura camponesa. 1997, p.7-64.

WORLD BANK. **World development report: poverty.** Washington: World Bank, 1990.

WRI - World Resources Institute, **The World Conservation Union e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1992).** A Estratégia Global de Biodiversidade. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, São Jose dos Campos.

ZANONI, M. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza,** Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, p. 39 – 55. 2000

ZANONI, M.; RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação? Reflexões em torno do doutorado da UFPR. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba: UFPR, n.1, 1994.

## ANEXO 1 - Quadro da Reprodução nas Comunidades Rurais, do município de Guaraqueçaba.

| ↕ influências sobre                 | Reprodução Ecológica   | Reprodução Técnico-econômica   | Reprodução Bio-demográfica  | Reprodução Social   | Agentes externos   |
|-------------------------------------|--|--|---|---|--|
| <b>Reprodução Ecológica</b>         | <p><i>Meio diversificado (unidades ambientais)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- relevo</li> <li>- Hidrologia e clima</li> <li>- Grupos de solo: fertilidade / estrutura (erosão)</li> <li>- vegetação / biodiversidade</li> </ul>  | <p><i>Impactos positivos e negativos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da biodiversidade</li> <li>- erosão / assoreamento dos rios</li> <li>- contaminação por dejetos - poluição</li> <li>- compactação das várzeas</li> <li>+ novas técnicas produtivas</li> </ul>   | <p><i>Pressão demográfica sobre os recursos naturais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-terra</li> <li>- poluição dos rios</li> <li>diminuição de reservas extrativas</li> </ul> <p><i>Esvaziamento populacional provocando a regeneração dos recursos, cobertura vegetal...</i></p>   | <p>Formas sociais de controle e acesso aos recursos naturais</p> <p>Saberes e representação do meio natural orientando uso dos recursos</p> <p>Reestruturação fundiária - impactos sobre o meio</p>   | <p>Instituição da APA e legislação ambiental, em geral,</p> <p>Abertura viária - erosão, assoreamento dos rios, afetando a biodiversidade</p> <p>Legislação ambiental : afetando a dinâmica da extração do palmito, afetando a dinâmica da agricultura</p>   |
| <b>Reprodução Técnico-Econômica</b> | <p><i>Restrições e potencialidades à;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- relevo</li> <li>- solo/ fertilidade</li> <li>- encharcamento das várzeas</li> <li>- clima</li> <li>- pluriatividades</li> </ul> <p>história: Hidrografia facilitou escoamento da produção pelos rios</p> <p>Relevo restrito à mecanização</p> | <p><i>Diversificação dos sistemas de produção</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-sist. de cultura e sist. de criação e suas formas de articulação</li> <li>- apropriação da terra, tamanho, possibilidades agrícolas</li> <li>- organização do trabalho (mão de obra assal./ familiar/ ?)</li> <li>- padrão tecnológico</li> <li>- destino da produção</li> </ul> <p><i>Relevância do sistema extrativo : palmito, pesca e caça</i></p> <p><i>Outras atividades comerciais, associativas, artesanais...</i></p> | <p><i>Mudanças no perfil demográfico provocando alterações na organização do trabalho e nas atividades produtivas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- migração dos jovens obrigando contratação de mão-de-obra</li> <li>-Envelhecimento alterando a atividade produtiva (menos intensidade)</li> <li>- mudanças nos produtos e práticas agrícolas ; uso de herbicida, criação de bovinos, cultivo de pupunha (quem faz isso?)</li> </ul> | <p>Estrutura fundiária e formas sociais de apropriação da terra</p> <p>Formas sociais de organização do trabalho</p> <p>Formas sociais de apropriação e controle dos meios de comercialização e processamento</p> <p>Representações sobre o trabalho/ sistema e atividades de produção, etnia ...</p> | <p><i>Políticas públicas fundiárias, agrícolas e de desenvolvimento rural</i></p> <p>Política de incentivos de compra da terra</p> <p>Incentivo à agroindústrias</p> <p>Poder criar sistema de turismo ecológico e chácaras</p> <p>APA - restrições às atividades agrícolas :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- diminuição das áreas de cultivo</li> <li>- Clandestinização das atividades</li> </ul> <p>Ação de empresas privadas e ONGs na preservação da natureza ou criação de desenvolvimento rural:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- implementação das atividades do artesanato</li> </ul> <p>Dinâmicas extra locais de mercado</p> |

(CONTINUAÇÃO)

**(CONCLUSÃO)**

|                                   |   |   |   |   |  |
|-----------------------------------|---|---|---|---|--|
| <b>Reprodução Bio-Demográfica</b> | Baixa adaptabilidade para aumento populacional<br>Baixa capacidade de suporte demográfico - expulsão<br>Relevo provocando dispersão demográfica, Extrativismo garantindo permanência da população | Diminuição/ aumento das atividades agrícolas e extrativismo alterando a dinâmica populacional<br>Problemas do manejo do palmito<br>Expansão pecuária afetando a salubridade (búfalos)<br>Sistema de produção intensivos e mão de obra - permanência populacional<br>Modificação de padrões alimentares em relação às mudanças das formas de produção. | Perfil Demográfico e dinâmica populacional:<br>- fecundidade, faixas etárias, faixas por sexo...<br>- Crescimento e involução / estagnação populacional<br>- Migrações e emigrações e seus destinos<br>- Estados de saúde : epidemias, endemias, perfil nutricional<br>- acesso e qualidade da alimentação  | Regras e estratégias de casamento (?)<br>Práticas (trocas e redes) de organização da saúde e alimentação<br>Motivações e fatores sociais para as migrações  | Programas e recursos públicos para a saúde<br>Programas e recursos para alimentação : cestas básicas   |
| <b>Reprodução Social</b>          | Relevo afetando nas formas dos núcleos comunitários -, proximidade com centro, isolamento...<br>Lógica da expansão por Vale - facilidade da migração pelos rios                                   | Sistema extrativo criando redes de dominação e redes de cooperação<br>novos sistemas de produção gerando conflitos locais<br>Novas estruturas de poder redefinindo identidades  | <i>Perfil demográfico gerando mudanças nas redes de sociabilidade locais:</i><br>- na forma de apropriação da terra, aumento de conflitos locais e externos<br>- fechamento ou abertura de Escolas, Igrejas, associações, possibilidades e formas de casamento<br><i>Imigrações e emigrações :</i> diversificando as identidades locais e os padrões de dominação | Redes de sociabilidade locais: parentela, comunidade, lazer, religião, associativismo, manifestações culturais, inserções políticas<br>Processos de diferenciação social e identidades locais<br>Formas de dominação e clientelismo<br>Conflitos sociais<br>Acesso aos equipamentos sociais<br>Representações sobre o meio ambiente | Impactos das políticas públicas, empresas e ONGs nas estruturas de poder e sociabilidade das comunidades locais:<br>reagrupamentos familiares, conflitos explícitos... |

Fonte: UFPR-MADE.Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento / CNRS- UPRES 5036- Université de Bordeaux II-França. Projeto de Pesquisa **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PRESERVAÇÃO DA NATUREZA: Estratégias organizacionais dos atores sociais do meio rural em Áreas de Proteção Ambiental- Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná. Curitiba, MADE , 1999.**

ANEXO 2

PESQUISA RURAL GUARAQUEÇABA- PARANÁ

BLOCO 1 – LEVANTAMENTO DO ESTABELECIMENTO RURAL

203. QUAL A ÁREA TOTAL DESTE ESTABELECIMENTO.

VALOR NUMÉRICO ÁREA EM HECTARES

-9 NÃO DECLARADO -2 Não tem estabelecimento

204. QUAL A SITUAÇÃO DAS TERRAS QUE COMPÕEM ESTE ESTABELECIMENTO? 204. CONDIÇÃO DE USO

- |  |                            |
|--|----------------------------|
| 01 Própria                                       | 07 Proprietário e posse    |
| 02 Arrendada                                     | 08 Parceria e posse        |
| 03 Posse   | 09 Outras parcelas e posse |
| 04 Parceria                                      | 10 Própria e outra parcela |
| 05 Recebida em cessão de uso temporário e outros | 80 outros                  |
| 06 Arrendada e posse                             | 92 Não tem estabelecimento |
|  | 99 Não declarado           |

206. POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, COMO ESTÃO DISTRIBUÍDAS AS TERRAS DESSE ESTABELECIMENTO?

- 206 A Lavouras permanentes e Lavouras temporárias
- 206 B Pastagem natural e Pastagem plantada
- 206 C Mata nativa
- 206 D Reflorestamento
- 206 E Terras em pousio/capoeira
- 206 F Terras produtivas não utilizadas ; Várzeas/banhados e áreas não aproveitáveis

VALOR NUMÉRICO DA ÁREA EM HECTARES

-20 - NÃO TEM A ATIVIDADE

-9 NÃO DECLARADO

-2 Não tem estabelecimento

207. NESSE ESTABELECIMENTO, ALÉM DESSAS ATIVIDADES ACIMA, O PRODUTOR RURAL EXPLORA ALGUMA OUTRA ATIVIDADE?

(\* Por exemplo, mineração, pesca, turismo, esporte, lazer, etc.)

- |        |                            |
|--------|----------------------------|
| 1) Sim | 99 Não declarado           |
| 2) Não | 92 Não tem estabelecimento |

215. NA ÚLTIMA SAFRA, O QUE FOI PLANTADO NESSE ESTABELECIMENTO?

- |            |                     |                  |
|------------|---------------------|------------------|
| A banana   | F arroz             | K cana-de-açúcar |
| B mandioca | G pupunha           | L café           |
| C palmito  | H gengibre          | 80 outros        |
| D milho    | I hortifruticultura |                  |
| E feijão   | J inhame            |                  |

215\_\_1. NA ÚLTIMA SAFRA, O QUE FOI PLANTADO NESSE ESTABELECIMENTO?

ÁREA PLANTADA VALOR NUMÉRICO - ÁREA EM HECTARES

-20 - NÃO TEM A ATIVIDADE

-9 NÃO DECLARADO

-2 Não tem estabelecimento

215\_\_2 PARTE DA PRODUÇÃO FOI UTILIZADA PARA O CONSUMO?

1 Sim

2 Não

99 Não declarado

97 Não se aplica (não tem este produto)

92 Não tem estabelecimento

215\_\_3 PARTE DA PRODUÇÃO FOI VENDIDA?

1 Sim

2 Não

99 Não declarado

97 Não se aplica (não tem este produto)

92 Não tem estabelecimento

217. POR TIPO, QUAL O TOTAL DE CABEÇAS DE GADO NO ESTABELECIMENTO?

A Bubalinos

B Gado de corte

Número de cabeças

-20 - não tem

-9 Não declarado

E AVES

C Gado de leite

D Suínos

-2 Não tem estabelecimento

F OUTROS

1 Sim

2 Não

99 Não declarado

92 Não tem estabelecimento

401. COM QUE TIPOS DE TRABALHADORES ESSE ESTABELECIMENTO TRABALHA?

01 Familiares do produtor rural

02 Familiar + Empregados temporário

03 Familiar + Empregados permanente

04 Familiar + Empregados temporário + Empregado permanente

05 Somente assalariados

06 Somente produtor

07 Produtor + Empregados temporário + Empregado permanente

08 Produtor + Empregados temporário

09 Produtor + Empregados permanente

408 QUANTAS DIÁRIAS PAGOU NO ANO AGRÍCOLA 1999-2000?

Valor numérico = número de diárias

-7 não se aplica ( não usou mão-de-obra temporária)

-9 Não declarado

-3 Não tem produtor

415 COSTUMA UTILIZAR MÃO-DE-OBRA DOS PRODUTORES VIZINHOS?

1 Sim

2 Não

93 Não tem produtor/estabelecimento

99 Não declarado

## BLOCO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  |  |  |  |
|--|--|--|--|

## 500 TIPO DE DOMICÍLIO

- 01 para habitação do produtor, dentro do imóvel onde está o estabelecimento agrícola
- 02 domicílio para habitação de residente rural não agricultor
- 03 para habitação de produtor, fora do imóvel do estabelecimento agrícola
- 04 para não agricultores dentro de estabelecimento agropecuário
- 95 não tem domicílio
- 99 Não declarado

## 503 QUAL A CONDIÇÃO DE ACESSO À HABITAÇÃO

- |                     |                  |
|---------------------|------------------|
| 1 Própria ou doada  | 99 Não declarado |
| 2 Alugada ou cedida | 95 Sem domicílio |

## 504 ACABAMENTO DA CASA

- |         |                  |
|---------|------------------|
| A Forro | 99 Não declarado |
| 1 SIM   | 95 Sem domicílio |
| 2 NÃO   |                  |

## B TIPO DE CHÃO

- |                  |                         |                   |
|------------------|-------------------------|-------------------|
| 1 Chão Batido    | 5 Piso + Outros         | Outros            |
| 2 Madeira        | 6 Chão Batido + Madeira | 8 Madeira+ Outros |
| 3 Piso           | 7 Madeira+ Piso+        | 99 Não declarado  |
| 4 Madeira + Piso |                         | 95 Sem domicílio  |

## 506 ESSE DOMICÍLIO É ABESTECIDO POR ÁGUA ENCANADA?

- |       |                  |
|-------|------------------|
| 1 Sim | 99 Não declarado |
| 2 Não | 95 Sem domicílio |

## 510 QUAL A COMPOSIÇÃO DOS CÔMODOS DESSE DOMICÍLIO?

- 510a. Número de quartos  
 Valor Numérico = número de quartos -5 – não tem domicílio  
 -9 – não declarado

## 510b. Banheiro Interno

- |       |                  |
|-------|------------------|
| 1 Sim | 99 Não declarado |
| 2 Não | 95 Sem domicílio |

## 511 caso tenha banheiro, Qual o destino do ESGOTO ?

- |                                       |                                     |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 Fossa séptica                       | 7 Fossa negra +Córrego /rio próximo |
| 2 Fossa negra                         | 80 Outro                            |
| 3 Esgoto a céu aberto                 | 1 Não declarado                     |
| 4 Córrego/rio próximo                 | 97 Não se aplica (não tem banheiro) |
| 5 Fossa séptica +Fossa Negra          | 95 Sem domicílio                    |
| 6 Fossa séptica +Córrego /rio próximo |                                     |

## 512 ESSE DOMICÍLIO CONTA COM LUZ ELÉTRICA?

- |       |                  |
|-------|------------------|
| 1 Sim | 99 Não declarado |
| 2 Não | 95 Sem domicílio |

## 516 QUAIS OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE DISPONÍVEIS NESSE DOMICÍLIO?

- |                          |                     |
|--------------------------|---------------------|
| 1 Sim                    | 95 Sem domicílio    |
| 2 Não                    |                     |
| 516 A - CARRO            | 516 D - MOTOCICLETA |
| 516 B - Carroça OU Trole | 516 E - BICICLETA   |
| 516 C - Carroça OU Trole |                     |

## 517 QUAIS OS ELETROTRODOMÉSTICOS EXISTENTES NO DOMICÍLIO

517 A - TELEVISAO  
517 B - GELADEIRA  
517 C - MAQUINA DE LAVAR

517 D - FREEZER  
517 E - APARELHO DE SOM

1 Sim  
2 Não  
95 Sem domicílio

COMUN. IMÓVEL ESTAB. DOMIC FAMIL  
|\_| |\_| |\_| |\_| |\_|

### BLOCO 3 - CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS - FAMÍLIA GENÉRICO

620 -QUAL E O NOME COMPLETO DO CHEFE DESTA FAMÍLIA?  
99 Não declarado

601 O SENHOR (SENHORA) SEMPRE MOROU NESSA COMUNIDADE?  
1 Sim  
2 Não  
95 Sem domicílio  
99 Não declarado

602 QUAL A DATA DA CHEGADA AO LUGAR QUE RESIDE:  
ano de chegada  
95 Sem domicílio  
97 não se aplica  
99 Não declarado

614- QUAL A RELIGIÃO PRATICADA PELA MAIORIA DAS PESSOAS DESSA FAMILIA?  
1. Católica  
2. protestante + PRESBITERIANO  
+ADVENTISTA  
3. Assembléia de Deus  
4. Congregação Crista do Brasil  
5. Pentecostal Deus e amor  
6. Pentecostal Templo Formosa  
7. Ateu  
80 Outro  
95 Sem domicílio  
97 não se aplica  
99 Não declarado

COMUN. IMÓVEL ESTAB. DOMIC FAMIL INDIVIDUO  
|\_| |\_| |\_| |\_| |\_| ||\_|

### BLOCO 4 - CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA FAMÍLIA RESIDENTE

623 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA FAMÍLIA RESIDENTE

623 INDIVÍDUO (01 A 49)

623A. Sexo

01 Masculino  
02 Feminino

95 Sem FAMÍLIA  
99 Não declarado

623B. Data de nascimento ANO  
ANO DE NASCIMENTO  
95 Sem FAMÍLIA

99 Não declarado

623C. Relação de parentesco com o chefe da família

1 Chefe  
2 Esposa  
3 Filho(a)  
4 Genro, nora

5 Pai , mãe  
6 Avô, avó

- 7 Sogra, sogra
- 8 Irmão, irmã
- 9 Cunhado(a)
- 10 Primo(a)
- 11 Sobrinho(a)

- 12 Tio(a)
- 13 Neto(a)
- 14 Agregado(a)
- 15 Empregado(a)
- 16 Pensionista

- 80 Outro
- 95 Sem FAMÍLIA
- 99 Não declarado

623D. Estado civil

- 1 Solteiro
- 2 Casado
- 3 Viúvo

- 4 Desquitado
- 5 União consensual
- 8 Outro

623E. Local de nascimento

- 1. MESMA Comunidade
- 2. OUTRA COMUNIDADE
- 3. Município DO LITORAL
- 7.

- 4. ESTADO DO PARANÁ
- 5. SÃO PAULO OU SANTA CATARINA
- 6. OUTRO ESTADO

- 80 Outro
- 95 Sem FAMÍLIA
- 99 Não declarado

623F. ESCOLARIDADE

- 1- Primário completo
- 2- Primário incompleto
- 3- 1º grau completo
- 4- 1º grau incompleto
- 5- 2º grau ou curso técnico completo
- 6- 2º grau ou curso técnico incompleto
- 7- Superior completo ou incompleto

- 8- Mobral
- 9- Supletivo completo ou incompleto
- 10- Analfabeto
- 11- Pré-Escola
- 80- Outros
- 97 - Criança em idade anterior a escolarização
- 99- Não declarado

624 A CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS MEMBROS DA FAMÍLIA RESIDENTE

- 1-Agricultor
- 2- Pescador
- 3- Trabalhador Agrícola
- 4- Artesão e autônomos
- 5- Comerciante
- 6- Trabalhador assalariado não agrícola

- 7- Funcionário Público
- 8- Caseiro, Doméstica
- 9- Aposentado/Pensionista
- 99 Não declarado
- 80 - Outros

624 B CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO SECUNDARIA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA RESIDENTE

- 1-Agricultor
- 2- Pescador
- 3- Trabalhador Agrícola
- 4- Artesão e autônomos
- 5- Comerciante
- 6- Trabalhador assalariado não agrícola

- 7- Funcionário Público
- 8- Caseiro, Doméstica
- 9- Aposentado/Pensionista
- 99 Não declarado
- 80 - Outros

624 C NO CASO DE APOSENTADO EM QUE ATIVIDADE SE APOSENTOU?

- 1- agricultor
- 2- ocupação não agrícola
- 99 Não declarado

- 95 não tem família
- 97 não se aplica

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|

**BLOCO 5 - CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA FAMÍLIA NÃO RESIDENTE**

**625 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA FAMÍLIA NÃO RESIDENTE**

**625 INDIVÍDUO (50 A 99)**

**623A. Sexo**

01 Masculino  
02 Feminino

95 Sem FAMÍLIA  
99 Não declarado

**623B. Data de nascimento ANO**  
ANO DE NASCIMENTO  
95 Sem FAMÍLIA  
99 Não declarado

**623C. Relação de parentesco com o chefe da família**

|                |                |                  |
|----------------|----------------|------------------|
| 1 Chefe        | 8 Irmão, irmã  | 15 Empregado(a)  |
| 2 Esposa       | 9 Cunhado(a)   | 16 Pensionista   |
| 3 Filho(a)     | 10 Primo(a)    | 80 Outro         |
| 4 Genro, nora  | 11 Sobrinho(a) | 95 Sem FAMÍLIA   |
| 5 Pai , mãe    | 12 Tio(a)      | 99 Não declarado |
| 6 Avô, avó     | 13 Neto(a)     |                  |
| 7 Sogro, sogra | 14 Agregado(a) |                  |

**623D. Estado civil**

|            |              |                    |
|------------|--------------|--------------------|
| 1 Solteiro | 3 Viúvo      | 5 União consensual |
| 2 Casado   | 4 Desquitado | 8 Outro            |

**623E. Local de nascimento**

8. MESMA Comunidade  
9. OUTRA COMUNIDADE  
10. Município DO LITORAL  
11. ESTADO DO PARANÁ  
12. SÃO PAULO OU SANTA CATARINA  
13. OUTRO ESTADO  
80 Outro  
95 Sem FAMÍLIA  
99 Não declarado

**623F. ESCOLARIDADE**

|  |  |
|--|--|
| 1- Primário completo                   | 8- Mobral                                      |
| 2- Primário incompleto                 | 9- Supletivo completo ou incompleto            |
| 3- 1º grau completo                    | 10- Analfabeto                                 |
| 4- 1º grau incompleto                  | 11- Pré-Escola                                 |
| 5- 2º grau ou curso técnico completo   | 80- Outros                                     |
| 6- 2º grau ou curso técnico incompleto | 97 - Criança em idade anterior a escolarização |
| 7- Superior completo ou incompleto     | 99- Não declarado                              |

**624 A CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS MEMBROS DA FAMÍLIA RESIDENTE**

|   |                           |
|---|---------------------------|
| 1-Agricultor                            | 7- Funcionário Público    |
| 2- Pescador                             | 8- Caseiro, Doméstica     |
| 3- Trabalhador Agrícola                 | 9- Aposentado/Pensionista |
| 4- Artesão e autônomos                  | 99 Não declarado          |
| 5- Comerciante                          | 80 - Outros               |
| 6- Trabalhador assalariado não agrícola |                           |

**624 B CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO SECUNDARIA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA RESIDENTE**

|              |                         |
|--------------|-------------------------|
| 1-Agricultor | 3- Trabalhador Agrícola |
| 2- Pescador  | 4- Artesão e autônomos  |

- 5- Comerciante
- 6- Trabalhador assalariado não agrícola
- 7- Funcionário Público
- 8- Caseiro, Doméstica

- 9- Aposentado/Pensionista
- 99 Não declarado
- 80 - Outros

624 C NO CASO DE APOSENTADO EM QUE ATIVIDADE SE APOSENTOU?

- 3- agricultor
- 4- ocupação não agrícola
- 99 Não declarado

- 95 não tem família
- 97 não se aplica

### ANEXO 3

| Comunidades           | fam/<br>estab | dep  | esc1 | esc2 | esc3 | esc4 | esc5 | esc6 | 601s | 601n | 602-0 | 602-1 | 602-2 |
|-----------------------|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|
| Açungui               | 1.37          | 0.81 | 0.16 | 0.49 | 0.05 | 0.19 | 0.12 | 0.00 | 0.63 | 0.37 | 0.63  | 0.19  | 0.19  |
| Batuva                | 1.52          | 1.12 | 0.24 | 0.24 | 0.08 | 0.26 | 0.02 | 0.16 | 0.56 | 0.44 | 0.56  | 0.16  | 0.28  |
| Ipanema               | 1.32          | 1.16 | 0.16 | 0.32 | 0.04 | 0.32 | 0.08 | 0.08 | 0.56 | 0.44 | 0.56  | 0.16  | 0.28  |
| Itaqui                | 1.55          | 1.11 | 0.21 | 0.30 | 0.02 | 0.28 | 0.09 | 0.11 | 0.57 | 0.43 | 0.57  | 0.28  | 0.11  |
| Morato                | 1.30          | 1.25 | 0.35 | 0.20 | 0.05 | 0.10 | 0.10 | 0.20 | 0.45 | 0.55 | 0.45  | 0.20  | 0.30  |
| Pedra Chata           | 1.43          | 0.89 | 0.39 | 0.29 | 0.14 | 0.11 | 0.07 | 0.00 | 0.82 | 0.18 | 0.82  | 0.11  | 0.07  |
| Potinga               | 1.59          | 1.13 | 0.27 | 0.19 | 0.07 | 0.29 | 0.15 | 0.04 | 0.55 | 0.45 | 0.55  | 0.13  | 0.31  |
| Rio Verde +<br>Utinga | 1.61          | 1.39 | 0.33 | 0.27 | 0.06 | 0.12 | 0.04 | 0.18 | 0.69 | 0.31 | 0.69  | 0.12  | 0.18  |
| Serra Negra           | 1.33          | 0.60 | 0.19 | 0.35 | 0.05 | 0.26 | 0.09 | 0.07 | 0.47 | 0.53 | 0.47  | 0.26  | 0.26  |
| Tagaçaba              | 1.44          | 0.86 | 0.32 | 0.20 | 0.05 | 0.24 | 0.15 | 0.03 | 0.42 | 0.58 | 0.42  | 0.22  | 0.34  |
| Tagaçaba de<br>Cima   | 1.37          | 1.39 | 0.39 | 0.19 | 0.07 | 0.31 | 0.03 | 0.02 | 0.61 | 0.39 | 0.61  | 0.10  | 0.27  |

| Comunidades           | diversif | maobr1 | maobra2 | maobra3 | maobra4 | integr | nivvida | ocup1 | ocup2 | ocup3 | ocup4 |
|-----------------------|----------|--------|---------|---------|---------|--------|---------|-------|-------|-------|-------|
| Açungui               | 2.28     | 0.58   | 0.05    | 0.28    | 0.00    | 0.35   | 1.88    | 0.33  | 0.35  | 0.02  | 0.30  |
| Batuva                | 2.54     | 0.60   | 0.02    | 0.18    | 0.04    | 0.44   | 1.76    | 0.40  | 0.34  | 0.02  | 0.24  |
| Ipanema               | 2.44     | 0.64   | 0.00    | 0.28    | 0.04    | 0.44   | 1.84    | 0.24  | 0.08  | 0.24  | 0.44  |
| Itaqui                | 2.30     | 0.64   | 0.02    | 0.28    | 0.04    | 0.47   | 1.77    | 0.30  | 0.17  | 0.21  | 0.32  |
| Morato                | 2.25     | 0.60   | 0.10    | 0.10    | 0.05    | 0.35   | 1.80    | 0.10  | 0.70  | 0.00  | 0.20  |
| Pedra Chata           | 2.32     | 0.57   | 0.04    | 0.32    | 0.00    | 0.29   | 1.82    | 0.21  | 0.39  | 0.07  | 0.32  |
| Potinga               | 2.31     | 0.63   | 0.04    | 0.20    | 0.01    | 0.51   | 2.09    | 0.17  | 0.24  | 0.27  | 0.32  |
| Rio Verde +<br>Utinga | 2.14     | 0.71   | 0.02    | 0.18    | 0.06    | 0.41   | 1.51    | 0.53  | 0.04  | 0.10  | 0.33  |
| Serra Negra           | 2.14     | 0.70   | 0.05    | 0.09    | 0.00    | 0.60   | 2.21    | 0.19  | 0.42  | 0.02  | 0.37  |
| Tagaçaba              | 2.44     | 0.61   | 0.02    | 0.19    | 0.08    | 0.42   | 2.39    | 0.20  | 0.39  | 0.14  | 0.27  |
| Tagaçaba de<br>Cima   | 2.32     | 0.76   | 0.02    | 0.07    | 0.07    | 0.31   | 1.75    | 0.46  | 0.10  | 0.17  | 0.27  |

| Comunidades           | resfil+18 | naoresfil+18 |
|-----------------------|-----------|--------------|
| Açungui               | 0.21      | 1.09         |
| Batuva                | 0.40      | 1.20         |
| Ipanema               | 0.20      | 1.48         |
| Itaqui                | 0.40      | 1.87         |
| Morato                | 0.15      | 1.15         |
| Pedra Chata           | 0.14      | 1.57         |
| Potinga               | 0.57      | 1.31         |
| Rio Verde +<br>Utinga | 0.24      | 0.96         |
| Serra Negra           | 0.35      | 2.00         |
| Tagaçaba              | 0.53      | 1.24         |
| Tagaçaba de<br>Cima   | 0.39      | 1.15         |

| Comunidades        | lavouras | pastagens | Mata Nativa | _Reflor | Pousios | 215a<br>1_Banana | a3_Venda | Q215b<br>1_Manioca | Q215b<br>3_Venda | Q215c<br>1_Palmito | Q215c<br>3_Venda |
|--------------------|----------|-----------|-------------|---------|---------|------------------|----------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| Açungui            | 93,02    | 34,88     | 37,21       | 32,56   | 37,21   | 69,77            | 30,23    | 53,49              | 16,28            | 39,53              | 4,65             |
| Batuva             | 84,00    | 46,00     | 54,00       | 26,00   | 52,00   | 58,00            | 18,00    | 64,00              | 20,00            | 46,00              | 4,00             |
| Ipanema            | 96,00    | 36,00     | 44,00       | 16,00   | 52,00   | 72,00            | 28,00    | 56,00              | 24,00            | 24,00              | 0,00             |
| Itaqui             | 100,00   | 40,43     | 46,81       | 21,28   | 44,68   | 57,45            | 21,28    | 82,98              | 31,91            | 38,30              | 2,13             |
| Morato             | 100,00   | 15,00     | 40,00       | 10,00   | 35,00   | 55,00            | 20,00    | 80,00              | 15,00            | 10,00              | 0,00             |
| Pedra Chata        | 100,00   | 46,43     | 60,71       | 42,86   | 57,14   | 78,57            | 42,86    | 46,43              | 3,57             | 32,14              | 3,57             |
| Potinga            | 98,67    | 41,33     | 52,00       | 21,33   | 42,67   | 64,00            | 34,67    | 74,67              | 18,67            | 25,33              | 4,00             |
| Rio Verde + Utinga | 97,37    | 28,95     | 39,47       | 21,05   | 34,21   | 73,68            | 28,95    | 73,68              | 10,53            | 36,84              | 0,00             |
| Serra Negra        | 100,00   | 26,42     | 54,72       | 13,21   | 39,62   | 73,58            | 28,30    | 71,70              | 20,75            | 39,62              | 0,00             |
| Tagaçaba           | 96,61    | 37,29     | 50,85       | 27,12   | 30,51   | 71,19            | 32,20    | 72,88              | 22,03            | 27,12              | 0,00             |
| Tagaçaba de Cima   | 94,92    | 28,81     | 45,76       | 33,90   | 27,12   | 59,32            | 28,81    | 72,88              | 22,03            | 44,07              | 3,39             |

| Comunidades        | Q215d<br>1_Milho | Q215d3<br>_Venda | Q215e1<br>_Feijao | Q215e3<br>_Venda | Q215f1<br>Arroz | Q215<br>f3_Venda | Q215g<br>1_Pupunha | Q215g<br>3_Venda | Q215h<br>1_Gengibre | Q215h<br>3_Venda | Q215i1<br>_Hortifrutis |
|--------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------|--------------------|------------------|---------------------|------------------|------------------------|
| Açungui            | 34,88            | 2,33             | 30,23             | 0,00             | 37,21           | 4,65             | 4,65               | 0,00             | 2,33                | 0,00             | 25,58                  |
| Batuva             | 32,00            | 0,00             | 34,00             | 0,00             | 32,00           | 0,00             | 20,00              | 0,00             | 20,00               | 0,00             | 36,00                  |
| Ipanema            | 20,00            | 0,00             | 8,00              | 0,00             | 8,00            | 0,00             | 4,00               | 0,00             | 0,00                | 0,00             | 28,00                  |
| Itaqui             | 17,02            | 2,13             | 21,28             | 2,13             | 21,28           | 0,00             | 4,26               | 0,00             | 4,26                | 0,00             | 27,66                  |
| Morato             | 50,00            | 0,00             | 50,00             | 0,00             | 20,00           | 0,00             | 0,00               | 0,00             | 0,00                | 0,00             | 35,00                  |
| Pedra Chata        | 25,00            | 0,00             | 28,57             | 0,00             | 25,00           | 0,00             | 3,57               | 0,00             | 3,57                | 0,00             | 35,71                  |
| Potinga            | 50,67            | 4,00             | 46,67             | 1,33             | 33,33           | 2,67             | 6,67               | 0,00             | 6,67                | 0,00             | 29,33                  |
| Rio Verde + Utinga | 34,21            | 2,63             | 23,68             | 0,00             | 28,95           | 0,00             | 15,79              | 2,63             | 10,53               | 0,00             | 39,47                  |
| Serra Negra        | 33,96            | 1,89             | 28,30             | 1,89             | 26,42           | 1,89             | 5,66               | 1,89             | 3,77                | 0,00             | 33,96                  |
| Tagaçaba           | 25,42            | 1,69             | 30,51             | 0,00             | 22,03           | 0,00             | 1,69               | 0,00             | 1,69                | 1,70             | 27,12                  |
| Tagaçaba de Cima   | 28,81            | 0,00             | 37,29             | 1,69             | 37,29           | 3,39             | 8,47               | 6,78             | 1,69                | 0,00             | 33,90                  |

| Comunidades        | Q215j3<br>_Venda | Q215j1<br>_Inhame | Q215j3<br>_Venda | Q215k1<br>_Cana | Q215k3<br>_Venda | Q215<br>l1_Cafe | Q215i3<br>_Venda | BUFALO | GADO<br>DECO<br>RTE | GADO<br>LEITE | Q217d<br>_Suinos |
|--------------------|------------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|--------|---------------------|---------------|------------------|
| Açungui            | 0,00             | 13,95             | 2,33             | 4,65            | 0,00             | 13,95           | 0,00             | 2,33   | 4,65                | 11,63         | 11,63            |
| Batuva             | 4,00             | 30,00             | 2,00             | 24,00           | 0,00             | 34,00           | 0,00             | 16,00  | 4,00                | 10,00         | 4,00             |
| Ipanema            | 8,00             | 0,00              | 0,00             | 24,00           | 0,00             | 12,00           | 0,00             | 0,00   | 20,00               | 32,00         | 0,00             |
| Itaqui             | 2,13             | 14,89             | 2,13             | 12,77           | 0,00             | 17,02           | 0,00             | 2,13   | 10,64               | 27,66         | 14,89            |
| Morato             | 5,00             | 10,00             | 0,00             | 5,00            | 0,00             | 20,00           | 0,00             | 0,00   | 5,00                | 5,00          | 5,00             |
| Pedra Chata        | 3,57             | 10,71             | 0,00             | 3,57            | 0,00             | 21,43           | 0,00             | 0,00   | 14,29               | 10,71         | 14,29            |
| Potinga            | 2,67             | 12,00             | 0,00             | 16,00           | 0,00             | 18,67           | 1,33             | 2,67   | 14,67               | 17,33         | 14,67            |
| Rio Verde + Utinga | 2,63             | 15,79             | 0,00             | 15,79           | 0,00             | 26,32           | 0,00             | 0,00   | 13,16               | 21,05         | 18,42            |
| Serra Negra        | 5,66             | 13,21             | 1,89             | 13,21           | 1,89             | 30,19           | 1,89             | 7,55   | 13,21               | 15,09         | 3,77             |
| Tagaçaba           | 3,39             | 10,17             | 1,69             | 13,56           | 1,69             | 22,03           | 0,00             | 1,69   | 16,95               | 23,73         | 10,17            |
| Tagaçaba de Cima   | 3,39             | 6,78              | 0,00             | 13,56           | 1,69             | 16,95           | 0,00             | 0,00   | 11,86               | 11,86         | 15,25            |

| Comunidades           | Q217e<br>_Aves | Q408_Di<br>arias | Q415_Vi<br>zinhos |
|-----------------------|----------------|------------------|-------------------|
| Açungui               | 55,81          | 1,27             | 51,16             |
| Batuva                | 62,00          | 1,20             | 18,00             |
| Ipanema               | 56,00          | 1,42             | 32,00             |
| Itaqui                | 70,21          | 1,17             | 31,91             |
| Morato                | 50,00          | 1,00             | 20,00             |
| Pedra Chata           | 50,00          | 0,00             | 32,14             |
| Potinga               | 46,67          | 1,25             | 24,00             |
| Rio Verde +<br>Utinga | 52,63          | 1,00             | 26,32             |
| Serra Negra           | 52,83          | 1,00             | 50,94             |
| Tagaçaba              | 61,02          | 1,29             | 33,90             |
| Tagaçaba de<br>Cima   | 67,80          | 1,33             | 37,29             |